



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ISABELLA PUENTE DE ANDRADE

**“FILHOS DA LAMA E IRMÃOS DE LEITE DOS CARANGUEJOS”: as relações
humanas com o manguezal no Recife (1930-1950)**

Recife
2019

ISABELLA PUENTE DE ANDRADE

**“FILHOS DA LAMA E IRMÃOS DE LEITE DOS CARANGUEJOS”: as relações
humanas com o manguezal no Recife (1930-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A553f Andrade, Isabella Puente de.
“Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos” : as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950) / Isabella Puente de Andrade. – 2019.
173 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
Inclui referências, apêndice e anexos.

1. História. 2. Recife (PE) – Séc. XX. 3. Manguezais. 4. Liga Social Contra o Mocambo. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-094)

ISABELLA PUENTE DE ANDRADE

**“FILHOS DA LAMA E IRMÃOS DE LEITE DOS CARANGUEJOS”: as relações
humanas com o manguezal no recife (1930-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: **01/07/2019**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
(Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Luiza Nascimento dos Reis
(Examinadora Interna) Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
(Examinador Interno) Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jan Bitoun
(Examinador Externo) Universidade Federal de Pernambuco

À mainha, raiz; à painho, tronco; à Gabi, flor; à Jorge, semente; e à todas as mulheres e
homens-caranguejo mundo à fora

AGRADECIMENTOS

Sou todas as deusas que me habitam. Foram muitas barbáries acometidas à minhas ancestrais, e é carregando todas elas nas costas que dou corpo a esse trabalho: desde vovó Zilda, vovó Vera e vovó Vilma às mães pretas de hoje e de amanhã que, como diz Conceição Evaristo, costuraram a vida com fios de ferro.

Preciso começar falando de três deusas que remendaram meus obstáculos com tamanho amor e paciência. A primeira, minha mãe querida, que hoje tenho outra visão depois de parir. Desconheço coração maior que o dela, que segurou sorrindo essa barra de cuidar de um recém-nascido, enquanto essa atropelada mãe que vos fala concentrava em escrever a dissertação. A segunda, minha orientadora e mestra Christine Rufino Dabat, essa mulher-enciclopédia que soube ser, durante todos os anos que tive o prazer de comer seus biscoitinhos e ouvir suas lições, uma mulher gentil, rígida e doce. Certamente deu trabalho orientar uma artista e mãe de primeira viagem, mas aqui estamos nós, resultado de muita responsabilidade e ternura. A terceira, Ceça, esse ser de luz que irradia meu caminhar. Vocês são a alma deste trabalho e minhas inspirações para a vida.

Ao meu Pai natureza, numa sociedade tão carente de figuras paternas que sejam exemplo, tive a sorte de ter esse ser humano cheio de sabedoria e carinho como mentor dos meus caminhos, principalmente nas horas difíceis.

À minha irmã Gabi, outra deusa que nunca deixou de ter fé em mim e ser colo – e umas broncas necessárias também. Nenhuma distância é capaz de ser abismo nesse laço tão bem dado entre nossos corações. Minha inspiração como pesquisadora e ser humano.

Aos professores Carlos Miranda, Luiza Reis, Antônio Rezende e Socorro Abreu, mestres e amigos que levo com muito carinho. Obrigada pelas contribuições ao meu trabalho e formação como ser humano.

Ao professor Jan Bitoun, outro mestre que foi o grande responsável por impulsionar a temática desta pesquisa, sem a sua desafiadora e pertinente sugestão, este trabalho sequer iria existir.

Aos meus queridos colegas resistindo na área das humanidades, sempre solícitos e com muito conhecimento a compartilhar: Raíssa Carneiro, Mateus Simon, Geraldo Lelis, Rafael Soares, Arthur Barros, Bianca dos Anjos, Anna Litwack, Débora Rêgo, Bruna Teixeira, Dário Santos, Renata Santos.

Ao SLAM das Minas PE, fonte da minha fortaleza, assim como Carla Castro,

Maria Samara, Heitor Dutra, Juliana Nunes, Raissa Oliveira, Carolina Magalhães, Laís Almeida, Amanda Oliveira, Gessica Arcanjo, Marcela Pereira, Eduarda Nunes. Agradeço também à Luninha, por tanto aprendizado compartilhado.

Por último, ao serzinho que me fez tirar leite de pedra e leite das mamas, me fazendo renascer nesses tempos sombrios que hoje se instauram no Brasil. Meu Jorge, mini-pessoa que tanto me ensina sobre o amor, o combustível da minha fé. São momentos difíceis na conjuntura política, mas, como diz Gabz, “a esperança é uma mulher preta cantando os raps mais pesados do planeta”. Sigamos arte, luta e conhecimento para abrir caminhos pelos que virão.

Muito obrigada!

O trabalho da civilização, ou mais precisamente do Estado, consiste na eliminação da lama e sua substituição por seus constituintes mais puros, terra e água. Seja na China Antiga, na região finalmente subjugada por Mussolini, ou nos remanescentes pântanos do sul do Iraque drenados por Saddam Hussein, o Estado tem se esforçado para transformar as zonas úmidas ingovernáveis em campos de grãos tributáveis [...]. [tradução da autora] – (SCOTT, 2017, p.56).

Olhe, meu senhô, pescador só não deixa de ter seja o que for pra comer, porque é um povo abençoado. O senhô veja que Jesus escolheu seus discípulos todinhos pescadores. – (Maria Francisca Dias Nascimento, catadora de marisco, em entrevista ao Jornal Diário de Pernambuco em 16 de Fevereiro de 1936).

RESUMO

A relação entre o homem e o manguezal foi de acordo com experiências e vivências, que construíram imaginários paisagísticos diversos, entre as diferentes classes sociais. No Recife, a partir do século XVIII, a medicina, imbuída do pensamento ocidental dominante acerca dos males causados pelos “miasmas”, instituiu medidas através do Estado, que tiveram como alvo o mangue, compreendido pela classe dominante como um meio danoso à saúde pública. As mulheres e homens-caranguejo, por outro lado, conviviam com o mangue como um meio de subsistência, numa relação semelhante à de vários povos tradicionais, especialmente indígenas e africanos, com as zonas úmidas. Foi com a instituição da Liga Social Contra o Mocambo, no Governo Vargas, que as políticas em repúdio ao mangue, carregando os ideais de progresso e de democracia racial, intensificaram-se no Recife. Esta pesquisa intui em destrinchar as diferentes visões sobre o mangue, a partir da análise da imprensa escrita, artigos, Relatórios, Boletins Informativos emitidos pelo Estado, trazendo a voz tanto da classe dominante como da população pobre da cidade. A partir das fontes e do levantamento bibliográfico, foi possível notar que a lógica de dominação e exploração por parte da classe dominante estava também presente nas relações estabelecidas com o mangue, enquanto que a população pobre do Recife cultivou uma relação de muito mais respeito e harmonia com esse ecossistema. Conviver com o mangue foi, para a classe trabalhadora, uma via alternativa ao domínio do Estado, bem como um meio de sobreviver à fome.

Palavras-chave: Mangue. Recife. Liga Social Contra o Mocambo.

ABSTRACT

The relationship between man and mangrove was built according to personal experiences, which constructed diverse landscape imaginaries among different social classes. In Recife, from the nineteenth century onwards, medicine, with the dominant western thinking about the evils caused by the "miasmas", instituted measures through the State, which aimed the devastation of the mangrove, understood by the ruling social class as harmful to the public health. Women and crabmen, on the other hand, coexisted with the mangrove as a livelihood in a relationship similar to many traditional peoples, especially indigenous and African, with wetlands. It was with the institution of the Social League Against the Mocambo, in the Vargas Government, that policies in repudiation of the mangrove, carrying the ideals of progress and racial democracy, reached their peak in Recife. This research aims to show the different views on the mangrove, from the analysis of the written press, articles, Reports, News Bulletins issued by the State, bringing the voice of both the ruling social class and the poor population of the city. From the sources and the bibliographical survey, it was possible to note that the domination and exploitation logic of the ruling social class was also present in the relations established with the mangrove, while the poor population of Recife cultivated a relation of much more respect and harmony with this ecosystem. Living with the mangrove was, for the working class, an alternative to the rule of the state, as well as a way of surviving hunger.

Keywords: Mangrove. Recife. Social League Against the Mocambo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia de Mangues do Recife nos anos 1930.....	26
Figura 2 - Mapa da distribuição de manguezais no mundo.....	28
Figura 3 - Mapa da distribuição dos manguezais no Brasil.....	32
Figura 4 - Fotografia de espécie do tipo <i>Rhizophora mangle</i>	34
Figura 5 - Ilustração da Baía entulhada do Recife.....	35
Figura 6 - Mapas com os principais rios e canais do Recife.....	36
Figura 7 - Planta do Recife do Brasil de 1907.....	37
Figura 8 - Planta da cidade do Recife de 1906/07 por Douglas Fox.....	72
Figura 9 - Esquema adaptado do Plano Geral de Saturnino de Brito para o Recife.....	74
Figura 10 - Eucaliptos, com menos de um ano, plantados em um antigo “pântano” nos arredores da cidade de Jaboatão.....	76
Figura 11 - Início das obras do canal de alvenaria construído para drenagem no Derby.....	80
Figura 12 - Conclusão das obras do canal de alvenaria construído para drenagem no Derby.....	80
Figura 13 - Mocambos com tetos de palha ou telha [1939?].....	83
Figura 14 - Mapa do Recife de 1932.....	99
Figura 15 - Mapa do Recife de 1951. Acervo URB-Recife.....	100
Quadro 1 - Redes de ligações da palavra “mangue”.....	110
Figura 16 - Foto de Homens catando caranguejos no mangue [1920-1930?].....	117
Figura 17 - Marisqueira Maria Francisca Dias do Nascimento, em 1936.....	130
Figura 18 - Marisqueira com crianças retornando da pesca, em 1936.....	134
Figura 19 - Distribuição espacial de alguns quilombos baianos da era colonial.....	136

Figura 20 - Figura mitológica da Hydra de Lerna que habitava os pântanos na Grécia.....	137
Figura 21 - Representação da entidade Nanã Buruku.....	139
Figura 22 - Representação do Guajara.....	139
Figura 23 - Matéria sobre a lenha de mangue no Recife, em 1936.....	148
Figura 24 - Pescador com corda de caranguejo, em 1947.....	150
Figura 25 - Marisqueiras em coletivo, em 1936.....	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TERRITÓRIOS ALAGADOS À MARGEM DO IMAGINÁRIO OCIDENTAL	24
2.1	Mangue, pântano ou alagado?	24
2.2	Quadro natural	27
2.2.1	Cenário topográfico: os manguezais na cidade do Recife.....	34
2.2.2	O mangue em diferentes poéticas	38
2.3	O predomínio do imaginário ocidental na memória da paisagem	40
2.3.1	Em favor de bosques e florestas e novas percepções da praia.....	45
2.3.2	Contra o mangue: primórdios da perseguição milenar às áreas pantanosas	50
3	O REPÚDIO AO MANGUE A PARTIR DO SÉCULO XIX: UM PERIGO À SALUBRIDADE PÚBLICA	54
3.1	Contra os alagados, em favor do progresso	55
3.1.1	“O tempo também é grande fator de progresso”: a visão teleológica da História	57
3.2	O saneamento dos terrenos paludosos	61
3.2.1	A Medicina social.....	63
3.2.2	O terreno alagadiço como foco de infecção.....	65
3.2.3	O pântano na voz dos médicos	67
3.3	“Saneando” o mangue nos anos 1920: aterro, drenagem e plantio	71
3.3.1	A contribuição do engenheiro Saturnino de Brito.....	73
3.3.2	Os alagados nos tempos do Governo Sergio Loreto (1922-1926).....	77
4	AS “VOZES BAIXAS” DOS TERRENOS ALAGADOS NA ERA VARGAS: A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO	82
4.1	Ecos do racismo científico: o mito da democracia racial	85
4.1.1	Uma ciência às avessas: a noção de “raças inferiores”	87
4.1.2	O conveniente elogio à mestiçagem	93
4.2	O mangue como “fator geográfico” do mocambo	97
4.2.1	Uma voz dissonante na classe intelectual: o mangue em Josué de Castro	104
4.2.2	“Repugnante”, “progresso”, “afeia”, “lutar contra”	109
4.2.3	“Negro”, “trabalhador”, “fome”, “mocambo”, “tira caranguejos”	111
5	O “VIVER DA MARÉ”: OS FILHOS DA LAMA NAS SUAS PRÓPRIAS VOZES	120
5.1	Diferentes Imaginários Paisagísticos: Visão dos negros e indígenas x visão da classe dominante	120
5.1.1	O monopólio do Estado nas zonas úmidas.....	125
5.1.2	Formas de subsistência e resistência: entre pescadores e lavadeiras	131
5.1.3	Redes de sociabilidade e divisão sexual do trabalho.....	133

5.1.4	Dos mitos: Nanã, a Hydra e o Guajara	136
5.2	Dois saberes diversos: o extrativismo vegetal e o extrativismo animal	140
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS	160
	APÊNDICE A – FONTES COMPLEMENTARES	169
	ANEXO A - DECRETO Nº 14.596, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1920.....	171
	ANEXO B – DECRETO Nº 17.096, DE 28 DE OUTUBRO DE 1925	173

1 INTRODUÇÃO

A paisagem do Recife carrega uma memória marcada pela profunda interação do ser humano especialmente com os mangues e rios em seu entorno. Numa perspectiva ambiental da história do Recife, o escopo deste trabalho é transformar uma topografia inanimada em agente, com vida própria¹, apreciando o ecossistema manguezal como protagonista dos fatos históricos na sua relação com as distintas classes sociais que o cercaram entre os anos 1930 e 1950.

As percepções que os sentidos humanos imprimem à natureza estão sempre imbuídas de uma memória, uma experiência cultural, que não se entende apenas pelas sensações, mas também pelo contexto histórico. Enquanto algumas partes do mundo natural foram enaltecidas pela classe dominante, outras foram esquecidas, algumas repudiadas. E o mangue encontra-se nesse último caso. Para desbravar a historiografia por trás desse ecossistema na cidade do Recife, fez-se uso dos segundo e terceiro níveis da história ambiental propostos por Donald Worster².

O segundo nível da história ambiental, segundo Worster, “introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente”, em que aqui preocupou-se em entender as relações sociais que brotaram do trabalho, com os diversos modos que os povos produziram bens a partir dos recursos naturais³ – no caso do mangue, como se deu o extrativismo vegetal e o extrativismo animal para as diferentes classes sociais.

O terceiro nível da história ambiental, de acordo com Worster, por outro lado, foi o que auxiliou a penetração nas mentalidades da classe trabalhadora e da classe dominante, no que diz respeito ao “tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”⁴. Foi a perspectiva sobretudo erigida em estruturas de significação que direcionou as políticas públicas que perseguiram o mangue, principalmente a partir do século XIX, no Recife.

O manguezal, vítima das ações da administração pública que possuíam o intuito de arrancá-lo das vistas dos centros urbanos, esteve no lugar de rejeição graças aos ideais

¹ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.23.

² WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. In: Estudos Históricas. vol. 4, n. 8. Rio de Janeiro, 1991, p. 198-215.

³ Idem. p.202.

⁴ Idem. Ibid.

eurocêntricos presentes na mentalidade da classe dominante, no recorte temporal escolhido. Um dos intuitos dessa pesquisa foi o de questionar os limites e perigos que a ideologia do “progresso” e da “civilização” causou ao mundo natural e, ademais, como uma visão utilitária da natureza pôde também ser prejudicial para aqueles que se contentavam em dela viver harmoniosamente. Aqui destacando-se as mulheres e homens-caranguejo que, atolados na lama, estabeleceram um trato de muito mais respeito com o manguezal do que o Estado foi capaz de lhes oferecer.

Adentrar na historiografia de um ecossistema tão repudiado ao longo da história do Ocidente deixou claro como as defesas em favor da preservação do mangue, até pelo menos os anos 1960, não passam de algumas poucas vozes dissonantes. É fácil notar, ao analisar os críticos ambientais brasileiros, que há um desequilíbrio de vozes entre as que defendem as florestas e as que defendem o manguezal⁵. A balança tende a pesar muito mais farta para o lado dos críticos em favor das matas e bosques brasileiros, em detrimento dos que se indignavam com a devastação dos mangues.

Por estar tão ausente das preocupações da classe política e intelectual, um dos desafios da pesquisa foi encontrar discursos que olhassem o mangue com algum zelo, mesmo que de forma utilitarista. No entanto, ainda mais complexo foi projetar uma visão acerca do manguezal que não fosse a dominante, ao longo da história do Recife, visto que os discursos que sobressaem nos jornais, relatórios, congressos são obviamente dos que detêm o poder.

Tendo sua visão de mundo invisibilizada, o caminho para mapear o sentimento de apreensão da paisagem pela classe trabalhadora, de pessoas afrodescendentes, foi cheio de obstáculos. O desafio de confrontar a ideia de progresso europeu tornou-se mais brando com o apoio de peso da imprensa escrita que, apesar de ser veiculada pela classe dominante, por vezes preocupou-se em dar voz às catadoras de mariscos e aos catadores de caranguejo, bem como o grande suporte das referências bibliográficas.

Neste trabalho, está presente a análise de como o domínio socioeconômico interage com o meio-ambiente, no caso, como as autoridades agiram em suas políticas higienistas com as áreas de mangue. O recorte temporal foi feito justamente pensando o momento em que Recife viveu uma intensificação de aterros aos alagados, devido à criação da Liga Social Contra o Mocambo.

A trajetória de drenagens e aterros é de tempos longínquos na história do Recife, mas foi a partir da Liga que o discurso contra o mangue foi potencialmente sobre a estética da

⁵ SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Campos dos Goitacases. Faculdade de Direito de Campos, 2006.

cidade, em que as casas dos trabalhadores erguidas na lama – os mocambos – foram demolidas em favor da especulação imobiliária. É sob o período do Estado Novo que o Estado atua com afinco sobre as habitações das camadas mais baixas.

O período Vargas foi também um momento de pensar a identidade nacional do Brasil, em que as ideias higienistas e eugenistas atreladas tomaram corpo, atingindo as pessoas “negras” e mestiças que viviam do manguezal. O discurso de saneamento dos mangues esteve relacionado ao incentivo tanto de hábitos higiênicos como eugênicos⁶. Outrossim, o recorte foi devido à documentação disponível, a qual, no que diz respeito às populações que sobreviviam do mangue, se mostrou bem mais abundante a partir dos anos 1930. E, foi até os anos 1950, para abarcar a obra de Josué de Castro como uma importante personagem na produção intelectual acerca dos mangues do Recife.

Os historiadores ambientais, segundo Donald Worster, insistem na premissa de que é preciso ir mais fundo na análise histórica, atravessando as relações de classe, gênero, raça, até encontrar a própria terra⁷, aqui entendida como um verdadeiro agente, de presença marcante na história. Worster afirma que boa parte do material dessa área da historiografia já está disponível há séculos, sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes. Neste trabalho, de fato, questões de classe, raça e gênero foram somadas às relações com a biota, com o intuito de aprofundar a análise que confrontou homem e mangue naquele período.

A partir da investigação do manguezal enquanto protagonista da história do Recife, é perceptível o quanto esse ecossistema foi maltratado em nome de uma ideologia de “modernidade” e “progresso”, o custo que o desenvolvimento do sistema capitalista no espaço urbano, nos séculos XIX e XX, implicou ao equilíbrio da natureza. Ademais, há o intuito de contribuir para, ainda segundo Worster: “o entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”⁸.

Os manguezais são a paisagem que resiste no Recife, chegando a ser inspiração de movimentos artísticos como o manguebeat, marcando a cidade com suas raízes aéreas. Traçar uma historiografia tendo os mangues como escopo é imprescindível para o entendimento da dinâmica dos habitantes do Recife. A paisagem dos alagados tomou e toma conta do cenário da cidade anfíbia, sendo impossível ignorar sua presença num campo tão interdisciplinar como a historiografia.

⁶ Diário da Manhã, 19 de Outubro de 1940.

⁷ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Op. Cit..

⁸ Idem. Ibid.

De grande relevância para esse trabalho foram os suportes bibliográficos para o embasamento argumentativo, onde questionamentos simples tornaram-se cada vez mais complexos. Os trabalhos de orientação da Professora Dr^a Christine Dabat foram da maior valia para o desenvolvimento deste trabalho⁹. Desde a dissertação histórico-jurídica de Raíssa Orestes sobre o debate político em torno da conservação das matas pernambucanas, aos trabalhos de Mateus Samico Simon e Laura da Hora. Esta, trazendo questões sobre a modernidade imposta pelas autoridades em Pernambuco, no século XIX, apresentando os aspectos sociais que cercaram a arborização no Recife entre 1840-1880. Mateus Simon, por outro lado, analisa as vicissitudes da política florestal portuguesa na Capitania Geral de Pernambuco entre 1780-1819.

A abordagem da obra *Against the Grain*, do cientista político James Scott, está em consonância com o método da história ambiental que, de acordo com Pádua, observa cronologias de longa duração, para entender as gigantescas mudanças geofísicas que já ocorreram na Terra¹⁰. O trabalho desse cientista político sobre a história das domesticações, tomando por foco a Antiguidade Oriental, foi uma das principais fontes para o desenvolvimento do objeto. O autor traz um instigante estudo acerca da historicidade das sociedades que subsistiam das zonas alagadas, mostrando a longa importância das áreas úmidas para humanidade, principalmente como um modo de questionar os Estados agrários, que apesar de terem um longo histórico de trabalho forçado, utilizam a insígnia do “progresso”.

A partir das reflexões do historiador ambiental Arthur Soffiati, foi possível pensar o manguezal na história e cultura do Brasil, desde os conflitos entre extrativismo animal e extrativismo vegetal dos mangues ao posicionamento legislativo em relação aos embates em torno desse ecossistema. Tanto quanto o trabalho de Soffiati, a dissertação de Fernanda de Almeida, intitulada *A História da devastação dos manguezais aracaJuanos*, reforçou as bases desse trabalho. Sua tese *Em comum benefício dos meus vassallos: A Magistratura e a administração das florestas na Capitania de Pernambuco (1755-1822)* foi importante principalmente para a análise dos usos econômicos do manguezal pernambucano pela classe dominante.

⁹ De Raíssa Orestes, a dissertação “Os donos das florestas”: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). De Mateus Samico, a dissertação As “matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo” e a “Zona da Mata”: Sociedades, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (1780-1808). De Laura da Hora, a dissertação “A praça é do povo como o céu é do condor”: arborização no Recife no século XIX.

¹⁰ SCOTT, James C. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven: Yale University Press, 2017. p.5.

A apropriação dos recursos naturais do mangue pela classe trabalhadora foi percebida com o suporte teórico de Marta Vannucci em *Os manguezais e nós*, um estudo preciso sobre as características físicas do manguezal, que também traz as relações do homem com esse meio ao longo da história. Os trabalhos do historiador Alain Corbin foram, do mesmo modo, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Em *Saberes e Odores*, o autor versa sobre a história dos olfatos, em que foi possível encontrar paralelos entre os “maus ares” que chegavam às narinas da classe dominante com os “miasmas” que essa classe acreditava serem emanados dos pântanos.

Para a compreensão entre os debates da classe intelectual do estado de Pernambuco acerca dos mangues, visões diversas que manifestaram expoentes opostos em pensadores como Josué de Castro e Gilberto Freyre, o artigo do geógrafo Jan Bitoun *Recife, uma interpretação geográfica*, foi uma fonte de grande relevância para conflitar as diferentes apreensões desse ecossistema. O artigo *Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana*, do historiador Thomas Rogers, foi o grande pilar na finalização desta pesquisa, em que foi possível traçar um paralelo entre o imaginário paisagístico na zona da mata e o imaginário presente no mangue.

Acerca do período estudado e as questões que se desdobram no Governo Vargas, tomando como ponto de partida os discursos de modernização e a relação com o manguezal, certamente o trabalho *Veneza Americana x Mucambópolis*, de Zélia Gominho, foi fundamental. A autora traça em detalhes o panorama montado no Recife com a atuação da Liga Social Contra o Mocambo, ressaltando as derrubadas das habitações populares em consonância com o novo projeto de identidade nacional que passa a vigorar nos anos 1930.

O campo da História da Saúde acabou sendo de suma importância para a análise dos discursos das políticas higienistas que atingiram os mangues, visto que geralmente a higiene do corpo e da cidade foram utilizadas como justificativas para os aterros dos alagados. Assim sendo, o trabalho *Cidade Febril*, do historiador Sidney Chalhoub, tornou possível traçar as políticas higienistas no Recife, com paralelos entre a vida nos cortiços da Corte Imperial e os mocambos no Governo Vargas.

Josué de Castro é um titã do conhecimento, no que diz respeito a ir além de defender o mangue apenas como rentável para a economia, reforçando sua importância como fonte de alimento para as populações que nele viviam, além de ser habitat de inúmeras espécies. É em uma de suas obras mais famosas, *Documentário do Nordeste*, que este autor traz luz a um aspecto dos mangues até então negligenciado por vários intelectuais, que são seus múltiplos benefícios aos animais e seres humanos.

Ainda, em *Geografia da fome*, Castro analisa a fome enquanto um assunto quase proibido e tão presente na sociedade brasileira. Sua crítica ao problema da fome, longe de ser rasa, apresenta como fundamental os aspectos socioeconômicos como agentes causadores dessa maleita. Para endossar a análise das relações afetivas desenvolvidas com o mangue, seu romance *Homens e Caranguejos* foi de suma relevância para compreender as redes de sociabilidades entre as mulheres e homens-caranguejo.

As principais fontes primárias utilizadas neste trabalho foram Boletins da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio; Boletins do Órgão Oficial do Serviço Social Contra o Mocambo; Relatórios da Liga Social Contra o Mocambo, todos disponíveis na APEJE¹¹; Anais da ALEPE; finalmente, reportagens de jornais de grande circulação, em que foi feito um levantamento das percepções do mangue no Recife, a partir de tais matérias entre os anos 1930 e 1950.

Analisando o *Diario de Pernambuco*, *Diario da Manhã*, *Diário Oficial do Estado*, *Jornal do Recife* e *A Província*, ficou claro não só o repúdio pelas áreas lamacentas, por parte da classe dominante, mas também pelos tipos de habitação que no mangue eram construídas. Quanto aos usos econômicos, entre o recorte temporal, foram constatadas inúmeras ocorrências anunciando a venda da casca e lenha do mangue, assim como conflitos em torno dos cortes de suas árvores, sem deixar de citar as constantes metáforas pejorativas que buscavam relacionar o mangue com uma espécie de “natureza inferior”.

O desenvolvimento do primeiro capítulo, chamado *Territórios alagados à margem do imaginário ocidental* visa esclarecer de antemão a visão da natureza como um todo, construída na Europa Ocidental, que remonta desde a Antiguidade Clássica. Neste primeiro momento são destrinchadas questões desde à nomenclatura do termo “mangue”, ao seu quadro natural e distribuição no cenário topográfico do Recife. Ademais, com o apoio dos trabalhos especialmente de Simon Schama, Keith Thomas e Raíssa Carneiro foi aqui destrinchado a forma como os europeus se relacionaram com as demais florestas, em contrapartida ao modo de se relacionar com o mangue.

O debate segue sobre as origens da visão ocidental que fisgou o pântano enquanto uma natureza hostil. Com a obra de Alain Corbin, junto ao trabalho desenvolvido por Alexandre Chaves em *Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?*, ressalta-se que a imagem de pântano como lugar mórbido atravessou toda a cultura médica herdeira dos pressupostos hipocráticos. Hipócrates, disseminador da doutrina

¹¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

miasmática, foi de grande influência para Aristóteles, assim como para uma série de médicos europeus que lhe sucederiam.

A pesquisa vinha tomando o rumo de se adentrar entre os anos 1910 e 1920, onde a teoria dos miasmas ainda possuía alguma força na cultura da classe dominante recifense. Pela documentação, seria um ótimo período para se debruçar sobre questões que tratam essencialmente o ecossistema manguezal como objeto, permeando questões como salubridade, acessibilidade, especulação imobiliária e habitação. No entanto, devido ao foco principal do trabalho ser as relações humanas com o mangue, precisamente as relações estabelecidas com as camadas populares em contrapartida à classe dominante, a documentação se mostrou mais suficiente no que diz respeito à Era Vargas.

Contudo, fez-se necessário produzir, no segundo capítulo, intitulado *O repúdio ao mangue a partir do século XIX: um perigo à salubridade pública* os rumos da administração pública do Recife que atingiram o manguezal, embebidos do discurso dominante. A ideia foi de pavimentar o caminho do higienismo em Pernambuco, onde os aterros e drenagem do mangue intensificaram-se, buscando traçar os antecedentes das políticas do interventor Agamenon Magalhães. Há um levantamento sobre os planos de saneamento do Recife elaborados pela classe dominante em conjuntura com o poder público, que contou com a significativa atuação de médicos e engenheiros.

Abordou-se, nesse momento, o Governo Sergio Loreto, evocado pela Liga Social Contra o Mocambo como um importante legado no saneamento do Recife, destacando-se a importância do médico Amaury de Medeiros e do engenheiro Saturnino de Brito. O combate à malária foi um dos pilares das justificativas para aterro e drenagem do solo alagado, em que, ao avaliar os jornais locais, ficou claro como o impaludismo foi justificativa da devastação do mangue para a implantação de canais pela cidade.

O ideal de progresso enquanto diretriz do pensamento da classe dominante durante o século XIX até meados do XX, foi discutido numa perspectiva que buscou questionar as veias do eurocentrismo na mentalidade brasileira. Para isso, um levantamento de autores como Ranit Guha, *As vozes baixas da história*; Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe*; Gilberto Dupas, *O mito do progresso*; Jack Goody, *O Roubo da História*; Peter Bowler, *The Invention of progress*, teve o intuito de reforçar o objetivo de descolonizar a historiografia. Isso devido ao debate de Patrick Boucheron sobre uma “história-mundo”, ou “Global History”, que se desfaça do eurocentrismo, através de um comércio historiográfico equivalente para os locais estudados, ou seja, uma aplicação de igualdade documental às diversas sociedades.

Pensar a complexidade do ser humano na história, incorporar além dos aspectos políticos, econômicos e culturais também as relações humanas com a natureza desencadeou questionamentos ainda mais sofisticados, sobre a importância não só de dar voz a topografias inanimadas, mas de abordar a história do mundo com novas vozes. Este trabalho se empenhou em variar os pontos de vista, descentrando o olhar, de acordo com Patrick Boucheron, se desfazendo do eurocentrismo¹².

Ir de encontro ao “Difusionismo Eurocêntrico”¹³ significou entrar em contato com interlocutores asiáticos, latino-americanos¹⁴, ferindo o “orgulho nacional” dos discursos dos historiadores europeus sobre suas respectivas nações. Contudo, a parte mais importante desse novo debate metodológico foi o tratamento da historiografia em escala global, agenciando informações heterogêneas em narrativas de longa duração e cobrindo vastos espaços¹⁵. A importância de historiadores advindos de países “subdesenvolvidos” que incorporaram a Global History fertilizou o solo da historiografia mesmo que, como os autores indianos, fossem taxados como um “grupo de estudos subalterno”¹⁶.

Afinal, debater sobre a modernização é conhecer o quanto a Europa Ocidental identificava-se como ápice da “civilização”, o centro do mundo. Em contrapartida, os países “subdesenvolvidos” foram encarados como periferia, com um desenvolvimento considerado “atrasado”. Apesar de hoje ser questionado pelos historiadores dispostos a traçar uma “história-mundo”, o mito do progresso foi incorporado aos discursos relativos ao manguezal em Pernambuco, principalmente na virada século XIX para o XX.

No terceiro capítulo, *As “vozes baixas” dos terrenos alagados na Era Vargas: A Liga Social Contra o Mocambo*, explica-se o contexto político do governo Vargas, que tornou Agamenon Magalhães interventor federal em Pernambuco. O viés de repúdio ao manguezal ficou cada vez mais atrelado à população que o habitava, com a campanha pela Liga Social

¹² BOUCHERON, Patrick; DALALANDE, Patrick. Por uma história-mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.11.

¹³ Termo de James Blaut, que indica a crença tanto histórica quanto geográfica de que a Europa é a grande “fazedora de história”, enquanto o resto do mundo avança lentamente. Blaut o utiliza em sua obra *The Colonizer’s Model of the World: Geographical Difusionism and Eurocentric History*. New York: The Guilford Press, 1993. CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). Dissertação do Departamento de História, UFPE, 2015. p.51.

¹⁴ De acordo com Raíssa Carneiro, nomes como Cheikh Anta Diop, para a África, Ranahit Guha, Dipesh Chakrabarty e Sanjay Subrahmanyam, para a Índia e o sul da Ásia, Greg Denning e Marshall Sahlins, para a Oceania, e Leopoldo Zea, Edgardo Lander e Eduardo Galeano, para a América Latina, dentre vários outros, passaram a propor uma narrativa da história a partir da visão dos “subalternos”. Ibid. p.53-54.

¹⁵ A essa forma de desenvolver a historiografia, dá-se o nome de “Global History”. BOUCHERON, Patrick; DALALANDE, Patrick. Por uma história-mundo. Op. Cit. p.8.

¹⁶ O chamado “Subaltern Studies Group”, surgido nos anos 1980, na Inglaterra; CARNEIRO, Raíssa. “Os donos das florestas”. Op. Cit. 55.

Contra o Mocambo. Os mocambos eram remanescentes do período escravocrata, local onde os negros fugidos ou livres habitavam. Com o fim da escravidão e o crescimento urbano este tipo de construção se proliferou pela cidade, chegando cada vez mais perto dos sobrados e assombrando o ideal de estética urbana da classe dominante.

A justificativa para a extinção dos mocambos está diretamente relacionada aos ditos “hábitos eugênicos” que o próprio Getúlio Vargas discursava em favor. Aqui está sendo analisado o vocabulário que reforça a ideologia dominante, tratando os mocambos como um mal à cidade tanto estético como higiênico, de “arquitetura estranha”, como insiste a classe dominante nos jornais. Também se ressalta como o mocambo associa-se ao manguezal enquanto elemento de repulsa, destacando que ambos são vistos como alvos a serem duramente combatidos.

Num breve quadro de denominações feitas ao mangue, de acordo com Régine Robin em *História e Linguística*, é perceptível sua semelhança estética com as mulheres e homens-caranguejo, segundo a classe dominante, sendo este o vocabulário predominante: negro; sujo; conquistado ao mangue; água salobra e suja; água preta; pequena ilha de sujeira e imundície. Quanto à população, ideias de caridade e assistência tentaram mascarar o real objetivo econômico na cruzada contra os mocambos. Ademais, as ambições do Estado miravam tanto os corpos dos trabalhadores que viviam no mangue, como o terreno aterrado para atender aos interesses da iniciativa privada.

O período entre os anos 1930 e 1950 foi de ouro para intelectuais como Gilberto Freyre formularem a ideia de “democracia racial” que tanto marcou o imaginário brasileiro. Desse modo, são destrinchadas as ideias mais fundamentais do racismo científico que ecoaram no elogio à mestiçagem. É também neste momento que há a problematização da ideia eurocêntrica sobre o que é “primitivo” e o que é “civilizado”, com o suporte dos sociólogos Anibal Quijano e Kabengele Munanga, bem como as historiadoras Lilia Schwarcz e Christine Rufino Dabat, para desvendar as contradições por trás da “democracia racial”.

O primeiro Congresso Afro-brasileiro no Recife foi de suma importância para que as ideias disseminadas por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala tomassem corpo e credibilidade entre a classe dominante. Apesar de fazer um pequeno esforço de enaltecer o povo negro, essas ideias que maquiavam a desigualdade racial e de classe no Brasil ganham destaque até os dias atuais. Indo mais a fundo, são questionados os termos utilizados no tal elogio a mestiçagem, que persistem em tratar a cultura ocidental como elevada e a afro-indígena sob termos pejorativos desde os seus caracteres físicos à sua inteligibilidade.

É aqui também debatida a questão da fome por Josué de Castro, entendendo o mangue como uma alternativa à exploração da zona canavieira. Ainda, sua visão sobre o manguezal é conflitada com a de intelectuais como Gilberto Freyre e Mário Lacerda de Melo, ressaltando-se alguns críticos ambientais que, contra a correnteza, assim como Castro, preocuparam-se em defender as áreas alagadas.

No último capítulo, *O “viver da maré”: os filhos da lama nas suas próprias vozes*, é finalmente abordada a relação humana com o manguezal para além da visão ocidental dominante, desmistificando a ideia de um progresso europeu como único possível. Observando e aprendendo com outros povos ao redor do globo, especialmente os que foram tão inferiorizados pelo racismo científico, como os ameríndios e africanos, esse capítulo tem o intuito de questionar, a partir dos escritos de James Scott, o quanto as zonas úmidas foram importantes na humanidade como meio de resistência, desde tempos longínquos.

A partir dos mitos da paisagem, a divisão sexual do trabalho, as redes de sociabilidade, neste momento final é aonde o cotidiano nos mangues dos anos 1930 a 1950 é explicitado na voz de seus próprios habitantes. Sempre buscando confrontar as visões diversas das classes sociais, aqui é enfim colocado os diferentes saberes e usos do mangue, ora no extrativismo vegetal, ora no extrativismo animal.

2 TERRITÓRIOS ALAGADOS À MARGEM DO IMAGINÁRIO OCIDENTAL

Para fazer uma historiografia das relações humanas com o manguezal no Recife, é necessário compreender alguns pontos fundamentais, os quais foram decisivos para a dinâmica com o mangue pelas diferentes classes sociais. Será feita aqui uma análise acerca do pensamento ocidental sobre a natureza, buscando entender as raízes do repúdio ao mangue por parte da classe dominante, em contrapartida à defesa de outras formas de floresta e às novas percepções das praias. Para tal, é profícuo esmiuçar o quadro natural das áreas de mangue, bem como sua distribuição no cenário topográfico mundial e local.

Apesar de deixar bem claro a ideia negativa sobre os alagados, através da investigação dos jornais, boletins informativos, regulamentos e relatórios diversos, foi possível detectar um conflito a respeito de como a classe dominante se referia ao mangue. Sinônimos como “pântano”, “alagados”, “terreno alagadiço”, “solo paludoso” foram utilizados para denominar aquele ecossistema. Nesse trabalho, todas as vezes que outros termos foram utilizados para designar o manguezal, foi devidamente certificado que os sinônimos que aparecem na documentação se referiam realmente ao mangue. Dito isso, a investigação do tema tem início com um esclarecimento sobre as equivalências de mangue no período estudado.

2.1 Mangue, pântano ou alagado?

Hoje é consenso de que o termo “mangue” é usado para designar um grupo florístico diverso de árvores tropicais e arbustos pertencentes a famílias sem parentesco, que dividem características fisiológicas e adaptações especiais que permitem sua persistência em inundações, salinidade, oxigênio reduzido e a não consolidação de substratos¹⁷. “Mangue” é também utilizado para denotar uma comunidade de floresta de mangue ou um ecossistema de manguezal, o meio de interações entre plantas, animais e microorganismos ocupando uma área de mangue e seu ambiente físico. O termo manguezal, por outro lado, é utilizado primando por caracterizar todo um ecossistema.

De acordo com Marta Vannucci, o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, do ano de 1952, afirma “mangue” ser uma “palavra de origem obscura”, e, assim como muitas

¹⁷ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. História da devastação dos manguezais aracajuano. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008. p.18.

palavras da língua portuguesa à brasileira, ela não deriva nem do latim nem do árabe¹⁸. O navegador português Afonso de Albuquerque, segundo o mesmo dicionário, teria sido o primeiro a utilizar a palavra “mangue”, em 1513. A definição correta de mangue é dada pelo dicionário como “Solos pantanosos à margem de lagoas e estuários; margens pantanosas de rios e portos; mangues são florestas ao longo de rios até o limite superior atingido pela água do mar”¹⁹. Em consonância com a determinação da palavra “mangue” também para tratar apenas da vegetação do manguezal, o dicionário traz que sua definição também cabe para “as plantas que crescem nas margens dos rios cobertas de mangue”²⁰.

No jornal *Diario de Pernambuco*, a palavra “pântano” ora designa um solo encharcado de água da chuva que se tornou um foco de doenças, ora se refere a um modo deveras pejorativo de chamar o solo do mangue. Em 22 de Julho de 1914 tem-se o exemplo do primeiro uso: “Com as chuvas que têm alagado as nossas vias publicas, o local referido está transformado em um verdadeiro pântano, donde se desprende insuportável fedentina”²¹. Por outro lado, “pântano” enquanto sinônimo de “mangue” pode ser encontrado no seguinte trecho, numa descrição depreciativa do ecossistema:

Dois Irmãos é um pântano, coberto de vegetações que se putrefazem, coberto de pastas formadas pela vegetação própria mesmo dos pântanos, cheio de detritos, não só vegetais, como animais, porque nele existem, vivem e se reproduzem inúmeros animais²².

O mesmo ocorre para o termo “alagado”, em que acabou ficando claro que um “terreno alagadiço” é, na verdade, um solo de manguezal, uma tradução literal do termo na língua inglesa para se referir ao solo do mangue: “wetlands”. Num mapa anônimo situando mangues no Brasil, em 1560, Marta Vannucci aponta que a área é designada como “alagados”, o que sugere que áreas assinaladas da mesma maneira em outras cartas do país e outras partes do mundo, em baixas latitudes, também sejam manguezias²³. No *Diario de Pernambuco*, em 12 de Janeiro de 1926, há uma passagem afirmando “a rua Imperial, em toda a sua extensão, era um alagado coberto de mangues”²⁴, levando a concluir que os “mangues” são a vegetação e o “alagado” o solo.

¹⁸ VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: uma síntese de percepções. Trad. de D. Navas-Pereira. São Paulo: EDUSP, 1999. p.30.

¹⁹ Idem. Ibid.

²⁰ Idem. Ibid.

²¹ *Diario de Pernambuco*, 22 de Julho de 1914.

²² *Diario de Pernambuco*, 30 de Agosto de 1911.

²³ VANNUCCI, Marta. Os Manguezais e nós. Op. Cit. p.33.

²⁴ *Diario de Pernambuco*, 12 de Janeiro de 1926.

O engenheiro agrônomo e ecólogo pernambucano João de Vasconcelos Sobrinho, um dos fundadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Jardim Zoobotânico de Dois Irmãos, esclarece bem os sinônimos de mangue em um artigo para o “Boletim de Da Secretaria De Agricultura , Industria e Comercio”, em 1937, ao afirmar que:

Mangue é o nome que entre nós tem geralmente esse tipo de vegetação e corresponde ao termo inglês de *mangrove*. A expressão mangue tanto singifica a vegetação própria aos alagadiços salgados²⁵, como aos mesmos alagadiços, tanto que mangue pode ser sinônimo de pântano salgado²⁶.

Figura 1- Mangues do Recife nos anos 1930



Fonte: Sobrinho (1937). Acervo da APEJ

Segundo Vannucci, a palavra “pântano” era a mais comumente utilizada para designar os manguezais²⁷. O conflito que há nas formas pejorativas que a classe dominante usou da

²⁵ A classificação como “alagadiço salgado”, fazia do mangue um território que cabia nos domínios das terras de marinha, de propriedade da União, gerando ambiguidades em relação a propriedade. Segundo Maria Ângela Souza, os “Terrenos de Marinha” - terras de praia, de margem, de beiramar, de mangue, de maré – estavam submetidos a regulamentação especial e compoendo o quadro fundiário brasileiro, segundo disposições da Lei Imperial n.º 601 de 1850 – a Lei de Terras. Ver maiores detalhes em SOUZA, Maria Angela de Almeida. O Recife das Terras de Marinha. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 1, n. 59, p. 127-145, 2002.

²⁶ SOBRINHO, João de Vasconcelos. Vegetação dos mangues da foz do Capibaribe. Boletim Da Secretaria De Agricultura, Industria e Comercio. Vol. II, Nº 3, Setembro de 1937. Acervo da APEJE. p.314.

²⁷ VANNUCCI, Marta. Os Manguezais e nós. Op. Cit.p.102.

palavra “mangue” é bastante curioso no sentido de que sua origem é, afinal, africana. Com ou sem pequenas variações de pronúncia, o termo “mangue” é comum no Senegal, Gâmbia, Casamansa e Guiné²⁸, onde, segundo Vannucci, os portugueses já tinham aprendido e adotado esse nome no século XV, espalhando-se pelo mundo.

Os espanhóis também teriam aprendido o uso do termo a partir de África, já que “mangle”, como é usado em todos os países de língua espanhola, era como o mangue era chamado pelos povos dos “rios do Sul” - até Guiné-Bissau, por exemplo, no rio Geba – os quais utilizam tanto “mangle” como “mangli”²⁹. Também utilizando-se de um termo da cultura de povos tradicionais, na língua francesa, as árvores de mangue são chamadas “palétuviers”, que deriva de “appariturier”, que, por sua vez, deriva da expressão tupi “aparahiwa” - árvore torta, onde “apará” quer dizer árvore³⁰. Esse fato deve-se aos franceses terem sido aliados dos tamoios, nação do Sul do Brasil que fala tupi-guarani³¹.

É desde o conhecimento das formas de falar a palavra “mangue” que se percebe as relações diversas que os seres humanos ao redor do mundo, em variadas culturas e classes sociais, estabeleceram com o ecossistema manguezal. Com o tempo, através da marcada influência dos europeus no Ocidente, as palavras “mangue” e “mangrove” – versão literal da palavra mangue na língua inglesa - tornaram-se sinônimo de perigo³², confusão, indecisão, terras inóspitas.

2.2 Quadro natural

O historiador Arthur Soffiati afirma que, apesar de algumas divergências acerca de como o mangue se disseminou pelo planeta, os especialistas concordam que as espécies vegetais denominadas de mangue tenham seu centro de origem e dispersão naquela área de Pangeia já fragmentada que, na passagem do Mesozoico para o Cenozoico, daria origem à atual região indo-malaia, no continente asiático³³. Há ao menos 60 milhões de anos, no atual Sudeste Asiático, as plantas angiospermas fizeram uma experiência: voltar a viver em ambiente mais salino e mais úmido que os encontrados em meio terrestre. Ao molhar

²⁸ Idem. p.34.

²⁹ Idem. p.30.

³⁰ Segundo o dicionário Petit Robert, a palavra foi usada pela primeira vez em 1614. Idem. p.32.

³¹ Contudo, de acordo com Vannucci, o termo para mangue ou manguezal em tupi-guarani é guaparijitiba ou guaparayba, onde gua quer dizer baía, para mar ou grande rio (estuário) e ybá árvore – uma boa descrição de mangues. Idem. Ibid.

³² Idem. p.34.

³³ SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Op. Cit. p.14

novamente os pés na praia e fixá-los num ambiente que haviam abandonado, o reino vegetal inventou as diversas espécies³⁴ que, hoje, o ser humano denomina como mangue.

As plantas típicas de mangue teriam navegado por conta própria, numa época em que seres humanos nem sonhavam em aparecer sobre a face da Terra. Depois, tiveram muito tempo para se adaptar a novos ambientes, no continente americano³⁵, em que o exótico acabou por se tornar nativo. Portanto, é coerente concordar com Josué de Castro que os mangues, na verdade, foram os primeiros conquistadores desta terra³⁶.

Atualmente, os manguezais distribuem-se na zona intertropical, com incursões ao norte do Trópico de Câncer e ao sul do Trópico de Capricórnio. O maior número de espécies e de gêneros ocorre na região Indo-Pacífica, sugerindo que a biodiversidade vegetal diminui à medida que os manguezais se afastam do seu centro de origem³⁷. Somente os gêneros *Rhizophora* e *Avicennia* estão presentes em todos os manguezais do mundo. Já nas Américas, as florestas de mangue são geralmente formadas por várias espécies; são florestas mistas, onde as espécies dominantes são, frequentemente, *Rhizophora mangle*, *Avicennia officinalis* e *Laguncularia racemosa*³⁸.

Figura 2 - Mapa da distribuição de manguezais no mundo



Fonte: Almeida (2008)

O manguezal é encontrado em abundância na costa leste da América e na costa oeste da África³⁹. Típicos de regiões tropicais e subtropicais, no mundo existem cerca de 162.000

³⁴ Idem. p.15.

³⁵ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Rio de Janeiro. ed. Autografia, 2015. p.40

³⁶ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. São Paulo, Brasiliense. 1967. p.14.

³⁷ SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Op.Cit. p.17-18.

³⁸ VANNUCCI, Marta; Os manguezais e nós. Op. Cit. p.39-40.

³⁹ WALSH, G.E. "Mangroves: a review". On: REIMHOLD, R. e QUEEN, W. (edits). Ecology of Halophytes. New York: Academic Press, 1974.

Km² de manguezais, sendo 25.000 Km² no Brasil. Em Pernambuco, são 270 Km² de florestas de mangue⁴⁰. Componente do domínio Mata Atlântica, o manguezal é uma formação que ocorre ao longo dos estuários, em função da água salobra produzida pelo encontro da água doce dos rios com a do mar.

Captando nutrientes através dos rios e alimentando as águas costeiras com muita matéria vegetal em degradação, manguezais são sistemas abertos. Esses materiais degradados são metabolizados pela fauna e flora microbianas, que servem de base para a cadeia alimentar responsável pela atividade pesqueira⁴¹. Por este motivo, quando o manguezal sofre qualquer tipo de agressão, isto irá se refletir na atividade de pesca e, em consequência, na subsistência de muitos pescadores e populações das vizinhanças do ecossistema afetado.

Em tupi-guarani, a língua dos ameríndios do Sul do Brasil, existem duas denominações para o solo de manguezais: itaorna, que significa solo podre ou rocha putrefata, e membec, que onomatopeicamente designa o lodo do manguezal. Compreende-se que os “descobridores” e “colonizadores” europeus não estivessem interessados na lama dos manguezais, que em todos os lugares eram consideradas inúteis e até mesmo um sério obstáculo, até que os portugueses começaram a usar os solos de manguezais da costa do Konkan⁴², em Goa, na Índia, como fertilizante.

Os domínios portugueses na Ásia renderam boas aventuras com o manguezal, não apenas na Índia. Ao ocupar a região de Macau⁴³, na China, Portugal acelerou o processo de extração que era feito pelos nativos, ultrapassando a capacidade de regeneração do mangue ali existente. Trata-se de uma história que ocorreu em todo o mundo, como mostra Soffiati. Então, os manguezais tornaram-se áreas de conflito entre ordens religiosas e população civil, como aconteceu no Rio de Janeiro no final do século XVII⁴⁴. Os conflitos entre donos de curtumes e pescadores eram muito comuns também nos manguezais da Bahia, no século XVIII.

⁴⁰ SOBRINHO, M.A.M; ANDRADE, A. C. O desafio da conservação de manguezais em áreas urbanas: identificação e análise de conflitos socioambientais no Manguezal do Pina - Recife - PE – Brasil. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.11, n.1/2 – jan./dez. 2009.

⁴¹ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. História da devastação dos manguezais aracajuanos. Op. Cit. p.50

⁴² VANNUCCI. Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.66.

⁴³ Segundo Débora Lopes, o estabelecimento português na China foi um acordo que só foi permitido porque as autoridades chinesas viam vantagens comerciais com os europeus ali. A cidade já existia, e, no século XVI, os portugueses foram permitidos pelo fato de Macau ser longe e isolada da capital da província, Guangzhou. Principalmente a partir do século XVIII houve uma intensificação do processo de exploração ambiental em geral da região. RÊGO, Débora Lopes do. “Conquistando a lua”: Missionários, ciência e perseguição na China do século XVIII. VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE. Recife: UFPE, 2017.

⁴⁴ SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Op. Cit.

Do ponto de vista ecológico, o ecossistema manguezal possui três funções fundamentais: prover alimentos e reter detritos, abrigar espécies aquáticas em algumas ou todas as fases do seu desenvolvimento e minorar os efeitos da erosão, além de servir de substrato para crustáceos e moluscos. Em adição, o intrincado sistema das raízes dessas plantas serve de proteção às larvas e de muitos organismos que lá desovam⁴⁵.

O manguezal é um dos ecossistemas do planeta que apresenta uma das faunas mais ricas, devido ao fato de ser extremamente produtivo, sendo habitat de muitas espécies de animais. A produtividade do manguezal está baseada no processo fotossintético e na associação de atividades metabólicas que resultam na contínua recombinação de elementos minerais com matéria orgânica⁴⁶.

A fauna existente no manguezal divide-se em dois grandes grupos: o dos que vivem exclusivamente nos manguezais e o dos que ali se abrigam e se alimentam em toda a sua fase juvenil. O primeiro grupo é formado por moluscos e crustáceos, como o caranguejo-uçá, que se alimenta dos fungos provenientes das folhas de mangue que se decompõem em solo lodoso; o aratu, que raramente desce ao sedimento, e o marinheiro, que se alimenta das folhas e algas encontradas em troncos e raízes. Já o segundo grupo é composto por espécies que, adultas, retornam ao mar ou ao rio, à montante, e outras que frequentam a maré cheia para desovar⁴⁷. E ocorrem ainda casos de espécies, como as de jacarés e de tigres, que encontram refúgios quando os seus habitats de origem estão devastados. Estas últimas fazem parte do grupo de animais visitantes.

Os manguezais atualmente possuem valores de consumo socioeconômicos diretos e indiretos, que não difere muito dos usos do mangue no início do século XX. São classificados, de acordo com seu proveito socioeconômico, da seguinte forma: usos diretos, usos indiretos e bens e serviços. Os de usos diretos são a extração de madeira para a produção de casas, de instrumento de pesca (cercos, caiçaras), para cercas, para lenha; utilização de folhas para suplemento de ração animal e adubo vegetal; produção de tanino para tingimento de redes e curtumes; produção de alimentos e medicamentos, colas, óleos, açúcares, álcool.

A captura de peixes, crustáceos e moluscos, produção de mel de abelha, mamíferos e aves são classificados como bens indiretos. Como funções e serviços são destaques a estabilização da linha da costa; A proteção contra a invasão do mar; habitats para a fauna e a

⁴⁵ SCHAEFER-NOVELLI. SCHAEFFER-NOVELLI et al. Variability of mangrove ecosystem along the brazilian coast. *Estuaries*. Vol. 13, nº2, June 1990, p. 204 – 218.

⁴⁶ O contato com a matéria orgânica em decomposição justifica o forte odor dos mangues. LUGO, Ariel E. & SNEDAKER, Samuel C. The ecology of mangroves. *Annual review of ecology and systematics*, vol. 5, 1974. p. 39 – 64.

⁴⁷ ALMEIDA, Fernanda. História da devastação dos manguezais aracaJuanos. Op. Cit. p.51

flora; berçário para inúmeras espécies de peixes e aves, local de importante produção primária e bomassa; área para recreação, turismo e educação ambiental e reciclagem de dejetos⁴⁸.

A busca pela madeira, casca e combustível dos manguezais deveu-se ao fato da proximidade que estes ecossistemas estabeleceram de centros urbanos e engenhos de açúcar, devido à colonização ter ocorrido a priori no litoral⁴⁹. Com uma incrível capacidade de resistência, os manguezais brasileiros ainda se mantêm firmes, mesmo seus recursos - principalmente a madeira - sendo utilizados há 500 anos, em comparação com outros ecossistemas, como a Mata Atlântica, que conserva apenas 5% de sua cobertura original.

Existem seis espécies vegetais exclusivas do manguezal brasileiro, são elas: *Rizophora mangle*, *Rizophora racemosa*, *Rizophora harrisonii*, *Avicennia germinans*, *Avicennia schaueriana* e *Laguncularia Racemosa*. Segundo Schaeffer-Novelli, há quem inclua o *Conocarpus erectus*, mas esta espécie ocorre também em restingas e consegue medrar muito bem em ambientes com solos orgânicos distantes da zona costeira.

Os manguezais constituem ecossistemas situados entre a epinosfera, a limnosfera e a talassosfera⁵⁰, com unidade e coerência internas. Embora aberto para a terra, para a fonte de água doce e para o mar, o manguezal organiza os elementos das três macroesferas e os reúne em uma estrutura singular que o distingue dos ecossistemas de água doce, marinhos e terrestres⁵¹. Na extensa costa brasileira, de 7.408 km, os manguezais se estendem desde a latitude norte de 4°30', na foz do rio Oiapoque, Estado do Amapá, até a latitude sul de 28°30', em Laguna, Estado de Santa Catarina⁵². De acordo com o CONAMA⁵³, na resolução nº 10/1993 em seu artigo 5º, inciso I – um dos primeiros dispositivos legais a trazer a sua conceituação:

Manguezal é uma “vegetação com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e Santa Catarina. Nesse ambiente halófito, desenvolve-se uma flora especializada, ora dominada por gramíneas (*Spartina*) e amarilidáceas (*Crinum*), que lhe conferem uma fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia*. De acordo com a dominância de cada gênero, o manguezal pode ser classificado em mangue vermelho (*Rhizophora*), mangue branco (*Laguncularia*) e mangue siriúba (*Avicennia*), os dois primeiros

⁴⁸ DIEGUES, Antonio Carlos. *Ecologia Humana e Planejamento Costeiro*. 2 ed. São Paulo: NUPAUB, 2001.

⁴⁹ SCHAEFFER-NOVELLI, Y. & CINTRON-MOLERO, G. Brazilian Mangroves: A historical Ecology. *Ciência e Cultura Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*. Vol. 51, (3/4) may/august, 1999.

⁵⁰ Epinossistemas são terrestres; liminossistemas são de água doce; talassossistemas são de água salgada;

⁵¹ SOFFIATI, Arthur. Tempo e espaço nos manguezais: um historiador fora do lugar. Op. Cit.

⁵² SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Op.Cit. p.24.

⁵³ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

colonizando os locais mais baixos e o terceiro os locais mais altos e mais afastados da influência das marés. Quando o mangue penetra em locais arenosos denomina-se mangue seco”⁵⁴.

Figura 3 - Distribuição dos manguezais no Brasil



Fonte: Calegario (2012)

As águas e os manguezais sempre foram os elementos fisiográficos mais marcantes da cidade do Recife⁵⁵. As águas que fluem dos manguezais têm características peculiares, adquiridas durante a longa residência nos pântanos. Contêm uma grande quantidade de matéria orgânica dissolvida na forma de sais nutrientes - nitratos, nitritos, também fosfatos, silicatos e elementos-traço -, mas contêm também substâncias químicas nocivas, tais como os flavonoides, ácidos tânico e derivados, que lhes conferem uma típica coloração marrom-ferruginosa. A abundância de material orgânico particulado é típica das águas de manguezais, tendo origem tanto alóctone como autóctone. A primeira é carregada pelas águas fluviais, originada pela erosão, e a última deriva principalmente da própria vegetação do manguezal⁵⁶.

⁵⁴ TAVARES, Patrícia Ferreira. Leis Autorizativas para supressão de manguezais e as consequências socioambientais para o estado de Pernambuco. Mestrado. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPE, Recife, 2015. p.18.

⁵⁵ BEZERRA, Onilda. O Manguezal do Pina: representação sócio-cultural de uma paisagem. Dissertação do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, 2000. p.76

⁵⁶ VANNUCCI, Marta; Os manguezais e nós. Op. Cit. p.58.

De acordo com o geógrafo Manuel Correia de Andrade, a planície flúvio-marinha que forma o sítio da cidade do Recife tem em sua porção ocidental solos de aluvião, argilosos, chamados massapê. Enquanto que na porção oriental, mais baixa, encontrava-se o depósito arenoso-argiloso, de cor escura e que ficavam cobertos pelo mar na maré alta, onde se desenvolvia uma vegetação de mangue⁵⁷. Daniel Uchoa Bezerra listou as espécies de mangue mais encontradas no meio urbano da cidade - o mangue vermelho, manso, amarelo, canoé e canapomba:

Mangue vermelho (*Rhizophora mangle*): é a variedade que tem sofrido a maior devastação. Sua fibra é dura e tem coloração vermelha que fornece tinta para colorir as fibras usadas nas tecelagens caseiras (redes de dormir e de pescar) e artefatos de pesca. É uma espécie bastante encontrada nos alagados de Olinda e Recife. Também é chamado de mangueiro – sapateiro – preto-negro – de pendão etc. Mangue manso (*Terminalia aggregata*): Tipo frondoso, chegando a impressionar pela sua altura e beleza. As raízes cauleosas que ao descerem dos galhos, em torno do tronco formam verdadeiros tapumes. Talvez, por este motivo seja ele nas variedades dessa planta, aquele de maior poder de fixação e solidificação dos alagados. Sua fibra é branda e macia. É também conhecido pelos nomes de branco, sereíba e botão; Mangue amarelo (*Avicennia nitida*): Espécie de pequeno porte, fibra ligeiramente creme. É conhecido ainda pelos nomes de ciriúba e guapirá; Mangue Canoé (*Avicennia schaucriana*): escasso na planície recifense; Mangue Canapomba (*Laguncularia recemosa*): Conhecido popularmente pelo nome de rasteiro;⁵⁸

⁵⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. Formação da Aglomeração recifense. In: Estudos Nordestinos sobre Crescimento Urbano. Lucivânio Jatobá (org.). Recife: FUNDAJ. Art Cópia Ltda. 1987. p.261

⁵⁸ BEZERRA, Onilda. O Manguezal do Pina: representação sócio-cultural de uma paisagem. Op. Cit. p.26.

Figura 4 - Foto de espécie do tipo *Rhizophora mangle*, bastante encontrada em Pernambuco. Imagem da internet



Fonte: <http://www.biolib.czenimageid109349>, último acesso em 26/01/2018

2.2.1 Cenário topográfico: os manguezais na cidade do Recife

Encravado no estuário formado por rios – Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jordão – além de numerosos riachos e canais, todos sujeitos à influência do fluxo das marés, o Recife surgiu e alicerçou-se sobre os manguezais. Estes ecossistemas, assim como o Recife, foram considerados anfíbios, pois, apesar da variedade de espécies de mangue existentes, se adaptam bem ao movimento constante das marés⁵⁹.

Tais espécies existem graças ao encontro das águas lodosas com o mar, no seu trabalho de avanço e recuo, em movimentos eustáticos das marés. Sendo o Recife resultado de um trabalho de acumulação sedimentar em uma antiga baía, tratando a cidade como uma enseada, para Josué de Castro:

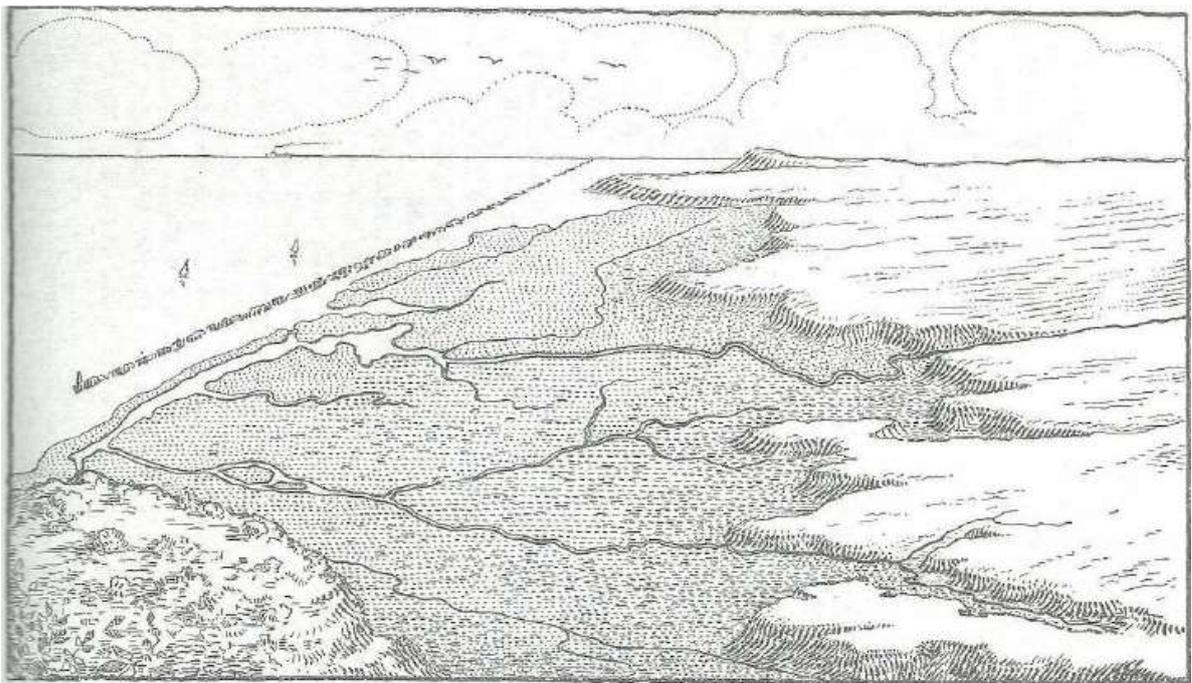
O aterro ou enchimento da enseada se fez sob a ação conexas e sucessivas de variados fatores, entre os quais se destacaram os rios, o mar, o vento e a vegetação dos mangues, fixadoras de detritos e consolidadoras dos solos⁶⁰.

⁵⁹ As raízes aéreas dos mangues não ficam apenas fincadas no solo internamente, mas se projetam para fora do solo lamacento, o que permite a realização adequada da fotossíntese e a sobrevivência dessas plantas em meio à água salobra. AROUCHA, Davi Costa. A urbanidade do açúcar: o transporte do produto no Recife do século XIX. Trabalho de Conclusão do Curso de História, UFPE, 2014. p.44.

⁶⁰ CASTRO, Josué de. Um ensaio de Geografia Urbana: a cidade do Recife. In: Ensaio de Geografia Humana, Parte II. São Paulo: Brasiliense, 1966, p.168-169. Apud. BEZERRA, Onilda Gomes ; MELO, V. L. M. O. .

O conhecimento da topografia da cidade do Recife é uma das ferramentas para uma leitura da paisagem que, de acordo com Jan Bitoun, inter-relacione a ação humana com as condicionantes naturais⁶¹. Deixando os geógrafos, tal qual o próprio Josué de Castro, “embaraçados”, devido às características naturais do núcleo urbano já tão modificado pela “ação civilizadora”, os valores da paisagem no Recife estão intimamente ligados às representações estéticas e às sensações de conforto e de harmonia⁶² percebidas pelo geógrafo.

Figura 5 - Baía entulhada do Recife, por J. C. Branner



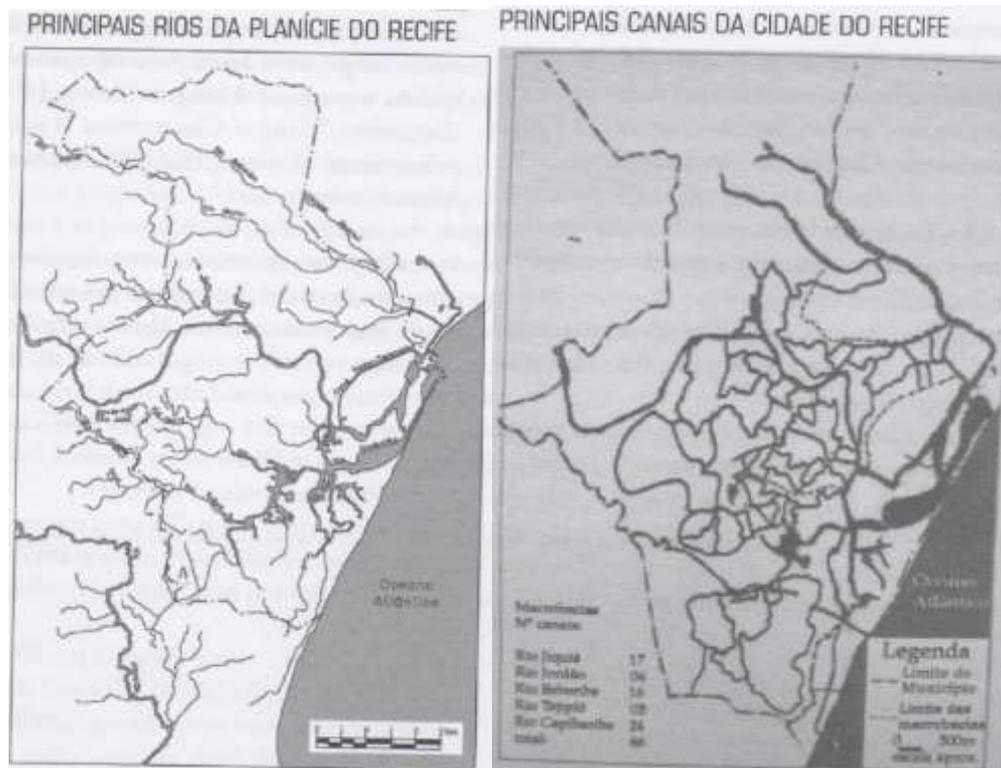
Fonte: Gomes (1954)

Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. *Paisagem e Ambiente*, p. 95-106, 2014. p.98.

⁶¹ BITOUN, Jan. Recife uma interpretação Geográfica. In: *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. Org: Ana Fani. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. p.29.

⁶² Idem. p.3.

Figura 6 - Mapas com os principais rios e canais do Recife



Fonte: Gomes (2007)

Os cursos d'água do Recife tiveram suas margens ocupadas pelo desenvolvimento da atividade canavieira por todo o período colonial, com um fácil transporte desse produto, como mostra Davi Aroucha, pelos seus cursos e meandros⁶³. Na figura 5 pode-se perceber uma área rebaixada em relação aos elevados, pintada com um pontilhado no mapa e situada ao nível do mar, que corresponde justamente à área de planície que hoje é ocupada pelo Recife. Esse arco de colinas ou morros, por sua vez, é atualmente ocupado em grande parte por bairros do Recife e de sua região metropolitana: Beberibe, Apipucos, Guararapes, Dois Irmãos, entre outros⁶⁴.

O Recife, no século XIX, segundo Aroucha “buscou integrar-se ao mercado capitalista internacional mediante a participação no esquema da divisão internacional do trabalho enquanto região produtora de bens de consumo agrícolas”⁶⁵. Para também caminhar junto do padrão europeu de urbanização, o ímpeto colonizador da planície alagada do Recife – que teve seu auge entre a segunda metade do XIX e primeira metade do século XX – foi revelado

⁶³ O trabalho de Davi Aroucha citado anteriormente faz o percurso urbano do transporte açucareiro no Recife do século XIX. GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

⁶⁴ AROUCHA, Davi. A urbanidade do açúcar. Op. Cit. p.42.

⁶⁵ Idem. p.12.

através dos inúmeros aterros de mangue. Variando conforme o ritmo imposto pelos diferentes administradores que estiveram à frente do governo de Pernambuco⁶⁶, o Recife foi marcado por uma sequência de aterros e drenagens do solo alagado por ação antrópica, com o intuito de tornar a cidade habitável e salubre.

Figura 7 - Planta do Recife do Brasil, 1907



Fonte: Souza (2002)

⁶⁶ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo. Humanitas USP, 2004. p.173.

Nesta Planta da cidade do Recife, dez anos após a extinção do período imperial, observa-se lotes estreitos e compridos, em quadras irregulares, no Bairro da Boa Vista⁶⁷. O mangue na virada do século XIX para o XX ainda penetrava em abundância o centro da cidade, tomando uma vasta região nas imediações da rua 13 de Maio e também ao redor do bairro de Santo Amaro. Os mangues do centro do Recife, e também do Pina, como ver-se-á no decorrer da pesquisa, foram os principais atingidos das políticas públicas tanto do Governo Sergio Loreto como da Liga Social Contra o Mocambo.

2.2.2 O mangue em diferentes poéticas

Alguns poetas ilustram a paisagem do Recife enquanto a cidade anfíbia e conquistada através de uma longa batalha entre os homens e o solo aquoso. A geógrafa Edvânia Gomes, em sua tese *Recortes de paisagem na cidade do Recife*, faz o mapeamento da cidade utilizando-se de alguns trechos de poesia que são pertinentes para o entendimento da geografia e, porque não, da história do Recife. Segundo ela, as áreas “baixas, alagáveis e alagadas” foram aterradas para a conquista de “áreas passíveis de construção”. Aterros esses que tiveram em sua composição lixos e entulhos, além dos sedimentos extraídos dos outeiros que circundam a cidade⁶⁸.

Dentre os poetas pernambucanos que auxiliam, com delicadeza, a percepção da topografia do Recife, destacam-se Carlos Pena Filho, Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo e João Cabral de Melo Neto. Esse último ganhou a atenção das reflexões do historiador Arthur Soffiati, o qual aponta a visão negativista imprimida aos manguezais pelo referido poeta. Diferentemente de Joaquim Cardozo, que nas raras aparições do manguezal em sua poesia, tratou esse ecossistema com ternura e lirismo, o mangue de Melo Neto geralmente aparece conotando um ambiente associado à podridão social⁶⁹. João Cabral de Melo Neto, no entanto, faz da sua poesia uma denúncia da vida precária dos que viviam nos mangues, associando o manguezal à pobreza.

Segundo Soffiati, não fica claro se o poeta trata da lama como sinônimo de degradação humana quando essa está em seu estado natural, ou já poluída por dejetos de atividades

⁶⁷ SOUZA, Maria Angela de Almeida. Posturas do Recife Imperial. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

⁶⁸ GOMES, E. T. A. Recortes de paisagem na cidade do Recife. Op. Cit. p.65.

⁶⁹ Na obra “Os três mal-amados”, João Cabral de Melo Neto diz que “O amor comeu meu Estado e minha cidade. Drenou a água morta dos mangues, aboliu a maré. Comeu os mangues crespos e de folhas duras. SOFFIATI, Arthur. Tempo e espaço nos manguezais: um historiador fora do lugar. Op. Cit.

antrópicas⁷⁰. É interessante como, apesar de carregar o teor literário e sublime nas palavras, João Cabral de Melo Neto carrega também a memória do manguezal enquanto ecossistema pútrido. Em *O cão sem plumas*, o poeta apreende mangue, lama, caranguejo, ostra e pobreza para demonstrar um cenário de miséria no Recife:

Abre-se em flores
pobres e negras
como negros
Abre-se numa flora
suja e mais mendiga
como são os mendigos negros.
Abre-se em mangues
de folhas duras e crespos
como um negro⁷¹.

A associação do mangue à “negritude” é algo que será aqui destrinchado, como uma das percepções mais recorrentes entre a classe dominante. No poema acima, até mesmo as folhas do mangue são comparadas aos cabelos crespos das pessoas de cor escura. Essa relação tão íntima entre o mangue e a população “negra” do Recife e da sua cidade-irmã, Olinda, ganha uma perspectiva diversa mesmo na poesia, quando lembrada a poética do manguebeat, por exemplo. O grande representante desse movimento, Chico Science, assim como Josué de Castro, foi um menino pobre do bairro do Rio Doce⁷², que catava caranguejos. Segundo Maria Rita Kehl, sobre a música “Manguetown”, que está no segundo CD da banda de Science Nação Zumbi, chamado *Afrociberdelia*:

Ele se dirige à nós da lama, do mangue, do caos, e não da privacidade de seu quarto ou de sua janela para o mundo: “Tô enfiado na lama/ é um bairro sujo/ onde os urubus tem casas/ e eu não tenho asas”. Quer dizer: os urubus têm onde morar, eles têm a casa que o poeta não tem, e o poeta não tem as asas que os urubus têm. “Mas estou aqui em minha casa/ onde os urubus têm asas/ vou pintando, segurando a parede no mangue do meu quintal.” São paredes que existem porque ele as sustenta, “pintando, segurando” as paredes do mangue: esse que não se diferencia do seu quintal⁷³.

⁷⁰ SOFFIATI, Arthur. O manguezal na história e na cultura do Brasil. Op. Cit.

⁷¹ NETO, João Cabral de Melo. *O Cão sem Plumás*. In *Poesias Completas (1940-1965)*. José Olympio, 3a. ed., 1979.

⁷² KEHL, Maria Rita. *O Bovarismo brasileiro: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2018. p.90.

⁷³ Idem. p.87.

O lugar de João Cabral de Melo Neto, de um poeta que imprime uma visão do mangue como um observador longínquo, se difere por completo de Chico Science. Este, chama o mangue de seu próprio quintal, sendo o manguebeat uma expressão cultural que surge justamente a partir dessa “terra de ninguém”⁷⁴ que era o manguezal. As visões divergentes sobre o mangue, portanto, vão desde a linguagem poética, ainda que, segundo Soffiati, o mangue não seja fonte de inspiração recorrente da poesia brasileira⁷⁵. Essas diferentes perspectivas em torno dos alagados passam sempre pelo filtro da classe social de quem os apreende.

2.3 O predomínio do imaginário ocidental na memória da paisagem

A apreensão da natureza pelo ser humano pode causar deslumbre ou fastio, dependendo das experiências que se apresentem à sua visão, tato, olfato, audição. Esta, o último dos cinco sentidos do habitante europeu a experimentar o universo sensorial tropical, através do fonógrafo⁷⁶, pode ser entendida na medida em que, na natureza, o som de uma encosta de mar é bem diferente daquele das montanhas. Assim como a vista de um bosque, tal como é descrito o Jardim do Éden, se difere bastante do olhar aos pântanos cheios de lama, sem menções paradisíacas no texto bíblico.

Segundo o historiador Simon Schama, a natureza e a percepção humana são inseparáveis, pois antes de ser repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. A mentalidade ocidental construiu uma determinada relação com o mundo natural, de forma que o controle humano sobre a natureza não-humana foi abusivo e ao mesmo tempo entendido como sinônimo de progresso. Sendo a história dos países com atividade industrial menos desenvolvida, do século XIX e XX, a de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua

⁷⁴ Idem. p.85.

⁷⁵ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Rio de Janeiro. ed. Autografia, 2015. p.51.

⁷⁶ Segundo Lévi-Strauss, a natureza se manifesta através dos ritmos orgânicos contidos na música, enquanto a cultura é responsável pela formação de escalas de sons musicais. Assim, o som do inverno, ou da estiagem, difere daquele de uma tarde de verão após uma pancada de chuva, sendo o continuum sonoro dos trópicos exatamente o oposto ao das regiões próximas aos pólos. As diferentes fauna e flora de um determinado ambiente influenciam diretamente na paisagem sonora que será percebida. PINTO, Tiago de Oliveira. Ruídos, timbres, escalas e ritmos: sobre o estudo da música brasileira e o som tropical. Revista USP, São Paulo, n.77, p.98-111, março/maio 2008. p.104.

imitação⁷⁷, não é de se admirar que o modo como se aprecia a paisagem no Brasil herde as percepções do imaginário europeu.

Quando os europeus chegaram ao solo brasileiro depararam-se com uma forma bastante distinta de lidar com o mundo natural. De acordo com Diogo de Carvalho Cabral, os nativos sentiam as florestas como um “sítio vital em que todos os seres dialogavam culturalmente”⁷⁸. Sendo assim, a floresta não era entendida como uma “natureza exterior”. Os ameríndios, além de terem grande conhecimento das plantas que os cercavam, eram também praticantes da caça, a qual estava diretamente relacionada com o profundo saber dos hábitos dos animais, num aprendizado acumulado desde os primeiros tempos da infância.

Os animais domesticados não eram usados para a alimentação e nem para os serviços de transporte ou tração, mas conservados no espaço da aldeia junto das mulheres e das crianças, sendo alguns considerados de tamanha perspicácia⁷⁹. Enquanto isso, a filosofia de Descartes negava que os animais pudessem até sentir, muito menos utilizar a inteligência. Portanto, não só estaria errado supor que o homem pudesse raciocinar como os animais, mas até mesmo que pudesse simpatizar com eles⁸⁰. Contudo, até que se aumentasse o interesse pelos bichos de estimação, no século XIX, a mentalidade Ocidental viveu uma longa trajetória, onde o pensamento cartesiano remonta, em certos aspectos, o auge da tendência do pensamento greco-cristão de diferenciar o homem dos demais animais.

O dualismo de Descartes foi usado para justificar a ideia de que, nas suas relações com a natureza, o homem não era sujeito a nenhuma restrição moral. Isso se dá devido a um sentimento antropocêntrico perante o mundo natural, que encontra raízes no pensamento aristotélico. Segundo Aristóteles, a alma compreendia três elementos: a alma nutritiva, compartilhada pelos homens e vegetais; a alma sensível, dos homens e animais; e a alma racional ou intelectual, exclusiva do homem⁸¹. Essa doutrina, retomada pelos escolásticos medievais e combinada com a ideia judaico-cristã de que o homem foi feito à imagem de Deus⁸², impulsionou a crença de que o ser humano era superior quando comparado às outras

⁷⁷ HOBASBAWM, Eric J. Sobre História. tradução: Cid Knipel Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 2013. p.16.

⁷⁸ CABRAL, Diogo de Carvalho. Na Presença da Floresta., Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014. p.69.

⁷⁹ Aves e mamíferos, como o tucano, a arara, o papagaio, o tatu, a cutia e o macaco, eram alguns dos animais tratados com carinho pelos membros da tribo. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p.215.

⁸⁰ PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. Cadernos de História, Ano VIII, n. 8, Recife: UFPE, 2012, p. 60-78. Disponível em: <http://loja.edufpe.com.br/portal/spring/livro/detalhe/143>. Acesso em: 16 jan 2017.

⁸¹ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). tradução João Roberto Martins Filho, São Paulo, Companhia das Letras, 2010. p.40.

⁸² Idem. p.40.

vidas da terra. As atitudes humanas poderiam, sob essa justificativa, usufruir sem rédeas da natureza ao seu redor.

Ainda segundo Aristóteles, a natureza não teria feito nada em vão, tudo tivera um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens⁸³. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos⁸⁴, visto que era o homem o centro de todas as coisas. Todos os processos naturais existiam ou como uma ajuda material aos homens, ou como um guia espiritual, nunca sendo indiferentes à vida humana, apesar de “estranha”, de não ser racional, a natureza não lhes era hostil nem indiferente⁸⁵. Um bom exemplo disso estava na experiência bíblica, na natureza em seu estado corrupto, através do dilúvio, ou mesmo nos considerados “desastres naturais” causados por vulcões ou tempestades.

Segundo Keith Thomas, a tarefa do homem, nas palavras do Gênesis, era “encher a terra e submetê-la: derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos”⁸⁶. Apesar de atribuir-se algum fardo ao antropocentrismo da tradição judaico-cristã, no que diz respeito à devastação sem precedentes da natureza, é preciso também ressaltar como as relações econômicas influenciaram a convivência com o mundo natural.

Os novos incentivos comerciais da Era Moderna fizeram toda a diferença na relação homem-natureza. De acordo com Thomas, foi menos a substituição do animismo pagão pelo cristianismo que a pressão do comércio internacional de peles o que levou à caça predatória e a uma destruição sem precedentes da vida selvagem⁸⁷. Como notaria Karl Marx, não foi propriamente sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus

⁸³ De acordo com Keith Thomas, essa percepção de que o mundo natural havia sido feito em benefício do homem chegou aos extremos no pensamento inglês. Um bispo do tempo de Jaime I, reiterando essa ideia, chegou a afirmar que “as criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem (...) Se piorou a sua condição não foi por castigo a eles, mas como parte do nosso”. O fidalgo virginiano William Byrd, em 1728, dizia com convicção que os macacos e papagaios foram feitos “para o contentamento do homem”. Enquanto que os pássaros canoros foram projetados “com o propósito de entreter e deliciar a espécie humana”. *Idem.* p.24.

⁸⁴ *Idem.* p.21.

⁸⁵ PASSMORE, John. *Atitudes frente à natureza.* Op. Cit.

⁸⁶ Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo, como a China, onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência. THOMAS, Keith. Op. Cit. p.31.

⁸⁷ *Idem.* p.30.

nunca fizeram - foi aquilo que ele chamou “a grande influência do capital” que, finalmente, pôs fim à “deificação da natureza”⁸⁸.

Os séculos XVII e XVIII presenciaram uma mudança fundamental com os pressupostos do passado. Ao invés de perceber a natureza em termos basicamente de suas analogias e semelhanças com o homem, os naturalistas começaram a tentar estudá-la em si própria⁸⁹. De forma alguma foram indiferentes aos usos humanos da natureza, mas não faziam deles o centro de suas percepções. Alain Corbin aponta que esse cessar da análise do homem e o universo em termos de analogias foi denominado, na Inglaterra, de “físico-teologia” e, na França, de “teologia natural”. Para Corbin:

A teologia natural assinala, com efeito, uma transição. Atesta a dissolução da visão de um mundo vivo e harmonioso, proposto no *Timeu*, sistematizado por Aristóteles e os Alexandrinos, exposto no final do século XV por Raymond de Sebonde e vulgarizado pelos neoplatônicos do Renascimento. Esse sistema implicava a crença em misteriosas correspondências entre o mundo físico e o mundo cosmo – e o universo – o macrocosmo. Constituído por uma rede de analogias, o mundo exterior ainda não era visto, antes de tudo, como um enigma a resolver pela observação, nem como um conjunto de forças a ser dominado pelo saber científico⁹⁰.

A beleza da natureza agora atestava o poder e a bondade do Criador, onde uma taxonomia neutra e alegadamente objetiva substituiu os métodos de classificação mais antropocêntricos. A convicção de que plantas e animais tinham um sentido religioso ou simbólico perdeu o apoio dos intelectuais. As pessoas cultas passavam agora a acreditar que o mundo da natureza tinha existência própria e independente, e assim devia ser percebido⁹¹. A observação do mundo natural enquanto universo em atividade constante, independentemente de estar puramente a serviço do homem cristão⁹², acabou por incentivar o mundo da livre-competição à luz das sociedades industriais.

Ademais, Karl Marx criticaria Charles Darwin por representar o estado selvagem do mundo animal como de livre-competição e por enxergar no mundo das plantas e dos bichos a própria sociedade inglesa, “com sua divisão do trabalho, competição, abertura de novos

⁸⁸ Idem. Ibid.

⁸⁹ Idem. p.127.

⁹⁰ CORBIN, Alain. O território do vazio: a praia e o imaginário social. São Paulo: São Paulo: Companhia das letras, 1989. p.34.

⁹¹ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Op. Cit. 127.

⁹² É necessário ressaltar aqui o gênero masculino, pois, segundo Keith Thomas, da crença de que os animais não possuíam alma, também foi concluído por muitos “intelectuais” europeus, numa visão sexista, que as mulheres também não possuíam alma. Logo, se a natureza estivesse a serviço de alguém na humanidade, seria dos próprios homens. Ibid. p.58.

mercados, ‘invenções’, e a malthusiana ‘luta pela existência’⁹³. Ao retratar as formas mais ferozes de competição como parte da ordem natural das coisas, Darwin se inseria na tradição daqueles numerosos autores precedentes para os quais as classes inferiores deviam aceitar suas agruras de bom grado, pois a natureza asseguraria que tudo ocorria para o melhor.

A lógica de mercado intrínseca ao pensamento que se desenrolou, a partir do século XVIII, acerca do mundo natural, se empenhou em discernir a significação religiosa da economia da natureza. Essa abordagem é analisada por José Pádua como uma das ideias mais contundentes na crítica ambiental brasileira entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, chegando ao auge com as ideias de Lineu⁹⁴.

O conceito de economia da natureza de Lineu enxergava o mundo natural como sistema interdependente, onde mesmo o menor dos seres precisava desempenhar um papel importante para a manutenção do coletivo. Além da crença de que a riqueza das nações estava no valor das terras agrícolas, outra concepção em voga no período, que muito influenciou os intelectuais brasileiros foi a “teoria do dessecamento” - esta, relacionava a destruição da vegetação nativa com a perda da umidade.

A crítica ambiental no Brasil, que possuía um viés essencialmente político, carregou em peso as ideias que circularam na Europa acerca da natureza. Sem sentimentalismos, os autores analisados por José Pádua em *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)* defenderam o ambiente natural politicamente, devido à sua importância para a construção nacional. O valor do mundo natural estava na sua importância econômica, que trazia em seu suporte teórico uma visão cientificista, antropocêntrica e progressista economicamente. Essa crítica ambiental incipiente no Brasil, segundo Raíssa Carneiro:

Para esses autores iniciais, como era comum na época, a defesa do ambiente natural nada tinha a ver com sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco. Era, antes, devida à sua importância para a construção nacional. Aliás, eles não viam nenhuma contradição na associação do modelo ideal de sociedade a um rural modernizado, com a introdução, inclusive, de máquinas e produtos químicos. O problema, para eles, estava nas técnicas utilizadas, especialmente na questão das queimadas. Nesse sentido, a agricultura em si, desde que modernizada, não era vista como fonte de destruição, mas sim como um caminho para a civilização, daí o desprezo da maioria deles pelo modelo arcaico, baseado na monocultura e no latifúndio⁹⁵.

⁹³ Idem. p.126.

⁹⁴ Lineu é considerado o pai da taxonomia. CORBIN, Alain. Território do Vazio. Op. Cit. p.35.

⁹⁵ CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.71-72.

O enfoque fisiocrata que os críticos ambientais brasileiros davam à sua preocupação com a natureza é também devido à ausência do movimento romântico nos ideais. A postura de valorização da natureza não foi desenvolvida no romantismo brasileiro, diferente do romantismo norte-americano, por exemplo⁹⁶. Patrocinado pela corte imperial, o romantismo brasileiro não construiu uma visão da natureza que desenvolvia a autorreflexão, em contraponto ao sentimento nostálgico pelo mundo natural desenvolvido pelo romantismo europeu.

O progresso econômico não era visto como antagônico à conservação, mas aquele deveria estar acompanhado de um cuidado e uso racional dos recursos naturais. Apesar de subocupado, o território brasileiro encontrava-se superexplorado, muito devido ao descaso com o meio ambiente da própria metrópole portuguesa. No que concerne às críticas contra a devastação dos manguezais, como será exposto mais adiante, o discurso dos intelectuais se mostrou ausente, para dizer o mínimo, visto que, durante muito tempo, o discurso foi no sentido de estimular que o mangue fosse extinto.

2.3.1 Em favor de bosques e florestas e novas percepções da praia

A construção da percepção do manguezal foi erigida como um território inabitável, porém, segundo Simon Schama, muitas tradições pagãs do Ocidente enxergavam as florestas como nascedouro das nações⁹⁷. Ao decorrer da história ocidental, contudo, as grandes árvores da mata “selvagem” tinham sido sinônimo de rusticidade e perigo. Um dicionário poético de meados do século XVII sugere, como epítetos apropriados a uma floresta, “terrível”, “sombria”, “selvagem”, “deserta”, “agreste”, “melancólica”, “desabitada” e “assolada por feras”⁹⁸.

As matas eram consideradas como lar de selvagens, de animais, não de homens. Daí também o pressuposto de que todo homem que vivia na floresta deveria ser considerado rude

⁹⁶ PÁDUA, José A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.48.

⁹⁷ Simon Schama relata o Culto às sequóias, também chamadas de “Grandes Árvores”, nos Estados Unidos da América, que encarnavam a magnitude nacional e a redenção espiritual, inspirando pintores como Albert Bierstadt. As Grandes Árvores também proclamavam o caráter sagrado do tempo de “glória” americano. Nos poemas de William Cullen Bryant as florestas americanas são apresentadas como o berço da nação. As florestas proclamavam a constituição natural da América livre, tal como as árvores da liberdade plantadas nas praças da república da França simbolizaram uma renovação da vida através da Revolução. A liberdade tinha suas verdadeiras raízes num culto à natureza. No século XIX, o imaginário sobre as Grandes Árvores norte-americanas carregava a percepção de uma vegetação celestialmente santificada e ainda intacta, contradizendo o desprezo clássico pelo barbarismo das selvas e o longo legado puritano que equiparava a floresta às trevas e ao caráter profano do paganismo. SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.208.

⁹⁸ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Op. Cit. p.275.

e “bárbaro”, justificando a ideia um tanto equivocada dos povos indígenas enquanto brutais e “não civilizados”. John Locke contrastava os habitantes “civis e racionais” das cidades com os moradores “irracionais e ignorantes” dos “bosques e florestas”⁹⁹. Somente se retirando das florestas os homens seriam resgatados pela “civilização”.

A construção de uma boa comunidade demandava, segundo as perspectivas do século XVI, o extermínio do mundo selvagem e dos homens selvagens. O perigo e o horror que espreitavam na selva pagã entravam em choque com os “civilizados” cidadãos ocidentais. A floresta sombria e pouco convidativa talvez tenha intimado, mas o bosque era um símbolo reconhecido de habitação humana. Mesmo os lavradores admitiam que “bosques ou agrupamentos de árvores” podiam ser plantados em torno das moradias, para “encanto e prazer”¹⁰⁰. No início do período moderno, jardins particulares, com o plantio para ornamento e amenidade, ganharam maior impulso, particularmente nas cidades.

A popularidade do jardim tinha também uma dimensão espiritual, afinal o Éden era nada menos que um jardim, com a natureza propensa aos desejos do homem e apreciada também por ele. No ensinamento cristão, o jardim havia muito possuía uma importância religiosa. A crença da maior parte dos clérigos era que essa atividade aproximava o homem de Deus¹⁰¹. De acordo com a historiadora Raíssa Carneiro, as florestas entravam em contraste com a carga simbólica que os jardins possuíam, devido ao Jardim do Éden, sendo “uma natureza domesticada, onde apenas existiam duas árvores, a do conhecimento e a da vida, ambas reservando destinos sombrios, ora à humanidade, no momento da queda do paraíso, ora ao seu redentor, no momento da crucificação”¹⁰².

De acordo com Keith Thomas, por volta do século XVIII, o cultivo de árvores e o paisagismo tornaram-se passatempos característicos dos abastados, ao passo que uma paixão pelo cultivo de flores se disseminava na população em geral. Assim como os animais, também as árvores e as flores conquistavam nova importância emocional, em que a cultura romântica difundida na Europa Ocidental foi uma das contribuições intelectuais para a valorização da natureza selvagem, para além de jardins e campos¹⁰³.

Os pomares e bosques que sempre aspiraram simpatia, agora dividiam espaço com os ânimos cativados com a floresta, outrora considerada selvagem e hostil. A nova atitude frente

⁹⁹ Idem. p.276.

¹⁰⁰ Idem. p.290.

¹⁰¹ Idem. p.335.

¹⁰² CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.34.

¹⁰³ A nova atitude frente às flores e às árvores veio de par com a visão mais sentimental dos animais, que emergiu no correr do mesmo período. As árvores na Inglaterra não apenas foram domesticadas como adquiriram gradualmente um status quase de animal de estimação. THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Op. Cit. p.301.

à natureza foi de considerar mais proveitoso plantar árvores¹⁰⁴ que derrubá-las. Essa mudança se deu, em parte, por causas de ordem prática – tal como a permanente necessidade de madeira para construção, uso doméstico, combustível. A madeira era necessária para o uso e para o lucro. No século XVII, os empreendedores agrícolas procuraram mostrar que o cultivo de árvores podia possibilitar aos proprietários a elevação do valor de suas terras. No início do período Tudor, inúmeros autores agrícolas defenderam uma administração racional das matas¹⁰⁵.

Em inícios do século XVIII, a jardinagem emergia como um meio através do qual as pessoas humildes podiam aspirar a um certo respeito. O cultivo de flores, as quais passaram a seguir as modas tanto quanto as roupas, acreditava-se, tinha efeito civilizador sobre os pobres trabalhadores¹⁰⁶ - ligavam o homem ao lar e difundia o gosto pelo asseio e pela elegância. Um jardim doméstico bem cuidado era tanto um espetáculo para os olhos quanto um símbolo tranquilizador de conformismo social. Segundo Thomas “na Inglaterra, a jardinagem da classe trabalhadora foi estimulada pela escassez de terra, pela imitação social e por um senso aguçado da propriedade privada”¹⁰⁷. Tal como os bichos de estimação e as árvores, os jardins serviram para fortalecer o sentido de identidade de seus proprietários e aumentar a sua autoestima.

O avanço urbano iniciou uma significativa transformação da ideia sobre natureza. Esta passou a ser celebrada na sua forma mais “primitiva”, intacta, inculta. Raíssa Carneiro aponta como era algo surpreendente para uma sociedade que vivia justamente o processo de abandono do campo, mas cuja fonte de renda ainda vinha, em grande parte, da agricultura melhorada, ou seja, uma sociedade que não tinha, basicamente, nenhuma relação direta com a natureza no sentido mais literal¹⁰⁸. Agora como objeto de consumo estético, contemplar paisagens, viajar para ambientes com vegetação “exótica” fazia parte da socialização elegante no Ocidente.

¹⁰⁴ Entre 1757 e 1835, a Sociedade Real para o Estímulo das Artes ofereceu medalhas de ouro e de prata para encorajar plantações em larga escala. Assim como entre 1770 e 1850, livros sobre árvores belas, árvores famosas, árvores antigas e explicando como transplantar árvores foram publicados em grande quantidade. Idem. p.299-303.

¹⁰⁵ Essa preservação das matas de caráter político foi a citada anteriormente, que adentrou as mentalidades dos críticos ambientais brasileiros. Conservar as florestas era pensar no progresso econômico da nação, com base na economia da natureza, que permeava ideologicamente a civilização Ocidental. Como propunha José Gregório de Moraes Navarro e a maior parte dos críticos brasileiros, ao refletir sobre a generosidade da terra e ingratidão dos homens, três medidas eram necessárias para renovar as relações saudáveis entre homem-natureza: introdução do arado, reforma das fornalhas e conservação das matas. Idem. 280.

¹⁰⁶ Idem. p.333.

¹⁰⁷ Keith Thomas afirma que a preocupação com a jardinagem, tal como o apego aos animais de estimação, à pesca e a outros hobbies, ajuda até mesmo a explicar a relativa ausência de impulsos radicais e políticos no proletariado britânico. Idem. p.341.

¹⁰⁸ CARNEIRO, Raíssa. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.49.

Enquanto nos tempos de Renascença a cidade fora sinônimo de civilidade, e o campo de rudeza e rusticidade, já bem antes do século XIX era lugar-comum sustentar que o campo era mais bonito que a cidade¹⁰⁹. Raymond Williams, em *O Campo e a cidade: na história e na literatura*, afirma que já no século XVII as paisagens construídas não apenas constituem o ápice da arte rural burguesa, mas que também são concretizações de uma paisagem rural esvaziada do trabalho e também dos trabalhadores rurais: uma vista de bosques e águas, contendo centenas de analogias com a pintura e a poesia neobucólicas.

Os fatos referentes à produção foram excluídos – as estradas e caminhos habilmente ocultados atrás de árvores, de modo que até mesmo os fatos referentes à comunicação eram visualmente suprimidos¹¹⁰. Desse modo, as novas percepções das florestas encobriam as relações de trabalho abusivo no meio rural, buscando sempre retratar a paisagem à parte, como se fosse destituída da presença humana explorada.

Em Pernambuco, até meados do século XIX, não havia se distinguido entre os habitantes um amor visível pelo cultivo de plantas, muito menos de flores. O quadro começou a mudar com a instalação dos primeiros jardins particulares, que foram proliferando a partir do decênio de 1850¹¹¹. Iniciativa primeira de franceses, os jardins pernambucanos foram conquistando o espaço público quanto mais o status dos jardins era associado à modernização.

De acordo com Arrais, a arborização da cidade do Recife no século XIX, que acompanhou os jardins públicos, era também uma alternativa ao problema da insalubridade pública. Enquanto os bosques à brasileira eram a solução, como será visto mais à frente, os mangues eram o problema. Em 1862, havia sido reservada uma quota na lei do orçamento para arborização do Passeio Público da cidade¹¹² visto que, dentre os sinais do progresso que uma cidade deveria exibir, ao Recife faltavam mais praças ajardinadas.

As praias também foram redimidas pela sociedade ocidental, assim como as florestas. A mesma interpretação do Gênesis que despertou a apreciação dos bosques por conta do Jardim do Éden também marcou profundamente as representações do mar, que não aparece no

¹⁰⁹ Alguns problemas socioambientais contribuíram para as críticas às cidades, como é o exemplo do Smog, fumaça que escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios. THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Op. Cit. p.345.

¹¹⁰ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. Op. Cit. p.208-209.

¹¹¹ Antes do interesse massivo por jardins nos espaços públicos, o jardim botânico já havia sido objeto de interesse. É então estabelecido o jardim botânico de Olinda, em 1811, e extinto em 1845. ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho. Op. Cit. p.219.

¹¹² Arrais cita que um dos jardins de grande sucesso no Recife do oitocentos foi o Jardim do Campo das Princesas, aberto ao público em 1872, 10 anos após a lei do orçamento para arborização do Passeio Público Idem p.225.

paraíso dos primeiros seres humanos da tradição cristã. Por ocasião do dilúvio, o oceano surgiu como instrumento da punição¹¹³.

A crença de emanções mefíticas advindas da beira-mar, devido à tradição neo-hipocrática¹¹⁴, são as mesmas que atingirão os manguezais, só que por muito mais tempo do que a percepção relativa aos mares. O oceano era o recipiente líquido dos monstros marinhos que inspiraram a imaginação dos poetas do século XVII, que assustaram os navegadores em busca do Novo Mundo. A literatura antiga representa o mar – e depois o oceano Atlântico – como um lugar enigmático por excelência.

Segundo Corbin, ocorre também de interpretar-se o mar como símbolo do purgatório. As areias ardentes do deserto e da praia, juntamente com o pântano e a montanha acerada, revestem o terceiro círculo do Inferno, de Dante Alighieri¹¹⁵. No decorrer dos anos, o prazer pela beira-mar corresponde ao gosto dos poetas barrocos do século XVIII pelo movimento¹¹⁶. Antes considerado uma distração moral, própria do povo sem educação¹¹⁷, os banhos de mar produziram uma inesgotável literatura de casos médicos, segundo Corbin:

Na França católica, o gênero decalca-se no relato do milagre; aqui, a precisão numérica dos banhos corresponde à dos rosários ou das novenas. O doutor Bertrand, por exemplo, anota, em julho de 1826, que um jovem de treze anos começou a melhorar sua ‘mesenterite’ crônica no 48º banho de onda; retornando no ano seguinte, o rapaz curou-se por ocasião do 108º banho¹¹⁸.

Em Pernambuco, no século XIX, os banhos frescos de mar ou de rio, acompanhados de distrações percebidas como higiênicas, eram recomendados aos que sofriam de melancolia ou viviam atemorizados por pesadelos, aos hipocondríacos, às histéricas¹¹⁹. Como o sentimento de refúgio pelos campos, o viver em praia criava uma rotina em tudo diferente do que se praticava na cidade. Havia a existência de um tempo livre, socialmente permitido para a vivência do ócio, o qual estabelecia um ritmo de vida mais lento e menos diversificado em atividades e obrigações que o da vida cotidiana. Não à toa, a avenida beira-mar foi considerada precursora de uma “nova era em Pernambuco”, demarcada como a obra mais

¹¹³ CORBIN, Alain. O território do vazio. Op. Cit. p.13.

¹¹⁴ No próximo capítulo será explicado com mais detalhes como a medicina de Hipócrates veio novamente a influenciar o Ocidente com a sua teoria miasmática das enfermidades, condenando ares considerados impuros.

¹¹⁵ Idem. Ibid. p.19.

¹¹⁶ Idem. p.31.

¹¹⁷ Idem. p.71.

¹¹⁸ Idem. p.101.

¹¹⁹ Uma das expressões do olhar contemplativo dirigido ao mundo natural, no Recife, segundo Rita de Cássia Araújo, era o prazer por recolher e colecionar variedades de conchas do mar. ARAÚJO, Rita de Cássia. As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007. p.181.

relevante do governo de Sérgio Loreto (1922-1926), explanada no capítulo seguinte¹²⁰. Assim, a praia de Boa viagem ficaria então mais acessível a pessoas de outras classes sociais, bem como os balneários de Olinda.

A leitura dos povos da beira-mar feita pelos românticos, assim como a que foi feita das florestas e bosques, construiu-se sob o signo da nostalgia. O romantismo fez com que essa leitura fosse estimulada, orientada pela consciência da fragilidade das falas, dos ritos, dos costumes, dos contos ou das lendas¹²¹. O historiador Alain Corbin, no último momento de *O território do vazio* resume numa frase icônica o gosto pelos mares em contraponto com o olhar percebido aos mangues, onde refere-se às percepções positivas da praia, a qual ganha simpatia “daqueles que, por temor do miasma, vêm caminhar ao lado da espuma”¹²².

2.3.2 Contra o mangue: primórdios da perseguição milenar às áreas pantanosas

Para compreender o repúdio ao mangue, que marcou uma significativa parcela da história de Pernambuco, é preciso recuar para os primórdios da “vigilância atmosférica” que sustentou a medicina ocidental, principalmente a partir do século XVIII. Reivindicando um ar puro, o discurso higienista fez da lama, entendido como um agressor à sensibilidade das classes abastadas, e seus vapores objeto de um discurso inquieto¹²³, que repercutiu como um verdadeiro asco aos solos alagadiços.

Um dos responsáveis pela ideologia que justificou por séculos a visão negativa das áreas alagadas foi Hipócrates, conhecido como o “pai da medicina”, divinizado pelos médicos brasileiros dos séculos XIX e XX. Segundo Alexandre Chaves, o *Tratado Dos Ares, das águas e dos lugares* ofereceu relevantes subsídios à história da medicina, sendo o pensamento hipocrático um dos eleitos como fundamentais para o conhecimento, de acordo com a intelectualidade europeia.

Hipócrates teorizou sobre a influência do meio na saúde, o que desencadeou várias questões, sendo destacadas pelo médico a influência do clima e da temperatura, podendo-se dividir a teoria que versava sobre o meio em dois pontos principais: um baseado na situação geográfica e o outro na fisiologia, como no caso da teoria dos humores. De acordo com Chaves:

¹²⁰ Idem. p.458.

¹²¹ CORBIN, Alain. *O território do vazio*. Op. Cit. p.234.

¹²² Idem. p. 246.

¹²³ CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX*. Op. Cit. p.38.

Em geral as teorias do meio calcadas na fisiologia se desenvolveram a partir da bipolaridade saúde-enfermidade ou ainda a partir da noção de equilíbrio e falta de equilíbrio humoral, respectivamente. A observação que aponta para as vantagens que certas cidades possuíam em função dos efeitos da altitude, possivelmente devido aos lugares altos estarem bem acima de áreas pantanosas, é um dos exemplos da aplicação da teoria do meio mencionada. A teoria humoral, que inicialmente estava embasada no corpo humano, logo foi transposta para a relação com o meio circundante, e é a partir da relação de desequilíbrio então verificada (excesso de umidade), que se chegou a valoração de áreas paludosas. A teoria hipocrática propunha que em terras quentes, pantanosas e florestadas com acumulação de água estagnada, a população não conseguia se desenvolver devido a esse excesso de água, já que respirava um ar úmido e turvo¹²⁴.

As explicações médicas de Hipócrates também aparecem em outros pensadores clássicos, como Aristóteles, principalmente no modo em que este filósofo aborda os problemas relacionados à medicina e os efeitos do ambiente sobre o pensamento. Dentre as perguntas formuladas pelo pensador a seus discípulos estavam as seguintes: “Por que envelhece rapidamente quem vive em terras baixas (depressões) ou em terras pantanosas?”; “Por que os marinheiros, mesmo os que vivem na água, possuem uma coloração mais sã do que os que vivem em terras pantanosas?”¹²⁵.

As perguntas demonstram e reforçam um caráter sórdido das áreas úmidas e a força das ideias hipocráticas, que assim como as concepções de Aristóteles sobre o mundo natural, atravessaram gerações e pautaram a edificação de instituições médicas de muitos séculos após a disseminação de seus pensamentos. A atenção olfativa prestada à putrefação se deu de modo tão extremo que o pútrido era frequentemente associado ao demoníaco¹²⁶. Esse discurso voltava-se principalmente às áreas pantanosas, que não foram poupadas nem entre os romances, onde os pântanos são retratados na literatura europeia de modo sórdido e sombrio¹²⁷.

Quando, no século XVIII, o naturalista Buffon descreveu a natureza da América, associando os ameríndios ao grau mais baixo de “humanidade”, constatou que a Terra teria emergido recentemente do mar, estando ainda coberta de lagos, pântanos e selvas que produziam um ar úmido e venenoso¹²⁸. O fato do continente americano ser uma formação

¹²⁴ CHAVES, Alexandre da Silva. Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?. Dissertação de História, UFRJ, 2008. p.11.

¹²⁵ Idem. p.11.

¹²⁶ CORBIN, Alain. Saberes e Odores. Op. Cit. p.36.

¹²⁷ SOFFIATI, Arthur. O manguezal na história e na cultura do Brasil. Op. Cit.

¹²⁸ GERBI, Antonello. O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

geológica recente, para Buffon, o levou a concluir que as áreas pantanosas eram um meio inapto para o desenvolvimento de uma “civilização”. Para ele, era porque os homens da América não sabiam “aproveitar devidamente” a terra que “os insetos, os répteis e todas as espécies de animais que se arrastam no lodo, cujo sangue é água e pululam em meio à podridão, são mais numerosos e maiores em todas as terras baixas, úmidas e pantanosas deste novo continente”¹²⁹.

Com os higienistas, os mais contundentes disseminadores desse pensamento sobre as zonas alagadas, os solos enlameados tomaram um lugar de verdadeiro malefício à saúde pública, onde era natural que qualquer fissura aberta na lama fosse considerada putrefata e evocadora dos maiores perigos para a classe dominante. Esta impunha sua famigerada “gestão burguesa do olfato”, visto que outro fator que negativava a visão dos pântanos na Europa foi a sua ocupação por pessoas pobres¹³⁰, excluídas. A população que favorecia a epidemia, no olhar da época, era aquela que “apodrecia na lama fétida”, e por ser pobre e frequentar as áreas pantanosas e insalubres exalava odores ruins¹³¹.

O historiador francês Alain Corbin, em sua obra *Saberes e Odores*, tece com precisão o imaginário ocidental na forma de pensar o olfato, demonstrando que o desprezo por ecossistemas ecótonos como o manguezal era tamanho, tanto que sua riqueza de fauna e flora ficava camuflada perante os possíveis danos que poderia vir a causar à saúde. As margens pantanosas eram um dos tipos de local mais importante para a observação dos gases¹³², sendo seu solo apenas um depósito de moléculas orgânicas em putrefação com vapores nocivos. Na citação abaixo, Corbin demonstra que as emanações pantanosas eram um dos principais assuntos dos tratados de medicina do século XIX, sendo os pântanos mais funestos àqueles que, como o mangue, misturam água doce e água salgada:

Seja porque o mar traz e deposita aí um maior número de insetos e de peixes que aí morrem e se decompõem, seja porque essa mistura de água salgada e de água doce é muito apropriada (...) para apressar a putrefação das moléculas orgânicas vegetais e animais¹³³.

A percepção miasmática do mar, os vapores mefíticos que dele emanavam deixando as costas malcheirosas, fazia com que o barco fosse um lugar maléfico por excelência¹³⁴. Dos

¹²⁹ Idem. Ibid.

¹³⁰ CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. Op. Cit. p.185.

¹³¹ Idem. Ibid.

¹³² Idem. p.50

¹³³ FODÉRÉ, F. E. *Traité de médecine légale et d'hygiène publique ou de police santé...*, 1813. p.168. In. CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. Op. Cit. p.49

¹³⁴ CORBIN, Alain. *O território do vazio*. Op. Cit. p.26

navios, afirmava-se, surgia com frequência a infecção, emergiam as epidemias. Entre seus flancos de madeira úmida acumulavam-se germes da fermentação e da putrefação, em que no porão a latrina concentrava todos os miasmas. Não à toa, o navio era comparado ao monturo e, ainda de acordo com Corbin, no século XVIII era comum que o navio fosse descrito como “um pântano flutuante”.

A concepção de odores ditos “pútridos e fétidos” faz parte de toda a educação de uma cultura na forma de pensar o olfato e, dessa forma, experimentar sensações com perspectivas pré-concebidas. Embora os mangues sejam a espinha dorsal das costas dos oceanos tropicais, formando um importante habitat, berçário para inúmeras espécies de peixes, crustáceos, mamíferos, aves e insetos¹³⁵, além da forma de sobrevivência dos extratos mais excluídos da população, foi relegado ao lugar de aversão e constante devastação na história do Brasil, notadamente, na capital pernambucana.

¹³⁵ SCHAEFFER-NOVELLI et al. Brazilian mangroves. *Aquatic Ecosystem Health and Management*, nº3, 2000.

3 O REPÚDIO AO MANGUE A PARTIR DO SÉCULO XIX: UM PERIGO À SALUBRIDADE PÚBLICA

O desprezo pelo mangue no Ocidente que, como abordado no primeiro capítulo, remonta às ideias de Hipócrates, a partir do século XIX passou a andar de mãos dadas com as políticas higienistas que tomaram conta da administração pública em várias capitais do Brasil. Aliado ao ideal de progresso, segundo o historiador Carlos Miranda, “o crescimento e adensamento populacional, bem como o aparecimento de inúmeros surtos epidêmicos marcam uma nova fase do pensamento médico no que se refere a uma intervenção em seu espaço urbano”¹³⁶. O mangue, entendido como invasor da civilização pela classe dominante, passou a ser alvo de ações que prezavam pela sua extinção do espaço público, tendo médicos e engenheiros como grandes atuantes da vida política.

As políticas públicas do século XIX, visando a salubridade do centro urbano do Recife, pavimentaram o caminho das ações do interventor Agamenon Magalhães, nos anos 1930, em favor dos aterros dos alagados através da atuação da Liga Social Contra o Mocambo. A Liga foi o ápice das medidas institucionais contra o mangue e a população que ali vivia. Diferentemente do discurso que defendeu a devastação do mangue pelo seu prejuízo à saúde, os aterros a partir do Governo Vargas foram justificados principalmente por prejudicar a estética da cidade e ser o habitat dos mocambos e das classes baixas. Contudo, em todos os momentos em que foi perseguido pelas classes dominantes, os terrenos alagadiços foram fisgados pelos olhos gananciosos da especulação imobiliária¹³⁷.

No início do projeto político que custou inúmeros aterros e drenagens ao solo do mangue recifense, a ideologia das “emanações mefíticas que envenenavam o ar” ainda era dominante no pensamento ocidental. Durante a segunda metade do século XIX e primeiros decênios do século XX, portanto, os miasmas persistiram sendo a diretriz ideológica do entendimento do mangue como um território palustre e danoso à salubridade. Conhecer a visão negativa do mangue enquanto um mal à saúde da população e os desdobramentos dessa perspectiva, como por exemplo para a formação da classe trabalhadora do país pós-abolição¹³⁸, bem como os atores sociais que deram os primeiros passos, através do Estado, da

¹³⁶ MIRANDA, Carlos A. C. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Recife, v. III, n. 5, out. 2012. p.145.

¹³⁷ NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco 1922-1926). Dissertação de Mestrado da UFRPE, 2016. p.36.

¹³⁸ Para tal, será utilizada a argumentação do historiador Sidney Chalhoub na obra “Cidade Febril”.

intensificação dos aterros, foi a via aqui escolhida para futuramente elucidar as medidas tomadas pela Liga Social Contra o Mocambo.

3.1 Contra os alagados, em favor do progresso

Neste capítulo foram utilizadas as reflexões da obra *Cidade Febril*, do historiador Sidney Chalhoub, em que o autor analisa os conflitos em torno da vida nos cortiços, destacando as epidemias de febre amarela e varíola, na cidade do Rio de Janeiro, na época da Corte Imperial. Tratar de males a saúde entre os séculos XIX e início do XX é adentrar nas estruturas de pensamento que fundamentaram o repúdio ao manguezal no Recife, visto que foi a ciência médica a principal via através da qual a classe dominante fez parecer eloquente destruir os alagados.

No entanto, outros pilares ideológicos foram cruciais para consolidar uma perspectiva negativa sobre o mangue. A cidade do Recife, não estando isolada do todo¹³⁹, construiu seu centro urbano alinhado com os ideais que circulavam nas demais capitais do Brasil, ideais esses que chegavam da Europa como verdadeiras doutrinas. Outrossim, as ideologias, com a roupagem dada por certos intelectuais europeus, não careciam de ser questionadas pela classe dominante brasileira, que divinizava o que quer que as mentes da Europa Ocidental ditassem como fundamental ao conhecimento. O “desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos”¹⁴⁰ só poderia ser realizado com a interiorização da fé inabalável nos valores que o Ocidente podia oferecer. Um deles, foi a noção de “progresso”.

Enquanto cria bastarda de um relacionamento extremamente abusivo, foi sentindo-se criatura legítima do sangue europeu que a classe dominante brasileira incorporou a ideia de progresso. O princípio do avanço que era difundido, a partir do século XVIII, com a fé na tecnologia que resultou da Revolução Industrial, seduziu o mundo. Essa nova mudança de influência cultural, onde a França era o polo difusor da modernidade, fez com que o Recife passasse pelo “afrancesamento” que tomava conta de várias capitais Brasil à fora. Segundo Laura da Hora: “A doutrina do progresso incorporou-se à filosofia do século XVIII e foi se convertendo em um credo de que os constantes avanços tecnológicos eram símbolos de progresso”¹⁴¹.

¹³⁹ CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.84.

¹⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996. p.35.

¹⁴¹ HORA, Laura da. *A praça é do povo como o céu é do condor*. Dissertação do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2015. p.18.

Sendo assim, era comum encontrar na imprensa escrita os ânimos da classe dominante pernambucana empolgados com as novas estruturas e formas de interagir na cidade, compreendendo-os como sinais da modernidade: “O Recife de hoje, com o movimento e as edificações do seu bairro comercial, as suas residências elegantes e os seus serviços urbanos dá uma forte impressão de progresso”¹⁴².

O verbo “progredir” é sinônimo de aumento, avanço, ascensão. Soa aos ouvidos como algo que cresce, engrandece, mira na direção de um futuro cada vez mais “evoluído”, em que fica implícito que os benefícios, mesmo dentro de uma lógica de exploração, chegarão para todos. Ao refletir sobre a ideia de “progresso”, o que é preciso ter como ponto de partida é que a noção de avanço que a Europa Ocidental – e, a partir de certo momento, também os Estados Unidos¹⁴³ - fez-se traduzir com o uso dessa palavra não é nenhuma verdade absoluta. Aliás, é verdade tão somente para o modelo eurocêntrico de pensar o mundo.

A crença no progresso encravado na cultura ocidental teve herança desde os escritos dos gregos antigos, à exemplo de Aristóteles¹⁴⁴, ancestral eleito como relevante pela própria intelectualidade europeia. Essa convicção num avanço guiado pela mão da Europa Ocidental parece cegar perante os retrocessos que esse modo de raciocínio provoca, não só aos demais componentes do mundo natural, mas também ao próprio homem. Ou, como diria Hichem Djait, historiador e filósofo tunisiano, “a Europa imperialista nega sua própria visão de homem”¹⁴⁵. Desse modo, as atrocidades cometidas pelos países do continente europeu em suas colônias e ex-colônias na América, África, Ásia e Oceania, fazem do humanismo iluminista do colonizador um confronto entre discurso e prática¹⁴⁶. Segundo Gilberto Dupas:

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais¹⁴⁷.

¹⁴² Affonso Costa, político republicano e estadista português 1871-1937. A Província, 02 de Novembro de 1928.

¹⁴³ CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.51.

¹⁴⁴ Aristóteles, em sua obra “A Política”, trouxe reflexões que diferenciavam o “bárbaro” do “civilizado”, um dos principais argumentos para a crença num progresso advindo da dita “civilização” que apenas a Europa Ocidental podia ser vista como horizonte. ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martin Claret, 2001.

¹⁴⁵ CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000. p.4.

¹⁴⁶ Idem. p.4.

¹⁴⁷ DUPAS, G. O mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p.73.

Desse modo, a racionalização crescente da sociedade estaria ligada à institucionalização da evolução científica e técnica, onde essa “evolução” seria sinônimo de uma sociedade mais adequada para a humanidade como um todo. Ainda de acordo com Dupas, foram nas sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas que a dominação tendeu a perder sua característica de exploração e de repressão para cobrir-se com o manto da racionalidade¹⁴⁸.

O aumento populacional em todas as partes do globo foi acompanhado de um crescimento das forças produtivas, cujo qual trouxe consigo o progresso científico e técnico, associado ao crescente domínio da natureza e da produtividade. Ao atentar às raízes do ideal de progresso, é interessante constatar o quão crucial é analisar não apenas os frutos dessa ideologia, mas, principalmente, sob que tronco esse conceito foi construído, ou seja, a quem esse progresso serve¹⁴⁹.

A historiografia no mundo ocidental, de caráter eurocêntrico, foi toda orientada a partir do olhar de quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos. No Recife a partir do século XIX, a administração pública da cidade foi quem direcionou o tal “progresso”, a partir dos interesses da classe dominante.

3.1.1 “O tempo também é grande fator de progresso”: a visão teleológica da História

A trajetória da humanidade é entendida sob a perspectiva de uma ascensão contínua em que, segundo Laura da Hora, “o caminho entre o ‘primitivo’ e o ‘glorioso’, como afirma J. B. Bury, envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro que torna possível pensar a humanidade a partir de um lento e constante desenvolvimento sem apresentar retrocesso”. Sendo um conceito que precisa da História para assegurar sua visão teleológica, o progresso prometido pelo Ocidente teve no historicismo, a partir do século XIX, uma de suas maiores ferramentas. O historicismo foi um dos pensamentos responsáveis por capacitar a dominação europeia pelo mundo¹⁵⁰, segundo Chakrabarty:

O historicismo fala-nos que na ordem de entender a natureza de qualquer coisa no mundo, precisamos ver o fato como uma entidade historicamente em desenvolvimento que é, primeiro, como algo único e individual; e, segundo, como algo que se desenvolve ao longo do tempo¹⁵¹.

¹⁴⁸ Idem. p.76.

¹⁴⁹ Idem. p.74.

¹⁵⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Op. Cit. p.7.

¹⁵¹ Idem. p.10.

De acordo com Walter Benjamin, o progresso não é uma norma histórica¹⁵². Sendo um conceito dogmático, sem qualquer vínculo com a realidade, a ideia de progresso se disseminou no Ocidente imbuída de uma fé na perfectibilidade infinita do gênero humano. Enquanto processo “essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral”¹⁵³, a ideia de um progresso da humanidade na história é a crença de que a marcha dos homens em direção ao futuro encontra sempre horizontes mais satisfatórios do que as vivências passadas.

O grande marco da ideia contemporânea de progresso foi a revolução provocada por Darwin com sua obra *Origem das espécies*, publicada em 1859¹⁵⁴. Contudo, Peter Bowler, ao tratar o progresso enquanto uma invenção muito bem estruturada pelo período vitoriano na Inglaterra, entende que esse tal modelo de história, baseado em estágios de desenvolvimento socioeconômico, não possuía compatibilidade com a proposta darwinista:

O ar da inevitabilidade que caracteriza tais descrições das origens humanas é típico do historicismo que está no cerne do evolucionismo vitoriano. O progresso foi assumido como inevitável porque era possível especificar uma única escala de desenvolvimento que deve ser seguida sempre que o estímulo do ambiente forçar os organismos a progredir. No entanto, esse princípio de progresso inevitável não era compatível com a teoria da evolução proposta por Darwin. Em seu modelo de ramificação, a evolução de cada espécie diverge, sofrendo sua própria sequência de mudanças, dependendo dos novos ambientes que encontra em suas migrações ao redor do globo. Não se pode prever o curso da evolução porque não se pode prever o padrão de futuras migrações em um mundo em constante mudança. Assim, torna-se sem sentido usar as características desenvolvidas por um ramo da vida como escala para medir o progresso de outros¹⁵⁵.

Na verdade, o conceito de progresso se consagrou como algo bastante conveniente para o poder industrial das nações europeias, avançando sobre o mundo através da exploração

¹⁵² BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

¹⁵³ Idem. Ibid.

¹⁵⁴ DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. Op. Cit. p.74.

¹⁵⁵ No original: “The air of inevitability which characterizes such accounts of human origins is typical of the historicismo lying at the heart of Victorian evolutionism. Progress was assumed to be inevitable because it was possible to specify a single scale of development which must be followed whenever the stimulus of the environment drives organisms to advance themselves. Yet this principle of inevitable progress was not compatible with the theory of evolution that Darwin proposed. In his model of branching, divergent evolution each species undergoes its own unique sequence of changes depending in the new environments it encounters in its migrations around the globe. One cannot predict the course of evolution because one cannot foresee the pattern of future migrations in a ever-changing world. It thus becomes meaningless to use the characteristics developed by one branch of life as a scale by which to measure the progress of others.” BOWLER, Peter J. The invention of progress: The Victorians and the past. Oxford: Basil Blackwell, 1989.p.27.

da natureza e do homem. Para que outras regiões entrassem no “caminho da luz”¹⁵⁶ seria preciso que a mão da Europa as conduzisse. Com um certo direito moral em ser a linha de frente da marcha para a evolução da humanidade, a classe dominante da Europa Ocidental disseminou valores profícuos ao seu desenvolvimento econômico. Assim, tão inevitável quanto o progresso era a acumulação de riquezas por parte daqueles que detinham o poder.

Ainda de acordo com Bowler, o progresso econômico e social era então estimulado pelo egoísmo individual que impulsionou o sistema capitalista, como se os benefícios públicos fossem surgir das benesses que cada indivíduo alcançasse em favor de sua vida privada. Em *A Riqueza das Nações*, do economista britânico Adam Smith, um dos maiores defensores da propriedade privada, o autor expôs a filosofia econômica da era comercial¹⁵⁷ concluindo que os esforços dos homens para melhorar a si mesmos resultariam em benefícios para toda a sociedade.

Para consagrar seu modelo econômico e também seus aspectos culturais como dominantes, a Europa Ocidental se empenhou em conceituar e apresentar o passado a partir de si, pretendendo ter sido a inventora uma série de “instituições-chave” – tais como cidadania, direitos humanos, Estado, sociedade civil, esfera pública¹⁵⁸. Pretensões essas incorporadas tanto nas escolas, como na história como disciplina acadêmica, bem como na cultura popular. A tradição intelectual sobrevivente nas universidades é a europeia, os pensadores europeus são lidos como verdadeiras divindades do conhecimento. Ao mesmo tempo em que intelectuais contemporâneos da América Latina, por exemplo, são ignorados em suas próprias cátedras, alguns intelectuais de séculos passados, quando europeus, são continuamente lembrados quase de forma inquestionável.

Os clichês que enalteceram o continente europeu e penetraram nos hábitos diários¹⁵⁹, fizeram com que, tão distante da realidade, fosse entendido por Dipesh Chakrabarty como uma figura imaginária, repleta de idealizações. A regra, a lei, feita pelas instituições modernas do Estado, a burocracia, o capitalismo, são ideias impossíveis de ser pensadas sem invocar certas categorias e conceitos, genealogias que vão fundo nas tradições intelectuais e teleológicas da Europa Ocidental. De acordo com James Blaut, tudo de mais importante teria sido ensinado como decorrente de uma só região: “Greater Europe”¹⁶⁰.

¹⁵⁶ Idem. p.16.

¹⁵⁷ Idem. p.18.

¹⁵⁸ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Op. Cit. p.4.

¹⁵⁹ Idem. p.2.

¹⁶⁰ A “Greater Europe” é entendida por Blaut como a “Europa Ocidental”. BLAUT, J. M. *The Colonizer’s Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York/London: The Guilford Press, 1993. p.3.

Ainda que grande parte das invenções atribuídas à Europa Ocidental foram, na verdade, do Oriente¹⁶¹, de acordo com Jack Goody, Blaut afirma que há 50 anos, os africanos ainda eram lidos como selvagens, as sociedades do Oriente como decadentes e despóticas. Essa leitura dos povos não-europeus carregava interpretações das mais simplistas e reducionistas.

No caso da África, é necessária máxima cautela em interpretar a história de uma maneira teleológica, ou seja, interpretando o passado do ponto de vista do presente, projetando vantagens contemporâneas em épocas pretéritas. Segundo Lopes, o desafio é reescrever a história da África longe do binômio colonizador-colonizado¹⁶². A suposta inferioridade africana foi fortificada pela estrutura da colonização, que no meio acadêmico ganhou a perfeita linearidade dos moldes teleológicos¹⁶³. Esses, capazes de rotular tudo que não é europeu como faltoso e carente, forçando a história europeia a se encaixar em uma narrativa de mudanças progressivas, no mínimo, duvidosas.

A mesma ideologia que decide lembrar da Revolução Francesa enquanto um fato histórico relevante para compreender os ideais que a humanidade ocidental abraçava no século XVIII, é a mesma ideologia que escolhe esquecer da Revolução do Haiti, igualmente marcante e ocorrida na mesma época¹⁶⁴. Os valores e critérios atribuídos a um fato histórico em detrimento de outro é, de acordo com o historiador indiano Ranajit Guha¹⁶⁵, apenas mais um sintoma de que uma História marcada por ideologias eurocêntricas possui vozes diversas, em que a da Europa Ocidental há muito ecoa mais alto.

As vozes baixas da História são as silenciadas pelo progresso que jamais chegou para as populações à margem da sociedade. Segundo Frantz Fanon, “todas as formas de exploração se parecem”¹⁶⁶ e, de fato, todas as formas de exploração ao longo da história do Ocidente encontraram justificativa em alguma ideologia, por vezes pautada na fé, por vezes pautada na ciência. Por essa razão é possível encontrar na mentalidade colonizada da classe dominante do Recife o mesmo pensamento que partiu do continente europeu, em relação ao padrão ideal de sociedade.

¹⁶¹ Segundo Chakrabarty, a Europa trata a tradição intelectual do Sul da Ásia como morta historicamente, ao mesmo passo que os pensadores europeus do passado nunca morrem. CHAKRABARTY, Dipesh. Op. Cit. p.5.

¹⁶² LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: Actas do colóquio Construção e ensino de história da África. Lisboa: Linopazas, 1995. p.23.

¹⁶³ GOODY, Jack. O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. p.16.

¹⁶⁴ JAMES, C.L.R. Os Jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

¹⁶⁵ GUHA, Ranajit. Las voces de la Historia y otros estudios subalternos. Barcelona: Crítica, 2002.

¹⁶⁶ FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p.87.

No seguinte trecho do *Jornal A Província*, no decênio de 1920, é possível ver reverberar a noção de uma humanidade caminhando para um futuro sempre mais promissor, em que o passar do tempo é encarado como fator de evolução: “Faz o Recife de hoje enorme diferença do Recife de 16 anos passados e o tempo também é grande fator de progresso”¹⁶⁷.

Os atores sociais que subsistiam do manguezal, vulgo a classe pobre recifense, teve o destino de suas moradias – o mangue e o mocambo – permeado por ideais que pregavam um progresso social em benefício das altas classes do Recife. Afinal, segundo o discurso da classe dominante, registrado no *Jornal Diario da Manhã* “com a extinção dos barracões de tábua e palha onde se alojava a população pobre do Recife, no período de inverno, ali enfrentando, embora, um frio insuportável, abre-se, automaticamente, uma acentuada perspectiva de progresso”¹⁶⁸.

A classe trabalhadora do Recife, na transição do século XIX para o século XX, estava sendo reformada de acordo com o jogo político das classes dominantes, que seguiam os moldes abolicionistas em prol da Segunda Fase da Revolução Industrial¹⁶⁹. Composta de uma população remanescente do período escravocrata, portanto “negra” e mestiça, a classe baixa harmonizada com o mangue foi igualmente atingida tanto pelo indecoroso cientificismo¹⁷⁰ vigente na época, como pelos “ideais de progresso”.

3.2 O saneamento dos terrenos paludosos

Assim como a visão imprimida ao mundo natural construía relações diversas com o meio ambiente, resultando na supressão ou apreciação da paisagem, também reverberava nos costumes. Enquanto a higiene indígena foi admirada desde o princípio da conquista europeia em terras brasilis¹⁷¹, o mesmo não podia ser dito do asseio no que constituiu o Brasil colonial. Os cuidados que os brasilíndios dedicavam à sua higiene pessoal entrou em choque com o relaxamento das autoridades na inspeção das mercadorias e dos remédios importados, o mau hábito da população de jogar os excrementos nas praias e nas ruas, o costume de permitir que animais andassem soltos pelos caminhos públicos¹⁷².

¹⁶⁷ A Província, 02 de Novembro de 1928.

¹⁶⁸ Diário da Manhã, 15 de Maio de 1942.

¹⁶⁹ SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (org). História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio, v. 3, 7.reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.15.

¹⁷⁰ Essa referência diz respeito a eugenia, ideia de que existiam “raças” superiores e outras inferiores. Esse assunto será tratado no capítulo três.

¹⁷¹ MIRANDA, Carlos A. C. A arte de curar no Brasil Colônia. Op. Cit. p.238

¹⁷² Idem. p.438

O aparecimento de inúmeras doenças contagiosas no solo brasileiro teve antecedentes que favoreceram um ambiente insalubre, numa história que, da colônia à República, registra sucessivas epidemias. No caso do Recife, durante o período holandês, foram adotadas medidas de higiene pública para a cidade¹⁷³, contudo, assim como nas demais grandes capitais do país, foram os séculos XIX e início do XX os grandes momentos da severa política higienista que permeou o Brasil.

A explicação miasmática das enfermidades tomou grandes proporções na vida dos cidadãos recifenses, de modo que a questão da saúde pública atrelou-se à urbanização da cidade. A vigilância sanitária pela salubridade pública foi protagonista das relações sociais a partir do século XIX, em que a fiscalização dos alimentos, dos navios, da água para consumo e, sobretudo, do exercício da profissão médica foram algumas medidas que impulsionaram as reformas visando um Recife mais higiênico e urbanizado.

O projeto higienizador no estado de Pernambuco ganhou destaque com a criação, em 1841, da Sociedade de Medicina de Pernambuco, e, principalmente, pela criação, em 1845, do Conselho geral de Salubridade pública da província de Pernambuco. Conselho esse que era um desejo do então presidente da província pernambucana, Francisco de Rego Barros, durante os anos de 1837 a 1844. De acordo com o Relatório apresentado na Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, na Sessão Ordinária do dia 1º de Março de 1840, nas palavras do próprio Conde da Boa Vista: “me parecem urgentes, como sejam a criação de um Conselho de Salubridade Pública, o estabelecimento, e construção de um Hospital, e o dessecamento do pântano infecto, e mortal de Olinda, cujos perigos foram-me cabalmente demonstrados”¹⁷⁴.

No Dicionário de medicina popular de 1890, por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, consta que as condições que favorecem os desenvolvimentos miasmáticos eram bem determinadas, estando os pântanos em primeiro lugar quanto aos locais possíveis de se encontrar os miasmas¹⁷⁵. Segundo Laura da Hora:

¹⁷³ Com essas medidas, visava-se sanar maus hábitos que prejudicavam a saúde pública, em que os moradores eram proibidos de jogar lixo nas ruas e deixar animais soltos pelas vias públicas. Idem. p.480

¹⁷⁴ Relatório que o Excelentíssimo Presidente da Província, Francisco do Rego Barros apresentou Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco, na Sessão Ordinária do dia 1º de Março de 1840,. In: Diário de Pernambuco, 04 de Março de 1840. Acervo da FUNDAJ

¹⁷⁵ “Ninguém ignora quanto são comuns, sobre o globo, as moléstias, e especialmente intermitentes benignas ou perniciosas que provem delles. Estes effluvios pantanosos, cujos insalubres effeitos sobem pela decomposição das matérias vegetaes e animaes, são sobretudo temíveis nos paizes quentes visto que a atividade da putrefação está na razão direta do calor.” (CHERNOVIZ, 1862, 1890.). In: CHERNOVIZ, Napoleão. Dicionário de medicina popular. [s.l.]: 1890. Disponível em: <<http://www.meusdownloads.com.br/p-servicos.jsp?ppID=c586>>. Acesso em: 15/05/2019

Um dos dilemas constantes que o Recife enfrentava durante esse período de expansão da medicina urbana era como solucionar os problemas advindos das inúmeras áreas alagadiças. Os discursos eram proferidos através da concepção: manguezal gera miasmas que causa doenças, logo ao se erradicar os manguezais alcançam o saneamento¹⁷⁶.

O projeto político era de “modernizar” a cidade, retirando os resquícios de uma herança colonial suja e arcaica. Uma República no molde francês, sem escravidão e com o avanço do capital, implantando uma sociedade industrial crescente, era a meta da classe dominante desde o Recife oitocentista. Só que, diferente do exemplo europeu de urbanização¹⁷⁷, o Recife apresentava, de acordo com o historiador Carlos Miranda, uma paisagem insalubre e com graves problemas em sua infraestrutura: abastecimento de água precário, falta de saneamento básico, prédios públicos construídos de forma irregular, ruas sujas e lamacentas, construção de casas e sobrados¹⁷⁸ que contrariavam os princípios da salubridade, além de um sistema hospitalar extremamente carente que pouco colaborava para promover a saúde da população, que aumentava demograficamente¹⁷⁹.

3.2.1 A Medicina social

A nova concepção do ofício da medicina foi essencial para o desenvolvimento do projeto higienista no Recife. A construção da identidade dos profissionais médicos foi edificada numa “fantasia onipotente de salvação”¹⁸⁰. Trata-se de uma ideia que acompanha a medicina moderna, relacionando-a com a esperança de salvação da vida através da medicina,

¹⁷⁶ HORA, Laura da. A praça é do povo como o céu é do condor. Op. Cit. p.57.

¹⁷⁷ O exemplo dos aterros de Mussolini foi exaltado na imprensa escrita como um modelo a ser seguido, como nessa passagem do Diário de Pernambuco: “Um dos trabalhos mais fecundos da administração de Mussolini, na Itália, foi a luta contra o pântano, tanto assim que ele fez surgir verdadeiras cidades de terrenos outrora completamente alagados. Diário de Pernambuco, 26 de Julho de 1938.

¹⁷⁸ Os sobrados eram considerados insalubres pelos higienistas, mesmo sendo o ideal habitacional em contraponto aos mocambos. O asseio nos sobrados lembrava as casas grandes, com ruas sujas e arquitetura imprópria a uma boa circulação do ar. Senhores de engenho, comerciantes e intelectuais que habitavam os sobrados dos centros urbanos eram, frequentemente, acometidos por graves enfermidades, assim como os habitantes dos mocambos ou senzalas. No século XIX, por exemplo, a tuberculose pulmonar tornou-se muito comum no Brasil, assumindo proporções de verdadeira epidemia e acometendo as diversas classes sociais. MIRANDA, Carlos A. C. A arte de curar no Brasil Colônia. Op. Cit. p.393.

¹⁷⁹ A preocupação com a aparência das ruas deve-se, sobretudo, ao crescimento dos centros urbanos e a uma presença, cada vez maior, de pessoas nesses locais. O aumento populacional foi um dos fatores que intensificaram a urbanização do Recife, desde a presença dos imigrantes europeus aos migrantes da seca e escravizados, muitos antes nos canaviais, agora incorporados à sociedade como trabalhadores livres. MIRANDA, Carlos A. C. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. Op. Cit. p.145.

¹⁸⁰ BASTOS, Liana Albernaz de Melo. A construção do corpo médico. In. Corpo e subjetividade da medicina: impasses e paradoxos. Rio de Janeiro, editora da UFRJ, 2006. p.109

onde a “encarnação” do salvador era o próprio médico¹⁸¹. Essa noção foi fundamental para as políticas higienistas, visto que tal forma de pensar impulsionava o desempenho médico, fazendo com que esse profissional fizesse parte da vida política das cidades.

A Medicina Social, como foi chamada a prática médica que fazia da saúde pública seu objeto, investindo na profilaxia das doenças através de uma concepção elitizada de higiene, lançou suas bases inicialmente na Alemanha, depois na França e, por fim, na Inglaterra. Nos primeiros decênios do século XIX, violentas epidemias de febre amarela e de cólera assolavam a Europa e a América do Norte com certa regularidade. Desenvolveu-se então, com pujança, a noção de medicina como uma prática social, segundo a qual o controle da sociedade sobre os indivíduos se dava pelo corpo, pelo biológico. O Brasil, por outro lado, parecia ser considerado um país com boas condições de salubridade pelo estrangeiro¹⁸².

Os indícios do repúdio ao mangue e seus “danos à saúde” estão presentes em diversos documentos oitocentistas produzidos pela Europa Ocidental. Neste *Tratado de Hygiene Naval e da influência das Condições Physicas e Moraes*, de Lisboa, por exemplo, eram dadas instruções de cautela aos que desembarcassem em territórios pantanosos:

Em toda parte onde se purifica a matéria orgânica, quer provenha de uma planta ou de um animal, nasce um princípio infectuoso. O habitante dos pântanos, o lenhador, o coveiro que revolve camadas de terra vegetal, o camponês que sulca a terra para a semear, o operário que trabalha na turfa e o mineiro de hulhas, estão igualmente expostos à influência d’estes miasmas, os quais têm sido confundidos sob a denominação genérica de miasmas palustres (...) Diz-se geralmente que o envenenamento palustre é produzido por um princípio sempre idêntico e de algum modo indivisível, o miasma dos pântanos (...) Os comandantes dos navios estacionados em países pantanosos devem ter o maior cuidado em subtrair toda a equipagem, ou pelo menos uma parte, à absorção dos miasmas febrígenos (...) Há nos portos certos lugares a barlavento dos pântanos; é inútil dizer que ali convém fundear. A influência deletéria dos pântanos pode também, até certo ponto, ser atenuada pelo modo especial da amarração. Das duas margens de um rio, uma é baixa, inundada e coberta de mangues, e a outra abrupta, seca e por consequência salubre; é esta a que se deve preferir para fundear o navio na sua proximidade¹⁸³.

¹⁸¹ SANTOS, Leonardo Querino. Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929). Dissertação do Departamento de História, UFCG, 2015. p.46.

¹⁸² A exaltação ao clima e a beleza natural de Recife foi duramente abalada após o decênio de 1840, com a chegada das epidemias de febre amarela, varíola, sarampo e com a ameaça da cólera. O assédio das epidemias denunciava a insalubridade no ambiente. FARIAS, Rosilene Gomes. O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856). Dissertação do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2007. p.22.

¹⁸³ BARREIROS, João Francisco. *Tratado de Hygiene Naval e da influência das Condições Physicas e Moraes*, Lisboa, 1862. p.330-333. disponível em archive.org. Acesso em: 13/02/2019.

É interessante notar no trecho acima destacado que “o habitante dos pântanos” é também entendido como um ser exposto à influência dos miasmas, ou seja, infecto, em que o homem que vivia num alagado sempre esteve intimamente ligado a ele. Aparentemente os “alagados monstruosos”¹⁸⁴, segundo a classe dominante do Recife, também habitavam seres humanos, literalmente, “monstruosos”, como no seguinte trecho do *Diario de Pernambuco*, no ano de 1916: “O pântano, esse, não origina e desenvolve senão o regime dos miasmas e das infecções palustres (...) O interior pantanoso do Brasil é assim o ‘habitat’ sombrio, o lameiral onde se perpetuam variedades monstruosas da espécie humana.”¹⁸⁵.

Como de praxe, inspirados nos moldes europeus, os médicos higienistas ambicionaram implementar um plano para a medicina social em Pernambuco. Esses doutores, com formação em faculdades francesas, não questionavam a instituição da escravidão em si, mas a viabilização de um projeto “disciplinador” voltado ao meio urbano, assemelhando-se aos críticos ambientais como Guilherme Capanema e Freire Alemão¹⁸⁶, que indignavam-se com a destruição das matas sem problematizar o fim do sistema escravocrata.

Elitista e essencialmente urbano, o discurso médico do período oitocentista limitou-se a denunciar os maus-tratos infligidos aos escravizados e a alertar para o perigo da sua presença “corruptora” na intimidade das famílias brancas¹⁸⁷, o que não se diferenciou do pensamento predominante no início do novecentos, onde o cerne dos problemas da sociedade brasileira era também a “degenerescência da raça”.

3.2.2 O terreno alagadiço como foco de infecção

Os alagados eram acusados de insalubres principalmente por conta das epidemias denominadas de “febres palustres”, em que aqui serão destacadas a febre amarela e a malária, visto que foram doenças combatidas pela administração pública que carregaram o discurso dominante de repúdio ao mangue. É importante lembrar que a teoria dos miasmas prevaleceu com muita força na mentalidade da categoria médica do Recife, apesar de ter sido

¹⁸⁴ Termo de Vasconcelos Sobrinho em SOBRINHO, João de Vasconcelos. *Vegetação dos mangues da foz do Capibaribe*. Op. Cit. p.314.

¹⁸⁵ *Diario de Pernambuco*, 07 de Maio de 1916.

¹⁸⁶ PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição*. Op. Cit. p.264.

¹⁸⁷ MIRANDA, Carlos A. C. *A arte de curar no Brasil Colônia*. Op. Cit. p.381-382

reivindicada pela microbiologia¹⁸⁸, devido às descobertas do químico e microbiologista Louis Pasteur acerca dos microorganismos como reais agentes da putrefação e fermentação.

A conclusão dos experimentos de Pasteur acabou por ocasionar conflitos entre os médicos brasileiros, os quais seguiram linhas diferentes de pensamento acerca da origem das doenças, dividindo-se essencialmente entre os que pregavam as “febres palustres” serem propagadas através do contágio e os que insistiam na difusão de tais febres por infecção.

De acordo com Chalhoub, os contagionistas acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, em outras palavras, através do contato físico, ou mesmo de forma indireta, mediante o toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava¹⁸⁹. O aparecimento de uma determinada moléstia, para os contagistas, sempre podia ser explicado pela existência de um veneno específico, capaz de se reproduzir no indivíduo doente e assim se espalhar na comunidade¹⁹⁰. Essa forma de contágio independia da continuação das causas originais reinantes quando tal veneno teria sido produzido. Um dos participantes mais ativos da Sociedade de Medicina de Pernambuco no oitocentos, o médico Octavio de Freitas¹⁹¹ chegou a comentar sobre esse conflito de visões na medicina no *Jornal Diario de Pernambuco*:

Não muito longe ainda vai o tempo em que os pontífices das ciências médicas atribuíam grande parte dos males que nos assoberbam, mais ou menos intensamente, às impressões miasmáticas (...) o pântano hoje, não é mais combatido como um reservatório de germes ou parasitas palustres, que de fato ali não existem, mas simplesmente como um ótimo viveiro de larvas¹⁹²

Esses “pontífices das ciências médicas” que atribuíam aos alagadiços o título de repositório de “emanações mefíticas” eram os chamados “infeccionistas”. Chalhoub afirma

¹⁸⁸ De acordo com Alexandre Chaves: “em 1867, o químico e microbiologista francês Louis Pasteur descobriu que a putrefação e a fermentação eram causadas por microrganismos, o que impulsionou o estudo das doenças contagiosas. Como se sabe, essa nova descoberta entrou em confronto com as idéias sobre os ares infecciosos e só veio se legitimar, de fato, alguns anos depois. A descoberta ocasionou, entretanto, conflitos entre os médicos que passaram então a seguir linhas diferentes dentro das várias teorias bacteriológicas que vão surgir, além dos que se mantiveram apegados à idéia de contaminação pelos odores mefíticos, isto é, os nebulosos miasmas.” CHAVES, Alexandre Silva da. Vicissitudes sobre as áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista. Op. Cit. p.18.

¹⁸⁹ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Op. Cit. p.64.

¹⁹⁰ Idem. Ibid.

¹⁹¹ GOUVEIA, Bruno Márcio. Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife. Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017. p. 23.

¹⁹² Diario de Pernambuco, 25 de Junho de 1911.

que “por infecção se entendia a ação exercida na economia por miasmas mórbidos”¹⁹³, em que a infecção atuava essencialmente no local de onde emanavam os tais “miasmas morbíficos”¹⁹⁴, ou seja, nos pântanos.

Ao tratar da febre amarela, Chalhoub demonstra que os médicos que compreendiam sua contaminação através do contágio recomendavam, como profilaxia, as quarentenas para navios que chegavam ao porto, e, também, o isolamento dos doentes em hospitais distantes do centro da cidade. Enquanto que para os infeccionistas, por outro lado, aquelas diligências eram ineficazes, sendo adeptos de medidas mais abrangentes para transformar o meio urbano e impedir a produção das temidas “emanações miasmáticas”¹⁹⁵. Ainda segundo o autor, foram os infeccionistas os grandes responsáveis pelo arcabouço ideológico básico que permitiu contundentes reformas urbanas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e início do XX. Para Corbin, naquele período “rebocar, forrar, pintar, cair paredes, tetos e madeiramentos era vestir uma couraça contra o miasma”¹⁹⁶

3.2.3 O pântano na voz dos médicos

O crescimento econômico do Recife, a partir do decênio de 1850, veio acompanhado de um espaço público que necessitava de um sistema de esgoto completo, reformar o porto, combater surtos de cólera¹⁹⁷. Segundo Laura da Hora, as questões sanitaristas e higienistas eram refletidas por toda a sociedade. Enquanto centro da economia urbana, Recife exerceu domínio sobre o complexo açucareiro do estado¹⁹⁸, colocando a preocupação higienista no cerne das prioridades do Estado.

Passou a ser comum, a partir do oitocentos, encontrar trabalhos da área de medicina que problematizassem a questão dos miasmas na saúde pública do Brasil. O que Corbin chamou de “aerismo neo-hipocrático”¹⁹⁹ encontrou sua justificativa teórica em uma série de teses que visavam alertar os perigos que os terrenos alagados causavam à população. A administração pública do Recife, atenta e influenciada pela então capital, o Rio de Janeiro,

¹⁹³ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Op. Cit. p.65.

¹⁹⁴ Idem. Ibid.

¹⁹⁵ Idem. p.66.

¹⁹⁶ CORBIN, Alain. Saberes e odores. Op. Cit. p.121.

¹⁹⁷ FARIAS, Rosilene Gomes. O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856). Op. Cit. p.72.

¹⁹⁸ Segundo Laura da Hora, a autonomia da economia urbana pelo: reflexo do desenvolvimento bancário, a partir de sua reforma em 1853 e do sistema de liberdade de emissão monetária em 1858; assentamento urbano dos capitais do tráfico de escravos; mecanismo de transferência do excedente monetizado ao sistema bancário e comerciante; e por fim, pelas condições favoráveis ao aumento dos gastos públicos urbanos. HORA, Laura da. A praça é do povo como o céu é do condor. Op. Cit. p.92.

¹⁹⁹ CORBIN, Alain. Saberes e odores. Op. Cit. p.125.

naturalmente acatou as ideias sobre os “males dos pântanos” que circulavam na região sudeste.

Os médicos do Rio de Janeiro geralmente carregavam uma formação ideológica com base na medicina social francesa²⁰⁰, onde os médicos franceses, por sua vez, partilhavam opiniões pejorativas sobre as áreas alagadas. Ao visitar os pântanos de São Cristóvão, no Rio, o médico francês Bourel-Roncière identificou aquela região como “vastas planícies negras e fétidas”, em que os “eflúvios dos pântanos de Botafogo, quando sopravam os ventos vindos do sul, atingiam os navios ancorados no porto da capital”.²⁰¹

No decênio de 1870, o consenso de que era necessário um ataque total aos elementos causadores de infecção²⁰², ou seja, os habitats “emanadores de miasmas”, culminou num plano de melhoramento para a cidade do Rio de Janeiro, em 1878, determinado pelo Governo Imperial. O plano, feito pela Junta Central de Higiene Pública, constava como principais providências a serem tomadas o aterro de pântanos e mangues, que provocavam doenças por toda a cidade²⁰³. Essa preocupação fazia parte do combate empreendido pela Corte contra a epidemia da febre amarela e “outras febres intermitentes”²⁰⁴, as quais se tornaram centro das preocupações da administração pública no oitocentos.

Mesmo as ideias microbianas, que trouxeram novos olhares sobre a forma de contaminação das doenças, foram associadas com as áreas paludosas²⁰⁵. Nos decênios de 1880 e 1890, os médicos higienistas defenderam concepções divergentes sobre o modo de difusão da febre amarela, bem como sobre as medidas de profilaxia. Contudo, todas as propostas tinham em comum a recomendação de que cabia ao Estado o papel de sanear o espaço urbano²⁰⁶, transformando a paisagem insalubre que tanto evidenciava o “atraso” da nação.

²⁰⁰ MORAIS, Rosa Helena de S.G. de. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.v.14, n.1, jan.-mar. 2007. p.39-62.

²⁰¹ Idem p.50.

²⁰² CHALHOUB, Sideney. *Cidade Febril*. Op. Cit. p.86.

²⁰³ CHAVES, Alexandre. *Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista*. Op. Cit. p.40.

²⁰⁴ A centralidade no combate à febre amarela esteve intimamente relacionada com o desejo da classe dominante pelo ideal de branqueamento para a classe trabalhadora brasileira, que passou a ganhar outra forma com os primeiros passos da abolição da escravatura. A febre amarela atingia fortemente os imigrantes europeus que teriam o papel de “melhorar” a “raça” das classes baixas. Essa questão será melhor esclarecida no capítulo seguinte, quando tratar-se-á a fundo o debate em torno da ideia de “raça” entre a “classe intelectual” brasileira, e como a discussão que tinha por objetivo “embranquecer” a população reverberou nas medidas públicas de perseguição ao manguê. CHALHOUB. *Cidade Febril*. Op. Cit. p.26.

²⁰⁵ Segundo Alexandre Chaves, Jaime Larry Benchimol demonstrou bem como se fazia a associação entre as áreas paludosas e as epidemias sob a luz das teorias microbianas. CHAVES, Alexandre. *Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista*. Op. Cit. p.41.

²⁰⁶ Idem. *Ibid*.

Uma das vozes influentes para colocar em prática o projeto de saneamento dos mangues foi o doutor Luiz Vicente de Simoni, em 1830, ao apresentar o relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Demonstrando uma grande preocupação com os ambientes de mangues da cidade, discursou sobre a geografia carioca e sua influência nas “perniciosidades”, afirmando que o fato da cidade ser cortada por “terras argilosas” fazia com que estivesse mais propícia à difusão de febres intermitentes²⁰⁷.

Outra importante tese médica de bastante influência no período foi a do médico Francisco de Paula Pereira Lagoa, publicada em 1853, para quem a febre amarela era “filha dos pântanos”. Seu trabalho teve como foco a descrição da cidade e o problema da sua geografia, associando a latitude - vista pela temperatura e umidade - com o fato de estar a cidade assentada sobre uma planície no nível do mar²⁰⁸. As áreas alagadas foram encaradas como nocivas ao homem e à saúde pública com um todo. No trabalho, Lagoa descreve a Baía de Guanabara e vários de seus rios “cujas margens mais ou menos inundadas formam uma vasta planície pantanosa inabitável”²⁰⁹.

A extensa tese do médico Dr. Gustavo Xavier da Silva Capanema, intitulada *Dos pântanos considerados como causa da moléstia*, foi uma das principais referências teóricas na segunda metade do século XIX, publicada no ano de 1870²¹⁰. A tese do Doutor Capanema abordou a influência dos pântanos nas epidemias, afirmando em tom de urgência que “os pântanos têm feito morrer mais gente que nenhum outro flagelo; tem destruído mais de um exército, despovoado mais de um país; e quase apagado da memória dos homens mais de uma cidade outrora florescente”²¹¹.

O Doutor Capanema também trouxe em seus escritos os ideais europeus, aplicando-os à sua justificativa em perseguir os alagados²¹², ao afirmar que sua definição de solo paludoso ia de acordo com “os progressos da ciência moderna”²¹³. Seu estudo evocou a importância de conhecer os males dos pântanos tanto por parte dos médicos, como de naturalistas, engenheiros, cientistas em geral. O imaginário ocidental se fez presente na tese de Capanema,

²⁰⁷ Idem. Ibid.

²⁰⁸ Idem. p.47.

²⁰⁹ Idem. Ibid.

²¹⁰ ANAYA, Gabriel Lopes. Maus ares e malária: Entre os pântanos de Natal e o feroz mosquito africano (1892-1932). Dissertação em História da UFRN, 2011. p.37.

²¹¹ Idem. Ibid.

²¹² O Doutor Capanema diz que os pântanos podem ser de três tipos: doce, salgado e misto, este último se encaixando com o padrão de mangues que conhecemos atualmente. Essas definições são de fundamental importância em uma época em que era grande a preocupação em obter explicações científicas com o intuito que dessem respaldo a medidas profiláticas contra os ambientes considerados emanadores de doenças, como era o caso dos manguezais. CHAVES, Alexandre. Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista. Op. Cit. p.48-49.

²¹³ ANAYA, Gabriel Lopes. Maus ares e malária. Op. Cit. p.37.

trazendo elementos da mitologia grega como Lerna²¹⁴, o que na verdade era bastante comum por parte da classe dominante - a evocação de figuras mitológicas da Antiguidade Clássica para fundamentar uma longínqua missão do Ocidente em combater os alagadiços, como nessa matéria do *Diario de Pernambuco*:

A Lenda da Hydra de Lerna não é senão a representação simbólica dos rios e pântanos, laboratórios perenes de letalidade, como o Eufrates da peste negra, o Ganges do tifo azul, o Mississipe da febre amarela, ou a maioria dos nossos caudais com suas margens alagadiças e paludosas, impondo a necessidade de dessecar os atoleiros, escoar as corrichas, purificar as águas pútridas dos igapós, em poucas palavras, sanear²¹⁵

Nos Anais da Medicina Pernambucana ao longo do século XIX, sob a influência das teses médicas disseminadas no Rio de Janeiro, de acordo com Manuela dos Santos, foi uma constante os médicos chamarem a atenção para os malefícios do “ar impuro”, relacionando-o a outros fatores como o clima dos trópicos, as águas estagnadas e, é claro, aos pântanos²¹⁶. A memória de Hipócrates era evocada como “o sublime fundador da Medicina”²¹⁷ e os alagados como reservatórios de “envenenamentos miasmáticos que fazem aparecer enfermidades malignas”²¹⁸. A preocupação de Rego Barros, anteriormente citada, com os pântanos de Olinda – e os de Recife - estava também presente nos Anais da Medicina Pernambucana:

O vasto pântano que circunda Olinda, em grande parte, é fonte inexaurível de mui perniciosos efeitos, como constantemente se observa. (...) Pelo que precede se conhece que a Cidade do Recife contendo em seu interior pântanos, e cercada por muitos outros, rodeada em todo seu litoral por um muro de lixo e podridões, está fundada sobre um paul infecto, e terrível; e que seus habitantes sofrem lento, mas constante e verdadeiro envenenamento miasmático”²¹⁹.

Dadas as bases teóricas cruciais para fundamentar as ações da administração pública contra o manguezal e, conseqüentemente, contra a população que ali convivia, a argumentação seguirá no sentido de tratar das relações da classe dominante com o mangue no período anterior ao interventor Agamenon Magalhães. Foi no governo de Sergio Loreto que

²¹⁴ Lerna era o pântano mítico referente na narrativa do segundo trabalho de Hércules. Morada da criatura fantástica Hydra, a qual pertence à mitologia grega. Idem. p.38.

²¹⁵ *Diario de Pernambuco*, 07 de Setembro de 1910.

²¹⁶ SANTOS, Manuela Arruda dos. Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845. Dissertação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2009. p.78.

²¹⁷ *Annaes da Medicina Pernambucana*, Anno I, nº II. 1843. p.63. Disponível em bndigital.com. Acesso em 04/04/2019.

²¹⁸ Idem. Ibid.

²¹⁹ *Annaes da Medicina Pernambucana*, Anno I, nº II. 1843. p.123-124.

os médicos e engenheiros atuaram conjuntamente no Recife, com profundas reformas no meio urbano que influenciaram diretamente as dinâmicas com o mangue na primeira metade do século XX.

3.3 “Saneando” o mangue nos anos 1920: aterro, drenagem e plantio

A Veneza Americana do início do século XX conheceu um momento extremamente conturbado na esfera política, marcado principalmente pela disputa de poder entre o General Emílio Dantas Barreto e Francisco de Assis Rosa e Silva²²⁰. O Recife vivia uma lenta transição de um modelo econômico rural para uma incipiente industrialização, e seu processo de urbanização se tornava cada vez mais intenso²²¹. O sonho de uma cidade “moderna” estava cada vez mais próximo, com a atuação ativa de arquitetos, engenheiros e médicos na vida política.

As classes altas cresceram economicamente com o comércio, permitindo que o capital inglês dominasse certas áreas, como as estradas de ferro, os serviços de bonde, serviços telegráficos²²². O desafio de higienizar a cidade do Recife passou a receber o apoio de instituições norte-americanas, à exemplo da Fundação Rockefeller, que chegou a firmar um acordo com o Departamento Nacional de Saúde Pública pelo combate das temidas epidemias de febres palustres²²³. Nesse sentido, faz-se necessário traçar o caminho percorrido pela classe dominante para sanear os mangues do Recife, dando destaque para as medidas do Governo Sergio Loreto, com forte atuação de médicos e engenheiros como Amaury de Medeiros e Saturnino de Brito. Afinal, foi nesse período que a documentação passou a falar com mais clareza sobre o lugar que os mangues deviam – ou não – ocupar na cidade.

O bacharel em Direito Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto foi um dos grandes responsáveis por empreender significativas mudanças na paisagem do Recife. Os ideais de “progresso” e “civilização”, destrinchados durante o capítulo, tornaram-se tônica ainda mais forte no discurso da classe dominante. Isso porque o próprio governador Sergio Loreto buscou erguer sua gestão do estado de Pernambuco tendo o ideal de “modernidade” como pilar²²⁴.

Sergio Loreto assumiu o governo do estado de Pernambuco em 1922, pautando sua administração em articular os trabalhos dos Departamentos e das Repartições. O Estado passou a ser dotado e, particularmente, o Recife por ser a capital, de serviços e obras que

²²⁰ CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.93.

²²¹ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho. Op. Cit. p.39.

²²² Idem. p.44.

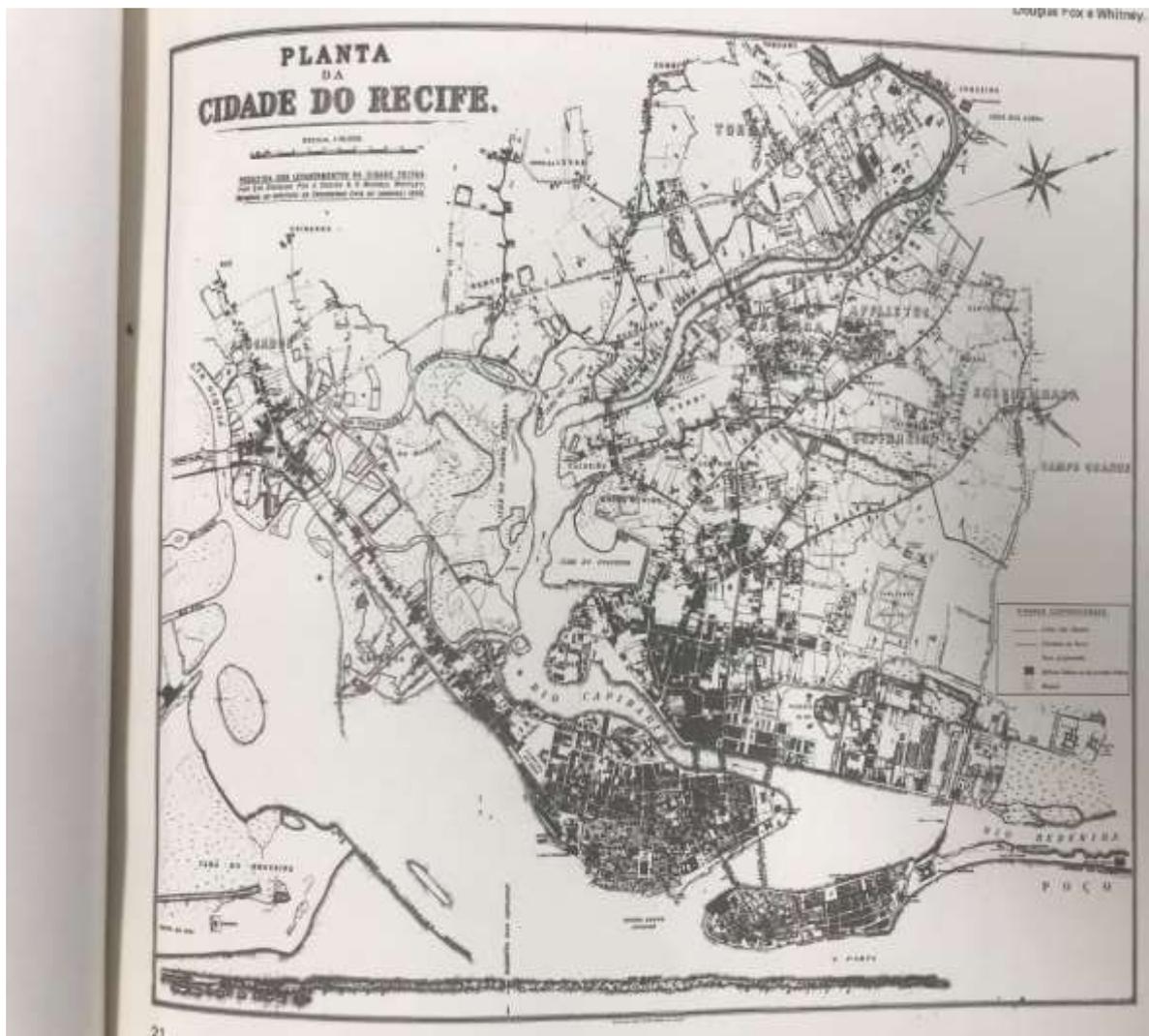
²²³ MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: Doutrinas, experiências e realizações 1923-1926. Recife, 1926. p.238.

²²⁴ NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o “Recife Novo”. Op. Cit. p.35

possuíam o intuito de provocar transformações nas esferas pública e privada²²⁵, alterando o padrão de vida da população. Afinal, o imperativo da época era que Pernambuco só se livraria do atraso de modernizasse suas estruturas. De acordo com Bruno Nascimento:

Entre os anos de 1922 e 1926, Recife teve sua área de ocupação expandida: novos bairros em direção ao sul como Pina e Boa Viagem; bairros a oeste do centro como Derby, Torre e Madalena receberam amplos investimentos em infraestrutura de iluminação, água, esgoto e pontes, estimulando a especulação imobiliária e favorecendo os interesses do governo e da elite local²²⁶.

Figura 8 - Planta da cidade do Recife de 1906/07, por Douglas Fox, com as áreas do centro e sul da cidade abundantes em mangue, antes das reformas do Governo Sergio Loreto.



Fonte: Menezes (1988)

²²⁵ Idem. Ibid.

²²⁶ Idem. p.35-36.

Essa expansão do Recife entre os anos 1922 e 1926, citada por Bruno Nascimento, teve como forte característica os aterros e drenagens de zonas alagadas. Para que tais reformas fossem empreendidas na cidade, o médico Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência²²⁷, consagrou-se como um nome fundamental a execução dos projetos que custavam a extinção dos mangues. Amaury de Medeiros, bem como a Liga Social Contra o Mocambo no futuro, cumpriu o papel de continuar o legado deixado por um importante engenheiro que será aqui destacado, visto que é uma constante referência para seus sucessores no projeto de extinguir os alagados: Francisco Saturnino de Brito.

3.3.1 A contribuição do engenheiro Saturnino de Brito

No Governo de Herculano Bandeira, em junho de 1909, foi então contratado o engenheiro Saturnino de Brito, já enaltecido por suas realizações em outros meios urbanos, principalmente pelo saneamento de Santos. Assim, foi criada a “Comissão de Saneamento”, cuja qual foi nomeado chefe, se transferindo para o Recife em janeiro de 1910²²⁸. Francisco Saturnino de Brito, publicou no ano de 1917 um trabalho chamado *Saneamento de Recife: Descrição e relatórios*, que serviu de base para as reformas urbanas no Recife a partir de então. É nesse relatório que Saturnino de Brito se coloca firme em favor da eliminação dos mocambos, associando esse tipo de habitação às áreas de mangue, descrevendo-os da seguinte forma:

Extensas regiões baixas são invadidas pelas marés altas; o fundo é arenoso e coberto de lodo, trazido pelas cheias e acamado pelo fluxo e refluxo das marés; algumas destas terras estão cobertas da vegetação que lhes é própria, - o mangue; outras foram conquistadas para as habitações miseráveis, formando-se os montículos que ficam apenas alguns centímetros emergentes em preamar, sobre os quais se erguem os mocambos²²⁹.

Saturnino de Brito trouxe em seu discurso a mesma ótica compartilhada pela classe dominante sobre a necessidade de um Recife mais “civilizado”. Para tal, constava em seus planos os arruamentos que implicaram em canais arborizados, avenidas, parques²³⁰ à custa dos aterros e drenagem das áreas alagadas da cidade. No mapa abaixo, é possível visualizar

²²⁷ Idem. p.37.

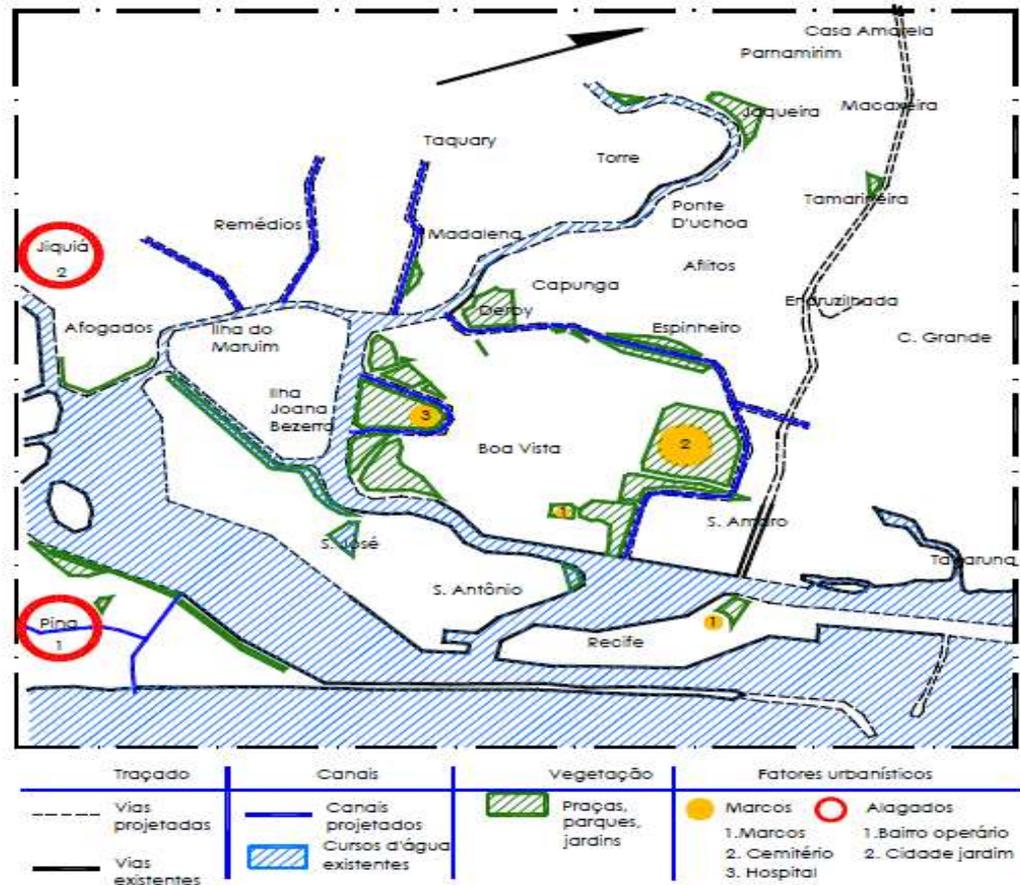
²²⁸ BURGER, Juliana Bandeira A. A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905-1917). Dissertação da Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento urbano, 2008. p.68.

²²⁹ BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Recife, 1917. p.20.

²³⁰ BURGER, Juliana Bandeira A. A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito. Op. Cit. p.136.

um dos principais objetivos do engenheiro, segundo o *Jornal do Recife*, que era “a execução do canal que projetou, partindo do Jardim 13 de Maio, atravessando Santo Amaro, Espinheiro, indo ao Derby, saneando o mangue entre a rua 13 de Maio e a rua Luiz do Rego”²³¹.

Figura 9 - Esquema adaptado do Plano Geral de Saturnino de Brito para o Recife de BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Recife, 1917



Fonte: Burger (2008)

O historiador Alain Corbin tratou em *Saberes e Odores* das formas distintas que a classe dominante encontrou, na Europa Ocidental, de “desinfetar” os pântanos. Uma vez que a umidade era entendida como mais perigosa que o ressecamento, uma forma interessante de sanear os solos pantanosos foi através do fogo, multiplicando-se as fogueiras e fornos nas regiões pantanosas²³². No trabalho de Bruno da Silva Cury, que trata do combate à febre amarela, com o protagonismo de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, Cury cita um documento chamado “Conselhos ao Povo” frente aquela epidemia, aonde Oswaldo Cruz recomenda

²³¹ *Jornal do Recife*, 26 de Junho de 1926.

²³² CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. Op. Cit. p.136.

“derramar querosene, de 8 em 8 dias, em todas as poças de água, pântanos, ou charcos, que não puderem ser esgotados ou aterrados”²³³.

Corbin lembra que uma das recomendações dos médicos franceses em nome da purificação do ar, no século XVIII, foi a proposta de plantar “plátanos, choupos, olmos e bétulas às margens dos pântanos; e mais árvores de ramada ampla cujo cimo móvel varre, segundo eles, as camadas baixas da atmosfera²³⁴”. Um dos meios encontrados por Saturnino de Brito para sanear as zonas alagadas do Recife, também constantemente encontrado na imprensa, foi o plantio de eucaliptos. Segundo o engenheiro, sustentando uma visão utilitarista da natureza, tratando-a como um bem útil às necessidades do homem, as florestas podem ter utilidade “do ponto de vista estético e higiênico”²³⁵. Segundo o *Diario de Pernambuco*, acerca da “ação sanitária” dos eucaliptos:

Os eucaliptos foram durante muito tempo, e hoje mais que nunca, aconselhados para o saneamento de regiões paludosas, pelas suas propriedades febrífugas, e muitas plantações têm sido feitas exclusivamente com esse intuito. Dizem mesmo muitos médicos que o clima é de salubridade notável onde abundam as plantações de eucaliptos, como, por exemplo, no Sul da Tasmânia, enquanto noutros pontos do mesmo país, onde não existem essas árvores, as febres devastam as populações. Acrescentam mesmo que as localidades pantanosas e doentias onde se fizeram plantações de eucaliptos melhoraram consideravelmente, a ponto de desaparecerem completamente as febres (...) Os médicos chegam até a asseverar que os eucaliptos purificam o ar pelas suas exalações balsâmicas e que, pela sombra que projetam sobre os terrenos úmidos, furtando-os a ação do sol intenso, evita o desprendimento de miasmas paludosos²³⁶.

O plantio de eucaliptos é entendido como um meio profícuo à administração pública na busca pela higienização do Recife, destacando-se nessa matéria que as “propriedades higiênicas” dessa planta eram recomendadas, inclusive, pelos médicos. O próprio Amaury de Medeiros em seu trabalho *Saúde e Assistência* destaca o uso de eucaliptos em solos pantanosos:

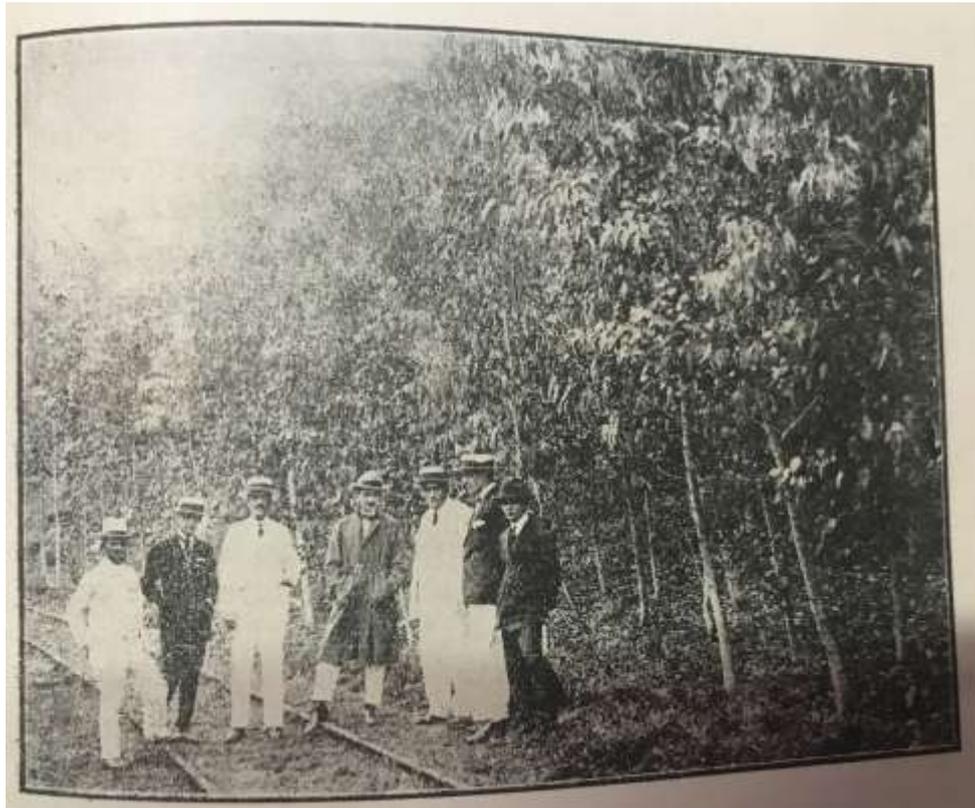
²³³ CURY, Bruno da Silva Mussa. Combatendo ratos, mosquitos e pessoas: Oswaldo Cruz e a saúde pública na reforma da capital do Brasil (1902-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2012. p.154.

²³⁴ CORBIN, Alain. Saberes e Odores. Op. Cit. p.128.

²³⁵ BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Op. Cit. p.135.

²³⁶ *Diario de Pernambuco*, 27 de Outubro de 1919.

Figura 10 - Eucaliptos, com menos de um ano, plantados em um antigo “pântano” nos arredores da cidade de Jaboatão



Fonte: Medeiros (1926)

Essas regiões pantanosas a serem “saneadas” eram justamente os mangues. Saturnino de Brito, seguindo esse raciocínio, no seu famoso relatório visando um projeto adequado ao saneamento do Recife, afirmou que “algumas florestas, situadas em terras baixas e úmidas, são certamente desfavoráveis à existência humana; a derrubada, a drenagem e a formação dos bosques de eucaliptos prestarão serviços saneadores nessas terras”²³⁷.

É interessante notar que Saturnino considerava as florestas situadas em terras baixas e úmidas, ou seja, os mangues, como desfavoráveis à existência humana, sendo que, segundo James Scott, vários seres humanos vivem nos alagados há milênios²³⁸. A noção do engenheiro sobre as condições inóspitas do manguezal não passa de uma ideia compartilhada pela classe dominante do Recife, que sempre viu com olhares externos aqueles que conviviam com esse ecossistema. Havia homens não só existindo, mas resistindo no mangue, visto que por vezes a própria classe dominante chamava a vizinhança dos alagados de “quilombo”²³⁹.

²³⁷ BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Op. Cit. p.151.

²³⁸ Os seres humanos que subsistem das áreas alagadas o fazem há séculos, assunto que será aprofundado no último capítulo. SCOTT, James. Against the grain. Op. Cit.

²³⁹ Como numa matéria do Diário da Manhã, 15 de Abril de 1928.

É fato que a relação da classe dominante com o mangue, horrorizada com o “cheiro pestilencial de matéria orgânica decomposta que vinha da lama”²⁴⁰ sendo os passageiros dos bondes que passavam próximos aos alagados obrigados a “levar o lenço ao nariz”²⁴¹, em muito se assemelhou com a relação que estabeleceu com as classes pobres, na vigilância burguesa do olfato. Segundo Corbin “a repulsa olfativa diante do povo passa a ser confessada sem rodeios, sem que se saiba muito bem se se trata de uma intolerância ou de uma franqueza nova”²⁴².

3.3.2 Os alagados nos tempos do Governo Sergio Loreto (1922-1926)

A gestão de Sergio Loreto investiu em melhoramentos urbanos que culminaram em novas linhas de transporte sobre trilhos²⁴³ para interligar áreas centrais do Recife aos seus arrabaldes. O questionamento sobre a quem serve o “progresso” do Recife, no período estudado, encontra possíveis respostas no fato de que a “modernização” do meio urbano no Governo Sergio Loreto: “ocasionou a valorização do solo, o aumento da especulação imobiliária e ganhos financeiros para empresários e para aqueles que estavam próximos à administração estadual”²⁴⁴.

É certo que desde o *Artigo 105 do Regulamento da Repartição de Saneamento do Estado de Pernambuco*²⁴⁵, a responsabilidade em sanear os alagados foi devidamente imposta como um compromisso do Estado. Ao assumir esse papel, o Governo de Sergio Loreto fez reformas urbanas que alteraram a vida dos manguezais especialmente da zona sul do Recife, com a construção da Avenida Beira-Mar, e do centro, com a reforma empreendida no bairro do Derby.

²⁴⁰ Idem. Ibid.

²⁴¹ Idem Ibid.

²⁴² CORBIN, Alain. Saberes e Odores. Op. Cit. p.193.

²⁴³ Segundo Bruno Nascimento, para garantir a circulação de pessoas e do capital na cidade do Recife “os habitantes da cidade precisavam diminuir o tempo de deslocamento entre os arrabaldes da cidade e os locais de trabalho, uma vez que os preços dos aluguéis em habitações próximas ao centro eram cada vez mais altos. Necessitavam, portanto, contar com transportes mais rápidos e seguros”. Idem. Ibid.

²⁴⁴ Idem. p.51.

²⁴⁵ O Artigo 105, no Título III, segunda seção, afirma que “O governo, em ocasião oportuna, procederá ao trabalho de saneamento dos terrenos paludosos, por meio da drenagem e dos aterros”. Art. 105 . –Título III, segunda seção. Regulamento da Repartição de Saneamento do Estado de Pernambuco, 30 de Abril de 1918. p.34-35. APEJE.

A burguesia do Recife, que passou a aderir a prática dos banhos de mar como um meio para a talassoterapia²⁴⁶, segundo Bianca Cruz dos Anjos, sentiu a necessidade de ocupar novas áreas da cidade, que erguesse novos espaços de sociabilidade²⁴⁷. Sendo os anseios da classe alta uma prioridade para o Estado, uma Avenida Beira-Mar, entre o Pina e Boa Viagem, foi construída, simbolizando a pulsação dos “tempos modernos”.

A obra foi entendida como uma forma de sanear aquela “zona alagadiça e impaludada”, além de ser um caminho para o “progresso tanto mental quanto material da população”²⁴⁸. De acordo com Bruno Nascimento, os mocambos do Pina entravam em contraste com os monumentais palacetes à beira mar e, também, os pescadores que ali viviam passaram a perder espaço para os inúmeros profissionais liberais, empresários e comerciantes que gozavam do privilégio de uma propriedade no “novo bairro balneário”²⁴⁹.

Na mesma lógica de favorecer a especulação imobiliária, no bairro do Derby, os alagados foram devidamente aterrados para a construção de um novo prédio que abrigasse a força pública²⁵⁰. A arborização das praças, o calçamento das ruas desde o bairro do Capunga até o Derby, a construção de canais, todas essas obras fizeram jus ao discurso modernizante. A construção do canal projetado por Saturnino de Brito, que ia do Jardim 13 de Maio ao Derby, foi visto como uma forma de retirar os mangues do centro:

não somente constituirá esse canal um aformoseamento para a cidade, mas, também prestará valioso auxílio à Higiene do Estado, fazendo desaparecer pela drenagem e pelo aterro posterior muitos desses mangues que tanto preocupam os nossos higienistas e que muito nos fazem desmerecer aos olhos dos que nos visitam. (...). Construindo o canal que dará, principalmente, às duas áreas citadas [a do 13 de Maio e a da Campina do Derby], as mais desejadas condições de beleza, drenados os mangues e, portanto valorizados os terrenos, não será difícil ao sr. Prefeito aproveitá-las para dois belos parques (...) terrenos hoje abandonados e sem utilidade, ficarão amanhã saneados e úteis para a construção. Os canais constituem a solução do problema dos mangues²⁵¹.

²⁴⁶ De acordo com o próprio médico Amaury de Medeiros, a praia de Boa Viagem “é uma longa piscina, onde as águas tranquilas permitem, sem perigo, a talassoterapia”. MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (1923-1926). Recife, 1926. Acervo LAPEH. p.279.

²⁴⁷ ANJOS, Bianca Cruz dos. A Casa de Banhos dos Arrecifes: sociabilidade e difusão do higienismo em Recife (1880-1924). Dissertação do Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2019.

²⁴⁸ NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o Recife Novo. Op. Cit. p.58.

²⁴⁹ Idem .p.57.

²⁵⁰ Foi inaugurado parcialmente o Quartel do Derby em 18 de outubro de 1924, com a Exposição Geral de Pernambuco marcando as comemorações pelo segundo aniversário da administração Sérgio Loreto e o Centenário da Confederação do Equador. Idem p.52.

²⁵¹ Jornal do Recife, 25 de Fevereiro de 1923.

Em mensagem ao Congresso Legislativo, em 1925, Sergio Loreto ressaltou a importância das obras realizadas no Derby, por ter transformado um “vasto pântano, que era aquela campina, em um belo logradouro”²⁵². A reforma do Derby esteve articulada com um sistema viário e de drenagem, com o intuito de que esse novo bairro deixasse de ser zona pantanosa e propícia ao impaludismo, para tornar-se um local salubre²⁵³, com parques e praças.

A ideia de que as cidades poderiam ser geridas a partir de critérios técnicos ou científicos²⁵⁴ impulsionou a atividade dos médicos e engenheiros na atuação do Estado, em que aqui destaca-se o protagonismo do médico Amaury de Medeiros. Empenhado em combater a malária, que segundo o *Diario de Pernambuco* “A denominação impaludismo ou febre palustre, deriva da palavra palus, que significa charco ou pântano, e a palavra malária de mau ar”²⁵⁵, Medeiros empreendeu vários aterros e drenagens de alagados no Recife.

O nome “mangue”, no início do século XX, era comumente vinculado a ideias negativas, e uma delas era a malária²⁵⁶. Essa doença, associada às áreas pantanosas desde as tábuas cuneiformes mesopotâmicas (2.000 a.e.c.) às escrituras Vedas na Índia (1.800 a.e.c.)²⁵⁷, ganhou um remédio eficaz feito com casca de quinina graças aos incas²⁵⁸. Contudo, os alagados, vistos como um foco de infecção, foram combatidos como “pântanos que alimentam a malária equatorial”²⁵⁹ - combate essa que mereceu, desde o início do serviço, a atenção de Medeiros²⁶⁰, e os demais administradores da gestão Sergio Loreto. Na imagem abaixo, uma das obras realizadas pelo médico no intuito de combater a malária, dentre outras tantas na capital e também no interior de Pernambuco:

²⁵² Mensagem de Sergio T. Lins de B. Loreto ao Congresso Legislativo de Pernambuco. 1ª Sessão da 12ª legislatura. Recife, 06 de Março de 1925. Acervo APEJE. p.45.

²⁵³ NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o Recife Novo. Op. Cit. p.51-52.

²⁵⁴ Idem. p.37.

²⁵⁵ *Diario de Pernambuco*, 07 de Dezembro de 1935.

²⁵⁶ JACKSON, John R. *The Mangrove and its allies*. Berkeley, University of California, 1900. p.65. Disponível em archive.org. Acesso em 05/12/2018.

²⁵⁷ CAMARGO, Erney Plessmann. A malária encenada no grande teatro social. *Estud. Av.* [online].vol.9, n.4, 1995. p.211-228.

²⁵⁸ Idem. Ibid.

²⁵⁹ *Diario de Pernambuco* 25 de Novembro de 1924.

²⁶⁰ O combate das “febres palustres” no Brasil, ou seja, da malária e da febre amarela, foi acompanhado da mão norte-americana através da Fundação Rockefeller, essa relação com a Fundação repercutiu em vários setores da sociedade. Para maior aprofundamento, ver ANAYA, Gabriel Lopes. *Maus ares e malária: Entre os pântanos de Natal e o feroz mosquito africano (1892-1932)*. Dissertação em História da UFRN, 2011.

Figura 11- Início das obras do canal de alvenaria construído para drenagem no Derby



Fonte: Medeiros (1926)

Figura 12 - Conclusão das obras do canal de alvenaria construído para drenagem no Derby



Fonte: Medeiros (1926)

Outra questão chave que mereceu a atenção de Amaury de Medeiros foi a da habitação e, esse sim foi o fio condutor das ações da Liga Social Contra o Mocambo. Medeiros argumentava que os mocambos eram habitações que estampavam o atraso de Pernambuco, comparando-os às habitações dos pobres que viviam nos Estados Unidos, França, Bélgica, Holanda, obviamente concluindo que as moradias humildes dos “países cultos” eram muito melhores²⁶¹. Segundo o médico higienista:

Recife era uma velha cidade cheia de ruas estreitas e casas sem conforto; as obras do porto conseguiram renovar rapidamente uma pequena parte, que é hoje um contraste com os “mocambos” que povoam os mangues, e, o que talvez seja pior, a casaria velha e condensada que cobre o bairro de São José, e não é rara nos bairros de Recife, Santo Antônio, Boa Vista e Santo Amaro. Isto dá, ainda por vezes, da capital de Pernambuco as impressões mais diversas; ora parece a quem a atravessa, que está em uma grande e moderna cidade civilizada e, outras vezes, tem-se a visão estranha dos aldeamentos indígenas da África tão comuns no Senegal²⁶².

Os mocambos na cidade do Recife instituíram uma verdadeira vizinhança dentro do mangue, onde foram construídas relações entre pessoas, plantas, água, lama, mariscos e caranguejos. As “mansardas palustres” ou “mansardas africanas”²⁶³, segundo o *Diário da Manhã*, foram cenário de um verdadeiro conflito entre o interesse do capital e uma possibilidade de vida a partir do ecossistema que, segundo Josué de Castro, é um verdadeiro “camaradão”²⁶⁴. A classe dominante do Recife construiu um discurso contra os alagados que atravessou séculos e, com o apoio de seus representantes no poder²⁶⁵, as políticas públicas que confrontaram o manguezal e sua população humana encontraram formas cada vez mais incisivas, notadamente, com a atuação da Liga Social Contra o Mocambo.

²⁶¹ MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: doutrinas, experiências e realizações (1923-1926). Recife, 1926. Acervo LAPEH. p.329.

²⁶² Idem. p.326.

²⁶³ Diário da Manhã, 15 de Outubro de 1929.

²⁶⁴ CASTRO, Josué de. Homens e caranguejos. Op. Cit.

²⁶⁵ Segundo o próprio Saturnino de Brito “a cidade permanece insalubre; só estará saneada depois do normal funcionamento do serviço de águas e esgotos, da reforma das habitações insalubres e da eliminação dos mocambos.” BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Recife, 1917. Acervo LAPEH. p.36.

4 AS “VOZES BAIXAS” DOS TERRENOS ALAGADOS NA ERA VARGAS: A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO

A relação entre o manguezal e a população que habitava o Recife no decênio de 1930 tornou-se ora mais estreita, ora forçosamente rompida. Os discursos da classe dominante em nome da modernização e da estética idealizada de paisagem atravessavam a resistência do mangue no ambiente urbano. Dessa vez, medidas arbitrárias para a desocupação dos solos alagados também atravessaram a resistência dos habitantes humanos daquele terreno.

O auge das políticas públicas que atingiram o mangue e a população que ali vivia foi com a chamada Liga Social Contra o Mocambo, aqui investigada a partir dos seus objetivos e fundamentos para que se concretizasse com tamanha pujança na cidade do Recife. Para que a Liga tivesse sucesso, uma série de discursos que se posicionavam não apenas contra as habitações populares, mas também contra o mangue onde eram erguidas foi devidamente construído no imaginário social. De acordo com Robin, compreendendo-se que o texto não é transparente²⁶⁶, é preciso adentrar as condições que caracterizam os discursos: conjuntura política, aparelho ideológico, quadro institucional, relações de poder²⁶⁷.

Desse modo, este capítulo visa desmembrar as questões envolvidas no discurso da classe dominante, a partir dos anos 1930 até o fim do Estado Novo, tão ávida em tirar o mangue de seu campo de visão – e também do olhar dos turistas. Outrossim, averiguar a importância da Liga para a consolidação da ideologia dominante sobre a vida da classe trabalhadora pois, além de perseguir o mangue, não aquiescia o desconforto com as raças ditas inferiores – “negra” e indígena – dando outros rumos para a identidade nacional que se aspirava na Era Vargas.

A Primeira República havia deixado fortes marcas na mentalidade da classe dominante que, embora as rupturas políticas tivessem sido intensas com a *Revolução de Trinta*, insistiu em ideais eugênicos. Ainda que houvesse o empenho em construir uma nova identidade cultural brasileira²⁶⁸, onde o sentimento de nacionalidade pudesse ser concreto para os diversos segmentos sociais, as desigualdades racial e social permaneciam naturalizadas.

Os pobres trabalhadores do sertão encontravam na cidade do Recife alternativas de deixar o trabalho da cana pelo comércio ou pela indústria, fazendo inchar a população

²⁶⁶ ROBIN, Régine. História e Linguística. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.p.153.

²⁶⁷ Idem. p.26.

²⁶⁸ GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998. p.51.

proletária que tinha a fome e a doença como companhias constantes²⁶⁹. Ao problema da desnutrição da classe trabalhadora muito atentou o geógrafo Josué de Castro, bem como movimentos de combate a doenças e educação sanitária²⁷⁰ que passaram a existir a partir do final dos anos 1920 no estado de Pernambuco.

A terra úmida e escura povoada de caranguejos, siris e crustáceos era a grande responsável na oferta de palha de coqueiro, madeira e água em abundância para a construção de precárias habitações populares, chamadas de mocambos. Segundo Rosa Maria Cortes, a “construção do solo” onde se fixavam os mocambos, pelas mãos da população, foi através de diversos materiais disponíveis: “desde o extraído do próprio mangue na busca de criar o solo, até resto de demolições de construção ou mesmo lixo hospitalar”²⁷¹. Assim, já que, de acordo com o *Diario de Pernambuco* “quem diz alagado diz mocambo: uma coisa não vem sem a outra. Acabando o alagado, acaba-se também o mocambo”²⁷², o olhar negativo aos mangues relacionava-se diretamente à extinção desses casebres.

Figura 13: Mocambos com tetos de palha ou telha com as paredes preenchidas a sopapos de barro, tipo do mocambo palha-terra. Foto da Liga Social Contra o Mocambo. [1939?]



Fonte: Francisco (2013)

É na compreensão das políticas contra o mocambo que as relações com o mangue se explicitaram no ápice da forma incoerente no trato desse ecossistema pelas classes mais abastadas. E, por outro lado, se mostrou enquanto um vínculo completamente oposto, de muito mais afeto, com a população pobre do Recife. Segundo Virginia Pontual:

²⁶⁹ Idem. p.20.

²⁷⁰ Gominho cita alguns exemplos, como os visitantes de higiene, a Liga Pernambucana contra a Tuberculose e a Fundação Rockefeller. Idem p.23.

²⁷¹ CORTES, Rosa Maria. O Morar e a moradia. LIMA, Rosa Maria Cortes. O morar e a moradia: as representações dos moradores da favela do Chié no Recife. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFPE, 1991. p.18.

²⁷² *Diario de Pernambuco*, 17 de Novembro de 1938

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco. Num primeiro momento, a atuação do governo de Agamenon Magalhães caracterizou-se apenas pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados. A cidade modificava-se vertiginosamente pela decomposição do complexo rural; a cidade modificava-se pela emergência de novas forças sociais e políticas; a cidade modificava-se pelo crescimento do número de mocambos; a cidade modificava-se pela destruição de mocambos e pela construção de vilas habitacionais; a cidade tornava-se rebelde em suas múltiplas expressões²⁷³.

O Recife preparava-se para acolher aos turistas mais do que sua classe trabalhadora, em que uma capital de renome precisava inserir-se na modernidade nos mesmos eixos os quais ditava o mundo ocidental. A perspectiva do estrangeiro sobre o Brasil precisaria ter bons olhos, para que a nação mestiça pudesse finalmente alcançar o progresso prometido àqueles que se propunham a fixar-se nos moldes da civilização²⁷⁴.

Essa preocupação se mostrava latente nos discursos que rechaçavam a mocambaria que tomava conta da cidade, visto que, segundo o *Diário Oficial da União*: “O turista que, saltando pela primeira vez no Brasil, vê o habitante do país de tão grande extensão territorial localizado na lama do mangue, sem nenhum conforto, descrê da capacidade do trabalho brasileiro, de sua educação e de seu bom gosto”²⁷⁵.

De acordo com Zélia Gominho, também os urbanistas e arquitetos, além de médicos, engenheiros e educadores ganhavam maior espaço, coligados pela proposta de construir uma nova sociedade civil dentro dos conformes da modernidade. Logo após a *Revolução de Trinta*, foram criados os ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde onde, de acordo com Gominho, é notável “a conexão existente entre a higiene do corpo e do espírito, sendo várias escolas fundadas em Pernambuco”²⁷⁶.

²⁷³ PONTUAL. Virgínia. Tempos do Recife: representações Culturais e Configurações Urbanas. Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História. São Paulo, vol.21. n. 042, 2001. p.4.

²⁷⁴ “Promessa dos políticos, razão dos tecnocratas, fantasia dos desamparados: o Terceiro Mundo se transformará em Primeiro Mundo, e será rico e culto e feliz, desde que se porte bem e faça o que mandarem, sem chiar ou criar caso. Um destino de prosperidade recompensará as boas maneiras dos mortos de fome, no capítulo final da telenovela da História. Podemos ser como eles, anuncia o gigantesco anúncio luminoso no caminho do desenvolvimento dos subdesenvolvidos e da modernização dos atrasados “. GALEANO, Eduardo. Ser como eles. Rio de Janeiro: Revan, 1993. p.9.

²⁷⁵ Diário Oficial da União, 14 de Julho de 1939.

²⁷⁶ GOMINHO, Zélia. Op. Cit. p.84.

Com o golpe de 10 de Novembro de 1937, instaurando-se a ditadura do Estado Novo, a repressão tornou-se um fator intrínseco a aquele período da Era Vargas. Tendo como forte pilar autoritário o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o regime passa a reconhecer comunistas e integralistas como marginais, proibindo-os de se reunir, se organizar e, enfim, de expressar suas ideias publicamente²⁷⁷. É com essa mesma arbitrariedade que a Liga Social Contra o Mocambo passa a existir e atuar, financiada tanto pelo Estado como pela iniciativa privada²⁷⁸, expulsando os mocambos do meio urbano.

Para chegar à análise do destrato com o mangue e seus habitantes, far-se-á um levantamento da ideologia da “democracia “racial” que serviu para mascarar as contradições do pós-abolicionismo, apenas reforçando uma “inferioridade” dos corpos “negros” e indígenas, deixando claro os estigmas que o fenótipo negroide carregava. Prova disso é que não só a população do mangue era a descendente dos escravizados, mas o próprio manguezal foi constantemente associado ao termo “negro”, fosse em metáforas negativas ou quanto à escuridão do seu solo, considerado repugnante desde tempos remotos.

O racismo científico que havia imperado no pensamento da classe dominante passou a dar espaço a um conveniente elogio à mestiçagem, onde a ideologia eugenista foi tomando outro corpo, enquanto as estruturas socio-econômicas se mantiveram sólidas, sem grandes possibilidades de mobilidade social. O exemplo norte-americano da separação dos direitos civis entre “negros” e brancos, junto às políticas eugênicas do nazi-fascismo gerava desconfiança num Brasil de maioria mestiça, condenado a lidar com o cruzamento de raças taxadas de inferiores.

4.1 Ecos do racismo científico: o mito da democracia racial

O humanismo iluminista, refletido na narrativa do colonizador que se julgava apto a direcionar todo o território que não fosse Europa Ocidental à civilização, ecoou na forma em que a classe dominante brasileira apreendeu as diferentes “raças”²⁷⁹. Tentada a se permitir direcionar pelas ideias eurocêntricas, mesmo nos anos 1930, dentro da “classe intelectual” os

²⁷⁷ Idem. p.46.

²⁷⁸ O capital de particulares que movimentou a Liga vinha especialmente de usineiros, tais quais Oton Linch Bezerra de Melo e João Pessoa de Queirós. CAVALCANTI, Geane Bezerra. Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988). 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p.143.

²⁷⁹ Lembrando que raça é um conceito sociológico, não biológico. CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe. Op. Cit. p.4.

ecos do racismo científico de meados do século XIX permaneceram com força nas mentalidades.

A representação do povo brasileiro enquanto multiétnico ganhava grande espaço nos discursos, sendo a mestiçagem descrita como uma possível justificativa para o atraso da nação²⁸⁰. O complexo de inferioridade da classe dominante perante o europeu era de tal modo que, de acordo com o *Diário de Pernambuco*: “se a etnia brasileira forma um povo atrasado em relação a outros, é que partimos depois desses na corrida para a civilização”²⁸¹. A política internacional caracterizava-se por teorias estrangeiras que condenavam relações inter-raciais. O nazismo chegava a seu ápice disseminando a ideia da mestiçagem como fator de degenerescência da raça²⁸², acreditando que desapareceriam as “energias civilizadoras” do cruzamento com uma “raça inferior”.

A nação brasileira encontrava-se em conflito com a pluralidade racial nascida do processo colonial. Aquela representava, para a classe dominante, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho de uma nação que se pensava branca, por isso a “raça” se tornou o grande eixo do debate sobre a identidade nacional que se travava no Brasil. A discussão ainda trazia consigo o falso cientificismo das ideias eugênicas que embasava a inferioridade dos povos não-brancos.

Para esse debate, se faz útil a “rediscussão da mestiçagem” proposta pelo sociólogo Kabengele Munanga. O autor enfatiza o temor da classe dominante, ao longo século XX, em absorver, no processo de formação da identidade étnica brasileira, a “influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro”²⁸³. Essa preocupação perpassou vários intelectuais de renome desde a Primeira República, entre eles: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Roquete Pinto, Sílvio Romero, Manuel Bonfim, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, os quais ainda construíam suas análises tendo a “raça” enquanto resultado do determinismo biológico.

²⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.13.

²⁸¹ *Diário de Pernambuco*, 31 de Julho de 1935.

²⁸² A consequência mais palpável e brutal dessa teoria absurda, de acordo com Munanga, foi a esterilização forçada desde 1933, de todos os mestiços nascidos na Alemanha das relações entre negros e brancos, em particular os mais de 900 atiradores senegaleses, magrebinos e malgaches estabelecidos após a Primeira Guerra na margem esquerda do Reno. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ª edição. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2008. p.45.

²⁸³ Enquanto é elaborado o conceito da perfectibilidade humana, ou seja, do progresso, a imagem depreciativa dos negros ao invés de revista, acabou sendo reforçada. Os dicionários e as enciclopédias do século XIX são unânimes em apresentar o negro como sinônimo de uma humanidade de terceira. A Sociedade Etnológica, associação científica fundada em Paris (grande exemplo para o Brasil naquele momento), em 1839, refletia o racismo científico de modo que médicos como o alemão Franz Gall afirmavam que o tamanho e volume do cérebro acusavam, entre os negros africanos, dimensões menores comparativamente aos brancos. Idem. p.48.

4.1.1 Uma ciência às avessas: a noção de “raças inferiores”

A aproximação da classe trabalhadora do “estado animal” é um discurso já utilizado há séculos pela classe dominante erguida na Europa Ocidental, segundo demonstra Keith Thomas, disseminando-o como “prática científica” recorrente a partir do século XVII²⁸⁴. Bestiais eram os pobres, já que pessoas não-letradas há muito eram encaradas pelos “intelectuais” como sub-humanas²⁸⁵. Também seres animais eram as mulheres, apreendidas como “gênero inferior” da humanidade, sujeitas a processos biológicos que denotavam, pelo menos segundo a classe dominante inglesa do século XVIII²⁸⁶, sua indubitável relação com as faces mais degradantes da forma humana.

Com os negros e indígenas não poderia ter sido diferente, em que não bastou a escravização por séculos dessas populações, após “abolida” a exploração gratuita do trabalho no Brasil, a classe dominante encontrou, por meio da ciência, um modo eficaz de justificar seus preconceitos. Stephen Jay Gould fez um detalhado levantamento sobre as práticas científicas no Ocidente que tiveram o objetivo de “provar” a inferioridade de certas “raças” e a superioridade de outras. A natureza foi utilizada, através da razão, como argumento para certificar que as hierarquias sociais faziam algum sentido²⁸⁷. Segundo o autor:

O preconceito racial pode ser tão antigo quanto o registro da história humana, mas a sua justificação biológica impôs o fardo adicional da inferioridade intrínseca aos grupos menos favorecidos e descartou a sua possibilidade de se redimir através da conversão ou da assimilação. O argumento científico foi uma arma de ataque de primeira linha por mais de um século²⁸⁸.

No Recife, a produção intelectual do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, como aponta Lilia Schwarcz, buscando inclusive uma “raça pernambucana”, transitou entre enaltecer o branco e fazer condenações às populações “negra” e indígena²⁸⁹, no final do século XIX. A autora chega a constatar que talvez Recife tenha sido o centro que mais se apegou às doutrinas da época, compartilhando da máxima de que “a ciência tudo pode”²⁹⁰.

²⁸⁴ THOMAS, Keith. O Homem e o mundo natural. Op. Cit. p.55.

²⁸⁵ Idem. p.58.

²⁸⁶ Idem. Ibid.

²⁸⁷ GOULD, Stephen Jay A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes. 1991. p.17.

²⁸⁸ Idem. p.18.

²⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit. p.122.

²⁹⁰ Idem. p.150.

O Brasil era apresentado como um país miscigenado, porém em transição²⁹¹, sendo a mestiçagem encarada no pensamento de Silvio Romero apenas como uma fase, tendo como processo final o tão sonhado desaparecimento dos elementos não-brancos. Enquanto um fiel seguidor do determinismo racial, assumiu uma postura que elevava o potencial do mestiço sem, no entanto, deixar de compreender que a balança da superioridade racial pendia mais para a branquitude.

Segundo Romero, acreditando na predominância da cor branca nos próximos séculos: “o povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tornar-se um ascendente original nos tempos futuros”²⁹².

Raimundo Nina Rodrigues, por outro lado, discordava do otimismo de Romero, descrente que seria possível desenvolver uma civilização no Brasil a partir da fusão da cultura “branca”. Nina Rodrigues chegou a propor a criação de uma figura jurídica denominada “responsabilidade penal atenuada”, um instrumento de gestão criminal que pudesse “contemplar a ausência de um mesmo grau de cultura mental”²⁹³, o que, é claro, acabaria por converter a lei em pura repressão para mestiços, índios e negros.

Essa ideia de Nina Rodrigues advém de um pensamento intelectual que foi construído a partir da teoria da “antropologia criminal”, a qual reivindicava uma hipótese evolucionista a respeito do caráter biológico da conduta criminosa, desenvolvida por Lombroso²⁹⁴. Essa teoria foi bastante evocada entre os bacharéis da Faculdade de Direito do Recife do fim do século XIX e início do XX, em que os artigos sobre antropologia criminal assumiram o segundo lugar entre os temas mais abordados²⁹⁵ pelos intelectuais daquela instituição, entre 1891 e 1930.

Considerando tais ideias que ganharam a mentalidade da “classe intelectual” do Recife, não foi difícil encontrar um caminho que ligasse as pessoas de cor escura a um indivíduo com potencial criminoso. Aliás, a linha tênue que existia entre as classes pobres e as “classes perigosas”²⁹⁶ foi enfatizada por Sidney Chalhoub enquanto uma preocupação da

²⁹¹ Idem. p.12.

²⁹² ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira, 29. ed. São Paulo, Cultrix, 1975, p.16; *apud* SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p.53.

²⁹³ RODRIGUES, Raimundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957. p.90. *apud* MUNANGA, Kabengele. Op. Cit. p.51.

²⁹⁴ GOULD, Stephen Jay A falsa medida do homem. Op. Cit. p.111.

²⁹⁵ Esses artigos foram publicados na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Lilia Schwarcz analisa como a sociedade mestiça foi encarada como uma sociedade criminosa, de modo que as ideias de Silvio Romero foram reproduzidas e, por vezes, radicalizadas, nessa revista. SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit. p.167.

²⁹⁶ O termo “classes perigosas” é de um historiador francês, Louis Chevalier, CHEVALIER Louis, Classes laborieuses et Classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle, Plon, 566 p.

classe dominante com as consequências da abolição para a organização do trabalho, onde os parlamentares do fim do século XIX se preocupavam em reprimir a “ociosidade”²⁹⁷. É importante ressaltar que as mulheres e homens-caranguejo foram vistos como corpos desperdiçados dentro do mercado de trabalho, atendendo à descrição que a classe dominante escolheu para os “desocupados”:

Não é que nos faltem vadios e vagabundos, mas estes sabem de qualquer modo arranjar sua vida. O brasileiro pobre acha sempre em que se ocupar, graças a Deus: fala da vida alheia, passa pules de bicho, tira caranguejos no mangue mas não espera auxílios do governo. E se houvesse tais auxílios, o número dos desocupados passaria a ser também, entre nós, um exército²⁹⁸.

A classe trabalhadora, portanto, era desassistida sem qualquer constrangimento por parte da classe dominante, que não hesitou em afirmar sua satisfação com o fato de o “brasileiro pobre” não esperar auxílios do governo. Segundo Chalhoub, a principal virtude do cidadão, para os parlamentares, era o gosto pelo trabalho, por isso, “produzir corpos ativos e conversíveis em dinheiro”²⁹⁹ também foi uma preocupação da Liga Social Contra o Mocambo ao mirar os habitantes do mangue.

Como os “defeitos” dos negros eram explicados, na virada do século XIX para o XX, não a partir de um determinado fato social, como por exemplo 388 anos de escravidão, mas sim pela “natureza”, eram os negros os alvos preferenciais das “classes perigosas”. Conceito esse que já vinha sendo devidamente fundamentado, segundo Schwarcz, pelas ideias que presumiam a existência científica da inferioridade biológica, especialmente as que foram postuladas por Lombroso e Ferri³⁰⁰.

Como a partir dos anos 1920 higienizar o país se tornou sinônimo de educar seu povo, como visto nas ações do Governo Sergio Loreto, a higienização do meio e do homem estavam atreladas à possibilidade de também “limpar a raça”. De acordo com Lilia Schwarcz, o diálogo entre higiene, saúde e educação, mesmo com a intensificação da atividade dos médicos na administração pública, permaneceu assentado nos modelos científicos de 1870³⁰¹. O próprio médico Amaury de Medeiros, quando deputado, em 1926: “apresentou à Comissão de Saúde Pública do Congresso um projeto de lei exigindo exames pré-nupciais que ele

²⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Op. Cit. p.21.

²⁹⁸ Diário da Manhã, 10 de Janeiro de 1934.

²⁹⁹ NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o “Recife Novo”. Op. Cit. p.86.

³⁰⁰ SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das raças. Op. Cit. p.168.

³⁰¹ Idem. p.169.

descreveu como uma forma de eugenia ‘construtiva’ (em oposição à ‘negativa’), compatível com as tradições brasileiras (isto é, católicas)”³⁰².

A identificação da eugenia com o saneamento, nos anos 20, foi em meio ao debate entre uma “classe intelectual” que buscava se aceitar enquanto mestiça. A proposta de Medeiros de eugenia pelo casamento, foi uma das formas encontradas de assegurar a “superioridade da raça”, visão marcada pela teoria eugênica de vertente neolamarckiana³⁰³, de modo que a adoção dos ideais eugênicos baseados no neolamarckismo transformaria “a hibridez racial de entrave em uma característica de fomento, progresso e construção da identidade nacional, uma vez que a ignorância e a doença eram as causas do fracasso nacional”³⁰⁴.

Foi assumindo essa perspectiva que o próprio Getúlio Vargas afirmava ser “inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações”³⁰⁵. A ideia de uma suposta estrutura biológica onde os brancos seriam naturalmente superiores foi imposta não só aos negros e mestiços, mas também aos amarelos. As mesmas políticas que fomentaram a imigração de europeus em favor do ideal de embranquecimento³⁰⁶, desde o século XIX, restringiram imigrantes entendidos como pertencentes a “raças inferiores”, que ainda no Governo Vargas ganhavam forte adesão. Segundo Carlos Miranda:

Durante a Assembléia Constituinte de 1933, um grupo de médicos eugenistas encontraram espaços nos fóruns de debates da constituinte para discutirem e, em alguns momentos, imporem suas propostas no que se refere à restrição da entrada no Brasil de imigrantes considerados “indesejáveis”. Foram apresentadas emendas pelo médico sanitaria Artur Neiva, pelo presidente da Academia Nacional de Medicina Miguel Couto e pelo psiquiatra Xavier de Oliveira. Essas propostas de caráter racistas pretendiam, de forma explícita, proibir a entrada no Brasil de imigrantes da África e da Ásia no Brasil. A primeira emenda, proposta por Artur Neiva, de número 1.053, dispunha: “Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do

³⁰² STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection. p.355.

³⁰³ Bruno Nascimento afirma que o neolamarckismo se apresentou relacionado com as medidas de saneamento e educação, pois, ao contrário da corrente mendeliana de eugenia, que se baseava no determinismo genético, era possível haver uma herança de características adquiridas ao longo da vida e, portanto, aprimorar a raça. NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o “Recife Novo”. Op. Cit. p.87.

³⁰⁴ Idem. p.88.

³⁰⁵ Diário da Manhã, 09 de Setembro de 1938.

³⁰⁶ O desejo de eliminar a herança africana da “raça brasileira” culminou nos esforços do Estado em combater a febre amarela, que mais acometia os europeus que chegavam aos trópicos. Todos os reforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, eram quase completamente negligenciadas. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Op. Cit. p.94-95.

país”. A emenda de Miguel Couto, de número 21E, estabelecia: “É proibida a imigração africana ou de origem africana e só consentida a asiática na proporção de 5% anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existente no território nacional”; e, finalmente, a emenda de Xavier Pedrosa, de número 1.053, propunha: “Para efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negras e amarelas, de qualquer procedência.” Felizmente essas proposições foram derrotadas pelos deputados, entretanto passou a vigorar o sistema ardiloso de cotas de imigrantes por nacionalidade, cuja objetivo implícito era diminuir a entrada do grande contingente de migrantes nipônicos³⁰⁷.

Segundo o sociólogo Aníbal Quijano, aquém do fenótipo, também aspectos culturais de determinadas “raças” foram tidos como inferiores³⁰⁸, fazendo da Europa Ocidental o centro hegemônico que a possibilitou controlar todas as formas de subjetividade, da cultura, e em especial, da produção do conhecimento. De acordo com o autor:

As relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica³⁰⁹.

Essa relação entre a Europa Ocidental e o Terceiro Mundo que só se tornou terceiro por conta da colonização, é ressaltada por Frantz Fanon, como estrategicamente estabelecida através da classificação do colonizado como “uma espécie de quinta essência do mal”³¹⁰. A sociedade colonizada não é então definida como uma sociedade sem valores, onde, segundo Fanon: “Não basta ao colono afirmar que os valores o abandonaram, ou melhor, não habitaram nunca o mundo colonizado. O indígena declarou-se impermeável à ética, ausência de valores, mas também negação de valores”³¹¹.

³⁰⁷ MIRANDA, Carlos A. C. Uma estranha noção de ciência: Repercussões do pensamento eugênico no Brasil. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-1, 2009. p.317.

³⁰⁸ Quijano demonstra como, com a globalização, a raça e identidade racial tornaram-se instrumentos de classificação básica da população. Codificação possível devido à “re-identificação histórica” dos povos dominados pelos europeus, os quais lhe atribuíram novas identidades geoculturais. QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em livro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.227-278.

³⁰⁹ Idem. p.237.

³¹⁰ FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.36-37.

³¹¹ Idem. *Ibid*.

As perspectivas para pensar a população miscigenada remontavam a pensamentos tais quais os de John Stuart Mill, de que “os indianos e africanos ainda não eram civilizados suficiente para comandar a si mesmos”³¹², marcando a visão etnocêntrica de que os europeus eram mais ricos em experiência do que o “bom selvagem”. Essa ideia de “superioridade racial” que ia além dos limites das características físicas para habitar o plano do conhecimento que as diversas “civilizações” haviam desenvolvido, foi reafirmada por vários intelectuais europeus, especialmente Buffon, na França, e De Pauw, na Alemanha³¹³.

As premissas defendidas por esses pensadores tiveram grande adesão no meio “culto”, por mais absurdas e caricatas que fossem, chegando Voltaire a defender a inferioridade dos povos ameríndios justificando sua “ausência de barba” e, também, a inferioridade dos leões da América devido à “ausência de juba”³¹⁴. Isso porque esses intelectuais se apoiavam nos “grandes pensadores” eleitos pelas universidades europeias como ápice da sapiência e do discernimento, à exemplo de Aristóteles, que parece ter passado despercebido pelos “valores humanistas” nas passagens de *A Política* que argumentou existirem escravos por natureza³¹⁵.

De acordo com Zea, o papel dos herdeiros de filósofos da ilustração seria o de ajudar os selvagens a iniciar a marcha que os conduziria à civilização, ao progresso³¹⁶, capacitando-os a colocar a natureza a seu serviço e incorporando-os ao sistema capitalista. Assim, a ideia de que o ser humano é um ser vivo exterior a natureza, isto é, referir-se ao mundo natural como algo desvinculado do homem e da mulher foi típica de uma sociedade que, além de pensar-se superior às plantas e animais, também se via superior a outras culturas e formas de conhecimento. Portanto, a ideia eurocêntrica que legitima a Europa como mais avançada, acaba por desclassificar, como aponta Quijano, as óticas que divergem de suas perspectivas.

É sabido que o Ocidente conheceu severos recuos em momentos de excepcional florescimento das civilizações orientais³¹⁷, mas o que se pode aprender do conhecimento desenvolvido por aqueles que sequer mereceram o patamar de “o Outro”, relegado apenas à extremidade de “primitivo”, em contraponto ao “civilizado” europeu? O antropólogo Philippe Descola e suas pesquisas sobre os ameríndios da Amazônia equatoriana, os achuar, auxiliam nesse sentido.

³¹² CHAKRABARTY, Dipesh. Op. Cit. p.8.

³¹³ CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.60.

³¹⁴ GERBI, Antonello. O Novo Mundo: história de uma polêmica. Op. Cit. p.51.

³¹⁵ Idem. p.68.

³¹⁶ Uma das justificativas utilizadas pelos intelectuais era que não tendo submetido nunca a si mesmo, nem os animais, nem os elementos, sem ter domado os mares nem dirigido os rios, nem trabalhado a terra, não era a o ameríndio senão um animal de primeira categoria. ZEA, Leopoldo. *Filosofía de la Historia Americana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

³¹⁷ Idem. p.24.

Nas sociedades industriais, onde a Europa se colocou como centro, os não humanos caracterizam-se como objetos naturais ou artificiais que, diferente dos humanos – sujeitos possuidores de direitos – não têm direitos por si mesmos. De acordo com Eric Hobsbawm, é a crescente emancipação do homem em relação à natureza e sua capacidade crescente de controlá-la que faz com que a história como um todo seja “orientada e irreversível”.

A novidade ou inovação constante é mais prontamente aceita na medida em que se refere ao controle humano sobre a natureza não-humana.³¹⁸ Essa longevidade em relação ao meio em muito difere-se da percepção dos achuar, analisados por Philippe Descola. Para aqueles ameríndios, a maior parte das plantas e dos animais são também pessoas. Segundo o antropólogo:

Os achuar dizem, de fato, que a grande maioria dos seres da natureza possuem uma alma análoga à dos humanos, que lhes permite pensar, raciocinar, ter sentimentos, comunicar-se à maneira dos humanos e, sobretudo, fazer que vejam a si mesmos como humanos, apesar da aparência animal ou vegetal. É por isso que os achuar dizem que as plantas e os animais, em grande parte, são pessoas: sua humanidade é moral, repousa sobre a ideia que fazem de si próprios; não é uma humanidade física que repousaria sobre a aparência que têm aos olhos do outro (...) é preciso reconhecer que, ao manter relações de cumplicidade e interdependência com os habitantes não humanos do mundo, diversas civilizações que por muito tempo chamamos “primitivas” (o termo não é muito correto) souberam evitar essa pilhagem inconsequente do planeta a que os ocidentais se entregaram a partir do século XIX³¹⁹.

Ora, é curioso notar que, não apenas a relação com a natureza de civilizações tidas como “primitivas” evitou uma tamanha inconsequência com os recursos naturais, onde nas sociedades “europeizadas” a displicência em respeitar os demais seres vivos foi legitimada pelo sentimento antropocêntrico. Também observa-se que o próprio conhecimento científico ocidental já caminha num sentido semelhante a essa perspectiva “humanizadora” dos demais seres vivos.

4.1.2 O conveniente elogio à mestiçagem

Essa breve explanação acerca da visão eurocentrada dos povos não-ocidentais tem o intuito de convocar à reflexão os problemas do elogio à mestiçagem que tomou a mentalidade da classe dominante na Era Vargas. O debate foi acalorado principalmente com a publicação

³¹⁸ HOBASBAWM, Eric J. Sobre História. Op. Cit. p.215.

³¹⁹ DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. Trad. Cecilia Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016. p.13-25.

do clássico “Casa Grande e Senzala” em 1933³²⁰, do sociólogo Gilberto Freyre, um dos mais famosos disseminadores da ideia de democracia racial na época.

Apesar de trazer uma visão mais otimista, deslocando o conceito de “raça” para o conceito de cultura, mostrando que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas para a cultura brasileira³²¹, a ideologia do sincretismo benéfico dos povos acabou por exaltar os ânimos e anular as contradições. O enaltecimento à mestiçagem nada mais era que uma forma de conciliar a classe dominante e os excluídos sociais. Para Nina Rodrigues, os danos à identidade étnica do povo brasileiro eram irreparáveis, mas, para Freyre, a mestiçagem possuía grandes vantagens, sendo a maior delas velar as contradições do período escravista:

Primeiro, ele popularizou e legitimou a noção de que os africanos haviam contribuído positivamente para o Brasil. Ele se juntou a outros para defender o papel positivo da plantação e de sua família patriarcal. Estas duas tomadas de posição estavam relacionadas a seu esforço para estabelecer a plantação escravista colonial como a origem e expressão clássica da civilização brasileira³²².

Foi preciso que um intelectual branco de muito prestígio como Gilberto Freyre elevasse a “cultura negra” para que ela tivesse o mínimo de reconhecimento na sociedade brasileira. Estando a classe dominante consciente de que o enaltecimento da miscigenação atenuaria os conflitos raciais, segundo Munanga:

o mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade³²³

Em 1934, ocorreu o 1º Congresso Afro-brasileiro no Recife, um evento privilegiado no sentido de disseminar com afinco as ideias de democracia racial que passavam a ganhar foco, onde Freyre era encarado como um grande responsável por “reabilitar o negro”.

³²⁰ GOMINHO, Zélia. Veneza Americana x Mucambópolis. Op. Cit. p.34.

³²¹ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Op. Cit. p.76.

³²² NEEDELL, Jeffrey D. Identity. “Race, Gender and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre’s Oeuvre”. In: American Historical Review. Vol 100, nr 1, Feb. 1995, p.51-77. p.52. (Apud) DABAT, Christine Rufino. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007.p.226.

³²³ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Op. Cit. p. 77

Contudo, de acordo com a historiadora Christine Dabat, “um pudico véu fora estendido sobre afirmativas racistas e sexistas, sustentado pelo culto institucional que lhe é celebrado”³²⁴, sendo Gilberto Freyre, na verdade, um perpetuador da ideia de “raças” que carregava o discurso eugênico da época. Seu posicionamento se faz nítido em passagens como na obra *Nordeste*, em que o sociólogo não se acanha em concordar com a existência de uma suposta “inferioridade biológica”:

no século XVII, tantos soldados, mercenários e aventureiros e tantas prostitutas do norte da Europa não pode deixar de ter contribuído cacogenicamente para a miscigenação no Nordeste. As uniões ou cruzamentos de tais indivíduos com mulheres da terra e com as negras da África se teriam verificado em condições sociais as mais desfavoráveis para os filhos; e alguns teriam transmitido à prole tão infeliz o peso da inferioridade biológica, e não apenas social³²⁵.

Os ânimos da “classe intelectual” andavam com tanto entusiasmo que Rodrigues de Carvalho, em seu trabalho sobre a influência africana na formação social do Brasil, chegou a dizer que “nós, no Brasil, nunca mantivemos o ódio de raça, como na América do Norte (...) hoje, o verdadeiro brasileiro, o que é mais radicado à sorte, à grandeza, e à integridade do Brasil, é o mestiço”³²⁶.

Desde a organização de clubes, irmandades religiosas, associações recreativas no início do século XX, aos gritos contra a discriminação e segregação racial na voz da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944³²⁷, os afro-brasileiros movimentaram-se contra a desigualdade racial e social latente no país. Quando apresentada a comunicação da Frente Negra Pelotense³²⁸ no Congresso, é nítida a

³²⁴ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Op. Cit. p.227.

³²⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6 ed. Rio de Janeiro, Record, 1989. p.146.

³²⁶ CARVALHO, Rodrigues de. Aspectos da influencia africana na formação social do Brasil, 1934 In: *Novos Estudos afro-brasileiros – Trabalhos apresentados no 1o Congresso afro-brasileiro de Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988. p.77.

³²⁷ Com um histórico de luta político-cultural efervescente, inspirada na Frente Negra Brasileira (FNB), a Frente Negra Pernambucana foi criada no ano de 1937, porém com vida curta e prontamente substituída, durante o Estado Novo, pelo Centro de Cultura Afro-Brasileira (CCAB). A forte repressão do regime militar varguista apenas ratificou a militância negra no cenário cultural. Um dos principais militantes pernambucanos, Solano Trindade, chegou a contribuir para a criação de um dos maiores feitos do movimento negro da época: o Teatro Experimental do Negro. NASCIMENTO, A. do & NASCIMENTO, E. L. 2000. *Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997*. In *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil* (A. S. A. Guimarães & L. Huntley, orgs.). Editora Paz e Terra, São Paulo, p. 203.

³²⁸ BARROS, Miguel. Discurso do representante da Frente Negra Pelotense. *Estudos afro-brasileiros – Trabalhos apresentados no 1o Congresso afro-brasileiro de Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988. p.269-271.

diferença de discurso de quem sentia o preconceito racial na pele, em nada romantizando as relações raciais no Brasil.

Diferentemente das palavras de Carvalho, as colocações da Frente Negra Pelotense reivindicavam questões como o analfabetismo, a necessidade da organização da população negra e até mesmo uma “segunda abolição” para que os problemas que envolviam os negros pudessem receber alguma atenção. Em contraponto ao romantismo da mestiçagem que a “elite pensante” da época enaltecia a ponto de negar o potencial preconceito de “raça” existente, tendo o militante Miguel Barros como porta-voz, a Frente Negra Pelotense afirmava que “a cada passo, vem contra nós a demonstração chocante da seleção racial. Temos ainda, no sul, a proibição da entrada em certos lugares públicos, teatros, cafés, barbeiros, colégios, etc”³²⁹.

As reflexões de Rodrigues de Carvalho reforçavam não uma ideia de mestiçagem que igualmente valorizasse as diversas culturas que formaram a nação, mas, assim como Freyre, postulavam novas expressões e formas cujo resultado principal caracterizaria com maior primor o pertencimento brasileiro ao universo ocidental³³⁰. Em consonância com a ideia do Dr. Bezerra Coutinho, em conferência comentada pelo *Diario de Pernambuco* após uma reunião da Sociedade de Medicina, o qual afirmava que o desenvolvimento cultural era um choque “entre a humanidade ocidental e a barbárie estranha”³³¹, no mesmo evento que enaltecia a mestiçagem, Carvalho afirmava que:

O índio por si só levaria sempre este país a uma solidão de mata virgem; o sangue luso sem a sedução do cruzamento, cansaria sob a canícula entorpecente do Equador. Os africanos embrutecidos de origem e sevandijados pelo atraso de uma civilização que nunca lhes madrugou, seriam só por si massa bruta inoperante e retardatária. Era preciso que os mercenários de carne humana iniciassem a desumana porfia sobre o Atlântico, no tráfego do homem, para que em terras de Santa Cruz se fundasse um alicerce de civilização que se ainda não tem cúpula, possui solidas paredes³³².

A tentativa de se conformar com um passado sombrio foi passada a limpo na ideia de que era realmente preciso que “os mercenários de carne humana iniciassem a desumana porfia sobre o Atlântico, no tráfego do homem”. A ideia construída na Ilustração de tutela aos povos considerados inferiores é aqui absorvida como uma verdade, apesar do elogio à miscigenação. Desse modo, permanece o intuito de elevar aquilo que pode ser tolerado ou mesmo

³²⁹ Idem. p.270.

³³⁰ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Op. Cit, 78.

³³¹ Diario de Pernambuco, 21 de Junho de 1933.

³³² CARVALHO, Rodrigues de. Aspectos da influencia africana na formação social do Brasil. Op. Cit. p.17.

assemelhado ao que o mundo ocidental dita como mais avançado³³³, mantendo-se as dicotomias “tradicional x moderno” “oral x escrito” “subsistência x produtividade”³³⁴, na tentativa de moldar os demais povos ao que a Europa Ocidental decidiu classificar como “superior”.

Após essa breve explanação acerca da ideologia de democracia racial que, juntamente ao progresso, fundamentou as ações da Liga Social Contra o Mocambo, dar-se-á continuidade ao entendimento de como o discurso dominante se utilizou de tais “modelos de civilização” para atuar em todas as vidas que habitavam o mangue, inclusive a da classe trabalhadora. Aliando ideais eugênicos e higienizadores, a proposta de “ressurreição do nordestino” iniciada pelo antigo responsável pelo Ministério da Viação, José Américo de Almeida, era enaltecida por se esforçar “pelo saneamento do homem, pelo saneamento da terra, ou como diria Oliveira Viana, pela eliminação do deserto, pela eliminação do pântano, pela eliminação da ignorância”³³⁵.

4.2 O mangue como “fator geográfico” do mocambo

O termo pejorativo “República Velha”, criado depois da Revolução de 1930³³⁶, carregava consigo o hábito de políticos e intelectuais brasileiros em tornar arcaico o momento histórico que os precedia, gerando uma perspectiva de avanço na ideia de “novidade”. O decênio de 1930 trouxe certamente novas vertentes para a política brasileira, no entanto, o signo de novidade estava imbuído de retrocessos e autoritarismo, à exemplo do Estado Novo. Assim, a continuidade de velhas ideologias e forças políticas, apesar de um novo sentimento de identidade nacional e políticas de cunho nacionalista que caracterizaram a Era Vargas, se mantinha.

O mangue, tão perseguido pelas ideias higienistas que tiveram tamanha força nos anos 1920, continuou a ser repudiado pela classe dominante que, desde o período imperial³³⁷, não apresentava grandes novidades na transição de poder:

³³³ No momento de enaltecer a trajetória das raças mundo afora advindas da África, da Ásia e da América, a elite pensante perpetua a visão de que apenas grandes impérios merecem destaque, como ressaltado no artigo de Antônio Austregesilo. AUSTREGESILO, A. A mestiçagem no Brasil como fator eugenico. 1934 In: Novos Estudos afro-brasileiros – Trabalhos apresentados no 1o Congresso afro-brasileiro de Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988. p.328.

³³⁴ LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. Op. Cit. pp. 21-29.

³³⁵ Diário da Manhã, 23 de Junho de 1937.

³³⁶ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.349.

³³⁷ De acordo com Raíssa Carneiro, no início da República, o Congresso Estadual, em Pernambuco, ainda era composto por antigos membros da nobreza imperial (havia 4 barões e 1 visconde entre os parlamentares) e as

O poder político provinha quase exclusivamente dos usineiros e dos fornecedores, inclusive na ocupação de cargos públicos no executivo e legislativo, entremendo, por vezes, políticos da cidade e clientela da zona do açúcar. A Revolução de 1930 pouco conseguiu modificar esse quadro político. Embora em nível nacional estivesse em curso a redefinição parcial dos esquemas políticos de dominação regional e a modernização do aparelho de Estado, localmente a burguesia agroindustrial açucareira permaneceu dominando o aparelho de Estado, em nível estadual, até 1937³³⁸.

As “extensas e imensas florestas onde não ousavam os holandeses pôr o pé”³³⁹ montavam o cenário da chamada “Mucambópolis”³⁴⁰. Outro nome dado ao Recife devido aos inúmeros mocambos que constituíam a cidade, aquela passa a ser rejeitada, mas, quando firmada, de terreno seco e aterrado, logo aparecia quem lhe reivindicasse valor³⁴¹. O movimento higienista, resultado das preocupações da classe dominante com a falta de salubridade, acabou por intervir nos alagados recifenses com aterros, drenagens, construções de canais e retirada dos mocambos, contemplando a criação de áreas verdes nos espaços públicos, assim como vilas operárias, na busca pelo saneamento da cidade.

lideranças políticas mais fortes no período eram, justamente, aquelas já consolidadas durante o Império (Rosa e Silva, Martins Júnior, José Mariano, etc.). CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”. Op. Cit. p.119.

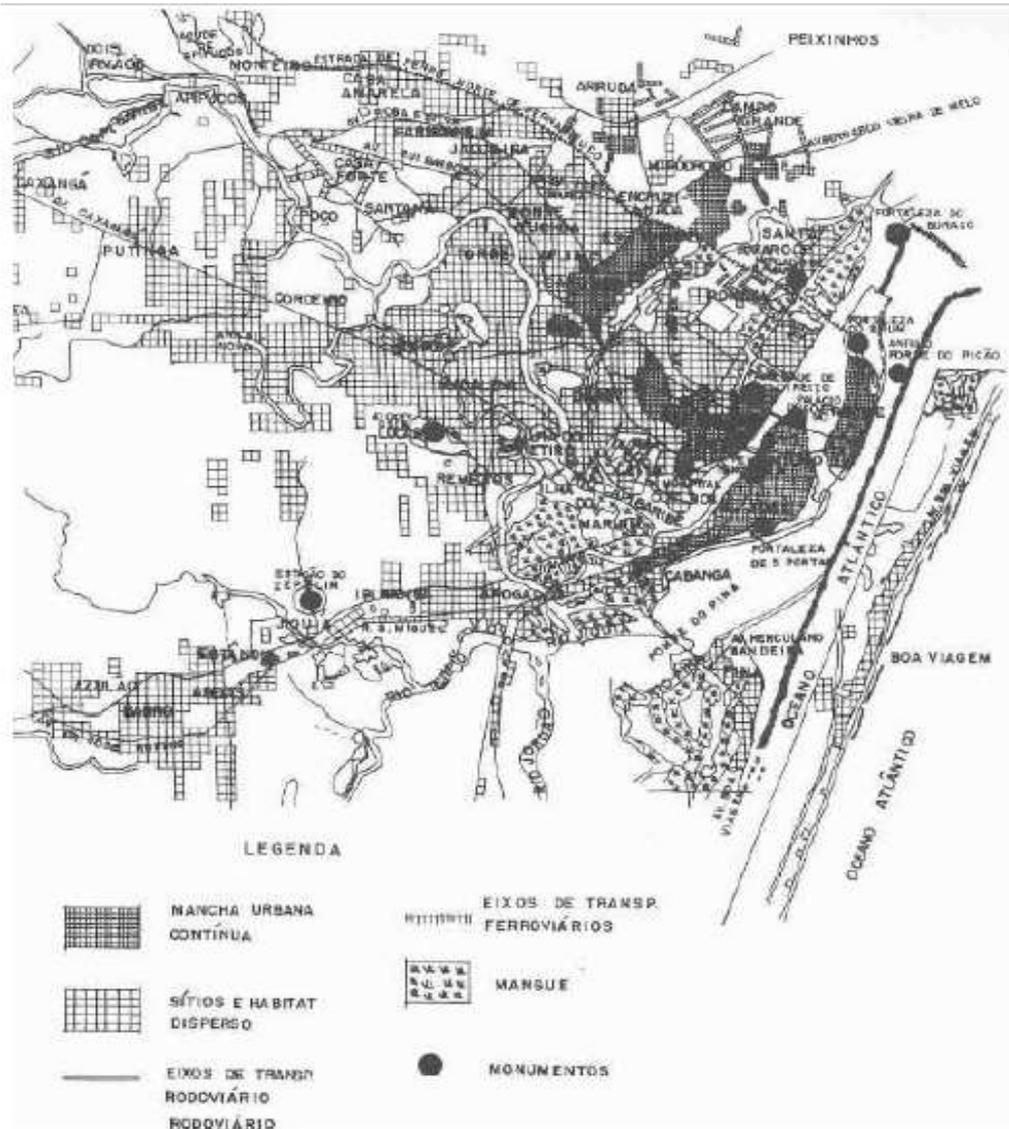
³³⁸ PONTUAL. Virgínia. Tempos do Recife: representações Culturais e Configurações Urbanas. Op. Cit. p.2.

³³⁹ Sinônimo que Daniel Uchôa Bezerra deu aos mangues. BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. Alagados, mocambos e mocambeiros. Op. Cit. p.24.

³⁴⁰ Mucambópolis tinha presença mais marcante nas freguesias de Afogados, ruas com nome repetido, outras não existem oficialmente, difícil determinar o número exato – 6.776 mocambos; Poço, 24 “logares” e sítios – 4.540 mocambos; Várzea, 19 sítios – 4.232 mocambos; Graças (zona de Beberibe), 26 sítios – 3.592 mocambos; GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza Americana x Mucambópolis. Op. Cit. p.14.

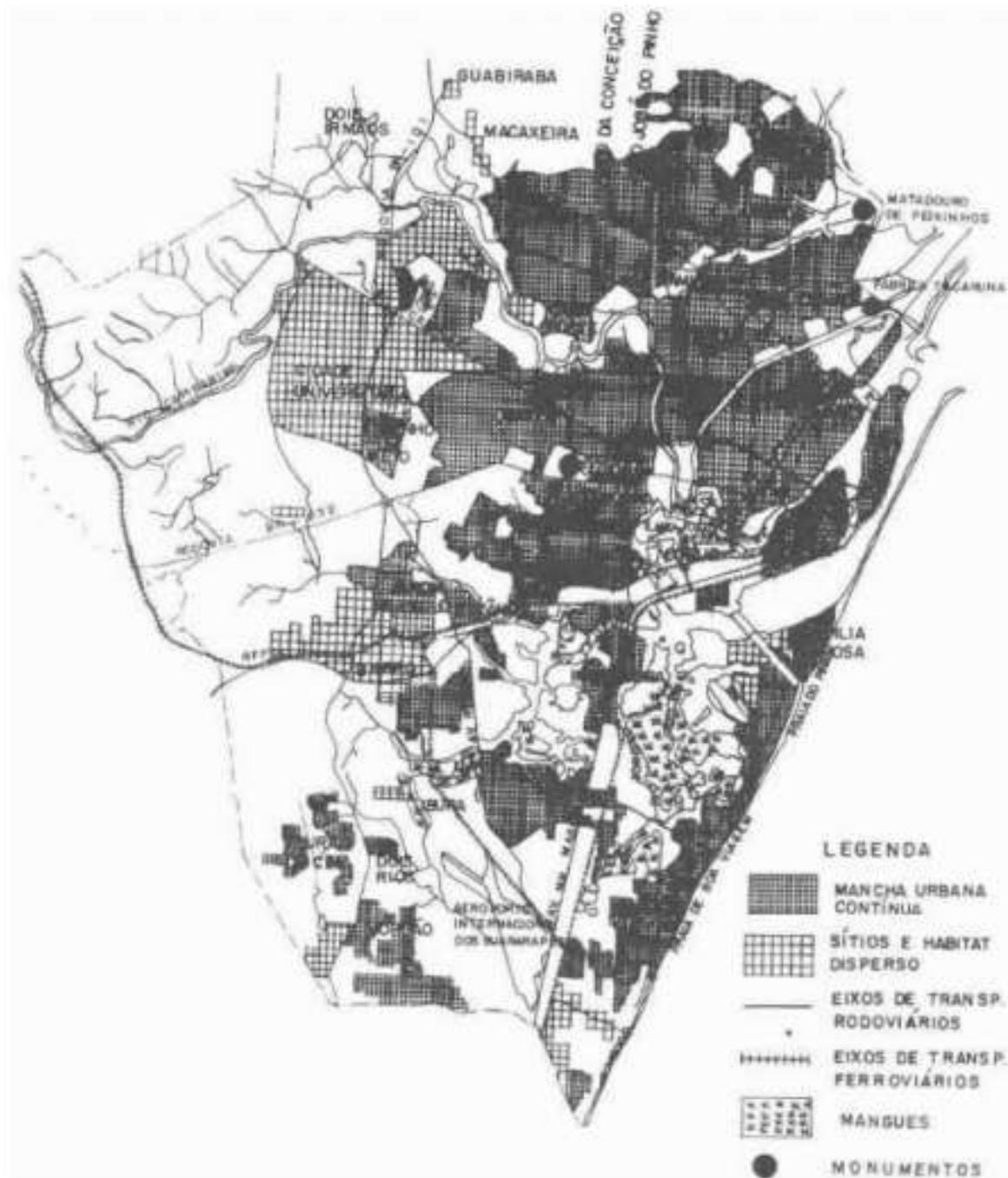
³⁴¹ Idem. p.3

Figura 14 - Mapa do Recife de 1932



Fonte: Barreto (1994)

Figura 15 - Mapa do Recife de 1951. Acervo URB-Recife



Fonte: Vasconcelos e Sá (2011)

Parte inequívoca da paisagem do Recife, principalmente antes da intensificação dos aterros, de acordo com os mapas, o mangue cercava vários trechos das partes de maior concentração urbana na cidade, nos anos 1930. Essa “mancha urbana contínua” situava-se desde as margens do Capibaribe até o Derby, Encruzilhada e os demais bairros em redor³⁴².

³⁴² Idem. Ibid.

No mapa de 1932, percebe-se a grande concentração das áreas de mangue no bairro do Pina, assim como na Ilha do Maruin, Afogados e Santo Amaro. Já no mapa de 1951 fica nítido o avanço da mancha urbana sobre os alagados, à exemplo do bairro do Pina, onde nota-se um significativo encolhimento da área de mangue. O desejo de expurgar o manguezal daquela área, pensada a partir de Sergio Loreto para atender aos interesses da classe média, estava explícito nesse trecho do *Diário de Pernambuco*:

O Pina era apenas uma pobre praia de pescadores, ao abandono. Mas, o Pina tomará um grande desenvolvimento, desde que se aterrem os alagados e se construam, na zona beneficiada, casas para a classe média. O que está entravando ainda o desenvolvimento do Pina é a enorme área de mangues, que em vários pontos chega até o meio-fio da avenida. Removido o mangue e feito o aterro, o bairro tem todas as possibilidades para expandir-se³⁴³.

Enquanto muitos tinham de contentar-se em viver em mocambos ou palhoças levantadas nos lugares mais negligenciados da cidade, à beira dos alagadiços, o ideal habitacional era o sobrado perto do mar, exposto ao vento, purificador das imundícies da terra³⁴⁴. Ideal esse que não podia ser alcançado por todos, já que a “pobre praia de pescadores” que era o Pina, quando de terreno seco e aterrado, deixaria de servir aos mais pobres para se tornar um espaço elitizado.

É na luta contra os mocambos que se encontra um dos maiores efeitos da cultura negativa em relação ao mangue nas políticas públicas, visto que foi sua relação com esse tipo de habitação que favoreceu a imediata drenagem da cidade e conseqüente aterro dos alagados. Desse modo, na Cruzada Social contra o Mocambo, foi incluído o plano de aterro dos alagados e mangues, pois, de acordo com o Diário Oficial da União, “os alagados e mangues do Recife são os fatores geográficos do mocambo”³⁴⁵.

As forças políticas locais, junto ao empresariado, foram mobilizadas para que se engatasse o combate aos mocambos no meio urbano³⁴⁶ através da chamada Liga Social Contra o Mocambo, criada em 12 de Julho de 1939 sob a prefeitura de Antônio Novais Filho e interventoria de Agamenon Magalhães. As pesquisas de Zélia Gominho e Thiago Pereira

³⁴³ Diário de Pernambuco, 08 de Junho de 1940.

³⁴⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo. Global, 2004.

³⁴⁵ Diário Oficial da União, edição do dia 3 de Dezembro de 1942.

³⁴⁶ Segundo Thiago Francisco, é notória a presença de segmentos da elite social na fundação da Liga, como engenheiros, industriais e médicos. FRANCISCO, Thiago Pereira. Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920-1945. Dissertação do Departamento de História, UFPE, 2013. p.103.

Francisco³⁴⁷ são importantes fontes para destrinchar a problemática em torno das habitações populares que assombravam a classe dominante no Recife dos anos 1930-1945. Contudo, sendo aqui o objeto de estudo as relações humanas com o manguezal, o foco será dado particularmente à atuação da Liga em torno desse ecossistema e as implicações dessa interação ambígua.

O vínculo entre os mais abastados da cidade do Recife com o mangue não era dos mais afetuosos, como já reportado no capítulo anterior todo o esforço em depreciar esse ecossistema, mesmo com sua inequívoca importância para as diversas classes sociais. A intervenção na Veneza Americana nos anos 1930 teve seu planejamento através de uma Comissão do Plano da Cidade, onde seu plano urbanístico foi estudado pelo arquiteto Nestor de Figueredo³⁴⁸. Em 1931, numa Conferência dada no Radio Club de Pernambuco, Figueredo afirma que:

Transformar os terrenos baixos e alagadiços em formosas zonas residenciais com o precioso aproveitamento dos canais, é uma obra que levaremos à realização com o maior entusiasmo, porque de um lado teremos cogitado do lado higiênico da cidade, conforme previra o grande mestre Saturnino de Brito, e de outro lado teremos transformado em preciosas qualidades os seus atuais defeitos (...) tenhamos a convicção e o ânimo característico do nordestino, para transforma-la em mais bela ainda e ser desta forma uma fiel continuadora da força de vontade dos nossos antepassados que transformaram um imenso mangue no interessante bairro da Boa Vista³⁴⁹.

A conferência do arquiteto, intitulada “Pelo embelezamento e progresso do Recife”, exemplificou bem a ideologia dominante que circulava nos responsáveis pelo planejamento urbano. O dito “entusiasmo” em transformar os terrenos alagadiços em zonas residenciais está em também transformar “em preciosas qualidades os seus atuais defeitos”, onde Figueredo remete à memória de Saturnino de Brito, demonstrando a continuidade da mentalidade que atravessou as forças políticas mesmo após a *Revolução de Trinta*.

Essa herança deixada pelo Governo de Sergio Loreto foi constantemente evocada apontando tanto os feitos do engenheiro Saturnino de Brito³⁵⁰, como o legado do médico Amaury de Medeiros, em que seria o caso da saúde pública “considerar a necessidade de

³⁴⁷ Ambas dissertações já citadas, do Programa de Pós Graduação em História da UFPE.

³⁴⁸ GOMINHO, Zélia. Veneza Americana x Mucambópolis. Op.Cit. p.55.

³⁴⁹ Diário da Manhã, 3 de Setembro de 1931.

³⁵⁰ Essa matéria do Diário de Pernambuco fala com entusiasmo do fato de o interventor Agamenon Magalhães, em várias oportunidades, ter afirmado o seu desejo de prosseguir no plano que Saturnino de Brito imaginou, ao começar os serviços do Saneamento. Diário de Pernambuco, 20 de Fevereiro de 1938.

prosseguir na obra que Amaury de Medeiros deixou em meio na Boa Viagem, fazendo drenar a região alagadiça”³⁵¹.

O aterro dos alagados constituía uma sessão em destaque nas matérias do *Diario de Pernambuco* e *Diario da Manhã*, que registravam as atividades da Liga Social Contra o Mocambo. Os Relatórios da Liga, do mesmo modo, destacavam os terrenos aterrados num tópico específico, compreendendo que não era possível impedir a proliferação dos mocambos sem extinguir os mangues e alagados do Recife³⁵², ação entendida como uma forma de “recuperar” terrenos para a construção de casas populares.

A efetivação dos aterros às áreas alagadas contou com o investimento do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, onde além de tornar o Recife uma cidade de infra-estrutura moderna, existia também um interesse para além do “embelezamento e progresso”, à exemplo de facilitar novos investimentos, concedendo isenção de taxas, impostos e emolumentos³⁵³: “Que era o Derby? Um pântano encravado no coração da cidade. O Estado e o Município não lucravam nada com isso”³⁵⁴.

O pântano encravado no coração da cidade, que ao ser devastado fez o Estado lucrar, é um bom exemplo de sujeição do mundo natural segundo os preceitos da Razão Iluminista³⁵⁵. A natureza, segundo Passmore, torna-se menos “estranha” quando é transformada em algo útil, aspirante à humanidade, em que possa ser uma ferramenta, uma linguagem, um aliado³⁵⁶, nesse caso, contribuindo para o tão sonhado progresso e embelezamento da paisagem. O repúdio às áreas alagadas foi aqui analisado essencialmente a partir dos discursos que construíram as ideias negativas a respeito dos pântanos no Recife.

A “utilidade” do mangue para a classe dominante foi, segundo Soffiati, essencialmente o extrativismo vegetal – que será avaliado no capítulo seguinte – e fundar núcleos urbanos³⁵⁷. A “enorme área pantanosa que nenhuma renda oferecia aos cofres públicos”³⁵⁸, quando aterrada no Recife, atendia tanto aos interesses da esfera pública como da conexão público-privada³⁵⁹.

³⁵¹ Idem. Ibid.

³⁵² Relatório da Liga Social Contra o Mocambo – Julho de 1939 a Julho de 1941.

³⁵³ GOMINHO, Zélia. Veneza Americana x Mucambópolis. Op. Cit. 57.

³⁵⁴ Diário de Pernambuco, 31 de Dezembro de 1936.

³⁵⁵ PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. Op. Cit. p.63.

³⁵⁶ Idem. p.65.

³⁵⁷ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Op. Cit. p.49.

³⁵⁸ Diário da Manhã, 14 de Junho de 1930

³⁵⁹ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. Manguezais aracajuanos. Op. Cit. p.59.

O empenho da Liga, portanto, contou com “a colaboração particular”, segundo o sr. Nelson Coutinho, para construir Vilas Operárias no lugar dos mocambos³⁶⁰. Extinta em 1945, a Liga dá lugar ao Serviço Social contra o Mocambo, o qual seguia o mesmo eixo de atuação da Liga. A classe dominante continua a perseguição aos mangues, bem como as vidas das mulheres e homens-caranguejo permaneciam marcadas pela precarização.

4.2.1 Uma voz dissonante na classe intelectual: o mangue em Josué de Castro

Pensar a paisagem recifense e como os mangues a compõem teve como pilares os estudos geográficos de Onilda Bezerra, a qual apreende a paisagem como um lugar que “expressa e se deixa expressar pelas vivências e experiências sob forma de representação que revela o teor da relação homem-meio”³⁶¹. Os manguezais, que passaram a constituir, no caso do Recife, o substrato da edificação da cidade³⁶², são também avaliados pelo geógrafo Jan Bitoun em seu artigo *Recife, uma interpretação geográfica*, onde explica que os mangues suscitam interpretações divergentes, todas marcadas por observações de ordem moral³⁶³. Apesar dos imaginários imprimidos ao manguezal serem distintos, o senso comum da classe dominante o repudiou com veemência, em que apenas poucas vozes ecoaram em defesa desse ecossistema, entre a segunda metade do século XIX e o século XX.

Para o geógrafo Mário Lacerda de Melo, por exemplo, o mangue é uma área indefinida e negativa, uma mancha escura na paisagem³⁶⁴, o que faz lembrar as inúmeras referências pejorativas à cor escura do solo do mangue. Segundo Melo, em *Pernambuco: traços de sua Geografia Humana*, o mangue, ao contrário de uma paisagem abundante de riquezas, apresenta um aspecto repelente, repulsivo.

A constituição de seu solo é entendida como “indecisa, ambígua, neutra”³⁶⁵, o que se assemelha à concepção que o sociólogo Gilberto Freyre dá ao mangue em *Nordeste*, reforçando os estereótipos da época, ao afirmar que a “terra de mangue, que quase não é terra,

³⁶⁰ Diário da Manhã, 02 de Julho de 1935.

³⁶¹ BEZERRA, Onilda Gomes. O Manguezal do Pina: a representação sociocultural de uma paisagem. Op. Cit. p.9

³⁶² Idem. p.93

³⁶³ BITOUN, Jan. Recife uma interpretação Geográfica. In: Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. Org: Ana Fani. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, p. 27-45.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ MELO, Mario Lacerda de. Pernambuco: traços de sua Geografia Humana. p.44. In. BITOUN, Jan. Recife uma interpretação Geográfica. In: Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. Org: Ana Fani. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, p. 27-45.

de tão melada, de tão mole e indecisa, deixando que nela a água apodreça os matos e as raízes”³⁶⁶.

Mário Lacerda de Melo denuncia a precariedade das condições de higiene do manguezal, trazendo em suas reflexões que as abundantes áreas de mangue são espaços sem preço, sem dono e impróprios para construção de moradias, a não ser quando destinadas às pessoas pobres. Utilizando-se desse argumento é que passa a criticar as concentrações dos mocambos³⁶⁷.

Também do ponto de vista dos latifundiários, Freyre tecia comentários próximos aos de Mário Lacerda de Melo, em que se referia aos mocambos como “choças de palha levantadas nos pântanos”, retomando a estadia dos negros da África nessas habitações como fator de disseminação de escorbuto e outras doenças³⁶⁸. É no seu *Manifesto regionalista* que o sociólogo aponta o valor dos mocambos, afirmando que “com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos”³⁶⁹. O mocambo foi entendido por Freyre como uma “solução econômica” ao problema da casa pobre, argumentando esse tipo de habitação ter valor por ter sido capaz de deslumbrar o olhar estrangeiro³⁷⁰.

Na verdade, o grande problema dos mocambos, assim como para Mário Lacerda de Melo, estava essencialmente em ser construído nos terrenos alagadiços, segundo Freyre “o mal dos mucambos no Recife, como noutras cidades brasileiras, não está propriamente nos mucambos, mas na sua situação em áreas desprezíveis e hostis à saúde do homem: alagados, pântanos, mangues, lama podre”³⁷¹. O discurso da insalubridade e preocupação higienista está bastante presente no seguinte trecho:

³⁶⁶ FREYRE, Gilberto. Nordeste. Op. Cit. p.41.

³⁶⁷ GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza americana X Mucambópolis. Op. Cit. p.3

³⁶⁸ Desde o período colonial existia a tentativa de imputar ao africano escravizado o papel de disseminador de endemias. Porém, afirma o historiador Carlos Miranda, o colonizador branco, antes mesmo da presença dos africanos no Brasil, já havia trazido consigo doenças gravíssimas, tais como: sífilis, varíola, hanseníase, febre amarela, cólera e peste bubônica. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. Op. Cit. p.385.

³⁶⁹ FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75. p.50

³⁷⁰ Segundo Freyre: “o velho Clement de Grandprey - ilustre tropicalista e talvez o único espírito moço naquele meio de condes arcaicos e viscondessas velhas - me interrogava: e os mucambos de Pernambuco? Não o maravilhara aqui, nos fins do século XIX, a Igreja da Penha ou o palácio da Estrada de Ferro Central: dois dos primeiros lamentáveis arremedos da civilização que Geddes chamaria paleotécnica com que foi mais ostensivamente perturbada, em sua autenticidade e em seu processo de adaptação ao meio, a arquitetura tradicionalmente portuguesa do Recife: honesta arquitetura cheia de boas reminiscências orientais e africanas, inclusive a da cor, a dos verdes, azuis, roxos, amarelos e vermelhos vivos dos sobrados altos, das casas de sítio, das próprias igrejas. A maior impressão de Clement de Grandprey, em Pernambuco, fora a do simples mucambo, a da “casa do caboclo”, a da casa de palha dos pescadores das praias”. Idem. Ibid.

³⁷¹ Idem. Ibid.

Os casebres e mucambos foram-se levantando, rasteiros, pelas partes baixas e imundas das cidades. Pelos mangues, pela lama, pelos alagadiços. Só depois de aterrados esses mangues e esses alagadiços, menos por algum esforço sistemático do governo que pela sucessão de casebres construídos quase dentro da própria lama e à beira do próprio lixo, é que os ricos foram descendo dos morros e assenhoreando-se também da parte baixa da cidade. Deu-se então a compressão das populações pobres em áreas ou espaços não só pequenos como desfavoráveis à saúde³⁷².

O engenheiro Daniel Uchoa Bezerra³⁷³ compactuava das ideias de Mário Lacerda e Gilberto Freyre, tomado pelo repúdio ao solo lamacento. A ideia de progresso que estava presente na maioria dos discursos da época, não foi diferente com Bezerra. Sua crítica ao manguezal já mirava projetos futuros no Recife, no que concerne aos aterros dos alagados e extinção dos mocambos. A tendência da arborização, juntamente à necessidade urgente de que os ambientes do meio urbano recifense fossem considerados salubres, contribuíram para que sua visão fosse apegada não à valorização, mas assim como Freyre e Lacerda, a repulsa ao manguezal.

Em *Alagados, mocambos e mocambeiros*, o autor direciona o seu olhar a um Recife pobre de grandes e belos parques e de boas avenidas arborizadas, sendo a última oportunidade para a sua estética as zonas alagadas vestirem novas roupagens, se transformem em elementos paisagísticos naturais e acolhedores³⁷⁴. Reafirmando assim a ótica do solo alagadiço como desprezível e desfavorável à habitação ou convivência higiênica.

Na contramão dos discursos que repudiavam o manguê dentro da classe intelectual brasileira, Emílio Joaquim Maia foi um dos críticos ambientais do século XIX que deu atenção aos cortes de árvores de manguê e suas consequências drásticas para as febres que assolavam o Rio de Janeiro, em 1835³⁷⁵. Pedro Caldeira, também crítico ambiental, mas de discurso bem mais incisivo, foi assim como Emílio Joaquim Maia uma das poucas vozes em favor do manguezal, discutindo com perspicácia o papel dos mangues no sistema ecológico da Baía.

Para Caldeira, na obra *O corte do manguê*, de 1884, o poder público precisava enfrentar a destruição das florestas, terrestres ou marítimas, e a continuidade da pesca predatória. Era necessário proteger os remanescentes das matas e promover sua restauração, o

³⁷²FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Op. Cit. p.187.

³⁷³ Engenheiro que fez um estudo intitulado “Alagados, mocambos e mocambeiros”, como resultado dos Grupos de Trabalho criados na cidade do Recife, nos anos 1960, com o objetivo de investigar, entre outros assuntos, os problemas ligados aos mangues, mocambos e a população que vivia dentro ou em torno deles.

³⁷⁴ BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. Alagados, mocambos e mocambeiros. Op. Cit. p.26

³⁷⁵ SOFFIATI. O manguezal na história e na cultura do Brasil. Op. Cit.

que era de acordo entre muitos críticos ambientais oitocentistas, porém Caldeira foi um dos únicos a propor medidas também para o mangue³⁷⁶. Por ele, os manguezais seriam para o país como a Mata Atlântica, um dos elementos da identidade nacional brasileira que se formava.

Na primeira metade do século XX, as vozes em defesa do mangue permaneciam abafadas pelo discurso dominante em repúdio aos alagados. De acordo com Soffiati, Herman Luederwaldt, em 1919, informou sobre as comunidades tradicionais de Santos que subsistiam do mangue e, em 1934, Frederico Freise procurou demonstrar, no I Congresso Nacional de Pesca, a importância do manguezal para a pesca³⁷⁷. No Recife, também em 1934, Maria do Carmo Pinto Ribeiro, professora e diretora da Escola Rural e promotora das Semanas Rurais na cidade, foi um grande achado em meio a documentação: uma mulher e intelectual que defendeu a importância do mangue, chegando até mesmo a elogiar sua estética:

Ao leigo, aquele que não sabe, não compreende a razão de ser dos fatos, pouco importa esta ou aquela medida nociva. Com o sócio do Club Agrícola, não sucede a mesma coisa. A ele não afeta esta onda destruidora de indiferença e apatia que tudo aniquila. A ele tudo motiva providencias urgentes e oportunas. Se mora na vizinhança das terras alagadiças do litoral, na foz dos grandes rios ou à beira-mar, defende heroicamente a bela vegetação que ali espontaneamente cresce, auxiliando a função geológica de sedimentar pelas raízes aéreas os depósitos aluviais e marítimos. Ele sabe que o “mangue”, este vegetal de raízes adventícias tão desenvolvidas, possui a função higiênica de desinfetar as águas salobras e incentivar a indústria do cortimento, pelo tanino que em quantidade armazena em suas raízes, folhas, cascas e frutos³⁷⁸.

Maria do Carmo Pinto Ribeiro defendeu os mangues não só pela sua “utilidade” econômica, ao incentivar a indústria dos cortumes, mas, também, ressaltou a função geológica da vegetação do manguezal em sedimentar os depósitos aluviais e marítimos. A “bela vegetação” do mangue é realmente uma opinião atípica para a classe dominante da época e, possivelmente, apenas Josué de Castro, naquele período, tenha enaltecido o mangue dessa forma, entre a classe intelectual do Recife.

Segundo Simon Schama, a natureza selvagem não demarca a si mesma, sendo assim, não se nomeia. A percepção humana transformadora é que estabelece a diferença entre

³⁷⁶ PÁDUA, José A. Um sopro de destruição. Op. Cit. p.217-219.

³⁷⁷ SOFFIATI, Arthur. “A pressão de atividades rurais sobre os manguezais situados entre os rios Itapemirim (ES) e São João (RJ)”. Anais do X Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 2000. p.2.

³⁷⁸ Diário da Manhã. 28 de Setembro de 1934.

matéria bruta e uma paisagem, imbuída de cultura sobre o meio natural ao longo do tempo³⁷⁹.

Para Mateus Simon, a essa descrição denomina-se paisagem cultural, em que:

a partir de suas formas básicas: a densidade/mobilidade das populações, as formas de alojamento/agrupamento humano (em vilas, cidades, etc.), as formas de produção e uso do solo, as paisagens culturais se expressariam nas civilizações³⁸⁰.

Assim, a perspectiva de Josué de Castro tratou a “paisagem cultural” classificando-a como um cenário natural humanizado, que cristaliza a correlação da paisagem natural com o organismo humano³⁸¹. Existe uma diferença entre uma terra cultivada e uma “intacta”, em que raramente a terra em que se trabalha é uma paisagem, sendo necessário para esse conceito uma separação e observação. É, portanto, coerente relacionar a história da paisagem à história comum de uma terra e da sociedade nela existente³⁸², visto que “se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”³⁸³.

Josué de Castro foi um dos mais importantes pensadores sobre o manguezal não só por tratar estudos socioeconômicos que falavam sobre a fome, um dos maiores problemas do Brasil naquele momento, mas também porque estava sempre a reafirmar a importância do mangue, sobretudo para a cidade do Recife. Afinal, os mangues eram uma terra prometida³⁸⁴ quando comparados à fome vivida no sertão e nos canaviais. Ao observar as características naturais do sítio urbano, Josué analisa sucessivamente os papéis dos rios, do mar, do vento e da vegetação dos mangues na formação do “solo onde se assenta a cidade do Recife”³⁸⁵.

Deixando claro a sua abundância de riquezas tanto para os animais como para os seres humanos, é dado por Castro o devido destaque aos elementos positivos do manguezal, tornando protagonistas não só esse ecossistema, mas as pessoas que ali moravam. O mangue parecia dominar por absoluto todos os aspectos da vida daquelas pessoas que possuíam os

³⁷⁹ SIMON, Mateus Samico. As “matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo” e a “zona da mata”: Sociedades, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (c.a. 1780-1808). Dissertação do Departamento de História da UFPE, 2014 .p.38

³⁸⁰ Idem. Ibid

³⁸¹ Segundo Josué, a paisagem natural era concebida como uma projeção da cidade constituída de formas naturais e culturais que registram a história da humanidade. CASTRO, Josué de. Ensaio de Geografia Humana. Op. Cit. p.167.

³⁸² WILLIAMS, Raymond. O Campo e a cidade: na história e na literatura. Op. Cit. p.201.

³⁸³ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.17.

³⁸⁴ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Op. Cit. p.20.

³⁸⁵ BITOUN, Jan. Recife: uma interpretação Geográfica. Op. Cit.

corpos cobertos de lama³⁸⁶. O geógrafo logo reconhece como na cidade anfíbia, o mangue e a sua fauna asseguram recursos de subsistência para os homens e mulheres que o habitam:

No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche se estira e se espreguiça, alarga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A cobertura de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mague é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo³⁸⁷.

Enquanto que Josué de Castro definia o mangue como um trabalhador “ciclópico”, expressão da vida que fervilha, José Lins do Rego, outra voz do latifúndio, afirmou em seu romance *O Moleque Ricardo*, descrevendo vidas de total condenação dentro dos alagados, que “Morar na beira do mangue só tinha esta vantagem: os caranguejos”³⁸⁸. O que, contudo, será destrinchado, é que o manguezal oferecia muito mais do que caranguejos e, para os próprios trabalhadores que dele viviam, não era à toa que Castro afirmava que: “Tendo os mangues realizado esta obra ciclópica, não admira que, hoje, sejam eles divinizados pelos habitantes desta área, embora não saibam os homens explicar como o mangue realiza este milagre de criar terra como se fosse um deus”³⁸⁹.

4.2.2 “Repugnante”, “progresso”, “afeia”, “lutar contra”

As interpretações divergentes sobre o mangue puderam ser destrinchadas com a elaboração de um quadro com o auxílio da chamada “Abordagem dos Campos Semânticos” proposta por Régine Robin³⁹⁰, ao compreender que surgem novas possibilidades de análise com algum conhecimento teórico e técnico da linguística³⁹¹. A ideologia que repudiou o mangue foi analisada no sentido de encontrar a função do discurso que circundou tais ideias.

³⁸⁶ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Op. Cit. p.11.

³⁸⁷ CASTRO, Josué de. Documentário sobre o Nordeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1937. p.25.

³⁸⁸ LINS DO RÊGO, José. *O Moleque Ricardo*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966. p.34.

³⁸⁹ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Op. Cit. p.15.

³⁹⁰ ROBIN, Régine. História e Linguística. Op. Cit. p.152.

³⁹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion E BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 1983.p.402.

As redes de relações que envolvem a palavra “mangue”, na imprensa escrita entre os anos 1930 a 1950³⁹², apresentam o seguinte campo lexical:

Quadro 1 – Redes de ligações da palavra “mangue”

QUALIFICAÇÃO	OPOSIÇÃO	ASSOCIAÇÃO	AÇÃO DE	AÇÃO SOBRE	EQUIVALÊNCIA
Sujo	Progresso	Lama	Estraga o aspecto da cidade	Lutar contra	Pântano
Negro	Salubridade	Águas	Invade a cidade	Conquistado ao	Alagado
Repugnante	Estética	População pobre	Afeia	Aterrorar	Terreno alagadiço
Imenso	Terra firme	Trabalhador		Drenar	Solo paludoso
	Civilização	Fome		Tira caranguejos	
		Mocambos		Atolada no	
		Mariscos			

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da metodologia proposta por Régine Robin e da análise dos discursos da classe dominante na imprensa escrita de Pernambuco, entre os anos 1930 a 1950.

A partir do quadro exposto acima é possível identificar, como propõe Robin, as relações extralinguísticas que constituem o discurso³⁹³. As qualificações atribuídas ao mangue fazem parte de uma visão ocidental e classista da natureza, em que sendo o terreno alagadiço um empecilho para a terra firme que beneficia os investimentos do Estado, os adjetivos que lhe são conferidos geralmente, com raríssimas exceções, estão imbuídos de negatividade.

Os termos que se opõem à palavra “mangue” apenas endossam o desprezo por seu solo lamacento, já que o terreno firme e seco é um dos objetivos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, bem como da Liga Social Contra o Mocambo. No próprio Guia Social do Recife, organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em solenidade

³⁹² Tomando-se por base os jornais de grande circulação entre a classe dominante: Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Jornal do Recife.

³⁹³ Idem. p.26.

do 4º aniversário da Liga, consta que a deliberação do governo do Estado de aterrar os alagados foi passo essencial na Cruzada contra o mocambo, “aproveitando os terrenos para a construção das vilas, que o transformaram radicalmente em uma paisagem digna”³⁹⁴.

O “imenso” mangue – uma de suas recorrentes qualificações na imprensa escrita – foi uma das poucas denominações justas que recebeu. De fato, os aterros planejados na cidade do Recife perfaziam o total de 2.350.000 m² de área, 3.350.000 m³, custando a importância de 13.509:000\$000³⁹⁵, apenas entre Julho de 1939 e Julho de 1941. Para tal, foram empregados caminhões, decouviles e a draga de sucção e recalque, construída nas Docas do Porto do Recife³⁹⁶. Segundo Zélia Gominho, em 400 anos foram aterrados 19 quilômetros quadrados, o que representa 17,5% da planície e 9,1% da área total da cidade³⁹⁷.

As ações que eram ao mangue imputadas atestavam o quão essa forma de vida não era bem-vinda à cidade do Recife. Lido como um “invasor” que “afeia” e “estraga o aspecto da cidade”, as ações sobre o mangue só poderiam estar ligadas à sua extinção. Era preciso “lutar contra”, “aterrar”, “drenar” aquele solo alagado, constantemente chamado de “pântano” ou “paludoso”, ideias que trazem os vestígios da visão do mangue como um local de proliferação de doenças³⁹⁸. Ademais, as noções de “salubridade” e “estética” são justificativas constantes para que se faça concreto o aterro e drenagem dos solos alagados.

As ideias de progresso e civilização também aparecem na imprensa escrita relacionando-se ao mangue, de forma opositiva, onde o tratamento desse ecossistema vem acompanhado da noção de “conquista” do homem sobre a natureza; sendo constantemente utilizados os termos: mangue negro, imundo, sujo, a noção da classe dominante sobre o mangue reside na ideia de que sua lama “transformada em terra espera o momento em que uma picareta civilizadora a faça reverter ao fundo da água salobra e suja”³⁹⁹.

4.2.3 “Negro”, “trabalhador”, “fome”, “mocambo”, “tira caranguejos”

As associações da palavra “mangue”, para além das características físicas desse ecossistema como “lama” e “águas”, tornam possível mapear não apenas a existência de uma população em seu em torno, mas de que população se tratava. Uma “população pobre”, de

³⁹⁴ Guia Social do Recife, organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, em solenização do 4º aniversário da Liga Social Contra o Mocambo. Recife, 13 de Julho de 1943.

³⁹⁵ Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, Julho de 1939 a Julho de 1941.

³⁹⁶ Guia Social do Recife. Op. Cit.

³⁹⁷ GOMINHO, Zélia. Veneza Americana x Mucambópolis. Op. Cit. p.15.

³⁹⁸ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho. Op. Cit. p.364.

³⁹⁹ Diário de Manhã, 10 de Novembro de 1934.

“trabalhadores”, que vivia sob o estigma da “fome”, palavra indissociável da realidade dos que buscavam no manguezal sua subsistência.

Nos discursos de Josué de Castro é perceptível a preocupação em entender o processo de construção da identidade nacional, pauta que marcou em muito os intelectuais brasileiros, principalmente a partir dos anos 1930. Um marco da identidade brasileira, para Castro, era a própria fome⁴⁰⁰. Sendo o Brasil um país faminto, prejudicando a organização social e a qualidade do povo, o Estado, por sua vez, era incapaz de servir de poder equilibrante entre interesses privados e públicos. O Estado, aliado aos interesses privados e deixando os famintos ao relento do manguezal, justificava as ideias de Josué de Castro em favor de uma política pública baseada na “reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra”⁴⁰¹.

O Recife do início do século XX resultava de grandes pressões demográficas, como afirmara Paulo Marins⁴⁰², portanto, embora não fale diretamente dos sertões e do campo, Josué de Castro versa sobre seu prolongamento, provocado por aquela rede de relações de poder nacionais e internacionais que, enredando decisões políticas, expurgava pessoas, concentrava terras, fazendo agir a especulação imobiliária até sob o território alagado. Essa sociedade, sofrida e lamacenta, “era a da exclusão, formada das consequências de erros da agricultura, das vítimas dos salários de fome do operariado recifense e dos desempregados”⁴⁰³.

Sendo esse ecossistema o lugar dos “excluídos sociais” e considerando que o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana⁴⁰⁴, os manguezais recifenses acolheram aquelas “vozes baixas”⁴⁰⁵ da sociedade civil. Sob a imposição do olhar excludente do capital, foram obrigados a se inserirem num Estado burguês que debochava sua dignidade de viver, servindo o mangue de abrigo a essa significativa população de seres humanos expulsos pelas secas e o latifúndio.

⁴⁰⁰ CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

⁴⁰¹ Ibid. p.244

⁴⁰² MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: SEVCENKO (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Cia. das Letras, vol. 3, 1998.

⁴⁰³ CARDOSO, Tayguara Torres. A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e Caranguejos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 79-93, jan./jun. 2009. p.88.

⁴⁰⁴ SANTOS, M. O espaço do cidadão. 3. ed. Nobel, São Paulo, 1997. p.83

⁴⁰⁵ Termo utilizado por Ranahit Guha para referir-se aos camponeses indianos à quem os ouvidos dos historiadores se fizeram surdos, renegando a perspectiva dos excluídos sociais. GUHA, Ranahit. Las voces de la Historia y otros estudios subalternos. Barcelona: Crítica, 2002.

Josué de Castro abordou o crescimento do Recife enfatizando a abundante população marginal que vivia entre os mangues, nas polêmicas habitações miseráveis chamadas de mocambos. Esses indivíduos, além dos que emigravam da zona do açúcar, por motivos vários, juntavam-se aos que desciam expulsos pelas secas do outro Nordeste⁴⁰⁶ - o do sertão semi-árido, chegando ao solo pantanoso como se aterrassem numa verdadeira “terra de promessa”⁴⁰⁷.

Nos manguezais do rio Capibaribe foi onde Josué de Castro se deparou com o problema intragável da fome no Recife⁴⁰⁸. O geógrafo afirma, no prefácio de seu romance *Homens e Caranguejos*, que o fenômeno da fome não lhe foi conhecido em universidades, mas espontaneamente foi-lhe revelado ao olhar os mangues do Capibaribe nos bairros miseráveis do Recife. Segundo Castro: “Esta foi a minha Sorbonne. A lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo”⁴⁰⁹.

A negligência com o problema da fome foi denunciada por Castro em *Geografia da Fome*, em que o geógrafo compara a diferença gritante entre a quantidade de publicações que versavam sobre as guerras e epidemias, em comparação com os pouquíssimos trabalhos publicados sobre a questão da fome. Além de matar 50 milhões de pessoas apenas entre os anos 1876 e 1902, em somente três países – Índia, China e Brasil⁴¹⁰ - a fome era ao mesmo tempo “a causa mais efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno para a eclosão de grandes epidemias”⁴¹¹.

A classe dominante que pregava uma “inferioridade da raça pela falta de higiene” se empenhou em divulgar o trabalho de Gilberto Freyre para explicar a realidade brasileira, também apreciando seus esforços quando falou da alimentação, visto que o Dr. Rocha Filho se referenciava ao sociólogo sem economizar elogios: “como documentação do que afirmo, coisas aliás bastante divulgadas atualmente entre nós, veja-se o magnífico livro desse

⁴⁰⁶ CASTRO, J. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948. p.73-74.

⁴⁰⁷ CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Op. Cit. p.20.

⁴⁰⁸ SOBRINHO, M.A.M; ANDRADE, A. C. O desafio da conservação de manguezais em áreas urbanas: identificação e análise de conflitos socioambientais no Manguezal do Pina - Recife - PE – Brasil. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.11, n.1/2 – jan./dez. 2009. p.10

⁴⁰⁹ CASTRO, Josué de. A descoberta da fome. Prefácio ao livro *Homens e Caranguejos*, Lisboa, 1966.

⁴¹⁰ DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.17.

⁴¹¹ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p.30.

admirável Gilberto Freyre – Casa Grande e Senzala – no capítulo consagrado à alimentação no Brasil colonial”⁴¹².

Entretanto, Josué de Castro confronta Freyre nesse aspecto, demonstrando que a fadiga do trabalhador de engenho não era uma questão de “raça” e sim de fome. O geógrafo endossou a crítica à cultura racionalista ocidental que procurava impor o predomínio da razão sobre os instintos na conduta humana. Esse fundamento moral é justamente uma das razões pelas quais a fome era um tema considerado tabu, devido a tentativa milenar da cultura ocidental em afastar o ser humano do resto da natureza⁴¹³. Sobre o conflito de visão com Gilberto Freyre, Josué de Castro afirma:

Gilberto Freyre afirmou que os mais bem alimentados na região sempre foram os representantes dos dois extremos econômicos: o senhor de engenho e o escravo; o senhor alimentando bem o escravo para que ele produzisse mais. [...] A rigor, o sociólogo não deveria escrever “os mais bem alimentados”, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico⁴¹⁴.

É interessante observar que, ainda segundo Castro, o trabalhador do mangue não sofria a carência de proteínas da qual sofria o trabalhador da zona canavieira. Apesar da fome ser uma problemática da qual não estavam ilesos, a dieta fornecida pelo mangue era capaz de nutrir o corpo de modo que o trabalhador dos engenhos desconhecia, sob o domínio do senhor:

Escapam às carências dessa natureza [proteica], pela obtenção de proteínas completas no seu regime, os habitantes das praias que vivem à beira-mar ou à beira dos mangues, nos deltas dos rios e nas lagoas que existem em relativa abundância nestas terras baixas do litoral nordestino. Lançando mão dos recursos da fauna aquática — dos peixes, dos siris, dos caranguejos, das ostras, dos mariscos, dos camarões, dos pitus e dos sururus que infestam águas salgadas ou doces, o homem do litoral dispõe de muito melhor teor de proteína em sua dieta do que o que vive distante das águas, nas terras mais enxutas onde o mar verde dos canaviais inunda toda a paisagem com o seu manto ondulante de vegetação. Vivem os habitantes destas áreas aluvionais dos mangues ou das lagoas nordestinas numa estrita dependência da fauna da lama, identificados com o ciclo do caranguejo, do marisco ou do sururu⁴¹⁵.

⁴¹² Diário de Pernambuco, 28 de Junho de 1935.

⁴¹³ CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Op. Cit. p.31.

⁴¹⁴ Idem. p.145.

⁴¹⁵ CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Op. Cit. p.148.

Através do extrativismo animal, com o chamado ciclo do caranguejo⁴¹⁶, analisado por Josué de Castro, os habitantes do mangue obtinham fonte de alimento, com refeições regadas a mariscos e crustáceos. Ocupados desde o século XVII pela população pobre e não-branca, mediante uma luta miúda, contra a água do rio e contra a mar, esses moradores de mangue se alimentavam da riqueza que aqueles alagados ofereciam, passando a viver numa estreita dependência deles⁴¹⁷.

De acordo com Carlos Alberto Miranda, foi durante os primeiros anos do Estado Novo que “foi instituída uma série de medidas de cunho nacionalista, visando a “uma maior valorização do homem brasileiro”⁴¹⁸. Remanescentes do período escravocrata, a população que habitava os mangues era, em essência, afrodescendente. Prova disso é a recorrência tamanha, na imprensa escrita analisada, em ratificar a negritude da “gente do mangue” nas matérias.

O mangue, bem como a lama que o molda, é designado sob os mesmos estigmas que o perseguiram ao longo do século XIX e primeira metade do XX. Tratado como um ambiente de imundície, sujeira, outra qualificação que chama atenção no “Quadro de Rede de ligações da palavra “mangue’ ” é o termo “negro” para referir-se a esse meio, em consonância com o tom de pele das pessoas que o habitavam. Arthur Soffiati aponta que uma das questões que justificou o acesso dos europeus às praias, quando estas foram redimidas pelo Ocidente, fora seu solo branco e fino, em que a estética escura do solo do mangue foi mais um atributo encarado como negativo⁴¹⁹, na visão de uma classe dominante com preconceitos raciais

⁴¹⁶ “Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive o homem e a lama que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.” CASTRO, Josué de. Documentário sobre o Nordeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1937. p.26

⁴¹⁷ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Op. Cit. p.129.

⁴¹⁸ O historiador afirma que, segundo Maria Luiza Tucci, Vargas, em seus propósitos nacionalistas, deu ênfase aos seguintes pontos: 1. Idéia de homogeneidade racial 2. Mitologia do trabalho como fonte de riqueza e ordem social 3. Execução de uma política demográfica, colocada em prática através de uma política de restrições a imigração. Ainda segundo Maria Luiza, esse projeto se colocava contra os “inimigos” da pátria: as “raças inferiores” (incapazes de assegurar o progresso cultural); o “estrangeiro sem pátria” (inimigo externo); o “subversivo” (comunistas, anarquistas, bolchevistas, judeus); o “vagabundo”, o “parasita” ou o malandro avesso ao trabalho. É nesse momento que o discurso eugênico ganhou espaço entre uma parcela da intelectualidade brasileira, imbuída desse novo espírito nacionalista. MIRANDA, Carlos A. C. Uma estranha noção de ciência. Op. Cit. p.318-319.

⁴¹⁹ SOFFIATI, Arthur. O manguezal na história e na cultura do Brasil. Op. Cit.

seculares. Na seguinte reportagem do *Diário da Manhã*, fica claro como a cor escura associa-se tanto à terra do mangue quanto à população que nele habitava:

Escolhido, dentro das águas fundas do mangue, o local da futura residência, o trabalhador negro, entra, na água preta um domingo de manhã e dá começo ao difícil trabalho de conquistar à maré um pedaço de terra enxuta onde possa erigir a estranha arquitetura de sua casa de taipa (...) Perto, na margem do mangue negro, a filharada retinta observa o trabalho, pescando chiés, perseguindo siris, colhendo caranguejo⁴²⁰.

Nessa matéria, que reporta a vida dos mocambeiros da Gameleira, as crianças são sempre descritas como adoecidas, fazendo parte da rotina de catar caranguejo no mangue, e auxiliar na construção dos mocambos. Além de serem caracterizadas como uma “filharada retinta”, são constantemente adjetivadas como magros e doentes, buchudos e nus, raquíticos. Tal qual as crianças, as mulheres também são descritas como adoecidas e miseráveis, em que os principais termos utilizados para descrevê-las denunciam a tamanha penúria em que viviam: tuberculosas⁴²¹, sofredoras e magras.

Chama à atenção que tanto o mangue, como a água, o trabalhador e a “filharada” são descritos com termos sinônimos da cor negra. Não foi raro encontrar o mangue enquanto sinônimo de “negro” na imprensa escrita, inclusive metaforicamente, como esse enxerto: “A cidade se expandiu sobre alicerces de estacadas, ganhou a terra firme. Mas deixou atrás muitas brechas de mangue à vista, coalhadas de mocambos, como chagas negras num corpo branco”⁴²².

Assim como a classe intelectual se referia, por mais entusiasmada que estivesse com a mestiçagem, às “raças” da classe pobre como “elementos afro e indígena no meio do elemento civilizado”⁴²³, quando o mangue era comparado com a cor negra era em tom de todo pejorativo, à exemplo deste trecho: “tão vil, tão negra, como a repugnante lama do pântano”⁴²⁴. Outrossim, para o próprio Josué de Castro, sendo que em tom de nostalgia, a paisagem do mangue era mesmo uma “paisagem negra”⁴²⁵.

⁴²⁰ Diário de Manhã, 10 de Novembro de 1934.

⁴²¹ De acordo com Josué de Castro, “a tuberculose é uma das maneiras disfarçadas de se morrer de fome”. GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana x Mucambópolis*. Op. Cit. p.23.

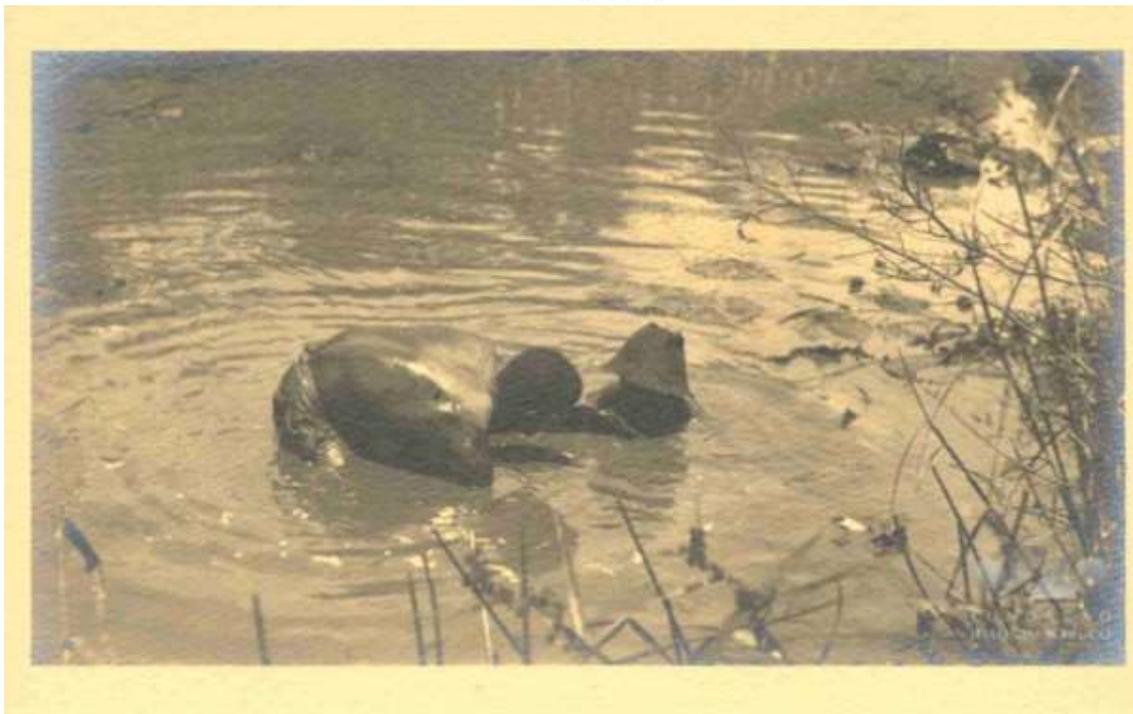
⁴²² Diário de Pernambuco, 04 de Abril de 1934.

⁴²³ Diário de Pernambuco, 07 de Novembro de 1935.

⁴²⁴ Diário de Pernambuco, 24 de Fevereiro de 1934.

⁴²⁵ CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Op. Cit. p.18.

Figura 16 - Homens catando caranguejos no mangue [1920-1930?]; cartão postal da coleção Josebias Bandeira



Fonte: Acervo FUNDAJ

Foi pouco tempo após a criação da Liga Social Contra o Mocambo, que chegou ao Recife o então presidente Getúlio Vargas, em 19 de Outubro de 1940. O chefe da Nação, ao se estabelecer na capital, após ter circulado pelo alto sertão, proferiu um discurso regado a patriotismo, em que aqui destaca-se:

além da ação do governo federal, atendendo a todos os setores, tem agora Pernambuco um governo – o governo que esperava e de que precisava para trabalhar e prosperar em paz. (entusiasmo popular). Ele restaurou as finanças públicas, substituiu a monocultura extensiva pela policultura intensiva e técnica e está reorganizando social e economicamente o Estado. Através das cooperativas, disciplina as atividades produtoras e assegura a defesa da produção; e o trabalho de saneamento para extinção do mocambo é uma eloquente demonstração de interesse pelo desenvolvimento eugênico da raça e uma iniciativa tão meritória que o governo federal não hesitou em dar-lhe decisivo apoio. Esta manifestação de todas as classes sociais da capital pernambucana demonstra, ainda a existência de uma íntima solidariedade e completa colaboração entre o povo e o governo⁴²⁶.

É curioso identificar a ideia de “democracia sentimental” envolta na “íntima solidariedade e completa colaboração entre o povo e o governo”, onde a política é encarada como “um ato amoroso a envolver súditos e governantes, ficando subtraídos os traços

⁴²⁶ Diário da Manhã, 19 de Outubro de 1940.

agressivos das relações de poder”⁴²⁷. Tomando por base as reflexões de Sandra Caponi, é possível observar como reproduzia-se a mentalidade compassiva da classe dominante⁴²⁸ para com a população marginalizada.

Várias instituições no Recife assistiam às pessoas pobres⁴²⁹ e a campanha da Liga reforçava a construção de vilas operárias não como um mecanismo de controle da classe trabalhadora, mas como uma “luta pela elevação e pela dignidade de uma classe, até então abandonada e desprezada”⁴³⁰. A partir da análise dos Anais da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco, foi possível observar a preocupação dos Deputados estaduais com o contínuo aumento da mendicância num “Recife, que nos apavora pelo número dos seus mocambos, e pela pobreza quase absoluta de sua população operária”⁴³¹.

Ainda sobre o discurso de Getúlio Vargas, o governo de Pernambuco como um grande aliado do período ditatorial do Estado Novo, de braços dados a Agamenon Magalhães, fortalecia a ideia da extinção dos mocambos associando aquela moradia com doenças, imoralidade e periculosidade⁴³². Sendo que, de acordo com o *Diário de Pernambuco*:

Começar agora com a remoção de umas tantas famílias fará um certo bem a essa gente, bem relativo enquanto se lhe der salário lá fora. O mangue, porém, insistirá em atrai-la, enquanto existir, desvalorizado e disponível. E, por sua vez, esse proletariado urbano não perderá a nostalgia do mangue⁴³³.

Afinal, traçando aqui um paralelo com Chalhoub, o mangue “desvalorizado e disponível” era talvez uma forma daquele proletariado urbano “viver sobre si”⁴³⁴, do mesmo modo que os cortiços eram habitações populares que deram uma certa liberdade aos negros, quando escravizados no período da Corte Imperial. Para Chalhoub, a truculência contra os cortiços no final do século XIX se deve ao fato dessas habitações terem sido um importante cenário na luta dos negros contra a escravidão.

⁴²⁷ GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana x Mucambópolis*. Op. Cit. p.51.

⁴²⁸ De acordo com a autora, a lógica interna da moral da compaixão deve ser analisada como a racionalidade própria de uma estratégia de poder. CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. / Sandra Caponi.- Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2000. p.19.

⁴²⁹ Zélia Gominho destaca a atuação de três religiosos entre os mocambos da cidade: Padre Venancio, Padre Machado e Frei Casimiro – “apóstolo dos mocambos”. GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana x Mucambópolis*. Op. Cit. p.24.

⁴³⁰ *Guia Social do Recife*. Op. Cit.

⁴³¹ Anais da ALEPE, 14ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Pernambuco, em 30 de Julho de 1935.

⁴³² FRANCISCO, Thiago Pereira. *Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920-1945*. Op. Cit. p.105.

⁴³³ *Diário de Pernambuco*, 28 de Dezembro de 1934.

⁴³⁴ Termo utilizado pela própria classe dominante na época da Corte Imperial. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Op. Cit. p.26.

O mangue era também esse espaço de refúgio, que em muito interessava à classe dominante quando transformado em terra firme. Tendo consciência de que a classe trabalhadora iria permanecer nostálgica ao mangue, talvez esse ecossistema não fosse tão repugnante para quem soubesse com ele conviver. Os alagados do Recife foram marcados por interesses diversos e, como será destrinchado no capítulo seguinte, a população pobre que o mangue “insistia em atrair” foi justamente a que soube estabelecer com esse pântano salgado uma relação de harmonia.

5 O “VIVER DA MARÉ”: OS FILHOS DA LAMA NAS SUAS PRÓPRIAS VOZES

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, mesmo os mais ousados ou lúcidos têm dificuldade para resistir ao canto da sereia das ideias dominantes. Rejeitar o manguezal com discursos impregnados de eugenia e eurocentrismo, com argumentos apontando em direção ao tal “progresso”, foi o lugar comum da “classe intelectual” brasileira. O esforço deste último momento da investigação sobre as relações humanas com o mangue no Recife é especialmente trazer à luz as próprias vozes das mulheres e homens-caranguejo.

Neste capítulo, a partir do minucioso levantamento da imprensa escrita na Era Vargas, o mangue será enquanto fonte de alimento e, ao mesmo tempo, como forma das classes mais baixas de resistirem aos desmandos do Estado sobre suas vidas. A dependência dos alagados é aqui entendida enquanto alternativa de driblar o domínio da classe dominante, sendo muitas vezes mais vantajoso do que se submeter as brutais relações de poder que tanto exploram o trabalho dos que vivem à margem da sociedade.

5.1 Diferentes Imaginários Paisagísticos: Visão dos negros e indígenas x visão da classe dominante

A proposta de descolonizar a historiografia, de acordo com Frantz Fanon, estabelece o embate entre dois protagonistas⁴³⁵ de uma mesma história, sendo que com narrativas diversas. Tanto a literatura disponível como as fontes historiográficas – com exceção às fontes orais – estão geralmente sob a perspectiva da classe dominante. Desse modo, a população remanescente do colonialismo brutal, que não detém o poder econômico, acabou ficando como figurante na história da humanidade, onde uma classe social abastada não só protagoniza como também escreveu o roteiro do conhecimento que deveria chegar à sociedade. O esforço de trazer à luz a visão dos negros e indígenas sobre o mangue tem o intuito de nadar contra a correnteza do eurocentrismo.

Os Anais da Medicina Pernambucana do século XIX falam dos “habitantes dos pântanos de Olinda” como seres de uma fisionomia particular e característica, semelhante à descrição que o “divino Hipócrates”⁴³⁶ fez dos habitantes do Phaso⁴³⁷. De fato, mesmo 460

⁴³⁵ FANON, Frantz. Os condenados da terra. Op. Cit. p.26.

⁴³⁶ Annaes da Medicina Pernambucana, Anno I, nº II. 1843. p.63. Disponível em bndigital.com. Acesso em 04/04/2019.

⁴³⁷ Segundo Hipócrates, no seu famoso Tratado sobre os ares, as águas e os lugares: “Quanto aos povos que habitam em Phaso, seu país é paludoso, quente, húmido, coberto de bosques; caem ali, em todas as estações, chuvas abundantes e fortes. Os homens passam a vida nos alagadiços. Constroem no meio das águas suas

anos A.E.C., o médico Hipócrates já notava os povos que habitavam nos alagados da Antiguidade Clássica, pois, pessoas fizeram dos pântanos seu lar através dos milênios, em variadas partes do globo⁴³⁸.

A classe dominante do Recife, embriagada pela visão eurocentrada do mundo, enquanto um observador, como Hipócrates por exemplo, imprimiu sua ótica sobre os alagadiços interpretando-os, sobretudo, do ponto de vista de quem vê a vida no mangue como algo totalmente distante da sua realidade. Sendo as paisagens interpretadas no tempo e espaço de formas diversas, ao serem representadas segundo os valores atribuídos pelos olhares e pelas percepções, de acordo com contextos socioeconômicos e culturais específicos⁴³⁹, a forma como o mangue era visto pelos ameríndios e africanos diferia bastante daquela dos europeus.

Os múltiplos significados que o mangue carrega são particulares das diversas culturas. O que esse tópico trata são as diferenças mais fundamentais nas visões e vivências que permearam as áreas alagadas, as quais remontam a uma memória longínqua do manguezal que, contudo, repercutiu nas diferentes classes sociais no Recife, na Era Vargas. Essa diversidade de perspectiva é indissociável da relação construída com o mundo natural, fosse de respeito ou, como de costume a partir da ótica Ocidental, de dominação ou puro utilitarismo. Segundo o historiador Arthur Soffiati, a concepção de que o manguezal é um local sujo, pútrido e fétido tem certamente uma raiz europeia⁴⁴⁰. A visão mais afetiva do mangue, por outro lado, encontra suas raízes nas relações estabelecidas com povos ditos “primitivos”.

Desde a chegada dos europeus à América, notadamente em solo brasileiro, os colonos depararam-se com uma forma mais empática e um tanto distinta de lidar com o mundo natural. Para os ameríndios, caçadores e coletores sem moradia fixa, de acordo com Diogo de Carvalho Cabral, a floresta estava inserida na ordem social⁴⁴¹. A ótica ocidental dominante acostumou-se em tratar a “natureza” como algo externo ao ser humano, como se a humanidade fosse uma espécie de “casta superior” aos outros seres vivos. Ao tratar dos indígenas sul-americanos, Cabral mostra que, da perspectiva desses ameríndios, os humanos

habitações de madeira ou de junco. Só caminham para ir à cidade ou ao mercado; mas percorrem seu país, subindo e descendo os canais que são em grande número, em canoas feitas de um só tronco de árvore. Usam de água aquecida, estagnante, putrefata pelo ardor do sol, e alimentada pelas chuvas. HIPÓCRATES. Tratado sobre os ares, as águas e os lugares. Tradução: Lucas Alexandre Boiteux. p.21.

⁴³⁸ SCOTT, James C. *Against the Grain*. Op. Cit.

⁴³⁹ BEZERRA, Onilda Gomes ; MELO, V. L. M. O. . Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. *Paisagem e Ambiente*, p. 95-106, 2014.

⁴⁴⁰ SOFFIATI, Arthur. *O manguezal na história e na cultura do Brasil*. Op. Cit. p.55.

⁴⁴¹ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta*. Op. Cit. p.68.

vêm os não-humanos entendendo que cada componente da biota, e não só a humanidade, tem sua própria subjetividade⁴⁴².

Segundo o historiador Arthur Soffiati, os “povos da lama” têm certamente um passado e uma história não devidamente registrados, visto que a memória da ocupação das zonas alagadas pelas camadas mais baixas vem desde o período colonial:

Tudo indica que pessoas pobres tenham se fixado nos arredores dos manguezais desde o século XVI, praticando uma economia extrativista vegetal e animal de subsistência, inclusive com a apropriação de tecnologia dos povos indígenas. Em contato com um ecossistema não existente na Europa, os colonos portugueses pobres e os africanos, trazidos como escravos, aprenderam com os nativos como explorá-lo⁴⁴³.

De acordo com o já citado Guia Social do Recife, de 1943, um dos grandes feitos da Liga Social Contra o Mocambo, quando da criação dos Centros Educativos nos bairros de Afogados, Areias, Arraial, Água-Fria, Campo Grande, Monteiro, Santo Amaro, Cordeiro, Pina e Várzea teria sido “entregar ao operário a residência higienizada e livrá-lo da lama do mangue”⁴⁴⁴.

De fato, a classe mais baixa estava sujeita, em meio a um planejamento urbanístico que não contemplava o saneamento básico de suas moradias, a condições de insalubridade. No entanto, aqui se questiona o quanto arrancar o operário da lama do mangue teria sido um “livramento” ou essencialmente uma medida arbitrária de controle estatal, que em pouco ou nada melhorou a vida do trabalhador.

A partir das fontes documentais, que geralmente foram fornecidas pelo Estado ou veículos de comunicação organizados pela classe dominante, o mapeamento das vozes dos habitantes do mangue nos anos 1930 a 1950 foi principalmente encontrado através de entrevistas jornalísticas.

Segundo Marta Vannucci, o homem não teria sido capaz de habitar os manguezais se não tivesse aprendido como melhor utilizá-los e preservá-los⁴⁴⁵, de modo que diferentes povos, de lugares geograficamente distantes, em tempos históricos diversos, desenvolveram

⁴⁴² Segundo Cabral, essa visão dos indígenas sul-americanos foi detectada a partir de pesquisas antropológicas, opondo-se ao “naturalismo” ocidental – em que os humanos se diferenciam de uma naturalidade biofísica universal a partir de seu pensamento ou espírito –, esse “animismo” ameríndio engendra uma humanidade (“espiritualidade”) comum no seio da qual os seres se particularizam por seus atributos corporais. Idem p.68.

⁴⁴³ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Op. Cit. p.61.

⁴⁴⁴ Guia Social do Recife. Op. Cit.

⁴⁴⁵ VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.122.

conhecimentos similares sobre o mangue empírica e independentemente⁴⁴⁶. Com o intuito de aprofundar a análise sobre a vida da classe trabalhadora que habitou o manguezal do Recife no período estudado, é pertinente vincular os saberes “primitivos” sobre o mangue às vozes das mulheres e homens-caranguejo na Era Vargas.

A permanência, ao longo dos séculos, dos mitos e lembranças da paisagem é algo, segundo Simon Schama, de todo surpreendente, já que a forma como a mente humana apreendeu a paisagem no Ocidente, em tempos remotos, ainda é decisiva para moldar instituições dos tempos atuais⁴⁴⁷. O historiador Thomas Rogers, em seu estudo entre história do trabalho e história do meio ambiente⁴⁴⁸, construiu dois imaginários paisagísticos de diferentes classes sociais, que apesar de morarem no mesmo mundo, enxergavam paisagens diferentes. Essas visões em conflito eram a da classe dominante regional e a dos trabalhadores da zona da mata.

O mundo natural, compreendido como propriedade dos senhores de engenho, foi registrado na mente daquela aristocracia sem se distinguir dos trabalhadores que ali viviam. Já que ambos estavam sob o domínio dos senhores, os elementos da paisagem se confundiam entre ambiente e corpos dos trabalhadores⁴⁴⁹. Estes, apreendiam na paisagem os elementos de vidas particulares, entre eles: história, tradição e cultura⁴⁵⁰. Anexando a análise de Rogers às visões distintas sobre o mangue, é possível chegar a conclusões interessantes, em que mesmo sendo aquele ecossistema uma realidade física, a ideia constituída sobre ele, de fato, é tão verdade nas mentes.

Ideia comum entre a classe dominante regional e a incipiente classe dominante urbana do Recife nos anos 1930, é que ambos estavam, sem nenhuma culpa, adaptados a ver a classe trabalhadora viver em péssimas condições. Rogers cita o exemplo de José Lins do Rego, ao dizer na obra *Menino de Engenho*, na voz de seu alter-ego Carlos, que “achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiro, comendo um nada, trabalhando como burros de carga”⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ Idem. p.115.

⁴⁴⁷ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.26

⁴⁴⁸ ROGERS, Thomas D. “Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana”. In. Cadernos de História: oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Departamento de História da UFPE. Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orgs). Recife: EDUFPE. Ano 6, n.6, 2010.

⁴⁴⁹ Idem. p.2.

⁴⁵⁰ Idem. Ibid.

⁴⁵¹ RÊGO, José Lins do. Menino de Engenho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1986, p. 134. Apud. ROGERS, Thomas D. “Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana”. In. Cadernos de História: oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Departamento de História da UFPE. Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orgs). Recife: EDUFPE. Ano 6, n.6, 2010. p.3.

Na seguinte passagem do *Diario da Manhã*, fica claro como a negligência com a vida dos trabalhadores habitantes do mangue era apenas mais uma forma de apreender aquela paisagem: “mulatos preguiçosos dormindo pelo chão, mulheres sofredoras e magras sentadas pelos batentes e meninos buchudos e nus brincando, desconsolados, pelos terreiros cheios de conchas de ostras”⁴⁵².

No entanto, diferente da naturalidade com que Lins do Rego via aquele cenário na zona da mata, a lama povoada de mulheres catando marisco “sempre em movimento” compunham um “espetáculo esquisito”⁴⁵³. Enquanto uma natureza entendida como feia, uma afronta à estética da paisagem urbana do Recife, o mangue ocupava na memória daquela classe dominante um lugar não de “reconhecimento dos domínios”, como para os latifundiários, mas de estranhamento.

Afinal, o mangue era um lugar imbuído de tanta negatividade que, para a classe dominante, aquele ecossistema era um lugar propício à degradação do homem. Não por acaso a imprensa escrita do Recife se utilizou de termos até bem caricatos para associar as mulheres e homens-caranguejo. Num Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio, um documento emitido pelo próprio Estado, Vasconcelos Sobrinho se refere ao mangue como “alagadiço monstruoso”⁴⁵⁴, assim como o mocambo construído ficava um “monstrengo”⁴⁵⁵, naquele solo lamacento, como citado anteriormente, habitavam “variedades monstruosas da espécie humana”⁴⁵⁶.

É bem verdade que a paisagem do mangue não era das mais aprazíveis para a classe dominante, contudo, o imaginário que fizera do habitante que ali vivia, e também dos demais elementos dos alagadiços, possui raízes profundas. Rogers afirma que uma associação fundamental feita pela classe dominante regional, da paisagem da zona da mata, foi através da relação de poder que estabeleceu tanto com aquela natureza como com aquele trabalhador. A associação da classe dominante que repudiava os manguezais, por outro lado, foi uma forma de relacionar uma “natureza inferior” com uma “raça” também inferior⁴⁵⁷, de modo que o mangue e o habitante do mangue estariam relacionados entre si como ambas “monstruosidades” da paisagem.

⁴⁵² *Diario da Manhã*, 10 de Novembro de 1934.

⁴⁵³ *Diario de Pernambuco*, 16 de Fevereiro de 1936.

⁴⁵⁴ SOBRINHO, Vasconcelos. Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio. Vol. II, Nº3, Setembro de 1937. p.314.

⁴⁵⁵ *Diario da Manhã*, 10 de Novembro de 1934.

⁴⁵⁶ *Diario de Pernambuco*, 07 de Maio de 1916.

⁴⁵⁷ Basta lembrar, como abordado no capítulo anterior, que dificilmente os trabalhadores do mangue eram citados sem serem lembrados pelo seu tom de pele negro, onde mesmo no debate sobre a identidade nacional de um Brasil “mestiço” ficou claro que a “raça branca” ainda era entendida como superior.

Outra questão que diferencia a forma dos latifundiários da zona da mata da classe dominante do centro de um Recife que se tornava urbanizado, é que a noção de quem eram os “donos” dos mangues não era tão bem definida como nos canaviais. Já que os terrenos de mangue eram aterrados tanto pelo Estado como pela iniciativa privada para serem loteados e, também, pelos moradores do mangue para que construíssem suas casas, o sentimento de propriedade das terras era algo que variava, de acordo com os interesses da classe dominante.

5.1.1 O monopólio do Estado nas zonas úmidas

A atuação do Estado, no período da interventoria de Agamenon Magalhães, agiu articulando estruturas mentais e objetivas⁴⁵⁸ para manipular todas as vidas que residiam no mangue. Enquanto uma instituição, segundo Bourdieu, que tem o monopólio da violência física e também da violência simbólica⁴⁵⁹, o Estado nasceu de um golpe de força que “consiste em fazer aceitar universalmente, nos limites de um certo território, a ideia de que todos os pontos de vista não são válidos e que há um ponto de vista que é a medida de todos os pontos de vista, dominante e legítimo”⁴⁶⁰. Os habitantes do mangue, enquanto indivíduos que tiravam a subsistência dos alagados foram compreendidos pela classe dominante como “vadios e vagabundos”⁴⁶¹, segundo o *Diário da Manhã*, “um verdadeiro potencial humano jogado à vida como se fora sobra”⁴⁶², já que seus corpos teriam “melhor uso” em campos agricultáveis ou nas fábricas, ou seja, à serviço de uma classe abastada.

Não à toa, segundo atesta o antropólogo e cientista político James Scott, em sua obra *Against the Grain*, que os primeiros grandes assentamentos fixos surgiram em zonas alagadas, não em ambientes áridos, já que dependiam esmagadoramente dos recursos das terras úmidas e não dos cereais para a sua subsistência. Não havia necessidade de irrigação⁴⁶³. O que é bastante curioso já que, de acordo com Simon Schama:

⁴⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴⁵⁹ Idem. p.15.

⁴⁶⁰ Idem. p.116.

⁴⁶¹ Diário da Manhã, 10 de Janeiro de 1934.

⁴⁶² Idem. Ibid.

⁴⁶³ De acordo com o autor, as evidências do sedentarismo precedem as da domesticação de plantas e animais, em que esses dois fenômenos ocorreram mutuamente pelo menos 4.000 anos antes de quaisquer aparições de aldeias/povoações. A grande constatação desenvolvida por Scott, quando da análise da formação dos primeiros assentamentos não-nômades, é que o sedentarismo e as primeiras cidades são geralmente produto de zonas úmidas em abundância. SCOTT, James, *Against the Grain*. Op. Cit. p.47.

A agricultura intensiva possibilitou todo tipo de males modernos. Rasgou a terra para alimentar populações cujas demandas (por necessidade ou por luxo) provocaram mais inovações tecnológicas, que, por sua vez, ao exaurir os recursos naturais, impulsionaram mais e mais o ciclo exasperado de exploração ao longo de toda a história do Ocidente. E talvez não só do Ocidente. É possível, dizem os críticos mais severos, que toda a história da sociedade sedentária, dos chineses loucos por irrigação aos sumérios loucos por irrigação, esteja contaminada pela brutal manipulação da natureza⁴⁶⁴.

Durante a História Ocidental, a ideia de que a passagem do homem caçador-coletor para o nômade e, depois, para o agricultor, representou o progresso da humanidade, foi estabelecida tanto na ciência como no senso comum⁴⁶⁵. Segundo Scott, o problema geral da agricultura - especialmente a agricultura de lavoura - é que ela envolve tanto trabalho intensivo⁴⁶⁶ que mesmo as técnicas de plantação e de criação de gado sendo longamente conhecidas, foram evitadas ao máximo como meio dominante de subsistência, pelo árduo trabalho que requerem.

Na medida em que qualquer intervenção humana era necessária nos alagados, muito mais provável que tivesse sido a drenagem ao invés da irrigação. A visão clássica de que antiga Suméria foi um milagre da irrigação organizada pelo Estado em uma paisagem árida acaba por, segundo o autor, ser totalmente errada. O sistema de irrigação das Antigas Sociedades teria sido uma das formas do Estado fomentar a necessidade de sua existência⁴⁶⁷.

O desejo do Estado em manter-se firme com seus muros, cobrança de impostos e funcionários em seu favor, está diretamente relacionado à forma de gestão das áreas alagadas. A incontestável autossuficiência dessas zonas no Recife possuía dois grandes riscos: o não aproveitamento da força de trabalho que encontrava-se atolada na lama e, também, o não aproveitamento dos solos alagados a partir da especulação imobiliária.

Os lucros do Estado com os aterros de mangue foram constantemente enaltecidos na imprensa escrita de maior circulação em que, em 1936, nos preparativos do Governo Vargas para a criação da Liga Social Contra o Mocambo, o Diário de Pernambuco reforçava que “desde que o Estado drenou, o pântano, aterrou, fez parte do canal e construiu, logo valorizou um largo trecho da cidade abandonado. O Estado pagou-se de muitas despesas com a venda dos terrenos aterrados”⁴⁶⁸. Em uma das matérias sobre a campanha da Liga, em 1941, os

⁴⁶⁴ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.24.

⁴⁶⁵ SCOTT, James. Against the Grain. Op. Cit. p.9.

⁴⁶⁶ Idem. p.66.

⁴⁶⁷ Idem. p.52.

⁴⁶⁸ Diário de Pernambuco, 31 de Dezembro de 1936.

habitantes do mangue são entendidos como força de trabalho a ser remanejada para servir ao poder estatal:

Os que paravam, sem ofício, sem profissão, ficavam relegados à penúria como coisa inútil, completamente desaproveitada. E era essa gente, obrigada a ser inútil, que cevava a sua inércia metida num mocambo à beira do mangue, de olhos abertos para o vício e para a degradação. No terreno de onde foram arrancados 58 mocambos, surgirão, brevemente, casas higiênicas e relativamente confortáveis, enquanto êsses braços que, aquí permaneciam parados vão ser agitados, com a vantagem ainda de descobrir a fertilidade da terra (...)A campanha contra o mocambo foi, por todos os motivos, salutar. Ela marcará o renascimento de nossa terra e de maneira indelevel está assinalada a administração do Estado⁴⁶⁹.

Três elementos são destacados por Scott para caracterizar a sustentação dos Estados: grãos, muros e escrita. A importância da agricultura para a formação dos Estados “precoces” relaciona-se, afinal, com a invisibilidade da magnitude das zonas alagadas na construção da história da humanidade. Scott afirma haver uma “miopia histórica”, que vem do dito cordão umbilical entre a civilização e os principais grãos - trigo, cevada, arroz e milho⁴⁷⁰.

As mudanças climáticas fizeram da Mesopotâmia uma terra, hoje, árida⁴⁷¹ e, a despeito de tantas pesquisas arqueológicas que apontam para esse fato nos últimos vinte anos, a interação longínqua das sociedades humanas com os alagados não possui o devido destaque. De acordo com Scott, é difícil entender como as áreas alagadiças podem ter passado despercebidas, visto que estiveram interagindo com as sociedades humanas não apenas na Mesopotâmia.

As primeiras comunidades sedentárias perto de Jericó, os primeiros assentamentos no baixo Nilo, eram baseadas em zonas úmidas e, apenas marginalmente, dependentes de grãos plantados. O mesmo poderia ser dito da baía de Hangzhou, local da antiga cultura neolítica de Hemudu, no trecho mais aquoso da costa leste da China, em meados do quinto milênio aC, rica em arroz não domesticado - uma planta aquática. Os primeiros assentamentos do rio Indo, Harrapan e Haripunjaya, se encaixam nessa descrição, assim como a maioria dos locais significativos de Hoabinh no Sudeste Asiático⁴⁷².

Mesmo locais de maior altitude como o Lago Titicaca no Peru foram instalados em extensas áreas úmidas que ofereciam colheitas abundantes de peixes, aves, moluscos e pequenos mamíferos dos ambientes periféricos de vários ecossistemas. As origens da

⁴⁶⁹ Diário da Manhã, 12 de Outubro de 1941.

⁴⁷⁰ SCOTT, James. *Against the Grain*. Op. Cit. p.56.

⁴⁷¹ Idem. p.120.

⁴⁷² Idem. p.56.

povoação de zonas úmidas permaneceram relativamente invisíveis também porque trata-se aqui de culturas largamente orais que não deixaram registros escritos.

Na perspectiva dos Estados agrários, pântanos, alagados, brejos e charcos geralmente têm sido vistos como a imagem espelhada da civilização - como uma zona de natureza indomável, perigosa para a saúde e segurança. Visão essa abordada nos capítulos anteriores, projetada pelo Ocidente e utilizada como justificativa para a devastação dos mangues Brasil à fora.

Um dos principais questionamentos de Scott consiste na ideia de que, buscando ser crítico à teleologia traçada pelo progresso da civilização, o sedentarismo não foi uma consequência óbvia do avanço da sociedade. Contudo, a tamanha viabilidade da subsistência a partir das áreas alagadas merece destaque no que diz respeito a uma forma alternativa aos assentamentos agrários que originaram os grandes Estados. Na tentativa de compreender porque se continua a ignorar a historicidade das zonas úmidas, Scott faz uma interessante conjectura:

Uma última e mais especulativa razão para a obscuridade das sociedades de terras úmidas é que elas foram, e permaneceram, ambientalmente resistentes à centralização e ao controle de cima. Eles se baseavam no que hoje se chama de “recursos de propriedade comum” - plantas, animais e criaturas aquáticas de vida livre, aos quais toda a comunidade tinha acesso. Não havia um único recurso dominante que pudesse ser monopolizado ou controlado do centro, e muito menos facilmente tributado. A subsistência nessas zonas era tão diversa, variável e dependente de tamanha variedade de ritmos que desafiava qualquer contabilidade central simples. (...) nenhuma autoridade central poderia monopolizar - e, portanto, racionar - o acesso a terras aráveis, grãos ou água para irrigação. Havia, portanto, pouca evidência de qualquer hierarquia em tais comunidades (como geralmente medido por bens de sepulturas diferenciais). Uma cultura poderia muito bem se desenvolver em tais áreas, mas a probabilidade era pequena de que uma teia tão intrincada de assentamentos relativamente igualitários pudesse derrubar grandes chefes ou reinos, muito menos dinastias⁴⁷³.

⁴⁷³ SCOTT, James. *Against the Grain*. Op. Cit. p.57. No original: “A last and more speculative reason for the obscurity of wetland societies is that they were, and remained, environmentally resistant to centralization and control from above. They were based on what are now called “common property resources”—free-living plants, animals, and aquatic creatures to which the entire community had access. There was no single dominant resource that could be monopolized or controlled from the center, let alone easily taxed. Subsistence in these zones was so diverse, variable, and dependent on such a multitude of tempos as to defy any simple central accounting.(...) no central authority could monopolize—and therefore ration—access to arable land, grain, or irrigation water. There was, therefore, little evidence of any hierarchy in such communities (as usually measured by differential grave goods). A culture might well develop in such areas, but the likelihood was small that such an intricate web of relatively egalitarian settlements would throw up great chiefs or kingdoms, let alone dynasties.”

Os Estados são aqui entendidos como instituições que possuem camadas de funcionários especializados na avaliação e cobrança de impostos - seja em grãos, trabalho ou espécie - e que são responsáveis perante um governante ou governantes. O poder executivo⁴⁷⁴ é exercido em uma sociedade hierárquica razoavelmente complexa, estratificada, com uma sofisticada divisão de trabalho (tecelões, artesãos, sacerdotes, metalúrgicos, funcionários, soldados, cultivadores)⁴⁷⁵.

Grãos e muros tiveram papel fundamental na consolidação dos Estados, mas também a escrita merece destaque. Um bom argumento utilizado por Scott para vincular a administração do Estado à escrita é que ela parece ter sido usada na Mesopotâmia essencialmente para propósitos de contabilidade por mais de meio milênio, antes mesmo de começar a refletir as glórias civilizacionais que costuma-se associar à origem da escrita: literatura, mitologia, louvores hinos, reis listas e genealogias, crônicas e textos religiosos. A magnífica Épica de Gilgamesh, por exemplo, data da Terceira Dinastia de Ur (por volta de 2.100 aC), um milênio inteiro depois que a escrita cuneiforme foi usada pela primeira vez para fins estatais e comerciais⁴⁷⁶.

Privar a classe trabalhadora do direito de ser cultivadores independentes⁴⁷⁷ - forrageadores, caçadores-coletores, pastores, pescadores de mariscos⁴⁷⁸ - foi, afinal, uma das preocupações do Governo Vargas, ao tirar do mangue os braços considerados inúteis longe do mercado de trabalho. Isso porque o sustento das mulheres e homens-caranguejo ocorria não só nutrido o corpo com as proteínas presentes nos crustáceos, mas também através da comercialização do alimento pelo mangue ofertado. Uma entrevista do *Diário da Manhã*, em 1947, com a pescadora de mariscos Dona Sinhá, antiga trabalhadora de um engenho de açúcar que afirmou não querer mais voltar para sua antiga vida, discutia a alta de preços do período, que chegou até mesmo na corda de caranguejo:

⁴⁷⁴ Segundo Diamond, a partir do momento em que uma sociedade exceda 10 mil pessoas, é impossível produzir, executar e administrar decisões recorrendo-se a reuniões em que todos os cidadãos estejam sentados uns diante dos outros e em que cada um diga o que pensa. Grandes populações não podem funcionar sem líderes que tomem as decisões, executivos que implementem o decidido e burocratas que administrem as decisões e as leis. DIAMOND, Jared. O mundo até ontem. O que podemos aprender com as sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Record, 2014. p.23.

⁴⁷⁵ Idem. p.118.

⁴⁷⁶ Idem. p.141.

⁴⁷⁷ No caso dos trabalhadores da zona da mata, segundo Rogers, os senhores proibiram alguns usos da terra, no intuito de prevenir contra uma atitude entre os trabalhadores de liberdade e controle. Da perspectiva dos senhores, os trabalhadores não mandavam em nada e, qualquer sensação de poder sobre a terra deveria ser devidamente tolhida. ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos. Op. Cit. p.7.

⁴⁷⁸ BOSERUP, Ester. In. SCOTT, James. Against the Grain. Op. Cit. p.153.

Antigamente caranguejo não tinha valor comercial. Antes da inflação – da era dos lucros extraordinários – o seu preço era no máximo dois cruzeiros por caranguejos... Mas a cousa mudou. Da família dos crustáceos uma “corda” de 18, 20 e 25 relativamente, é mais caro. Também é o mais magro. Encontrar “carne” na sua armação é cousa que depende de paciência... No entanto, o caranguejo está sendo motivo para exploração. Homens, “dobrados”, fortes, entregam-se a pegá-los e vendê-los pelo alto preço de 6 cruzeiros por corda de 10 caranguejos! Não há impostos a pagar. Não é tabelado. Não distribui “bolas”. É, na verdade um mercado livre⁴⁷⁹.

Não havia impostos a pagar, e essa era uma das grandes características do comércio feito pelos habitantes do mangue, os quais não deviam satisfações de seu lucro ao Estado. A pescadora Maria Francisca Dias, quando perguntada em entrevista sobre a comercialização do produto capturado nos alagados, disse “Vendemo a 100 reis uma latinha de manteiga de meia libra, cheia de marisco e ainda com casca. E uma cuia de queijo é deztões. Quase todos os dias se arranja 5\$⁴⁸⁰”.

Figura 17 - Marisqueira Maria Francisca Dias do Nascimento



Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936

⁴⁷⁹ Diário da Manhã, 26 de Abril de 1947.

⁴⁸⁰ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

5.1.2 Formas de subsistência e resistência: entre pescadores e lavadeiras

O mercado livre⁴⁸¹ ou, segundo Soffiati, “o super-mercado das tribos”, era justamente o manguezal que oferecia, por sua fartura: caranguejos, tainhas, robalos, siris, sernambis (moluscos), aves, mamíferos, turu (teredo)⁴⁸², desde os índios que em suas práticas nômades andavam entre as árvores, praias, montanhas, várzeas e campos. Esses povos, construtores dos sambaquis⁴⁸³, aponta Soffiati, souberam viver em paz com os manguezais “não só aprendendo inconscientemente, com esses ecossistemas, formas de adaptação ao meio, mas também extraindo deles o seu sustento dentro de limites que permitiam a recuperação do seu equilíbrio”⁴⁸⁴.

A partir dessa herança de conhecimento acerca dos alagados é que uma fração das classes populares, que desenvolveram uma economia apoiada no extrativismo dos recursos dos manguezais, ainda de acordo com Soffiati, adotou tais práticas indígenas, “ressistematizando-as” e incorporando-as à sua visão de mundo⁴⁸⁵. A pesca de caranguejos, siris, mariscos, peixes miúdos nos anos 1930, portanto, se estabeleceu na vida daquela classe trabalhadora enquanto sustento da família, ao que Dona Francisca, afirmou que “ia pescar mais os meninos, pegar caranguejo, pegar siri, marisco. A gente vivia da maré”⁴⁸⁶.

Esse “viver da maré” denotava uma experiência tão íntima com o mangue que, em *Homens e Caranguejos*, Josué de Castro chega a dizer que esse as pessoas que subsistiam daquele ecossistema eram “irmãs de leite dos caranguejos”⁴⁸⁷. Gente e bicho se confundiam, segundo Castro, numa paisagem onde “os homens se assemelhavam em tudo aos caranguejos, arrastando-se, agachando-se como os caranguejos para poderem sobreviver”⁴⁸⁸ e, de fato, essa

⁴⁸¹ Diogo de Carvalho Cabral chega a afirmar que, no século XVII, as conchas de moluscos aquáticos de gêneros como *Cypraea* (nativo da Ásia) e *Olivella* (nativo da América do Sul, chamado de “zimbo”, no Brasil), coletadas em estuários, mangues e lagoas rasas, eram amplamente aceitas como moeda pelos negociantes africanos. Essa forma de pagamento era utilizada pelos comerciantes luso-brasileiros em seus portos.

⁴⁸² SOFFIATI, Arthur. Pé no Mangue. Op. Cit. p.22.

⁴⁸³ Segundo Marta Vannucci, o estudo dos sambaquis na faixa tropical indica hábitos alimentares semelhantes, correspondentes aos paralelismos da fauna dos manguezais em todo mundo. VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.131.

⁴⁸⁴ O autor lembra como a forma menos ostentatória de viver a partir do mangue, fez com que esses povos sobrevivessem muito mais do que os maias, por exemplo, e talvez continuassem existindo não fosse a invasão europeia. Em vez de um modo de vida apropriado à floresta, os maias parecem ter criado um modo de vida antiflorestal, talvez na crença de que poderiam vencê-la impunemente. Para ver essas questões sobre o fracasso de antigas sociedades devido a forma como se relacionaram com a natureza, ver a obra *Colapso* do autor Jared Diamond. Idem. p.43.

⁴⁸⁵ Idem. p.48.

⁴⁸⁶ Depoimento oral de Francisca Lopes GOMES (nas. 04/10/1928) in MONTENEGRO, Antonio T. et al (orgs). Bairro do Recife; Porto de Muitas Histórias. Recife: projeto Memória em Movimento, Gráfica Recife, 1989. p.39.

⁴⁸⁷ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Op. Cit. p.15.

⁴⁸⁸ Idem. p.13.

forma de sobrevivência era uma alternativa às condições pífias que a classe dominante oferecia na labuta dentro de suas posses, já que, de acordo com Maria Francisca Dias “Com esse trabalho a família vai vivendo. É melhor do que ir pra fábrica”⁴⁸⁹.

O imaginário paisagístico a partir do qual Josué de Castro apreendeu o manguezal guardava uma memória de afeto. O geógrafo via o homem se confundir com o caranguejo evocando o sentimento de ternura por um meio que ele mesmo quando criança havia tirado o seu sustento⁴⁹⁰, afirmando que:

A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade (...) de tudo que vi e aprendi na vida, observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues⁴⁹¹.

Por outro lado, como já constatado, a visão de Castro não era predominante na “classe intelectual” pernambucana. Afinal, a mesma classe dominante que via a vida no mangue como uma verdadeira “tragédia”⁴⁹², em que aquela lama era diariamente conquistada pelo negro⁴⁹³, se utilizou da imprensa escrita para relatar seu estranhamento daquele meio, tão comum a Josué de Castro. No entanto, essa mesma classe percebia o afeto com que o mangue era sentido pelos seus habitantes. Segundo o *Jornal do Recife*, nos arrabaldes da cidade:

perdida no meio dos mangues, vive uma população minada de sífilis, mal alimentada e sem instrução. Vive ou vegeta dentro de quatro paredes tortas, de barro grosseiro, olhando o mangue, eternamente. E de tanto vê-lo e senti-lo, já se acostumou a querer-lhe bem⁴⁹⁴.

Para além do extrativismo animal que crianças “pescavam o almoço de cada dia”⁴⁹⁵ e as mulheres vendiam os mariscos em alternativa ao trabalho nas fábricas, o pescador João Dias contou que no sururu muito velho era possível encontrar uma pedrinha como vidro que se vendia nas joalherias por 5 ou 6\$000⁴⁹⁶. Também, as lavadeiras da rua Imperial faziam da lavagem de roupas uma forma de renda, utilizando-se do mato do mangue para estender seus panos. Segundo o *Diário de Pernambuco*, eram inúmeras as mulheres que torciam toalhas molhadas em meio aos alagados. De acordo com a lavadeira Dona Paulina: “Isso aqui é bom.

⁴⁸⁹ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936;

⁴⁹⁰ CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Op. Cit. p.15.

⁴⁹¹ Idem. p.16.

⁴⁹² Diário da Manhã, 26 de Abril de 1947.

⁴⁹³ Diário da Manhã, 10 de Novembro de 1934.

⁴⁹⁴ Jornal do Recife, 01 de Janeiro de 1937.

⁴⁹⁵ Diário da Manhã, 26 de Abril de 1947.

⁴⁹⁶ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

Basta estender a roupa no capim e pronto. É melhor do que ir lavar no Barro. Aqui se compra água. Lá o rio é de graça mas se paga bonde e se perde tempo”⁴⁹⁷.

5.1.3 Redes de sociabilidade e divisão sexual do trabalho

No que concerne às atividades a partir do extrativismo animal, foi possível notar uma divisão sexual do trabalho, em que as mulheres e crianças geralmente ficavam encarregadas de catar mariscos, enquanto os homens se ocupavam de pescar os caranguejos. Marta Vannucci afirma que era bastante comum que na vida no mangue “as mulheres e as crianças cultivassem e protegessem os lotes enquanto os homens ficavam longe na floresta ou pescando”⁴⁹⁸.

Essa divisão das tarefas a partir do gênero ocorria também no momento da construção dos mocambos, segundo o *Diario da Manhã*, a família contribuía na construção da residência “heroicamente conquistada ao mangue”, onde “nos dias úteis trabalham a mulher e a meninada, e esse trabalho de seis dias é, depois, corrigido pela ‘engenharia’ do chefe da família, no domingo”⁴⁹⁹. Na voz dos trabalhadores também estava presente a noção de que as atividades eram repartidas em gênero feminino e masculino, pois, ao ser perguntada se era possível encontrar homens no mangue, uma marisqueira, que o *Diario de Pernambuco* não identificou, respondeu que: “Pegar caranguejo é que é serviço de homem, esse aqui, só é das mulheres”⁵⁰⁰.

As mulheres marisqueiras pescavam com suas crianças, o que fica nítido quando da análise da reportagem de 16 de Fevereiro de 1936 do *Diario de Pernambuco*, narrando a rotina de Maria Francisca Dias e seu filho Moysés, em que a maternidade era exercida enquanto extraía seu sustento da lama⁵⁰¹. Outro fato é que a maioria das entrevistadas nas matérias que relataram a vida no mangue entre os anos 1930 e 1950 eram mulheres. Geralmente, ainda segundo o *Diario de Pernambuco*: “esposas e filhas de operários, que arranjam um ganho e têm com que preparar pratos apetitosos para os mulatos intrincados que

⁴⁹⁷ *Diario de Pernambuco*, 04 de Abril de 1936.

⁴⁹⁸ VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.113.

⁴⁹⁹ *Diario da Manhã*, 10 de Novembro de 1934.

⁵⁰⁰ *Diario de Pernambuco*, 16 de Fevereiro de 1936.

⁵⁰¹ “uma mulher com o filho, de cócoras entretinha-se cavando os minúsculos buraquinhos de mariscos”. Idem. Ibid.

suam nos serviços pesados”⁵⁰². De acordo com Neuza Maria de Oliveira, sobre as marisqueiras do Recôncavo Baiano:

As mulheres exploram o meio marinho diretamente coletando espécies de moluscos e crustáceos das áreas de mangue, recolhendo ostras nas praias ou pescando com caniço e outros petrechos em beiradas de rios. É raro participarem da captura de pescado em alto mar ou comandarem embarcações com maior autonomia⁵⁰³.

Figura 18 - Marisqueira com crianças retornando da pesca



Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936

O cotidiano das mulheres no mangue era vivido numa relação que ultrapassava a fronteira entre o público e o privado⁵⁰⁴, numa rede de sociabilidade marcada pela invasão do privado. Aliás, o conceito de privacidade sequer existe como um valor, já que é um valor burguês que não existe nem nas favelas nem no mangue⁵⁰⁵. Essa desproteção com a vida

⁵⁰² Idem. Ibid.

⁵⁰³ Neuza de Oliveira lembra que, normalmente, a atividade no mangue implica maior cooperação que as atividades em alto mar: dadas as características agrestes do meio, é mais seguro mariscar em grupo. OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, Outubro de 1992. p.78.

⁵⁰⁴ Segundo Maria Rita Kehl, no Brasil, a ideia de separação entre o público e o privado, entre os pobres, é muito diferente daquela que se estabeleceu nas classes média e alta. KEHL, Maria Rita. O Bovarismo brasileiro: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2018. p.84.

⁵⁰⁵ Quanto mais o poder público abandona a população, tanto mais a dimensão privada da vida dos miseráveis desaparece. Idem. p.86.

privada, Maria Rita Kehl atribui à irresponsabilidade do Estado em relação ao espaço público, nos bairros pobres das grandes cidades do país. Um exemplo disso era a atividade das lavadeiras, função estritamente das mulheres, que coadunavam uma forma de sociabilidade estranha à percepção da classe dominante: “Observamos que há entre elas uma cooperativa de esforços rudimentar. Umas vigiam a roupa das outras”⁵⁰⁶.

A divisão sexual do trabalho no mangue pode ser entendida também como uma fonte de poder e proteção para as mulheres, assim como ocorria com as servas na sociedade medieval⁵⁰⁷. Para Silvia Federici, ao realizarem a maioria das tarefas em cooperação com outras mulheres, as servas da era feudal firmavam a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina. As mulheres-caranguejo costumavam pescar em grupos e, geralmente quando concediam entrevistas à imprensa escrita da época, falavam das suas atividades fazendo referência ao coletivo. Nas palavras de Maria Francisca Dias, na descrição da pesca de mariscos:

Quando a maré seca a crôa descobre, vem muita gente cavar marisco. Se vê o buraco, como o das formigas e só é meter a foice. Com meio palmo, um palmo, e até na flor da terra se acha marisco. Pelas beiradas dessas crôa é coisa que não falta. Todo dia do ano, a maré seccou, a gente vem, cava, e sai na outra enchente⁵⁰⁸.

As redes de sociabilidade entre os povos do mangue é também algo longínquo na história do Brasil, visto que os alagados eram o habitat dos quilombos, afinal, os mangues quando bem conhecidos e desbravados são ótimos esconderijos⁵⁰⁹. Um exemplo disso é o conhecimento das zonas alagadas da Flórida por seus habitantes, os seminóis, que possibilitou sua defesa com êxito de uma tentativa de expulsão pelos norte-americanos no século XIX⁵¹⁰. Diogo de Carvalho Cabral ressalta que as “aldeias rebeldes” preferiam se situar em locais pouco acessíveis, ou seja, terrenos montanhosos, cobertos com densa vegetação ou pantanosos⁵¹¹.

⁵⁰⁶ Diário de Pernambuco, 04 de Abril de 1936.

⁵⁰⁷ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.p.53.

⁵⁰⁸ Perto de 50 pessoas, entre mulheres, meninas e crianças entregavam-se ao mesmo ofício. Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

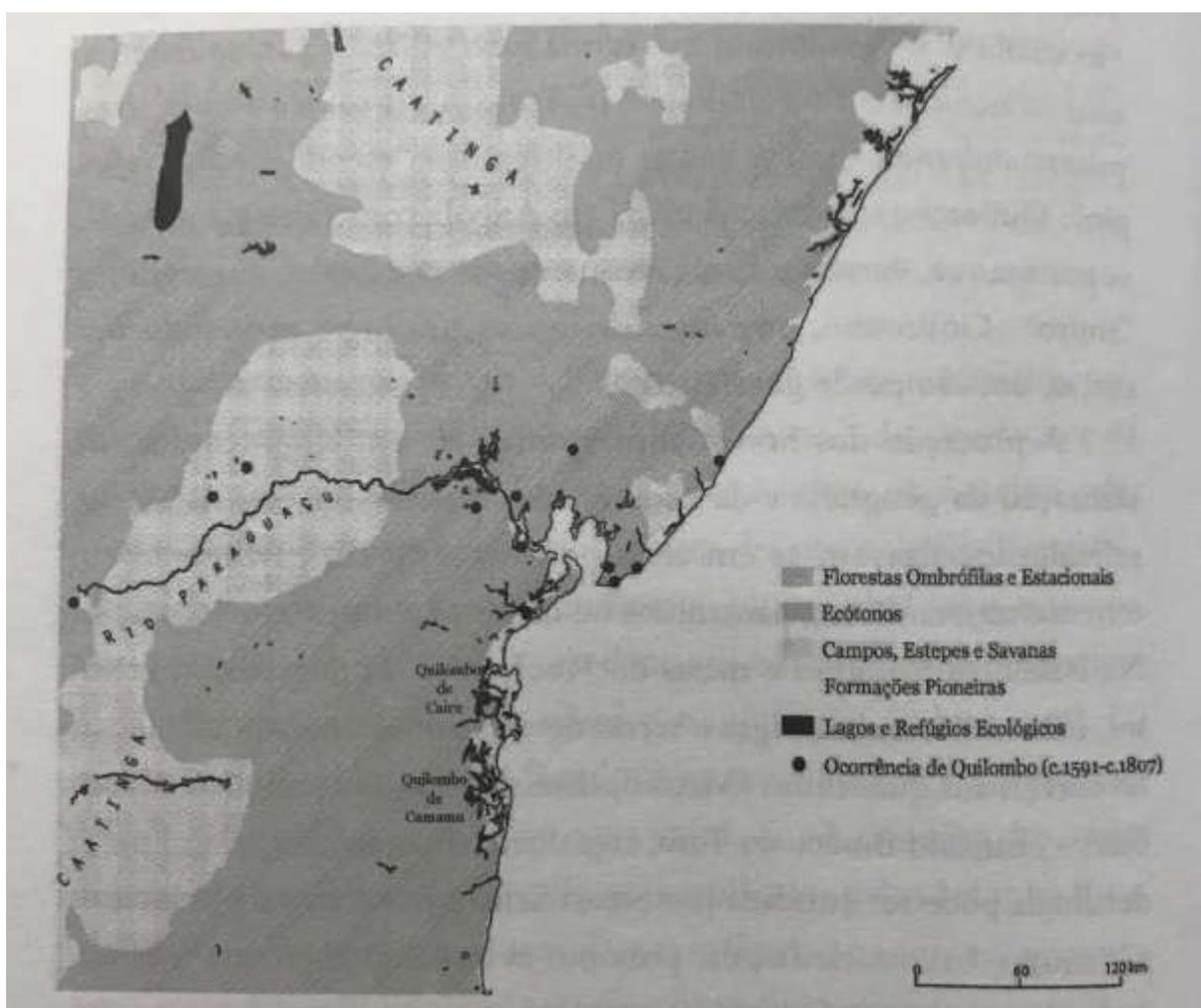
⁵⁰⁹ Não à toa, a palavra “mocambo” vem da palavra “mu-kambo”, uma palavra ambundu (língua banta) que significa “esconderijo”, “refúgio”. CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta*. Op. Cit. p.195.

⁵¹⁰ *The seminoles of Florida Memorial*. Berkeley: University of California, 1920. Disponível em archive.org. Acesso em: 26/05/2018.

⁵¹¹ Idem. p.195.

Um dos quilombos mais conhecidos pela historiografia, o Buraco do Tatu, se estabeleceu, em meados do século XVIII, nos pântanos e baixios de Itapuã. O autor refere-se a essa “aliança bélica” entre negro e floresta como algo até poético, já que foram os dois grupos de seres vivos mais explorados pela sociedade “neobrasileira”⁵¹². No mapa abaixo, é possível verificar que, na região da Bahia, sob o sinônimo de “ecótonos”, os mangues se mostraram um local estratégico para a formação de quilombos no período escravista:

Figura 19 - Distribuição espacial de alguns quilombos baianos da era colonial



Fonte: Cabral (2014)

5.1.4 Dos mitos: Nanã, a Hydra e o Guajara

A relação das mulheres com as águas dentro da mitologia afro-indígena vai desde Iemanjá, Oxum até as sereias como Iara, bem conhecida no folclore brasileiro⁵¹³. O

⁵¹² Termo utilizado pelo autor. Idem, p.196.

⁵¹³ OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das Águas, dona do mangue. Op. Cit. p.78.

imaginário paisagístico das mulheres e homens-caranguejo, assim como o da classe dominante, estava ligado a vários mitos a respeito do mangue. É importante lembrar que o mito da Hydra de Lerna foi evocado tanto pelos médicos como pela imprensa escrita do Recife:

A Hydra de Lerna, escreve G. de Azambuja, é um monstro, mas um monstro cujo caráter metafórico aparece muito claramente. Trata-se, com efeito, de um simples pântano pestilencial de Argolida, que devia fazer tantas vítimas quantas uma fera. Este monstro tinha muitas cabeças, diz a lenda, e Hércules por mais que as cortasse, bastava que ficasse uma só para que reaparecessem todas as outras. O filho de Júpiter não pôde dar cabo do monstro senão cortando-lhe de um só golpe todas as cabeças. A alegoria da Hydra de Lerna se aplica justamente aos rios do Brasil e seu problema sanitário⁵¹⁴.

Figura 20 - Figura mitológica da Hydra de Lerna que habitava os pântanos na Grécia



Fonte: Chaves (2008)

É irônico que uma classe social que estampou na bandeira do Brasil o tão bem querido ideal de “progresso”, compreendendo-se como símbolo de uma modernidade de plena fé na ciência, se utilizou de mitos para justificar o problema sanitário. Essa questão relaciona-se à análise de Simon Schama sobre os mitos em torno da paisagem, segundo o qual: “debaixo de suas pretensões de ter construído uma cultura baseada na razão, nossa sociedade guarda um poderoso resíduo de irracionalidade mítica”⁵¹⁵.

⁵¹⁴ Diário de Pernambuco, 07 de Setembro de 1910.

⁵¹⁵ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.28.

Para trazer os mitos em torno dos mangues que a cultura negra e indígena assumiu quando da apreensão dessa paisagem, é importante lembrar que a cultura racional do Ocidente, no seu imaginário da natureza, estava também vulnerável aos “demiurgos sombrios dos mitos irracionais da morte, sacrifício e fertilidade”⁵¹⁶. De fato, em várias sociedades o mito se configura como uma didática⁵¹⁷, um mecanismo de trazer à memória o exemplo a ser seguido no modo de se relacionar com a natureza. Quando Rogers abordou o imaginário paisagístico dos trabalhadores da zona da mata, detectou uma lenda da região, sobre uma serpente verde nos canaviais⁵¹⁸ que se tornava enorme quando a cana amadurecia.

No caso dos mangues, há um paralelo possível com a entidade da cultura negra Nanã Buruku, conhecida como “Vovó do Mangue”⁵¹⁹. Assim como a serpente verde assumia o papel de vigia das canas, segundo Rogers, sendo que numa personificação do poder senhorial, Nanã chega mesmo a punir quem corta as árvores da floresta de mangue⁵²⁰, além de ensinar o caminho de volta para os que estão perdidos no local, em troca de fumo. Nanã Buruku representa a lama, a terra em contato com a água, fazendo do pântano sua principal morada e regência. É a mais velha e mais respeitada de todos os orixás da religião do candomblé, e também a mais temida⁵²¹.

Há também no imaginário ameríndio a presença de lendas e mitos sobre o mangue. Segundo os próprios indígenas cearenses do Tremembé de Almofala, a criação do caranguejo foi fruto de uma história de amor entre o índio Lupã e a índia Yaramey⁵²² e o mangue carrega uma entidade chamada Guajara, conhecido como “pai do mangue”⁵²³. Era necessário lhe “pedir licença” para ter uma boa pesca, sendo o “pai do mangue” uma figura brincalhona que açoitava os cães, imita sons variados de animais, ruídos de caçador, com o intuito de causar temor nos habitantes dos alagados.

⁵¹⁶ Idem. Ibid.

⁵¹⁷ OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das Águas, dona do mangue. Op. Cit. p.79.

⁵¹⁸ ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos. Op. Cit. p.8.

⁵¹⁹ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Op. Cit. p.25.

⁵²⁰ OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das Águas, dona do mangue. Op. Cit. p.81.

⁵²¹ Nanã está associada à fertilidade, à reprodução das espécies, ao feminino. Idem. p.79.

⁵²² Para conhecer mais lendas e simpatias populares envolvendo os manguezais, este artigo faz uma exposição detalhada de todos esses fatores que permeiam o imaginário popular sobre o mangue. FREITAS, A.C.; CARDOSO, I.S.; JOÃO, M.C.A.; KRIEGLER, N. & PINHEIRO, M.A.A. Lendas, misticismo e credences populares sobre manguezais, Cap. 5: p. 144-165. In: Pinheiro, M.A.A. & Talamoni, A.C.B. (Org.). Educação Ambiental sobre Manguezais. São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Câmpus do Litoral Paulista, 2018. p. 158.

⁵²³ FERNANDES, Janaína Ferreira. Paisagens do Nordeste: Almofala dos Tremembé e Tremembé dos Almofala. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Da UnB. Brasília, 2015. p.62.

Figura 21 - Representação da entidade Nanã Buruku, presente no imaginário mitológico das religiões afro-brasileiras



Fonte: Freitas; Cardoso; João; Kriegler; Pinheiro (2018)

Figura 22 - Representação do Guajara, presente no imaginário mitológico dos indígenas do Tremembé



Fonte: Freitas; Cardoso; João; Kriegler; Pinheiro (2018)

De acordo com a historiadora Fernanda de Almeida, também no assentamento indígena do Tremembé, os manguezais eram considerados parte importante em alguns de seus rituais, em que assistiam às acumulações de orvalho nas *Avicennia* e utilizavam esta

observação para saber quando iria chover ou não⁵²⁴. Vannucci afirma que são comuns os cultos às árvores e à floresta em manguezais ao redor do mundo⁵²⁵, à exemplo da Tailândia.

Nos alagados tailandeses, ver pequenos relicários nos manguezais próximos aos vilarejos para invocar a proteção dos espíritos da floresta perturbados pelas atividades humanas, é algo corriqueiro para quem circula na região⁵²⁶. O mangue também é vital para cultos indígenas no Senegal, sendo necessário que tenham uma espessa vegetação para que os totens da floresta se conectem aos rituais⁵²⁷. Nas ilhas Salomão, no Oceano Pacífico, florestas sagradas de mangues são espaço de descanso dos mortos⁵²⁸, em que essas florestas são mantidas intactas - ou pelo menos porções delas – proposital e energicamente. Em *A Deusa Dourada da Sibéria*, Lev Teplov fala sobre uma grande deusa dourada, já conhecida em toda Europa desde o século X, adorada nos pântanos silherianos pelos povos ugrianos⁵²⁹.

5.2 Dois saberes diversos: o extrativismo vegetal e o extrativismo animal

As fauna e flora do manguezal despertavam o interesse tanto das classes abastadas quanto dos pobres. Apesar de ser julgado por sua estética lamacenta e odor desagradável, o valor econômico desse ecossistema era conhecido, sendo devastado de acordo com as necessidades do mercado – no caso das classes altas, e como fonte da alimentação dos que dependiam do mangue para sobreviver. Estes praticavam essencialmente o extrativismo animal, enquanto que o extrativismo vegetal predominava na classe dominante.

O conhecimento ocidental sobre as árvores de mangue revela um olhar completamente oposto à visão relativa ao ecossistema como um todo, quando observado incluindo a flora e o solo pantanoso. Assim, o interesse pela vegetação no mangue remonta tempos longínquos na história do Ocidente. Marta Vannucci fez um profundo levantamento sobre os europeus pioneiros a relatarem sobre o mangue na história. Nearco (325 A.E.C.), comandante da frota

⁵²⁴ Se houvesse grande acumulação de orvalho, o que eles chamavam de choro de canoé (a avicennia era conhecida como mangue canoé), a estação invernal seria chuvosa. ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. História da devastação dos manguezais aracajuanos. Op. Cit. p.41-42.

⁵²⁵ As oferendas, segundo Vannucci, geralmente são concentradas em algumas árvores mais velhas e veneráveis, que não são derrubadas. Fica assim evidente a necessidade de respeitar os exemplares especialmente valiosos como sementes ou “árvores-mãe”. VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.115.

⁵²⁶ Idem. Ibid.

⁵²⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/manguezais-devolvem-vida-selvagem-a-costa-do-senegal.html>. Acesso em 20/05/2019.

⁵²⁸ VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.115.

⁵²⁹ Esse fato carece de mais estudos, mas há indícios de que os habitantes do antigo distrito de Ugra, descendentes de dois grupos originais, os khantis e os mansis, que foram os primeiros habitantes dos pântanos gelados do curso inferior do rio Ob, adoravam nos alagados uma deusa chamada “lumala”. Disponível em: <http://www.imagick.org.br/zbolemail/Bol06x09/BE09x8.html>. Acesso em: 05/06/2019.

de Alexandre da Macedônia, teria sido o primeiro europeu a dar notícias sobre o mangue⁵³⁰, descrevendo os baixios lodosos na costa da Pérsia.

Vannucci afirma também que foi Eratóstenes (276 A.E.C.) o mais antigo europeu a fazer as melhores descrições sobre o mangue que chegaram à contemporaneidade, onde descreve os gêneros *Rhizophora* e *Avicennia*. Contudo, a partir de um valioso documento encontrado nesta pesquisa, foi possível verificar que, na verdade, foi Teofrasto (372 A.E.C.), aluno e sucessor de Aristóteles, em sua obra *Historia Plantarum*, que deu a mais antiga e completa descrição sobre o gênero *Rhizophora*:

Teofrasto descreve admiravelmente o hábito do mangue em crescer em águas bastante profundas, onde ele diz na Sec. 5: "Estas árvores são todas banhadas pelo mar até o meio delas", e na Sec. 4 "e eles são sustentados pelas suas raízes como um pólipó, pois sempre que há uma maré vazante, essas (as raízes) podem ser vistas". Ele descreve as raízes propulsoras pneumatóforas, da *Rhizophora*, e novamente ele diz: "Alguns têm suas raízes sempre inundadas pelo mar tantos quanto crescem em lugares vazios, onde a água não flui e, no entanto, a árvore não perece na mão do mar". Teofrasto também relata as relações ecológicas da *Rhizophora* e explica sua estrutura xerofítica como devido ao ressecamento fisiológico de seu habitat: "está claro que a estreiteza da folha é devido à secura" (...) Esta descrição pode descrever os matagais de mangue e pântanos da Florida Keys com a mesma precisão com a qual se encaixa aos do Golfo Pérsico⁵³¹.

Ainda segundo Vannucci, até o século XVI, os europeus medievais do Ocidente parecem não ter tido interesses naturalistas⁵³², levando a autora a coletar informações sobre as descrições de mangue quando os europeus saquearam o Novo Mundo. É importante ressaltar, no entanto, que em 1230, o botânico mouro Abou'l Abbas en-Nebaty, após dez anos explorando a Espanha, as costas da Berbéria e o Egito, fez uma longa expedição à Arábia, Síria e Iraque e, ao retornar à Espanha, fez referências claras ao *Rhizophora* em seu trabalho

⁵³⁰ De acordo com as fontes e também com a autora. VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.100.

⁵³¹ As descrições de Teofrasto acabaram por influenciar na descrição de Plínio (77 D.E.C) sobre o mangue. BOWMAN, H. H. M. Ecology and Physiology of the Red Mangrove. In Proceedings of the American Philosophical Society, Vol. 56, 1917. Disponível em archive.org. Acesso em 08/11/2018. p.593. No original: Theophrastus admirably describes the habit of the mangrove in growing out in rather deep water, where he says in Sec. 5: " These trees are all washed by the sea up to their middle," and in Sec. 4 "and they are held up by their roots like a polyp, for whenever there is an ebb-tide these (the roots) may be seen." He describes the pneumatophore prop roots, of the *Rhizophora*, and again he says: "Some have their roots always flooded by the sea as many as grow in hollow places whence the water does not flow away and nevertheless the tree does not perish at the hand of the sea." Theophrastus also reports the ecological relations of the *Rhizophora* and explains its xerophytic structure as due to the physiological dryness of its habitat: "it is clear the narrowness of the leaf is due to the dryness." (...) This description might describe the mangrove thickets and swamps of the Florida Keys just as accurately as it fits those of the Persian Gulf.

⁵³² VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.101.

chamado *Al Rihla*⁵³³. Apesar de sua obra não existir mais, o discípulo de Abou'l, Ibn el-Beithar, preservou citações do livro, bem como outros escritores mouros, Ibn Hassan e Abou Hanifa⁵³⁴. É devido a eles que o gênero *Rhizophora* recebeu o nome *kendela*, uma palavra árabe.

Este trabalho não intui em fazer um levantamento detalhado sobre todas as descrições de mangue que se tem notícia no Ocidente, porém, fez-se necessário preencher algumas lacunas encontradas na literatura recente sobre a historiografia dos manguezais, a partir da documentação consultada. Segundo Soffiati, é consenso de que o primeiro informe sobre os mangues do Brasil foi feito pelo Padre José de Anchieta⁵³⁵, em 1560. Aqui será discorrido o modo como o a vegetação do mangue foi explorada pela classe dominante, já que era de todo interesse para a economia de mercado.

A partir do extrativismo vegetal, a extração da casca de mangue era a atividade econômica base para a fatura dos couros, atanados e solas da capitania de Pernambuco, na qual se estabeleceram muitas fábricas e curtumes, na comarca do Recife e na vila de Igarauçu no século XVIII⁵³⁶. Outrossim, as cascas de mariscos eram também extraídas, numa motivação mais imediata pela busca de combustível barato e cal para a indústria de construções⁵³⁷. A retirada das cascas de mangue foi palco de conflitos na Ilha de Itamaracá, nos setecentos, devido ao modo de retirar essas cascas que afetava e contaminava o ecossistema.

Esse conflito, de acordo com a historiadora Fernanda de Almeida na tese *Em comum benefício dos meus vassalos: A Magistratura e a Administração das Florestas na Capitania de Pernambuco (1755-1822)* envolveu os comerciantes das cascas, senhores de engenho e oficiais da Câmara de Goiana, em 1755. Os vários comerciantes e curtidores mandavam retirar as cascas dos mangues para o curtimento de couros e delas enchiam barcos, a árvore de mangue, contudo, sem revestimento do caule, sem a casca, está condenada à morte⁵³⁸, prejudicando toda a fauna presente nos manguezais.

Com os cortes indiscriminados de árvore de mangue, aos quais Pedro Caldeira vai tecer longas críticas no século XIX, estava comprometida a alimentação dos escravizados e

⁵³³ BOWMAN, H. H. M. Ecology and Physiology of the Red Mangrove. Op. Cit. p.597.

⁵³⁴ Idem. Ibid.

⁵³⁵ SOFFIATI, Arthur. O manguezal na história e na cultura do Brasil. Op. Cit.p.30.

⁵³⁶ ALMEIDA, Fernanda. “Em comum benefício dos meus vassalos”: A Magistratura e a administração das florestas na Capitania de Pernambuco (1755-1822). Tese de Doutorado em História da UFPR, 2015. p.66

⁵³⁷ A construção civil em muito se beneficiou das árvores de mangue no emadeiramento de caibros e beirais de casas, reflexão também encontrada nos estudos da historiadora Fernanda de Almeida. PÁDUA, José Augusto de. Um sopro de destruição. Op. Cit. p.218

⁵³⁸ SOFFIATI, Arthur. Tempo e espaço nos manguezais: um historiador fora do lugar. Op. Cit.

afrodescendentes livres que comiam os crustáceos do manguezal, além de inutilizar as respectivas árvores. Os senhorios recomendaram aos curtidores que mandassem retirar as cascas em lugares distantes da Ilha de Itamaracá, que também eram abundantes em árvores de mangue, utilizando como pretexto a subsistência dos mais pobres.

No mesmo século, a existência de conflitos em torno das cascas de mangue em mais capitanias, fez com que o próprio rei D. José emitisse um Alvará, em 1760⁵³⁹, proibindo a retirada das cascas de mangue em várias capitanias do Brasil, incluindo Rio de Janeiro, Santos, Ceará e Pernambuco. De acordo com Maria Angela de Almeida Souza, apesar da importância do manguezal nesse momento, é no século XIX que:

os mangues do Recife ganham visibilidade. Inicialmente, por confrontar-se com o interesse de uma população mais abastada, que passara a identificar o potencial dos alagados: como via fluvial para indústrias ou comércios instalados às suas margens; como reservas de madeira exploráveis para aproveitamento em fornalhas e curtumes; ou como manancial de peixes a serem cultivados em viveiros. Posteriormente, tal visibilidade se amplia com a emergência do interesse pelos alagados para empreendimentos imobiliários, quando torna-se sistemático aterrar mangues e loteá-los (...) ⁵⁴⁰.

O anúncio da venda da casca das árvores de mangue, bem como sua lenha, foram uma constante no início do século XX, com centenas de ocorrências no *Jornal do Recife*, tendo maior qualidade para o fim industrial quando extraído do mangue vermelho⁵⁴¹. Essas cascas eram necessárias para a tintura de couros. Das cascas de mangue era extraído o tanino, o produto que realmente interessava no tingimento. O tanino que do mangue desprendia, além de servir para a coloração dos couros em suas fábricas, era um poderoso antídoto para putrefação⁵⁴², apesar de contaminar a água com sua extração incorreta. A partir da noção dos usos socioeconômicos do manguezal, fica claro que mesmo com o repúdio que lhe foi impresso, sua necessidade era tão grande que conflitos de grande repercussão foram gerados em seu entorno.

Assim como as formigas do mato, descritas por Carvalho Cabral como “terroristas e invasoras”, que aterrorizavam os “neobrasileiros” do século XVII⁵⁴³, os pequenos maruins

⁵³⁹ A medida favorecia a indústria da curtição de couros, não estando preocupada em primar pela proteção dos manguezais. SOFFIATI, Arthur. O manguezal na história e cultura do Brasil. p.116.

⁵⁴⁰ SOUZA, Maria Angela de Almeida. Posturas do Recife Imperial. Op. Cit. p.130

⁵⁴¹ O historiador Arthur Soffiati aponta que a espécie preferida pelos curtumes era o mangue vermelho, planta de folhas largas e ovais, de menor estatura que o mangue branco, de folhas estreitas e alongadas.

⁵⁴² PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Op. Cit. p.217.

⁵⁴³ Também é de suma importância o trabalho sobre a Mata Atlântica desenvolvido por Warren Dean. Ver DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

também contribuía para a repulsa da classe dominante em torno do manguezal. Cabral lembra que principalmente os horripilantes mosquitos habitantes dos mangues e áreas inundáveis eram responsáveis por “perseguir a humanidade”⁵⁴⁴. Diversos moradores do bairro do Jiquiá chegaram a se unir em reclamação ao Estado, culminando em uma nota no jornal *A Província*, em que solicitavam os cortes de mangue para sanar aquele incômodo:

Diante da grande quantidade de maruins, que tem aparecido no trecho que vai do Jiquia ao bairro da Estância, ao ponto das famílias não poderem dormir e nem chegar às janelas de suas residências. – viemos solicitar a atenção dos poderes competentes afim de ser minorado esse mal. Dizem que, o que faz germinar os maruins é o mangue, e este sendo cortado eles desaparecem, como têm desaparecido no Pina e em outros lugares. Portanto, os moradores do trecho referido suplicam dos poderes do Município ou do Estado uma providência a respeito. O corte aos mangues não se impõe somente para o bem-estar dos que morem nessas partes, mas também para o bom nome de Pernambuco e de suas administrações (...) ⁵⁴⁵

Numa relação um tanto contraditória com a flora do mangue, a mesma classe que possuía interesse econômico naquela vegetação, estimulava a devastação abusiva daquelas árvores. O maruim enquanto vilão foi até mesmo lembrado em poesias:

“Sai do mangue o maruim pra azucrinar os mortais

Sai tudo quanto é de ruim

Só tu, oh! Maia, não sais?⁵⁴⁶

É fato que o mal-estar em relação ao mangue não era sem razão, mas não devido a sua “natureza” e sim à ação humana sobre ele: a quantidade de lixo e resíduos que eram despejados de forma irresponsável nesse ecossistema, acabavam por causar mal cheiro e doenças⁵⁴⁷.

O sr. Dr. Waldevino Wanderley, sobre as reclamações do despejo de resíduos da fábrica do jornal, replicou que “os resíduos de nossa fábrica apenas são lançados junto ao mangue, são dali imediatamente retirados por pessoas do povo que os aproveitam para a alimentação de animais domésticos”. Assim, os resíduos lançados “apenas junto ao mangue”,

⁵⁴⁴ CABRAL, Diogo de Carvalho. Na presença da floresta. Op. Cit. p.92

⁵⁴⁵ *A Província*, 18 de Junho de 1932.

⁵⁴⁶ *Jornal do Recife*, 22 de Março de 1934.

⁵⁴⁷ *Jornal do Recife*, 03 de Março de 1905.

segundo o Dr. Waldevino Wanderley, podiam ser reaproveitados pelos mais pobres para alimentar os animais que criavam e, de fato, segundo o *Diario da Manhã* sobre as mulheres e homens-caranguejo: “toda família cria um porco e duas galinhas que se alimentam no mangue”⁵⁴⁸.

Aquelas pessoas que já haviam se acostumado a querer bem o mangue, viveram uma verdadeira guerra contra os que apenas se interessavam na ausência daquele ecossistema, ou mesmo na sua indiscriminada devastação. A água do mar, na sombra dos manguezais, ficava cheia de matéria orgânica e com uma temperatura não muito elevada favorecia a reprodução de peixes, caranguejos, camarões⁵⁴⁹. O extrativismo animal praticado pelas populações pobres, principalmente os pescadores, entrou em conflito com o extrativismo vegetal das classes dominantes, de acordo com o historiador Arthur Soffiati, desde o século XVII. A prática não pareceu condizer com a lei e, no Recife, a negligência com o mangue incomodava mesmo em 1916, como questionou um jornalista ao *Diario de Pernambuco*, devido à criação de um Serviço Florestal no estado, que não abarcava a preservação do manguezal:

Foi apresentado na Câmara dos Deputados estaduais o projeto n. 60, criando em Pernambuco um “Serviço florestal” que regulará o corte de lenha e das madeiras para o uso, em geral, e atenderá à conservação das nossas florestas, promovendo, ao mesmo tempo, a sua reconstituição, formação e aproveitamento. (...) Mas porque não se legislar também sobre a devastação das árvores denominadas ‘mangues’, cuja utilidade é bem conhecida, tanto para combustível e para esse fim taladas com uma selvageria assoladora; como, ainda aplicáveis a determinadas indústrias; além de serem tão benéficas à saúde pública, como protetoras das vazas lodosas, dos terrenos alagadiços, impedindo a ação direta e perniciosos dos raios solares, por ocasião das vazantes das marés?⁵⁵⁰

Nessa matéria é perceptível a aparição de um dos problemas dos cortes indiscriminados das árvores de mangue, que era a não proteção das vazas lodosas. Os danos causados à saúde pública eram justamente intensificados com a devastação do manguezal, em que sua destruição fazia precipitar o lodo sobre os canais, obstruindo-os e favorecendo a formação de lodaçais, dificultando o escoamento das águas⁵⁵¹. Em períodos de maré baixa, com a exposição ao sol, esses lodaçais causavam ainda mais malefícios, ao tornarem-se uma massa de matéria orgânica fermentada putrefata.

⁵⁴⁸ *Diario da Manhã*, 10 de Novembro de 1934.

⁵⁴⁹ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Op.cit.p.217

⁵⁵⁰ *Diario de Pernambuco*. 29 de Março de 1916.

⁵⁵¹ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Op.cit. p.217

Os lodaçais intoxicavam as águas e os peixes que a população consumia, além de envenenar o ar da cidade com seus vapores. Apesar do reconhecimento quanto à importância de se conservar as árvores de mangue, essa não é conferida ao terreno alagadiço, entendido como um solo nocivo que deve ser protegido pelas árvores⁵⁵². Com efeito, a malária, grande preocupação da saúde pública no Recife no século XIX e primeira metade do século XX, foi uma doença introduzida pelo “desenvolvimento”, só se reproduzindo em manguezais que tiveram suas árvores derrubadas⁵⁵³.

Apesar de apenas poucas vozes defenderem o mangue dentro da classe intelectual brasileira, o interesse econômico em suas árvores gerou conflitos durante toda a história do país desde a invasão dos portugueses. Esses embates pareciam estar longe de encontrar um fim ainda no século XX, visto que, ainda nos anos 1930, “pessoas interessadas” insistiam em reclamar o direito de exercer o corte de madeira de mangue de acordo com seu bel prazer:

Pessoas interessadas dirigiram ao Governo do Estado reclamações sobre a proibição de ser feito o corte de madeira de mangue, para qualquer consumo. O sr. Secretário da Justiça atendendo a essas reclamações e tendo em vista que o corte e a venda dessa madeira, dado o seu emprego em fábricas, etc... constituem meio de subsistência para muita gente pobre, dirigiu um ofício ao sr. Capitão dos Portos deste Estado sob cuja jurisdição se encontram os terrenos de mangue⁵⁵⁴.

É bem verdade que o Governo do Estado já havia tomado medidas mais rígidas em relação ao corte de madeira de mangue, ao que sr. Capitão dos Portos respondeu à reclamação evocando os decretos Nº 17.096 de 28 de Outubro de 1925 e Nº 14.596 de 31 de Dezembro de 1920⁵⁵⁵, mantendo-se firme quanto ao regulamento que regia os cortes de mangue com a força da lei.

⁵⁵² Um bom exemplo dessa visão está na análise trazida por Carlos Miranda do projeto “*Bases para um plano de Edificação da Cidade*” da Comissão de Higiene Pública, em 1855. O plano de saneamento do Recife que está contido nesse projeto “aborda a falta que faziam as frondosas árvores e os grandes manguezais que havia entre os pântanos e a cidade e que cobriam e impediam não só o processo rápido de evaporação, *senão que os ventos da noite ou terral* impelisses sobre a cidade os miasmas produzidos pelos pântanos. Com o desaparecimento dessas árvores, a evaporação se tornou mais intensa e os ventos passaram a trazer miasmas. Feitas essas observações, sugerem que fosse proibida a destruição dessas vegetações na cidade e em seus arredores.” MIRANDA, Carlos A. C. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Recife, v. III, n. 5, out. 2012. p.151.

⁵⁵³ Segundo a autora, é a derrubada da floresta que favorece a reprodução dos mosquitos anofelinos. Com a única exceção à regra conhecida de que não havia malária nos manguezais, em alguns locais no golfo de Papua, onde os vetores da malária do gênero *Anopheles* são endêmicos, nos manguezais os mosquitos anofelinos não se reproduzem sob a copa fechada dos mangues. VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.116.

⁵⁵⁴ Jornal do Recife, 27 de Novembro de 1930.

⁵⁵⁵ Esses Decretos estão presentes nos anexos deste trabalho.

Nota-se também que o pretexto da subsistência dos mais pobres não foi apenas utilizado pela classe dominante no conflito sediado no século XVIII, na Ilha de Itamaracá. Ora, a subsistência dos mais pobres era, de acordo com as fontes e a bibliografia traçada, especialmente o extrativismo animal, através do qual a população do Recife que enfrentava diariamente o problema da fome, podia encontrar no mangue valiosos nutrientes.

Definitivamente, não eram os pobres os “interessados” a recorrer à Diretoria de Docas e Obras do Porto do Recife, segundo o *Diário Oficial da União*, pela requisição de lenha de mata e lenha de mangue vermelho⁵⁵⁶. Afinal, as madeiras de mangue eram o alimento não das pessoas e sim das fábricas do Recife. Segundo o negociante de lenha Antonio Bodioa, eram além das fábricas, as padarias e pastelarias os melhores consumidores da lenha de mangue e “só uma ou outra casa de família” também comprava com o intuito de assar bolos⁵⁵⁷. A partir do exposto, é óbvio que, conhecendo a dieta da população pobre do Recife, não era essa classe social que consumia lenha para assar bolos.

Na reportagem do *Diário de Pernambuco* que tratou da lenha de mangue como a mais rentável nas fornalhas, é que o negociante de lenha Antonio Bodioa informou que: “a melhor lenha pra consumo é o mangue. Disse mais que a lenha de mangue é a que vem em maior quantidade para o Recife”. Também ficou claro que o papel da classe trabalhadora nesse “consumo” era o de “jogar a lenha um para o outro”, “cortar a lenha com o machado e empilhar para facilitar o transporte”, nas barcaças do cais do Abacaxi, na Avenida Martins de Barros⁵⁵⁸. Na chamada da matéria, é possível ver esses homens exercendo seu trabalho:

⁵⁵⁶ “De acordo com o Edital nº 21, publicado no Diário Oficial de 19 de Dezembro de 1944, se acha aberta concorrência pública para requisição de (...) 1.000 (mil) metros cúbicos de lenha de mata ou mangue vermelho”. Diário Oficial da União, 27 de Dezembro de 1944.

⁵⁵⁷ Em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, 10 de Março de 1936.

⁵⁵⁸ Idem. Ibid.

Figura 23 - Matéria sobre a lenha de mangue no Recife com trabalhadores em atividade



Fonte: Diário de Pernambuco, 10 de Março de 1936

Segundo Diogo de Carvalho Cabral, quando positivamente definidas, as paisagens florestais eram destrinchadas pelos europeus em inventários que objetivavam “listar” os préstimos econômicos daquela natureza⁵⁵⁹. Um apanhado das “utilidades” era acuradamente descrito, como se as florestas não fossem constituídas por organismos vivos, e sim um conjunto de adereços úteis aos interesses do ser humano.

Em alguns inventários acerca das plantas, madeiras e animais do Brasil, foi possível encontrar referências ao mangue, o que reforça a sua importância já ser muito bem constatada entre a classe dominante. Ao destacar o mangue branco, num inventário de “madeiras e plantas úteis do Brasil”, os mangues foram descritos como verdadeiros acessórios para o homem atingir suas ambições no mercado:

Todas as espécies desta família fornecem boa madeira, tendo, ao mesmo tempo, bastante taníferas as cascas. Arvore pequena, individuo dos mangaes, que formam o facies da vegetação dos mangues no extremo norte da costa do Brasil. (...) Emprega-se em construções civis, traves, caibros, vigotas, moirões, lenha, carvão. A casca contém 14% de tanino, e 13% as folhas, servindo tudo para o cortume. O

⁵⁵⁹ CABRAL, Diogo de Carvalho. Na presença da floresta. Op. Cit. p.83.

verdadeiro ratimbó tem, entretanto, a particularidade de ser tortuoso, prestando-se para cavername de embarcações⁵⁶⁰.

São encontrados também nesses inventários levantamentos sobre a fauna do mangue, constituindo-se dos raros momentos, dentro da documentação produzida pela classe dominante, em que pescadores e marisqueiros são citados. No *Dicionário sobre os animais do Brasil*, quando da descrição do “sururu de corôa”, os pescadores são lembrados como os responsáveis por “peinnerar o fundo da grande lagoa para catar os moluscos”⁵⁶¹. E os caranguejos, por sua vez, são descritos como animais pegos pelos “praieiros” que os arrancam do lodo do manguezal, para vendê-los às feiras. Já o aratú é apresentado segundo o proceder dos pescadores na sua captura: “de cima de um tronco do mangue, armado de um barbante tendo na extremidade uma isca de carne, passa a pesca-los, lançando-os em seguida dentro de uma lata de querosene”⁵⁶².

As formas como os próprios habitantes do mangue contaram seus saberes sobre esse ecossistema é um tanto mais detalhada que a visão do observador alheio à essa realidade. O conhecimento empírico vivido através das eras e passado através das gerações sobre a lógica da flora e fauna do mangue, era também compreendido pelas mulheres e homens-caranguejo do Recife, no recorte temporal aqui estudado. Exemplo disso é o relato do pescador João Dias dos Santos ao *Diario de Pernambuco*, contando sua experiência como catador de caranguejo:

Na boca do buraco se enfia uma bucha de folhas de mangue que fique bem folgada. Mais pra cima se bota a segunda bucha, que feche o buraco. Por cima se bota lama e deixa uma folhinha pra sinal. De passagem o caranguejeiro tapa uns 100 buracos. Depois volta e vai descobrindo. O caranguejo fica sem suspiro, vem saindo e encontra tudo abafado. Quando destampa, só é ir enchendo a lata. Os bichos já estão esmorecidos”⁵⁶³.

João Dias dos Santos foi ainda mais além, contando os períodos em que os caranguejos estão “de andada”, ou seja, mais fácil de serem pegos em grande quantidade. O pescador contou que a andada dos caranguejos ocorre nas grandes marés, com “lua forte”, relatando que havia ocorrido uma primeira andada no mês de Janeiro e, em seguida, ocorreria outra no mês de Março. Ainda, o pescador diferenciou a andada do caranguejo da andada do

⁵⁶⁰ FONSECA, Eurico Teixeira da. Indicador de Madeiras e plantas úteis do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas VILLAS-BOAS & C. 1922. p.228. Disponível em: archive.org. Acesso em: 03/11/2018.

⁵⁶¹ IHERING, Rodolpho Von. Dicionário dos animais do Brasil. São Paulo, 1940. Disponível em archive.org. Acesso em 08/12/2018. p.744.

⁵⁶² Idem. p.107.

⁵⁶³ Diario de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

guaiamum⁵⁶⁴: “A andata dele é quando troveja. Pro mode que eles têm medo de barulho. Troveja hoje, amanhã ou depois tá tudo perdido, correndo pelo campo”⁵⁶⁵.

De modo tão distinto à classificação dos inventários produzidos pela classe dominante, os relatos dos pescadores sobre as espécies de animais encontrados no manguezal apenas confirmam que o sustento daquelas pessoas era principalmente a partir dessa forma de extrativismo. Ao contrário do pretexto das classes abastadas em justificar os cortes de madeira de mangue em prol da “subsistência dos mais pobres”, o extrativismo animal era de fato o grande responsável por viabilizar outros meios de resistir e existir no Recife.

O pescador Manoel Rodrigues dos Santos, também entrevistado, contou os meses quando os caranguejos estão gordos e mais apetitosos para o consumo: “É só nos meses que não tem R no nome que os caranguejos é amarelinho de gordo, quando se tira de casco. O guaiamum pra ficar assim é preciso cevar em casa e engorda tanto que larga as patas”⁵⁶⁶.

Figura 24 - Pescador com corda de caranguejo



Fonte: Diário da Manhã, 26 de Abril de 1947

⁵⁶⁴ A maior parte das espécies vegetais e animais encontradas em manguezais batizaram-nas os tupis: guaiamum, uçá, çereíba ou siriúba, çereibuna, guaparaíba (mangue vermelho), guaxima, etc. SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Op. Cit. p.47.

⁵⁶⁵ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

⁵⁶⁶ Idem. Ibid.

Também, João Dias dos Santos ressaltou os diversos tipos de siris encontrados, explicando as diferenças entre o siri pimenta, o capiba, o lema e o siri corredor, lembrando também de mencionar o chié, o grauçá, a maria farinha, a mafumbamba e o chama maré: “Mafumbamba tem o casco branco e se pega muito no Rio Doce. Maria Farinha é como guaiamum e chama maré é a mesma tesoura. Tem uma pata tão grande pro seu tamanho, que arrasta pelo chão. É por isso que tem esse nome. Desses, não se come só o grauçá”⁵⁶⁷.

Soffiati demonstra que, na pesca, há centenas de formas de exploração dos recursos pesqueiros pelos homens e mulheres dependentes do manguezal para sobreviver. Processos de alta tecnologia, os saberes desenvolvidos através da experimentação são associados a fenômenos climáticos e meteorológicos, identificação de espécies animais, conhecimento acurado dos ciclos de vida associados⁵⁶⁸, incluindo-se aí formas de cultivo em meio às águas do mangue. Em Recife, um bom exemplo de prática da pesca no mangue são os “viveiros de peixe”, conhecimento partilhado pelos índios Caetés muito antes da invasão portuguesa⁵⁶⁹.

Para Vannucci, a “aquicultura” representa uma das formas de conhecimento tradicional mais interessantes desenvolvidas pelos habitantes dos alagadiços, destacando o sistema de cultivo das áreas alagadas através de um elaborado sistema de canais interligados com os rios, pântanos e o mar, chamado “tambaque”, dos bugineses de Sulawesi e dos banjareses de Kalimantan, na Indonésia⁵⁷⁰.

Considerando a constatação aqui feita de que o trabalho da civilização, quando se tratava de alagados, era precisamente drená-los e transformá-los em campos e vilas de grãos ordenados e produtivos, com efeito, a agricultura era legitimada como única forma de cultivo possível. Ao passo que terras áridas e civilizadoras significava irrigá-las, pântanos civilizadores significava drená-los, o objetivo em cada caso, segundo Scott, era fazer terras de grãos aráveis⁵⁷¹.

⁵⁶⁷ Segundo João Dias dos Santos, o siri pimenta, é assim chamado porque quando se come arde; capiba é o mais gordo; lema é o que cresce mais e siri corredor, o que come todo monturo que encontra. Idem. *ibid*.

⁵⁶⁸ SOFFIATI, Arthur. Pé no mangue. Op. Cit. p.26-27.

⁵⁶⁹ Apesar do trabalho “Indústrias de Pernambuco” (1935), de Apolônio Peres, atribuir a iniciativa da instalação dos viveiros de peixe aos holandeses, no artigo “Viveiros de peixe do Recife” (1956) de Carlos Pedrosa, o autor retifica o equívoco de Apolônio Peres, sendo os viveiros de peixe mais típicos aqueles localizados no Recife. PEDROSA, Carlos. Viveiros de peixe do Recife. In. Tipos e aspectos do Brasil: excertos da Revista Brasileira de Geografia. 5.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. p.171-172.

⁵⁷⁰ A autora também lembra dos sistemas de “agrisilviaquicultura”, onde o homem desenvolveu o sistema tumpang-sari na Indonésia, o bheri de Orissa e Bengala, o chemmeen-kettu de Kerala e outros sistemas semelhantes, onde plantas tolerantes à salinidade dos manguezais e gramíneas como o arroz, ou o coco e a pimenta, são cultivadas. VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.130.

⁵⁷¹ SCOTT, James. Against the Grain. Op. Cit. p.55.

Um bom exemplo acerca da forma de cultivo a partir do fluxo das águas, e não da agricultura, é o que Judity Carney aborda quando fala do processo irrigatório do arroz a partir das águas dos mangues, originado em África⁵⁷². Ao se evitar o uso de canais de drenagem nos terrenos cultivados, as águas dos mangues irrigavam o arroz plantado às margens dos rios. Após a colheita, as sobras de palhas serviam de alimento para o gado. Contudo, ainda que esse processo se proliferasse pela Costa da Guiné, o pensamento europeu, imbuído de preconceitos que inferiorizavam a contribuição africana, atribuía a origem desse sistema aos portugueses.

Para uma adequada interação com as zonas alagadas é necessário um conhecimento de seu território, sua dinâmica, suas espécies. Carney cita a incapacidade do agrônomo Pierre Viguier, que julgara inferior o cultivo através do fluxo das águas, assim como de outros agrônomos que o sucederam, em compreender o princípio de manipulação apropriada do solo nas regiões de mangues⁵⁷³. Em contraste, a marisqueira Maria Francisca Dias novamente compartilhou sua vivência, trazendo ensinamentos sobre as espécies de mariscos:

“Tem marisco corôa de frade, unha de velho, pedra e Taióba. O unha de velho é o que dá mais carne; taioba é o que fica maior e pedra é pequeno. Mais é bom de verdade. Corôa de frade também é gostoso. Muito freguês só aprecia desse.” Maria falou ainda sobre a profundidade em que se encontram as espécies: “O pedra se acha na areia ou quase por cima da lama. O unha de velho é mais pra dentro da terra e o corôa de frade ainda mais. Taioba só depois de cavar muito. Mas, às vezes, se acha cada bichão bem criado”⁵⁷⁴.

É, portanto, caso raro quando a classe dominante assume existir algum saber relevante por parte das populações pobres. Soffiati conta o caso isolado, no Nordeste ocupado pelos holandeses, da conclusão de Guilherme Piso em uma descrição científica dos manguezais e de suas propriedades terapêuticas, onde reconheceu o valor do saber popular⁵⁷⁵. Sobre o

⁵⁷² A ideia dos europeus de um evolucionismo cultural acabou por atravessar as opiniões do agrônomo francês Pierre Viguier que, nos anos 1930, referia-se à incapacidade da África em cultivar arroz irrigado, como um exemplo de suas limitações produtivas. “Cultivo de arroz irrigado e cultivo de arroz por submersão; esta é a diferença entre as civilizações Asiática e Africana”, escreve Viguier, privilegiando a irrigação por meio de canais, ao invés de processos irrigatórios baseados no fluxo das águas dos manguezais. CARNEY, Judity. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo. 25-47. 2001. p.40.

⁵⁷³ Idem. p.40.

⁵⁷⁴ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

⁵⁷⁵ Numa interessante matéria do Diário da Manhã, esse conhecimento é brevemente ressaltado: A prática dos ventos, das vagas e das maretas, e das correntes perigosas das costas do Recife, eles conhecem. Sabem os peixes fáceis de os apanhar pelos remansos e quando o lança das redes no bojo das ondas vem trazer o cardume das agulhas. Sabem que ao tombar da noite, e quando os ventos do nordeste empurram seguidamente as maretas para a costa, os peixes menores vão pro fundo e os maiores estão à tona das águas. Conhecem os pontos frequentados pelos cações, e onde os cações aparecem as tainhas e as guarajubas gostam sempre de aparecer. À volta dos arrecifes as tarrafas não devem ser lançadas. Por ali os polvos dominam sem luta e os peixes fogem

propágulo do mangue vermelho como lenitivo às ferroadas do peixe niqui, afirmou que “é com efeito um excelente remédio, descoberto primeiro pelos pescadores e transmitidos a nós”⁵⁷⁶.

Figura 25 - Marisqueiras em coletivo



Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936

Esse permanente subestimar, ou praticamente não creditar, o conhecimento das sociedades consideradas “primitivas” deve-se essencialmente aos efeitos do evolucionismo cultural sobre as mentalidades. Para os colonizadores que haviam entrado em contato com o novo mundo, era inaceitável que existissem homens resistindo livre e em plena consciência de preferir uma vida nômade e “improdutiva”⁵⁷⁷.

De acordo com Neuza Oliveira, conhecer a dinâmica da reprodução do mangue exige uma profunda intimidade com o ecossistema, já que o extrativismo animal é condicionado pelos ciclos de reprodução ambiental. Maria Francisca Dias era capaz de distinguir entre quatro espécies diferentes de mariscos, sendo a lama do mangue um objeto crucial de conhecimento⁵⁷⁸. A intensidade das marés, as fases da lua, são fatores que influenciam diretamente na pesca, sendo necessário também reconhecer os indícios de uma maior ou menor presença de mariscos que a própria lama demonstra. Segundo a antropóloga Neuza

assustados como o diabo da cruz. Quando os ventos e as correntes levam as jangadas para o mar alto, eles aprenderam a voltar ao porto pela situação dos astros. Diário da Manhã, 09 de Fevereiro de 1936.

⁵⁷⁶ SOFFIATI, Arthur. O Manguezal na História e na Cultura do Brasil. Op. Cit. p.62.

⁵⁷⁷ ZEA, Leopold. Filosofia de la Historia Americana. Op. Cit.

⁵⁷⁸ Diário de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1936.

Oliveira, o saber de Maria Francisca Dias fundamental para extrair os mariscos, já que: “ Para mariscar é necessário identificar o grau de compactação do solo, o seu nível de profundidade, evitando assim os “buracos” ou “sumidouros”⁵⁷⁹.

Segundo as marisqueiras entrevistadas por Neuza Oliveira no Recôncavo Baiano, o conhecimento do ciclo reprodutivo das espécies animais, das suas fases de crescimento e dos cuidados para não agredir as florestas do mangue é considerado fundamental para manter em nível estável a reprodução do ecossistema. Sendo esse conjunto de saberes empíricos, um resultado eficaz da longa tradição do relacionamento das mulheres com os recursos naturais do mangue⁵⁸⁰.

⁵⁷⁹OLIVEIRA, Neuza Maria. Rainha das águas, dona do mangue. Op. Cit. p.83.

⁵⁸⁰ Idem. Ibid.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há de fato uma corrida em direção ao “progresso”, as populações “primitivas” que ainda não alcançaram tal dádiva ou estão tendo sua existência sabotada pelos “vencedores”, ou as regras do jogo foram feitas para que nunca chegassem à essa “vitória”. Ambas possibilidades fazem sentido, acrescentando ainda que, se o prêmio é alcançar o parâmetro de um “europeu civilizado”, talvez existam vários povos, particularmente vivendo nas zonas úmidas, que sequer se interessem em entrar nessa competição.

A classe dominante brasileira, por outro lado, pareceu assumir completo entusiasmo em marchar na busca de um horizonte pensado pelos gregos da Antiguidade Clássica, desejado pelos fisiocratas e saneado por eugenistas. As relações que essa classe social estabeleceu com a natureza foi apenas um reflexo de como a Europa Ocidental via o mundo natural em seu entorno: um conjunto de ferramentas úteis ao ser humano, mesmo na sua forma mais “repugnante”.

O manguezal é então esse ecossistema que pelos quatro cantos do mundo se reafirma a sua inequívoca importância para inúmeras espécies, já que carrega esse poder de ser uma floresta que possui água em seus domínios. No entanto, traçar uma historiografia sobre o mangue foi um desafio, visto que o lugar que ocupou na mentalidade da classe dominante – que produziu ao menos a grande maioria das fontes escritas – foi de repúdio, uma natureza apreendida como hostil, como algo a ser combatido e, logo, sem maiores necessidades de ser recordada.

As ideias de Hipócrates sobre “emanações mefíticas” que nunca existiram foram reforçadas dentro de uma lógica de dominação da biota, que justificaram a devastação do mangue no Recife. Ideias que, ao serem eleitas como relevantes para as ciências médicas, acabaram por atropelar os alagados numa marcha para o progresso que só permitia humanos, de “raça superior” e detentores do poder aquisitivo.

É interessante ressaltar que a crença na existência dos miasmas, que moldou instituições durante o século XIX e início do XX, só teve tanta força na mentalidade da classe dominante por ser sustentada por médicos de renome. Assim como a ideia de que existiam povos “bárbaros” em contraponto aos “civilizados”, a questão dos males que as áreas pantanosas poderiam vir a oferecer foi problematizada mesmo por Aristóteles que, devido à força que seu nome carrega no meio intelectual, bem como o de Hipócrates, não foi difícil que médicos de todo o Brasil acatassem a teoria dos miasmas como legítima.

No Recife, o Governo Sergio Loreto é que deu os passos que antecederam a Liga Social Contra o Mocambo, tornando-se uma referência constante para o projeto emplacado pelo interventor Agamenon Magalhães, a partir dos anos 1930. Isso por conta do legado que o engenheiro Saturnino de Brito deixou enquanto combatente das zonas alagadas, com seus planos de aterros e canais que drenassem o solo do mangue recifense. Medidas como o uso do fogo para “higienizar” a lama, assim como o plantio de eucaliptos, juntamente às demais formas de lutar contra os alagados, já eram utilizadas desde o século XIX pelos europeus⁵⁸¹. As ações da classe dominante se mantinham sempre em consonância com o aprendizado advindo da Europa Ocidental, por mais equivocada que fosse.

A atuação do médico Amaury de Medeiros, vale lembrar, também um eugenista que defendia a “limpeza da raça” através do casamento, foi um bom exemplo do quanto os médicos fizeram parte da vida política do início do século XX, naquele momento em que o avanço da mancha urbana se fazia necessário pelo “progresso” da cidade. Ocorreram reformas no centro, na zona sul e zona oeste do Recife e, enquanto isso, a classe trabalhadora tirava seu sustento dos mangues, vivendo em mocambos, sem “esperar por auxílios do governo”⁵⁸².

A partir da *Revolução de Trinta*, o discurso do mangue enquanto foco de infecção aliou-se à ideia de “embelezamento” do espaço urbano e, se havia uma natureza que não merecia elogios à sua estética, por parte da classe dominante, era o manguezal. Isso ficou claro quando da análise do Quadro das redes de ligação da palavra “mangue”, em que um dos termos recorrentes que descreviam a ação do mangue sobre a cidade do Recife era “afeiar”. Assim como as demais palavras e expressões relacionadas a esse ecossistema foram explicitando não apenas os preconceitos da classe dominante, mas a resistência da classe trabalhadora que nutria o corpo com os mais variados crustáceos e mariscos.

Aliás, o problema da fome, segundo Josué de Castro, era o disfarce da tuberculose⁵⁸³. Por mais que a população pobre do centro urbano fosse faminta e em condições precárias de salubridade, os trabalhadores que migravam das secas e da zona canavieira viam no mangue uma “terra de promessa”. Castro reforçou como essa classe ao menos não carecia de proteínas, as quais o proletariado rural desconhecia, através de uma dieta retirada dos alagadiços.

⁵⁸¹ CORBIN, Alain. Saberes e Odores. Op. Cit. p.128.

⁵⁸² Diário da Manhã, 10 de Janeiro de 1934.

⁵⁸³ É importante lembrar que no século XIX, de acordo com Sidney Chalhoub, a tuberculose, junto à varíola, não teve a devida atenção por parte da Corte Imperial. Como era a febre amarela a grande responsável por assolar os europeus que migravam para os trópicos e o desejo da classe dominante era substituir a classe trabalhadora “negra” e mestiça pelos brancos, segundo o “ideal de embranquecimento” da “raça”, os esforços e recursos foram dirigidos especialmente no intuito de combater a febre amarela, mesmo que a tuberculose fizesse mil vezes mais vítimas. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febil. Op. Cit. p.94.

O discurso contra o mangue foi simultâneo ao discurso dominante sobre uma suposta “inferioridade racial” dos não-brancos, sendo que, contudo, a visão dos afroindígenas como “degeneração da raça” foi substituída pelo elogio à mestiçagem. Tática conveniente que, segundo José Augusto Pádua, já teria sido usado por outros povos para aquiescer conflitos sociais⁵⁸⁴. Enaltecer a mestiçagem foi, provavelmente, uma forma de calar perante as contradições de uma hierarquia social que vinha do latifúndio e da exploração do trabalho gratuito, visto que a classe dominante brasileira, tão ávida pela economia-mundo pautada na escravidão, traficou tantos corpos de África que a população mestiça se tornou maioria no Brasil.

A “classe intelectual” do Recife, que se percebia a “vanguarda da ciência”⁵⁸⁵ no país, foi também o berço de um latifundiário que muito influenciou a mentalidade da classe dominante brasileira: o sociólogo Gilberto Freyre. Seguindo a perspectiva que imperava entre os “intelectuais” recifenses, Freyre enalteceu o negro e o indígena como elementos benéficos à mestiçagem, mas que ainda não faziam parte da “civilização”, sendo necessário a tutela dos brancos descendentes de europeus para que tirassem o atraso na caminhada para o progresso. O sociólogo também reafirmou sua visão contraditória sobre existir vantagens em todas as “raças”, chegando a defender a “inferioridade biológica” em suas obras.

Assim como a maioria da classe dominante, Freyre via o mangue como um local repugnante. Apenas as vozes dissonantes entre os críticos ambientais se levantaram contra o ataque às florestas das zonas úmidas, uma delas foi a de Josué de Castro, um dos poucos defensores da importância do mangue para os seres vivos na época. Enquanto o discurso dos intelectuais assentava-se nos dissabores que esse ecossistema causava à classe dominante, Castro trouxe ao debate a satisfação das mulheres e homens-caranguejo com os recursos advindos do solo lamacento.

As relações de poder que a classe dominante firmou com a natureza foram muito semelhantes às relações de exploração que marcaram seu contato com a classe trabalhadora. O Estado, interessado em terrenos secos que alimentassem a especulação imobiliária, ao mesmo tempo que negligenciava a fome da população pobre, exerceu um domínio sobre o mangue que o cientista político James Scott demonstrou existir desde a Antiguidade Oriental. A agricultura, enquanto atividade que exige muito mais esforço do que a vida nos alagados, foi um campo estratégico de exploração da classe trabalhadora. O proletariado da zona canavieira do estado de Pernambuco, segundo Thomas Rogers, vivia sob o domínio de

⁵⁸⁴ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Op. Cit.

⁵⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo das raças. Op. Cit. p.162.

senhores latifundiários que estendiam seu poder sobre a classe trabalhadora ao mundo natural que os cercava.

Na atuação da Liga Social Contra o Mocambo, o Estado, juntamente à iniciativa privada, buscou tomar conta do que encarava como “terras de ninguém”⁵⁸⁶, que eram os mangues do Recife. Os habitantes dos alagados, por outro lado, pareciam ver aquela terra como terra de todos, ultrapassando as fronteiras do público e do privado dentro das suas redes de sociabilidade. O mangue, na própria voz dos trabalhadores, era uma alternativa ao trabalho das fábricas. O conhecimento profundo da dinâmica entre os seres vivos que pulsam na lama possibilitou, a partir do extrativismo animal, uma relação de harmonia com o mangue que fosse possível ser desenvolvida sem o esgotamento dos seus recursos.

A classe dominante se interessava pelo manguezal tão somente quando este podia lhe fornecer madeira para o comércio, sendo a lenha das florestas de mangue a mais utilizada no Recife dos anos 1930. Mesmo os mitos que ajudavam a decifrar a relação controversa da classe dominante com o mangue eram pejorativos, à exemplo da Lenda da Hydra de Lerna onde, segundo Simon Schama: “os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas – da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada –, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem”⁵⁸⁷.

As culturas nativas também cultivavam mitos sobre o mangue, mirando uma perspectiva diferente da classe dominante inclusive nesse aspecto, à exemplo da figura da entidade Nanã Buruku, que ao invés de representar o confronto com a zona úmida, lhe dava proteção. A relação de afeto com os alagados, que vai desde os quilombos, demonstrou que as mulheres e homens-caranguejo, na Era Vargas, eram providos de conhecimento e percepção das leis da natureza e dos ciclos de vida das diferentes espécies⁵⁸⁸.

No intuito de descolonizar a historiografia tão marcada pelo eurocentrismo, nesta pesquisa percebe-se que a Europa Ocidental não é dotada de verdades absolutas que devem ser modelo perpétuo a ser seguido pelas demais sociedades. Uma forma mais inteligente de tratar a natureza foi desenvolvida pelos povos do mangue, hoje visto em consenso como um ecossistema valioso tanto para o homem como para inúmeras espécies de seres vivos.

Foi talvez com a mesma inquietação que Josué de Castro sentiu ao sair em defesa do mangue que esta pesquisa tomou fôlego. Os primeiros conquistadores do Brasil, o elemento fisiográfico que, junto as águas, mais marca o Recife, carecia de uma historiografia que lhe

⁵⁸⁶ KEHL, Maria Rita. Bovarismo brasileiro. Op. Cit. p.85.

⁵⁸⁷ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Op. Cit. p.24.

⁵⁸⁸ VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós. Op. Cit. p.130.

colocasse em foco na cidade anfíbia – sem o olhar de repúdio que por tanto tempo lhe foi imputado. Espera-se aqui ter dado uma contribuição para a História Ambiental do Recife, abrindo caminhos que desbravem a lama e não subestimem as sociedades pejorativamente chamadas de “primitivas”, deixando, sempre que possível, fazer ecoar suas próprias vozes.

REFERÊNCIAS

- ADVÍNCULA, Chyara. Charlotte Bezerra. Entre miasmas e micróbios: A instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910-1926. Dissertação de História da UFPE, 2009.
- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. História da devastação dos manguezais aracajuano. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- _____. “Em comum benefício dos meus vassallos”: A Magistratura e a administração das florestas na Capitania de Pernambuco (1755-1822). Tese de Doutorado em História da UFPR, 2015.
- AMORIM, Helder Remigio. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese de Doutorado em História da UFPE, 2016.
- ANAYA, Gabriel Lopes. Maus ares e malária: Entre os pântanos de Natal e o feroz mosquito africano (1892-1932) Dissertação em História da UFRN, 2011.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Formação da Aglomeração recifense. In: Estudos Nordestinos sobre Crescimento Urbano. Lucivânio Jatobá (org.). Recife: FUNDAJ. Art Cópia Ltda. 1987.
- ANJOS, Bianca Cruz dos. Tratado único da Constituição Pestilencial de Pernambuco: primeira descrição dos males ocorridos na capitania de Pernambuco no século XVII. Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de História, UFPE, 2015.
- ANJOS, Bianca Cruz dos. A Casa de Banhos dos Arrecifes: sociabilidade e difusão do higienismo em Recife (1880-1924). Dissertação do Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2019.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- AROUCHA, Davi Costa. A urbanidade do açúcar: o transporte do produto no Recife do século XIX. Trabalho de Conclusão do Curso de História, UFPE, 2014.
- ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo. Humanitas USP, 2004.
- BARRETO, Ângela Maranhão. O Recife através dos Tempos: formação da sua paisagem. FUNDARPE - Recife, 1994.
- BARROS, Miguel. Discurso do representante da Frente Negra Pelotense. Estudos afro-brasileiros – Trabalhos apresentados no 1o Congresso afro-brasileiro de Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.
- BASTOS, Liana Albernaz de Melo. A construção do corpo médico. In. Corpo e subjetividade da medicina: impasses e paradoxos. Rio de Janeiro, editora da UFRJ, 2006.

- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. Alagados, mocambos e mocambeiros. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- BEZERRA, Onilda Gomes ; MELO, V. L. M. O. . Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. Paisagem e Ambiente , p. 95-106, 2014.
- _____. O Manguezal do Pina: a representação sociocultural de uma paisagem. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- BITOUN, Jan. Recife: uma interpretação Geográfica. In: Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. Org: Ana Fani. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, p. 27-45.
- BLAUT, J. M. The Colonizer's Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History. New York/London: The Guilford Press, 1993.
- BOUCHERON, Patrick; DALALANDE, Patrick. Por uma história-mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOWLER, Peter J. The invention of progress: The victorians and the past. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- BURGER, Juliana Bandeira A. A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905-1917). Dissertação da Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento urbano, 2008.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Na Presença da Floresta:, Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.
- CALEGARIO, Gabriela. Aspectos estruturais da vegetação do manguezal do estuário do Rio São João, RJ. Dissertação do Programa de Ecologia e Recursos Naturais,UENF, Rio de Janeiro, 2012.
- CAMARGO, Erney Plessmann. A malária encenada no grande teatro social. Estud. Av. [online].vol.9, n.4, 1995.
- CAPONI, Sandra. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistêncià médica. / Sandra Caponi.- Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion E BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Tayguara Torres. A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e Caranguejos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 79-93, jan./jun. 2009.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa. Os anúncios do paisagismo moderno: o parque do Derby no “novo Recife” de 1925. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007.

CARNEIRO, Raíssa Orestes. “Os donos das florestas”: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). Dissertação do Departamento de História, UFPE, 2015.

CARNEY, Judith. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo. 25-47. 2001.

CARVALHO, Rodrigues de. Aspectos da influencia africana na formação social do Brasil, 1934 In: *Novos Estudos afro-brasileiros – Trabalhos apresentados no 1o Congresso afro-brasileiro de Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

CASTRO, Josué de. Documentário sobre o Nordeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1937.

_____. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.

_____. A descoberta da fome. Prefácio ao livro *Homens e Caranguejos*, Lisboa, 1966.

_____. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro, Ed: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988). 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p.143.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princinton University Press, 2000.

CHAVES, Alexandre da Silva. *Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?* Dissertação de Geografia, UFRJ, 2008.

CHERNOVIZ, Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. [s.l.]: 1890. Disponível em: <<http://www.meusdownloads.com.br/p-servicos.jsp?ppID=c586>>. Acesso em: 15/05/2019.

CHEVALIER Louis, *Classes laborieuses et Classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle*, Plon, 566 p.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX*. Tradução Lúcia Watanabe. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. *O território do vazio: a praia e o imaginário social*. São Paulo: São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORTES, Rosa Maria. *O Morar e a moradia*. LIMA, Rosa Maria Cortes. *O morar e a moradia: as representações dos moradores da favela do Chié no Recife*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFPE, 1991.

CURY, Bruno da Silva Mussa. Combatendo ratos, mosquitos e pessoas: Oswaldo Cruz e a saúde pública na reforma da capital do Brasil (1902-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2012.

DABAT, Christine Rufino. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007.

DAVIS, Mike. Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIAMOND, Jared. Colapso: Ascensão e queda das sociedades humanas. Lisboa: Gradiva, 2005.

_____. O mundo até ontem. O que podemos aprender com as sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. Ecologia Humana e Planejamento Costeiro. 2 ed. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV/FBB, nº 8, 1991, p. 177-197.

DUPAS, G. O mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Os Condenados da Terra. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FARIAS, Rosilene Gomes. O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856). Dissertação do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2007.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Janaína Ferreira. Paisagens do Nordeste: Almofala dos Tremembé e Tremembé dos Almofala. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Da UnB. Brasília, 2015.

FRANCISCO, Thiago Pereira. Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920-1945. Dissertação do Departamento de História, UFPE, 2013.

FREITAS, A.C.; CARDOSO, I.S.; JOÃO, M.C.A.; KRIEGLER, N. & PINHEIRO, M.A.A. Lendas, misticismo e credences populares sobre manguezais, Cap. 5: p. 144-165. In: Pinheiro, M.A.A. & Talamoni, A.C.B. (Org.). Educação Ambiental sobre Manguezais. São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Câmpus do Litoral Paulista, 2018.

- FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6 ed. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- _____. Sobrados e Mucambos. 13ª edição. Record, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- GALEANO, Eduardo. Ser como eles. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- GERBI, Antonello. O Novo Mundo: história de uma polêmica. 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998.
- GOODY, Jack. O roubo da história. Como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.
- GOULD, Stephen Jay. A Falsa Medida do Homem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GOUVEIA, Bruno Márcio. Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife. Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
- GUHA, Ranahit. Las voces de la Historia y otros estudios subalternos. Barcelona: Crítica, 2002.
- HOBASBAWM, Eric J. Sobre História. tradução: Cid Knipel Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- HORA, Laura da. A praça é do povo como o céu é do condor. Dissertação do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2015.
- IORIS, Edviges Marta. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, set.- dez. 2008.
- JAMES, C.L.R. Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- KEHL. Maria Rita. O Bovarismo brasileiro: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LINS DO RÊGO, José. O Moleque Ricardo. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.
- LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, 1995.
- LOPES, Gustavo Acioli. A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LUGO, Ariel E. & SNEDAKER, Samuel C. The ecology of mangroves. Annual review of ecology and systematics, vol. 5, 1974.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: NOVAIS, F. (org). História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio, v. 3, 7.reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: Doutrinas, experiências e realizações 1923-1926. Recife, 1926.

MILFONT, Magna. Caminho das águas: o transporte fluvial no Recife, 1835-1860. Dissertação de Mestrado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 2003.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

_____. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Recife, v. III, n. 5, out. 2012.

_____. Uma estranha noção de ciência: Repercussões do pensamento eugênico no Brasil. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, 2009.

MONTENEGRO, Antonio T. et al (orgs). Bairro do Recife; Porto de Muitas Histórias. Recife: projeto Memória em Movimento, Gráfica Recife, 1989.

MORAIS, Rosa Helena de S.G. de. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.v.14, n.1, jan.-mar. 2007.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ª edição. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2008.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ª edição. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2008.

NASCIMENTO, A. do & NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil (A. S. A. Guimarães & L. Huntley, orgs.). Editora Paz e Terra, São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, Bruno. Entre a “mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco 1922-1926). Dissertação de Mestrado da UFRPE, 2016.

NETO, João Cabral de Melo. O Cão sem Plumas. In Poesias Completas (1940-1965). José Olympio, 3a. ed., 1979.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, Outubro de 1992.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, Outubro de 1992.

PÁDUA, José A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. Cadernos de História, Ano VIII, n. 8, Recife: UFPE, 2012, p. 60-78. Disponível em: <http://loja.edufpe.com.br/portal/spring/livro/detalhe/143>. Acesso em: 16 jan 2018.

PICKEL, Bento. A vingança da natureza. Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Viação; Julho a Dezembro, Imprensa Oficial, 1934.

PINTO, Tiago de Oliveira. Ruídos, timbres, escalas e ritmos: sobre o estudo da música brasileira e o som tropical. Revista USP, São Paulo, n.77, p.98-111, março/maio 2008.

PONTUAL. Virgínia. Tempos do Recife: representações Culturais e Configurações Urbanas. Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História. São Paulo, vol.21. n. 042, 2001.

QUIJANO, Anibal . Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

RÊGO, Débora Lopes do. “Conquistando a lua”: Missionários, ciência e perseguição na China do século XVIII. VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE. Recife: UFPE, 2017.

REZENDE, Antonio Paulo. (Des) Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROBIN, Régine. História e Linguística. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

ROGERS, Thomas D. “Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana”. In. Cadernos de História: oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Departamento de História da UFPE. Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orgs). Recife: EDUFPE. Ano 6, n.6, 2010.

ROGNON, Frédéric. Os primitivos, nossos contemporâneos: ensaio e textos. Campinas: Papirus, 1991.

SANTOS, Leonardo Querino. Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929). Dissertação do Departamento de História, UFCG, 2015.

SANTOS, Manuela Arruda dos. Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845. Dissertação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2009.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 3. ed. Nobel, São Paulo, 1997.

SCHAEFFER-NOVELLI et al. Variability of mangrove ecosystem along the brazilian coast. Estuaries. Vol. 13, nº2, June 1990, p. 204 – 218.

_____. & CINTRON-MOLERO, G. Brazilian Mangroves: A historical Ecology. Ciência e Cultura Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science. Vol. 51, (3/4) may/august, 1999.

_____. Brazilian mangroves. *Aquatic Ecosystem Health and Management*, n°3, 2000.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven: Yale University Press, 2017.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (org). *História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio*, v. 3, 7.reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Fernando. Mangroves. *Revista Rodriguésia*. Ano III, N°10, Setembro/Dezembro, 1937.

SIMON, Mateus Samico. As “matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo” e a “zona da mata”: Sociedades, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (c.a. 1780-1808)). Dissertação do Departamento de História da UFPE, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOBRINHO, M.A.M; ANDRADE, A. C. O desafio da conservação de manguezais em áreas urbanas: identificação e análise de conflitos socioambientais no Manguezal do Pina - Recife - PE – Brasil. *UNIMONTES CIENTÍFICA*. Montes Claros, v.11, n.1/2 – jan./dez. 2009.

SOFFIATI, Arthur. *O Manguezal na História e na Cultura do Brasil*. Campos dos Goitacases. Faculdade de Direito de Campos, 2006.

_____. *Pé no mangue*. Rio de Janeiro. ed. Autografia, 2015.

_____. “A pressão de atividades rurais sobre os manguezais situados entre os rios Itapemirim (ES) e São João (RJ)”. *Anais do X Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

SOUZA, Maria Angela de Almeida . O Recife das Terras de Marinha. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 1, n. 59, p. 127-145, 2002.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. *História e Saúde collection*,

TAVARES, Patrícia Ferreira. *Leis Autorizativas para supressão de manguezais e as consequências socioambientais para o estado de Pernambuco*. Mestrado. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPE, Recife, 2015.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). tradução João Roberto Martins Filho, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: uma síntese de percepções. São Paulo: EdUSP, 2003.

WALSH, G.E. "Mangroves: a review". On: REIMHOLD, R. e QUEEN, W. (edits). Ecology of Halophytes. New York: Academic Press, 1974.

WILLIAMS, Raymond. O Campo e a cidade: na história e na literatura. tradução Paulo Henrique Britto, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.4, N.8, pp.198-215, 1991.

ZEA, Leopoldo. Discurso desde la marginación y la barbarie. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. Filosofía de la Historia Americana. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

APÊNDICE A – FONTES COMPLEMENTARES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diario de Pernambuco 1930-1950

A Província 1930-1940

Jornal do Recife 1930-1940

Anais da Medicina Pernambucana no século XIX

Hemeroteca Digital da CEPE

Diario da Manhã 1930-1950

Diario Oficial do Estado 1930-1940

Arquivo Público Jordão Emereciano – APEJE

Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio, N.3, Vol. II, Setembro de 1937.

Boletim Órgão Oficial do Serviço Social Contra o Mocambo, Ano I, N.2, Recife, Pernambuco, Brasil, 1948.

Guia Social do Recife, organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, em solenização do 4º aniversário da Liga Social Contra o Mocambo. Recife, 13 de Julho de 1943.

Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, Recife, Julho de 1939 a Julho de 1941.

Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, Recife, Julho de 1939 a Julho de 1942.

Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, Recife, Julho de 1939 a Julho de 1944.

ALEPE

Anais da ALEPE, 14ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Pernambuco, em 30 de Julho de 1935.

LAPEH

BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Recife: Descrição e relatórios. Recife, 1917.

MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: Doutrinas, experiências e realizações 1923-1926. Recife, 1926.

Acervo online archive.org

BARREIROS, João Francisco. Tratado de Hygiene Naval e da influênciã das Condições Physicas e Moraes, Lisboa, 1862.

JACKSON, John R. The Mangrove and its allies. Berkeley, University of California, 1900.

The seminole of Florida Memorial. Berkeley: University of California, 1920.

BOWMAN, H. H. M. Ecology and Physiology of the Red Mangrove. In Proceedings of the American Philosophical Society, Vol. 56, 1917.

FONSECA, Eurico Teixeira da. Indicador de Madeiras e plantas úteis do Brasil. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas VILLAS-BOAS & C. 1922.

IHERING, Rodolpho Von. Dicionário dos animais do Brasil. São Paulo, 1940.

ANEXO A - DECRETO Nº 14.596, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1920

DECRETO Nº 14.596, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1920

Regula o arrendamento de terrenos de mangue de propriedade da União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida no art. 2º, V, § 4 da lei n. 3.979; de 31 de dezembro de 1919, resolve que o arrendamento dos terrenos de mangue de propriedade da União, obedecerá ás condições indicadas neste decreto:

Art. 1º Os terrenos de mangue de propriedade da União poderão ser arrendados mediante as seguintes bases:

§ 1º Ficará reservada uma faixa de 33 metros ao longo da costa e das margens dos rios atingidos por maré, na qual será absolutamente proibida sob qualquer forma a utilização do mangue.

§ 2º Os terrenos não compreendidos na faixa de 33 metros serão divididos em lotes de cinco hectares, cada um para serem alternadamente arrendados.

§ 3º Cada lote de cinco hectares poderá ser subdividido para facilidade de arrendamento.

§ 4º Nos lotes de exploração o corte do mangue só poderá ser feito na altura de um metro acima, pelo menos do plano do nível da preamar máxima.

§ 5º O arrendamento será feito mediante concorrência publica e pelo prazo máximo de nova anos.

§ 6º O Governo nomeará fiscais do contrato de arrendamento, devendo a nomeação recair em funcionários de Fazenda.

§ 7º Delimitada a área de exploração e assinalada no terreno, em marco permanente, a altura máxima do corte o fiscal, em suas inspeções, verificará si o arrendatário invadiu áreas contiguas á do objeto do arrendamento ou si infringiu o § 4º do art. 1º

§ 8º A infracção do contrato de arrendamento será; punida com as seguintes penas:

- a) a invasão da zona reservada, quer na faixa dos 33 metros, quer nos lotes contíguos, com a multa de 500\$ a 1:000\$000;
- b) a infracção do § 4º, do art. 1º, será punida com a multa de 500\$ a 1:000\$000;

c) em caso da reincidência de invasão, com a pena de rescisão do contrato e perda das benfeitorias feitas;

d) a falta de pagamento do preço do arrendamento faz incorrer o arrendatário na multa de 10 % si não efetuar o pagamento dentro dos dois primeiros meses contados do dia do vencimento, na de 20 % dentro de quatro meses. Findo esse prazo proceder-se-á a cobrança executivamente;

e) a falta de pagamento de 12 prestações do arrendamento importa em rescisão do contrato com perda de todas as benfeitorias realizadas pelo arrendatário.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Janeiro, 31 de dezembro de 1920, 99º da Independência e 32º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Homero Baptista.

ANEXO B – DECRETO Nº 17.096, DE 28 DE OUTUBRO DE 1925

Dá novo Regulamento às Capitánias dos Portos

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo n. 13, da Lei número 4.015, de 9 de janeiro de 1920, revigorado pelo artigo 11, da lei n. 4.895, de 3 de dezembro de 1924. resolve aprovar e mandar executar o Regulamento para as Capitánias dos Portos, que a este acompanha, assignado pelo Almirante reformado Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1925 - 104º da Independência e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

REGULAMENTO DAS CAPITANIAS DOS PORTOS, A QUE SE REFERE O N. 17.096,
DE 28 DE OUTUBRO DE 1925

TITULO IV

CAPITULO IV

DOS PORTOS, CÁES, PRAIAS OU MARGENS E TERRENOS DE MARINHA

Art. 236. O corte de mangues só é permitido com licença da Capitania, depois de verificar se este corte não altera o regime das águas, nem outro regime para a navegação e conservação dos portos, observadas as disposições do decreto n. 14.596, de 31 de dezembro de 1920. Em caso de infração, multa de 200\$ e em caso de reincidência, 500\$, além da apreensão dos produtos do corte em ambos os casos.